UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ARACELE LIMA TORRES

**A internet livre e aberta como ideologia: o debate da neutralidade da rede no Brasil e nos
Estados Unidos**

Versão corrigida

São Paulo - SP
2019

ARACELE LIMA TORRES

A internet livre e aberta como ideologia: o debate da neutralidade da rede no Brasil e nos Estados Unidos

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Assis de Queiroz.

São Paulo - SP
2019

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Aracele Lima Torres

Data da defesa: 06/12/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Francisco Assis de Queiroz

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 01/02/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T693i	<p>Torres, Aracele Lima</p> <p>A internet livre e aberta como ideologia: o debate da neutralidade da rede no Brasil e nos Estados Unidos / Aracele Lima Torres ; orientador Francisco Assis de Queiroz. - São Paulo, 2018. 249 f.</p> <p>Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.</p> <p>1. Internet. 2. Ideologia. 3. Neutralidade da Rede. 4. Neoliberalismo. 5. Democracia. I. Queiroz, Francisco Assis de, orient. II. Título.</p>
-------	---

TORRES, Aracele Lima. **A internet livre e aberta como ideologia: o debate da neutralidade da rede no Brasil e nos Estados Unidos.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em História Social.

Aprovado em: 06/12/2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Assis de Queiroz (Orientador) Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Gildo Magalhães dos Santos Filho Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Miguel Said Vieira Instituição: UFABC - Externo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Diego Jair Vicentin Instituição: UNICAMP - Externo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Rafael de Almeida Evangelista Instituição: UNICAMP - Externo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*À Rosa Barbosa Lima que deixou um rastro inapagável de amor durante os oitenta e oito anos
que passou aqui na terra.*

Agradecimentos

Esse foi um trabalho feito em duas partes opostas do mundo, Norte e Sul. Em ambas as partes pessoas e instituições que me apoiaram e me encorajaram tornaram essa tarefa de escrever uma tese e esse percurso pelo doutorado menos penoso. Eu espero que neste espaço eu possa conseguir expressar a gratidão que sinto pelo que todas elas fizeram por mim. E espero também que as que não forem citadas aqui por algum esquecimento meu possam me perdoar por isso.

No Sul, com a paciência e a compreensão de sempre, estava meu orientador Francisco Queiroz, que me acompanha desde o mestrado e a quem eu sou grata por todos os votos de confiança durante todos esses anos. Agradeço a ele também pela liberdade e autonomia que sempre me possibilitou nesse trajeto acadêmico do mestrado ao doutorado. Muitos orientadores esperam que o trabalho reflita mais eles e suas ideias do que os próprios orientandos e suas ideias. Francisco sempre me deixou livre para seguir meus próprios caminhos, para acertar e para também cometer meus próprios erros nesse percurso, permitindo que eu desenvolvesse a autonomia necessária para alguém na posição de doutoranda.

No Norte estava Thomas Streeter, meu outro supervisor/orientador, com quem eu tenho uma dívida eterna de gratidão pelo seu suporte emocional e intelectual. Ele que de forma gentil e generosa confiou em orientar e supervisionar um trabalho de alguém que nem conhecia e cujo resultado ele não poderia acompanhar de forma direta e imediata, já que o trabalho é escrito em português. Mesmo assim, o seu compromisso comigo e com a minha pesquisa foram comoventes. Sem ele esse trabalho não teria a cara que tem hoje. Agradeço a sua disponibilidade de me orientar e as valiosas conversas que tivemos durante os nove meses em que estive com ele no Departamento de Sociologia da Universidade de Vermont (UVM). Sua inteligência, sua paixão e entusiasmo pelo tema e sua generosidade foram muito inspiradores para mim. Agradeço a ele por todos os momentos em que tirou um tempo da sua tão ocupada agenda para me ajudar com as minhas questões de pesquisa.

Também preciso agradecer a todos do Departamento de Sociologia da UVM que me receberam de forma muito acolhedora e tentaram me deixar o mais confortável possível lá, naquela terra de inverno rigoroso. Dentre eles, um destaque especial para a secretária do departamento, Salli Griggs, sempre à disposição para me ajudar no que fosse preciso; e para a professora Alice Fothergill, com quem por diversas vezes dividi tardes no departamento deserto, porque éramos

sempre as últimas a sair. Seu carinho e seu suporte me faziam me sentir menos só naquela rotina de trabalho. Meu período em Burlington e na UVM também não teria sido a mesma coisa sem duas pessoas preciosíssimas que apareceram no meu caminho, para com as quais eu também tenho uma dívida eterna de gratidão, os professores Eleanor Miller e Dale Jaffe. Será impossível de esquecer e, talvez, até de agradecer o suficiente toda a gentileza, a generosidade, o carinho e o cuidado que eles tiveram comigo. Eles representaram uma família para mim e também me trataram como tal. Nada do que eu disser aqui vai conseguir exprimir a gratidão e o carinho que tenho por eles.

Eu também sou grata às duas instituições que me possibilitaram através de apoio financeiro e moral a condução dessa pesquisa de doutorado. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pela concessão de bolsa (Código de Financiamento 001) que resultou nesta tese. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas aqui são de responsabilidade minha e não necessariamente refletem a visão da CAPES. A segunda delas é a Fulbright, instituição norte-americana que financiou a minha pesquisa de doutorado sanduíche nos Estados Unidos. Esse trabalho é resultado também do suporte de ambas e denota a importância da verba pública para a pesquisa científica. Sem esse suporte não tenho certeza se essa tese teria se concretizado.

Um agradecimento especial também à minha banca de qualificação, os professores Rafael Evangelista e Gildo Magalhães, os quais têm me acompanhado desde o mestrado. Agradeço pelos valiosos conselhos e críticas que me ajudaram a caminhar em direção a um projeto de pesquisa mais lapidado e mais maduro. Meus agradecimentos também à banca de defesa, formada pelos dois, e também pelos professores Miguel Said e Diego Vicentin, que generosamente apresentaram suas críticas, sugestões e elogios a este trabalho, me ajudando a identificar seus pontos fortes e fracos.

Muitos amigos, alguns antigos e outros recém-chegados na minha vida também foram fonte inesgotável de suporte nos momentos mais cansativos e estiveram presentes nos momentos mais gratificantes ao longo desses anos de pesquisa. Espero que eles possam ter uma dimensão do quão importantes são na minha vida, sobretudo, durante essa jornada. Eu agradeço aos amigos e colegas de doutorado sanduíche, Ana Paula Quixadá e Rodrigo Morato, a quem eu chamo de presentes que a vida e que a Fulbright me deu, e com os quais eu dividi um ano inteiro de reclamações sobre a vida acadêmica e sobre o caráter implacável do inverno que passamos lá, mas

também alegrias e descobertas em um país estrangeiro. Sou grata também aos amigos da USP, pelos anos de companheirismo na academia, em especial os colegas que frequentam o Centro de História da Ciência, Marília Calazans, Natália Salla, Tiago Soares, Rômulo Ferreira e Luiz Karat.

Também quero expressar meu agradecimento aos queridíssimos amigos e amigas que convivem comigo quase que diariamente e foram os que mais acompanharam de perto as minhas angústias e alegrias desse processo, nunca me deixando desistir dele. São eles: Patrícia Vaz, Tainah Negreiros, Bianca Oliveira, Paulo Roberto, Filipe Saraiva e Sandro Andrade. Agora eles não terão mais que ouvir de mim as velhas desculpas de que não terei tempo pra isso ou para aquilo por causa da tese. Vou voltar a ser uma amiga menos repetitiva e monotemática.

Por último, e mais importante, eu queria agradecer à minha família, principalmente à minha mãe, Maria da Cruz, à minha irmã, Andréa Torres e aos meus avós maternos, João Rocha e Rosa Barbosa. Agradeço a paciência e o apoio deles, e peço desculpas pela ausência em todos esses anos que passei focada nessa tese. Mas queria dizer que ela é dedicada a eles, sobretudo à minha vó, que não teve tempo de ver a sua primeira neta doutora da família chegar a Valença do Piauí e dizer “gente, eu consegui, eu realizei um sonho meu e de vocês!”.

O que induz homens e mulheres a confundir-se, de tempos em tempos, com deuses ou vermes é a ideologia. Pode-se entender perfeitamente bem como os seres humanos são capazes de lutar e matar por razões materiais – razões relacionadas, por exemplo, com sua sobrevivência física. É muito mais difícil compreender por que chegam a fazer isso em nome de algo aparentemente tão abstrato quanto as idéias (sic). No entanto, é em razão das idéias (sic) que homens e mulheres vivem e, às vezes, morrem. (...) É a ideologia apenas uma “confusão”, ou teria um caráter mais complexo, difícil de apreender? O estudo da ideologia é, entre outras coisas, um exame das formas pelas quais as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade.

Terry Eagleton

Resumo

TORRES, Aracele Lima. **A internet livre e aberta como ideologia: o debate da neutralidade da rede no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Esse trabalho aborda a construção histórica de uma ideologia contemporânea que defende a visão de que a internet deveria ser aberta e livre. Essa ideologia, chamada por muitos autores de ideologia “ciberlibertária”, possui um caráter híbrido e é defendida por grupos à direita e à esquerda do espectro político. A visão que a sustenta é produto de uma síntese de ideias da cibernética dos anos 1940, com um romantismo individualista característico da contracultura dos anos 1960, e o discurso neoliberal em ascensão nos Estados Unidos dos anos 1980. Essa síntese foi realizada principalmente pelo catálogo contracultural *Whole Earth Catalog*, publicado nos anos 1960 nos EUA, e propagada pela rede de pessoas que se articulou em torno desse catálogo e de suas publicações derivadas. Ela emergiu nos anos 1990 na região do Vale do Silício como uma ideologia, alimentando a bolha da internet e o discurso de que a rede era uma mídia excepcional, de caráter democrático e transparente, um espaço de exercício da liberdade e maior exemplo dos benefícios do livre mercado. Ao definir esse discurso como ideológico nós defendemos aqui que ele funciona como um campo de disputa pelo poder e legitimação, entre grupos sociais significativos, dentro da sociedade. Neste sentido, essa ideologia não estaria beneficiando de forma exclusiva nenhum dos grupos em disputa, mas obedeceria à dinâmica de luta pelo poder político, que ora coloca um grupo em vantagem, ora coloca outro. A tese de que essa ideologia está a serviço da direita neoliberal, defendida por alguns autores, é, portanto, rebatida aqui por nós. A nossa tese é a de que, apesar de ter contribuído para a reestruturação do capitalismo a partir dos anos 1980, e ainda continuar contribuindo para a propagação de suas práticas em alguns contextos, essa ideologia também favorece o florescimento de algumas práticas que o desafiam. De modo que não devemos crer que a esquerda é totalmente desarmada por esse discurso e tem necessariamente em toda e qualquer situação a sua resistência política anulada ao se alinhar a ele. Para sustentar o nosso argumento, apresentamos o debate da neutralidade da rede, que se desenvolveu em vários países a partir dos anos 2000, como uma demonstração clara disso. Esse debate, que está ancorado na defesa de uma internet neutra e aberta, pode ser uma vitrine através da qual podemos perceber essa ideologia funcionando como um campo de disputas entre grupos da esquerda e da direita. Através da comparação entre o debate sobre a neutralidade da rede no Brasil e nos Estados Unidos, foi possível perceber que as implicações desse discurso podem se manifestar em direções inclusive opostas, resultando, por exemplo, na defesa da democracia ou na defesa do mercado.

Palavras-chave: Internet. Ideologia. Neutralidade da Rede. Neoliberalismo. Democracia.

Abstract

TORRES, Aracele Lima. **The free and open internet as an ideology: the net neutrality debate in Brazil and the United States.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

This work addresses the historical construction of a contemporary ideology that defends the view that the internet should be open and free. This ideology, called by many authors of “cyber-libertarian” ideology, has a hybrid character and is defended by groups on the right and left side of the political spectrum. The vision that sustains it is the product of a synthesis made of cybernetic ideas of the 1940s, with an individualistic romanticism of the counterculture of the 1960s and the neoliberal discourse on the rise in the United States of the 1980s. This synthesis was carried out mainly by the countercultural catalog *Whole Earth Catalog* published in the 1960s in the USA and propagated by the network of people who articulated around this catalog and its derived publications. It emerged in the 1990s in the Silicon Valley region as an ideology, fueling the internet bubble and the discourse that the network was an exceptional, democratic and transparent media, a space for the exercise of freedom, and a greater example of the benefits of free market. In defining this discourse as ideological we argue here that it functions as a field of dispute for power and legitimation among significant social groups within society. In this sense, this ideology would not be exclusively benefiting any of the groups in dispute, but would obey the dynamics of fighting for political power, which sometimes puts one group in advantage, and sometimes puts another. The thesis that this ideology serves the neoliberal right-wing, defended by some authors, is thus countered here by us. Our thesis is that, although it has contributed to the restructuring of capitalism since the 1980s, and continues to contribute to the propagation of its practices in some contexts, this ideology also favors the flourishing of some practices that challenge it. So we must not believe that the left-wing groups are totally disarmed by this discourse and have necessarily in any and all situation their political resistance nullified by aligning themselves with it. To support our argument, we present the net neutrality debate, which has developed in several countries since the 2000s, as a clear demonstration of this. This debate, which is anchored in the defense of a neutral and open internet, can be a showcase through which we can perceive this ideology functioning as a field of disputes between left and right-wing groups. Through the comparison between the debate about net neutrality in Brazil and in the United States, it was possible to perceive that the implications of this discourse can manifest in even opposing directions, resulting, for example, in the defense of democracy or in the defense of the market.

Keywords: Internet. Ideology. Network Neutrality. Neoliberalism. Democracy.

Lista de abreviaturas e siglas

ABERT	Associação Brasileira de Rádio e Televisão
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ARC	Augmented Human Intellect Research Center
ARPA	Advanced Research Projects Agency
BOC	Bell Operating Company
BPL	Broadband over Power Lines
CC	Creative Commons
CERN	Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire
CEI	Comparatively Efficient Interconnection
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CIA	Central Intelligence Agency
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CTS	Centro de Tecnologia e Sociedade
CQ	CoEvolution Quarterly
DIY	Do it yourself
DSL	Digital Subscriber Line
EFF	Electronic Frontier Foundation
ECFS	Electronic Comment Filing System
ESP	Enhanced Service Provider
EUA	Estados Unidos da América
FCC	Federal Communications Commission
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FISL	Fórum Internacional de Software Livre
IANA	Internet Authority for Number Assignment
ICANN	Internet Corporation for Assigned Names and Numbers
ISP	Internet Service Provider
MBL	Movimento Brasil Livre
MinC	Ministério da Cultura
MIT	Massachusetts Institute of Technology

MC	Ministério das Comunicações
MCI	Marco Civil da Internet
MCT	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MJ	Ministério da Justiça
MPS	Mont Pelerin Society
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NPR	Notice of Proposed Rulemaking
NSA	National Security Agency
ONA	Open Network Architecture
ONU	Organização das Nações Unidas
OSI	Open Systems Interconnection
PFF	The Progress & Freedom Foundation
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SAL	Secretaria de Assuntos Legislativos
SAIL	Stanford Artificial Intelligence Laboratory
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SRI	Stanford Research Institute
TCP/IP	Transmission Control Protocol/Internet Protocol
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VoIP	Voice over Internet Protocol
VPN	Virtual Private Network
WEC	Whole Earth Catalog
WELL	Whole Earth 'Letric Link

Sumário

Introdução.....	15
Capítulo 1: Uma história de conceitos e ideias	25
O sentido positivo versus o sentido negativo da ideologia	25
Desenredando definições possíveis	28
Os liberalismos	34
O surgimento do neoliberalismo	39
A revanche neoliberal	48
Liberdade à direita e à esquerda	55
Capítulo 2: A formação de uma ideologia híbrida	59
A ideologia californiana	59
O ciberespaço e a renovação do sonho americano	66
A computação contracultural e o individualismo romântico	74
A era da abertura: acesso aberto, mercado aberto	83
O excepcionalismo da internet: uma nação excepcional, uma rede excepcional.....	93
Capítulo 3: Afinidades eletivas: contracultura, cibercultura e neoliberalismo.....	102
Uma geração à sombra do apocalipse nuclear e da afluência econômica	102
A contracultura e reconciliação entre natureza e tecnologia	105
Nós devemos tudo aos hippies?	114
Stewart Brand: individualismo, ambientalismo e tecnologia	125
A origem do Whole Earth Catalog	134
Whole Earth, das comunas rurais às comunidades virtuais	139
Afinidades eletivas: cibercultura e capitalismo.....	147
Capítulo 4: O mercado eletrônico: o debate da neutralidade da rede nos Estados Unidos	153
As tecnologias têm política?	153
A noção de “common carrier” e as raízes da neutralidade da rede	157
A preservação da abertura como um bom negócio	165
A colisão de dois modelos de abertura	173
Restaurando a liberdade da internet	181
Capítulo 5: A ágora eletrônica: o debate da neutralidade da rede no Brasil	190
A “Lei Azeredo” e a proposta de uma legislação criminal para a internet	190
A lei de cibercrimes como um “AI-5 Digital”	196
“Democracia digital”: a construção do Marco Civil da Internet.....	205
As estratégias e desafios para a aprovação do Marco Civil.....	211
A democracia fortalecendo a internet e a internet fortalecendo a democracia	221
Considerações finais	228
Referências.....	233

Introdução

Esse trabalho é resultado do meu interesse em compreender o tipo de relação que estamos estabelecendo entre tecnologia, cultura e política. Esse interesse tem me impulsionado desde a graduação a investigar temas que poderiam fornecer algumas respostas sobre essa relação. Primeiro eu investiguei ainda de forma bastante superficial, em um trabalho de conclusão de curso, como as tecnologias digitais favoreciam de alguma maneira a ascensão de movimentos para a contestação de mecanismos de comoditização de bens intangíveis, como o copyright. Procurando entender que discursos e práticas orientavam esses movimentos e quais eram suas principais propostas. Depois eu foquei na história do movimento que defende o software livre, já no mestrado, demonstrando como esse movimento acabou se tornando uma utopia contemporânea. Defendi que ele apresenta uma proposta de configuração social diferente e, assim, funcionou para alguns grupos de esquerda como uma utopia alternativa ao socialismo, em um cenário de crise política e ideológica e de avanço do neoliberalismo que marcou o final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Alguns debates me chamaram a atenção a partir dessa pesquisa de mestrado. Um deles foi o da relação entre tecnologia e liberdade. E o outro foi o da relação entre tecnologia e ideologia. Eu havia entrado em contato com uma bibliografia e com fontes que sugeriam, por exemplo, que essa relação entre a tecnologia da informação e a defesa da liberdade individual era o núcleo de uma ideologia nascida no Vale do Silício e que possuía forte inclinação para a direita. Conforme fui me aprofundando no tema, percebi que ele possuía uma relevância histórica e que poderia ser interessante trabalhar com ele no meu projeto de doutorado. Escrevi, então, um projeto que pretendia investigar o processo histórico de construção do que alguns autores chamaram de ideologia ciberlibertária (*cyberlibertarian ideology*), analisando as suas tradições políticas, raízes e grupos defensores, assim como as suas implicações no modo como nos relacionamos com as tecnologias da informação.

Eu tinha algumas pistas fornecidas pelas fontes e bibliografia que havia estudado. Essa ideologia havia sido fermentada a partir de publicações contraculturais dos Estados Unidos, como o catálogo dos anos 1960, *Whole Earth Catalog*, e a revista eletrônica dos anos 1990, *Wired*. Esta última tendo sido fundada por pessoas do mesmo grupo que criaram esse catálogo, e que

partilhavam de uma visão romântica individualista e determinista das tecnologias da informação. Uma visão construída a partir da síntese de ideias da ciência cibernética fundada nos anos 1940, com um romantismo individualista característico do movimento da contracultura dos anos 1960, e com a defesa de ideais neoliberais em alta nos Estados Unidos dos anos 1980. Havia indícios também de que essa ideologia não seria apenas defendida por grupos de direita, mas seria partilhada entre grupos de ambos os lados do espectro político. No entanto, o tom que prevalecia nessa bibliografia era o de que essa ideologia tinha maior inclinação para uma direita conservadora em seu discurso econômico e que a esquerda, ao se alinhar também a essa visão estaria correndo o risco de favorecer os interesses do neoliberalismo. Eu me propus, então, a investigar melhor esse equilíbrio de forças dentro dessa ideologia, tentando entender se era possível afirmar que apesar de ser partilhada por ambos os grupos, ela acabava se mostrando unilateral nas suas implicações.

A escolha metodológica por uma abordagem da história das ideias foi se desenhando desde o começo. Sempre foi meu interesse entender o papel dessa ideia da internet livre e aberta, como ela se formulou e reformulou ao longo do tempo e como ela pautou as ações políticas daqueles que a defendem. Estava claro, a partir dos próprios indícios que eu já havia reunido, que essa ideia não era nova, que ela havia atravessado alguns períodos históricos e estava sendo reciclada para ser utilizada por esses grupos que a defendiam. Eu precisaria então apenas identificar alguma manifestação mais específica e atual dessa ideologia para utilizar como sua representação. Isso aconteceu durante o último ano de doutorado, quando eu tive a oportunidade de fazer um doutorado sanduíche nos Estados Unidos, berço dessa ideologia. A experiência lá foi fundamental para redefinir o recorte deste trabalho. Eu chegara lá em meio à polêmica de revogação das regras de neutralidade da rede, que aconteceu entre 2017 e 2018, da qual tratarei no capítulo 4. O debate me pareceu uma das manifestações mais claras de um discurso em defesa da internet livre e aberta.

Minhas observações me levaram a formular a estrutura atual do trabalho, dividida em cinco capítulos, sendo os três primeiros usados para demonstrar a formação dessa ideologia e suas fundações políticas e os dois últimos para demonstrar o seu funcionamento e o seu caráter híbrido e ideológico. Através da comparação entre os debates nos Estados Unidos e no Brasil, eu acreditava que poderia demonstrar como essa ideologia serve a diferentes propósitos e pode ser considerada como um campo em disputa. Embora a própria análise do caso norte-americano so-

zinha já pudesse me fornecer os elementos que eu precisasse para justificar o meu ponto, a comparação entre os dois países me pareceu mais rica no sentido de mostrar não apenas como uma mesma ideologia era usada para propósitos diferentes pela direita e esquerda em um único país, mas como esses propósitos poderiam variar também de acordo com a localização geográfica dos grupos que a defendem.

As fontes escolhidas para a construção do trabalho foram textos de estudiosos sobre a formação da ideologia ciberlibertária, usados para apresentar o panorama de sua origem e desenvolvimento; textos e manifestos publicados na internet por Stewart Brand e o seu grupo do *Whole Earth Catalog*, assim como o próprio catálogo. Estes serviram para apresentar o perfil do grupo que ajudou a propagar a ideologia ciberlibertária no Vale do Silício, assim contribuir no entendimento de suas principais influências políticas. Para fazer as comparações entre o debate da neutralidade da rede no Brasil e nos Estados Unidos, utilizamos principalmente textos online. No caso dos EUA, usamos sobretudo textos publicados pelas entidades como a FCC, as ONGs que atuam na defesa da neutralidade da rede e matérias publicadas sobre o tema. Na análise do contexto brasileiro, foram úteis produções acadêmicas sobre o Marco Civil da Internet, assim como postagens de ativistas em blogs, portais de notícias e textos do próprio site oficial do Marco Civil.

À medida que a pesquisa nos Estados Unidos foi avançando, portanto, algumas conclusões foram se formando. A primeira delas era a de que essa era uma ideologia que, de fato, tem apelo tanto entre a direita, quanto entre a esquerda, mas que enquanto ideologia era um campo aberto de disputas e negociações. A segunda era a de que o debate da neutralidade da rede, enquanto defensor da liberdade e da abertura, era uma manifestação dessa ideologia e poderia servir como uma interessante vitrine para observar o seu funcionamento.

Outra, e talvez a mais importante delas, era a de que o discurso dessa ideologia convergiu, de fato, em alguns momentos históricos, com o discurso neoliberal e ambos se beneficiaram muito dessa convergência. Mas que ela não é uma regra universal ou uma fatalidade histórica, como o próprio contexto do Marco Civil da Internet no Brasil pode atestar. Essa ideologia contribuiu para a reestruturação do capitalismo a partir dos anos 1980, e ainda contribui para a propagação de suas práticas em alguns contextos, mas também contribui para o florescimento de algumas práticas que o desafiam. Ela pode funcionar, inclusive, como um palco de conflito entre modelos de negócios que coexistem hoje no mercado. De modo que afirmar que a esquerda é totalmente desarmada por esse discurso, agindo como uma espécie de fantoche da direita, é anular a resis-

tência política que esse grupo é capaz de estruturar. É negar a própria dinâmica do jogo político. Essa é a tese que procuramos defender neste trabalho.

O texto foi dividido entre cinco capítulos, que seguem a seguinte disposição. O primeiro deles é uma espécie de história das ideias do neoliberalismo e do conceito de ideologia. A contribuição desse capítulo é apresentar ao leitor de forma clara o que chamamos de ideologia e o que chamamos de neoliberalismo. Essa apresentação é necessária para esclarecer de antemão quais são as implicações da adoção desses termos e de que forma eles ajudam a sustentar os nossos argumentos. No caso do conceito de ideologia, abordamos rapidamente as conotações negativas e as positivas que o termo adquiriu ao longo de sua história e apresentamos ao leitor a definição adotada aqui neste trabalho, que é fornecida por Terry Eagleton. Baseado nesse autor, defendemos que a ideologia é um campo de conflito e luta pelo poder, entre grupos sociais significativos que tentam legitimar os seus interesses. Esse conceito nos ajuda a explicar porque a ideologia ciberlibertária ora é apropriada pela direita, servindo aos seus interesses, ora o é pela esquerda, fazendo avançar sua agenda.

No que diz respeito ao neoliberalismo, nós escolhemos voltar um pouco no tempo para apresentar brevemente primeiro o que seria o liberalismo e como ele teria evoluído ao longo do tempo até dar luz a versões diferentes como a neoliberal. A intenção era destacar o caráter heterogêneo do liberalismo, assim como do próprio neoliberalismo. Apresentamos o liberalismo como um movimento intelectual multifacetado, que tem origem em um contexto de governos absolutistas na Europa dos séculos XVIII e XIX e que, portanto, nasceria de uma preocupação com os limites do governo. Mostramos que a retórica do *laissez-faire* e da “mão invisível”, que caracterizou o liberalismo clássico, entrou em crise com as mudanças que a Europa e os Estados Unidos enfrentaram na virada do século XIX pro XX, sobretudo com a Grande Depressão de 1929, e foi lentamente dando lugar a um liberalismo mais voltado para a defesa de interesses coletivos. O neoliberalismo teria, portanto, emergido daí como uma resposta a essa tendência de governos de regular o capitalismo durante grande parte do século passado.

Demonstramos como ele aparece primeiro em forma de um movimento de intelectuais que se reuniram em torno da *Mont Pelerin Society*, nos anos 1940, e a partir desse projeto é propagado e adotado por governos de alguns lugares do mundo, como Estados Unidos e Grã-Bretanha nos anos 1980, fornecendo um conjunto de soluções para a crise capitalista que se instalava. É também testado de forma compulsória em alguns cantos da América Latina via golpes

patrocinados por elites locais e pelo governo americano, com consultoria técnica de membros mais ilustres do próprio MPS. Alguns autores defendem que essa ascensão das ideias neoliberais do final do século XX, foi como uma espécie de revanche, uma tentativa das elites econômicas recuperarem o poder e as posições que acreditavam haver perdido no período.

Ainda nesse capítulo, fazemos uma breve discussão sobre como a ideia de liberdade é defendida à direita e à esquerda e procuramos antecipar alguma possível confusão que possa haver a respeito das nomenclaturas usadas aqui. Como explicamos, o uso das palavras libertário e *libertarian* dependendo do contexto pode se referir a movimentos e grupos diferentes. Aqui neste trabalho, usamos “ciberlibertário” para se referir de uma forma geral a quem defende essa ideologia da internet livre e aberta, seja de direita ou de esquerda. Também explicamos de forma rápida sobre os dois sentidos de liberdade, o negativo e o positivo, no intuito de ressaltar as diferenças de sentido nesta palavra quando usada por grupos da direita e quando usada por grupos da esquerda. Esses sentidos, conforme defendido por Isaiah Berlin, se relacionam com o grau de interferência nas liberdades individuais, sendo a liberdade positiva considerada como a “liberdade para” ou “estar livre para” e a liberdade negativa sendo a “liberdade de” ou “estar livre de”.

O capítulo dois funciona como uma espécie de apresentação da própria ideologia em si e do que os autores que tem trabalhado também com o tema já disseram. Assim, nesse capítulo destacamos algumas características dessa ideologia, como o seu caráter híbrido, que abriga tanto a direita quanto a esquerda, promovendo duas versões de ciberespaço diferentes, a “ágora eletrônica” e o “mercado eletrônico”. Destacamos também como ela produziu, nos anos 1990, uma metáfora do ciberespaço como uma fronteira eletrônica, que deveria ser conquistada por heróis aventureiros e desbravadores. Essa metáfora é uma tentativa de revitalizar o discurso do “sonho americano,” que articula individualidade e liberdade, e aplicá-lo à internet. Como se o ciberespaço fosse uma nova “América” colonial, oprimida pelo poder centralizado da coroa, ou, ainda, o Oeste “selvagem”, que precisasse ser desbravado e domado por heróis destemidos.

Outro ponto abordado aqui é a influência de um individualismo romântico na construção da cultura do computador e, conseqüentemente, na ideologia ciberlibertária. Como demonstramos a partir do trabalho de Thomas Streeter, esse individualismo romântico seria caracterizado por uma visão ilusória que tende a negar e fugir da história e do contexto social e privilegiar o protagonismo de indivíduos isolados. Além disso, ela constrói também uma visão da computação que não é utilitária ou pragmática, mas que se caracteriza pela necessidade de autoexpressão e

satisfação pessoal. Essa noção é muito importante para o entendimento da propagação das ideias neoliberais a partir de sua convergência com a cultura do computador. Ela permite adicionar um componente cultural na análise desse processo de desenvolvimento tanto da ideologia ciberlibertária, quando do neoliberalismo no final do século XX.

Nos dois últimos tópicos desse capítulo discutimos a origem da noção de abertura que é central na ideologia ciberlibertária, que teria começado a ser irradiada a partir da ideia da ciência cibernética de que as tecnologias da informação, sobretudo o computador, podiam fornecer a chave para o ordenamento social. A abertura, a transparência, e a livre circulação das informações foram defendidas como valores fundamentais nesse processo. Sistemas fechados tendiam ao caos. A abertura aqui foi usada como sinônimo de ordem e essa visão foi incorporada mais tarde tanto por engenheiros de software do complexo acadêmico-militar-industrial, quanto pelos jovens tecnófilos da contracultura. Essa defesa da abertura, como demonstramos também, reflete uma rejeição da ideia de controle centralizado e funcionou como uma resposta ao trauma causado pelos horrores das duas Grandes Guerras, provocados sobretudo por países autoritários fascistas.

A abertura como um valor, portanto, vai ser incorporada à cultura do computador e pautar não somente os discursos de engenheiros, mas também a própria arquitetura das tecnologias desenvolvidas por eles. Exemplo disso, como mostramos, é a arquitetura *end-to-end* (ponta-a-ponta) da internet, desenvolvida nos anos 1970, base para a defesa da neutralidade da rede, que faz com que essa tecnologia seja aberta e que permita uma troca de informações de forma não discriminatória. Isso quer dizer que em tese os pacotes que trafegam na rede recebem o mesmo tratamento, independente do conteúdo que eles carregam. Esse mesmo princípio influenciou a forma como a web foi construída nos anos 1990, orientada pelos valores da descentralização, da abertura de sua arquitetura, privilegiando software livre, e orientada à transparência e à não discriminação.

Essa defesa da abertura serviu também para impulsionar a ideia muito propagada nos anos 1990, de que a internet era uma mídia excepcional, democrática por si própria, e aberta por natureza, um espaço onde os governos não teriam soberania e não deveriam interferir. Como demonstramos, esse discurso favoreceu muito o discurso neoliberal do livre mercado. Uma internet aberta poderia representar também em alguns contextos um mercado aberto. Essa visão sobre a excepcionalidade da internet foi construída e popularizada usando como base a ideia da própria excepcionalidade dos Estados Unidos, país em que ela foi criada. A internet foi nesse contexto comparada com a democracia norte-americana na era pós-independência, como uma fronteira da

liberdade, do individualismo, da democracia e de uma economia do tipo *laissez-faire*. Tal qual a “América” pós-colonial, a rede também seria uma terra da liberdade e teria sua própria soberania.

No terceiro capítulo trazemos um panorama da contracultura, destacando o seu caráter heterogêneo e a coexistência de grupos que defendiam visões opostas sobre a tecnologia. Apesar de a contracultura ser conhecida como um movimento avesso à tecnocracia e ao aparato tecnológico construído pelo complexo acadêmico-militar-industrial, a presença de uma ala tecnófila que defendia a reconciliação entre a tecnologia e a natureza, da qual Stewart Brand fazia parte, contradiz a homogeneidade desse movimento. Essa ala, por influência de obras de autores da cibernética, acreditava que o uso de tecnologias em pequena escala poderia ajudar na transformação da sociedade. Neste capítulo é contada a história de criação do *Whole Earth Catalog* e a sua influência na articulação dessa reconciliação e nas ideias que deram origem à ideologia ciberlibertária. Junto com essa história apresentamos também um perfil de Stewart Brand ressaltando a sua visão individualista romântica, o seu ambientalismo e o seu entusiasmo pela tecnologia como representativos da visão que predominou em seus projetos.

O capítulo é finalizado com a discussão sobre como o grupo do *Whole Earth* migrou do debate sobre ambientalismo e tecnologia, que se focava na imagem das comunas rurais como o reduto da transformação social, para o debate da cibercultura que articulava tecnologia, liberdade e mercado, e que deu lugar à imagem das comunidades virtuais como o novo reduto de ação política desse grupo. Isso ocorre a partir dos anos 1980, sobretudo por influência da entrada do *Whole Earth* na internet com o seu fórum eletrônico WELL. O principal ponto desse capítulo é a apresentação de uma convergência entre o discurso da cibercultura com o do capitalismo. Aqui eu uso o conceito de “afinidade eletiva” de Max Weber para explicar essa convergência, ressaltando o novo fôlego que ela deu ao neoliberalismo nos anos 1990, mas explicando que essa afinidade não é exclusiva ou definitiva, mas que aconteceu em um contexto histórico particular.

No capítulo quatro eu abordo o debate da neutralidade da rede nos Estados Unidos. O conceito de neutralidade da rede remete à ideia de que as empresas provedoras de internet, na ausência da comprovação de danos à sua rede, não deveriam dificultar o acesso dos usuários a determinados conteúdos ou serviços. Ou seja, elas deveriam tratar todas as informações que trafegam na sua rede de forma igual, reservando a todos os conteúdos e serviços o mesmo tratamento, sem discriminar ou favorecer nenhum deles. O que defendemos neste capítulo é que no contexto norte-americano a linguagem predominante no debate da neutralidade da rede foi a econô-

mica. O debate no país, que nasceu como uma reação a uma estrutura de monopólio das empresas de telecomunicações, foi pautado por um discurso de defesa dos direitos do consumidor diante de práticas abusivas dessas empresas. Além disso, ele também funcionou como uma forma de defender a inovação nessa área e um ambiente competitivo no mercado de telecomunicações. Esse tom, no entanto, não predominou desde o início do debate, considerando que ele se originou a partir dos esforços da FCC, agência reguladora das telecomunicações no país, em coibir práticas abusivas de empresas de telecomunicações ainda nos anos 1960, através das *Computer Inquiries*.

Esse tom ganhou tração, como destacamos, a partir do início dos anos 2000, com a proposta de neutralidade da rede de Tim Wu, responsável por cunhar esse termo. Ao sugerir a imagem da neutralidade da rede como um mecanismo garantidor de um ambiente de “competição darwiniana” no mercado das telecomunicações, Wu acabou permitindo a ancoragem de grupos neoliberais nesse debate. A análise do contexto norte-americano revela, portanto, como o discurso da ideologia ciberlibertária pode tanto trabalhar contra um modelo de negócios, como a favor de outro, fazendo com que dois modelos de negócios diferentes, como as empresas de telecomunicação e as empresas que prestam serviços que rodam sobre a infraestrutura de telecomunicação, entrassem em choque.

Como demonstramos nesse capítulo, empresas de ambos os modelos de negócios endossam essa visão de que a internet deve ser livre e aberta, no entanto, discordam sobre a forma como isso deve acontecer, com mais ou menos regulação por parte do Estado. Depende do tipo de regulação, do que é regulado e de quais interesses ela atende. Uma proposta de regulação mais fraca tem vencido a disputa. Mas a predominância da defesa de uma liberdade com conotações econômicas no contexto dos EUA, como defendemos, não é de forma alguma uma afirmação de que no país apenas esse sentido possa prevalecer no debate ou que apenas a direita endossa a ideologia ciberlibertária. As conclusões apresentadas por nós aqui dizem respeito aos períodos históricos específicos analisados. O equilíbrio dessas forças pode sofrer alterações, já que essa ideologia é um campo de disputas e negociações.

O último capítulo traz as considerações sobre a análise do debate da neutralidade da rede no Brasil, que levou à aprovação do Marco Civil da Internet, em 2014. Como defendemos aqui, no país esse debate tendeu a usar uma linguagem política para abordagem da questão da governança da rede. No nosso contexto, assegurar uma internet livre e aberta significou fortalecer a nossa democracia e defender outras coisas como a inclusão digital. O debate aqui nasceu de for-

ma bem diferente do contexto norte-americano, ele se originou como uma reação a uma proposta de legislação criminal para a internet. Essa legislação, que ficou conhecida como “Lei Azeredo”, em referência ao sobrenome de seu relator, foi comparada pelos ativistas ao AI-5, ato da ditadura militar instituído em 1968, que revogava direitos civis fundamentais dos cidadãos brasileiros, como liberdade de expressão. A comparação, mesmo considerada por alguns ativistas como desproporcional, funcionou como uma forma de construir um sentido antidemocrático para a lei de cibercrimes e deslegitimá-la enquanto abordagem mais apropriada para a internet.

Diante do risco iminente de aprovação de uma legislação criminal, a comunidade de ativistas defendeu a criação de um marco regulatório civil, que garantisse a neutralidade da rede, como uma solução para manter os direitos civis básicos dos internautas. No Brasil, portanto, predominou uma versão da internet como “ágora eletrônica”, que teve como um de seus principais símbolos a escolha pioneira na forma como o Marco Civil foi construído, através de uma consulta pública on-line. No caso brasileiro, como argumentamos, o debate da neutralidade da rede serviu para a defesa de uma democracia participativa. A aprovação do Marco Civil funcionou tanto como uma defesa dessa democracia quanto da própria legitimidade do governo do Partido dos Trabalhadores. Como mostramos na última parte desse capítulo, o governo do PT, após as manifestações que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”, que desestabilizaram e colocaram em cheque sua governabilidade; assim como após os escândalos de espionagem da NSA, que representaram uma ameaça à soberania do país, abraçou o Marco Civil como uma resposta política a esses fatos e também contribuiu para a construção da sua imagem como símbolo de preservação da democracia brasileira.

Esse trabalho coloca lado a lado dois países opostos não só geograficamente, mas também em termos de abordagem de um mesmo tema. Como será possível perceber, mesmo tratando de uma mesma ideia, a de que a internet deve ser livre e aberta, a ênfase na liberdade e na abertura e os seus sentidos variam de acordo com os grupos que as defendem e de acordo com o contexto regional de cada país. Isso ajuda a ilustrar a ideia que defendemos aqui de que as ideologias não são rígidas, que elas enquanto zona de conflito entre grupos sociais podem variar de acordo com as configurações históricas e com as tendências políticas e culturais de cada país.

A ideologia ciberlibertária, no entanto, também pode ser vista como algo que nos une diante de tantas diferenças culturais, políticas, sociais, etc. Isso porque ela responde a necessidades específicas do nosso tempo, incorpora nossos anseios. Se ela tem persistido significa que nós

temos criado como necessidade para a forma como vivemos atualmente, a manutenção da ideia de que a internet deve ser aberta e livre. Assim a definimos, assim a defendemos, por mais que essa narrativa na maior parte do tempo se descole da prática, assim temos reproduzido uma memória sobre ela que se fixa na tecnologia e atravessa diferentes décadas e diferentes contextos. No Brasil, essa ideologia serviu em um determinado intervalo de tempo para defender um modelo de democracia, nos Estados Unidos ela serviu para alguns grupos definirem um modelo de relações entre empresas e consumidores. Mas nada disso, como concluimos nesse trabalho, é definitivo, porque a forma como imaginamos a comunicação via rede de computadores é um território de disputa.

Capítulo 1: Uma história de conceitos e ideias

O sentido positivo versus o sentido negativo da ideologia

O termo ideologia hoje possui uma herança ambígua que pode representar tanto a descrição de um estado de coisas, quanto a avaliação de um estado de coisas, ambas possuidoras de um sentido negativo. No entanto, a história desse termo é a história de uma batalha entre um sentido mais positivo e “neutro” da ideologia, como um corpo de ideias que permitem a compreensão das questões sociais e políticas; e um sentido mais “negativo” e crítico, como ideias que representam valores sociais e políticos invertidos e/ou equivocados (THOMPSON, 2011). Se assumirmos que a ideia de que a internet deveria ser livre e aberta é uma ideologia isso terá certas implicações que precisam ser postas na mesa e tornadas claras para o leitor. Essa primeira parte do trabalho pretende, portanto, funcionar como uma introdução a esse conceito e à sua história.

Nós devemos a noção de “ideologia” ao Iluminismo. Ela nasceu como um ambicioso empreendimento iluminista que pretendia examinar as ideias através do “olho desapassionado da ciência” (WOLF, 1999, p. 26). Ela surgiu, portanto, com o intuito de representar a “Ciência das Ideias”. O filósofo francês Destutt de Tracy, seu idealizador, desenvolveu o conceito no fim do século XVIII em meio aos acontecimentos que marcaram a Revolução Francesa. A sua intenção era criar uma ciência positiva que servisse de base para as outras ciências, assim como ajudasse a analisar as ideias e sensações, pois na sua visão estas eram o ponto de partida para a compreensão da natureza humana. Empregado inicialmente nesse contexto científico, o termo mais tarde foi incorporado ao debate político por influência dos usos feitos por Napoleão Bonaparte (THOMPSON, 2011).

Foi com Napoleão que o termo ideologia começou a ganhar um sentido pejorativo. Ele estabeleceu uma forte oposição ao grupo dos “ideólogos”, como ficaram conhecidos Destutt de Tracy e o grupo de pensadores ligados ao projeto da ciência “ideologia”. Devido às suas conexões com o republicanismo, o grupo foi acusado por Bonaparte de conspirar contra o novo regime e contra a lei. Eles se opuseram à religião e à metafísica como formas de explicar a origem das ideias humanas, mas acabaram sendo acusados de ser uma “facção metafísica” e tiveram a imagem do seu projeto invertida. Mesmo após a queda de Napoleão e o retorno do grupo a uma

posição de influência política, o sentido original do termo já havia sido esvaziado e transformado. Como veremos a seguir, o sentido negativo atribuído por Bonaparte, embora tenha sido ressignificado, foi conservado por Karl Marx e ganhou ainda mais força (CHAUÍ, 2008; THOMPSON, 2011).

A despeito de empregarem o conceito de ideologia em mais de um contexto,¹ Karl Marx e Friedrich Engels consagraram a definição mais famosa e talvez mais polêmica do termo. Embora estivessem familiarizados com o sentido empregado pelos ideólogos franceses, os autores atribuíram à ideologia um sentido negativo, que está diretamente ligado à sua leitura da sociedade a partir da ótica da luta de classes. Para Marx e Engels, a ideologia seria o processo pelo qual a classe dominante, em uma sociedade definida pela luta de classes, torna suas ideias dominantes para todas as outras classes. Esse processo, inclusive, só é possível por que existe esse conflito de classes, ou seja, porque uma classe domina as outras; e para que essa dominação se perpetue é que a ideologia nasce como forma de ocultar essa divisão social e a disputa que ela gera. O papel da ideologia para o marxismo seria, portanto, fazer com que essas ideias dominantes pareçam aos dominados a verdade sobre a realidade (THOMPSON, 2011).

Os teóricos posteriores a Marx e Engels que abordaram o tema da ideologia tenderam a tratá-la pelo viés mais positivo ou “neutro”, tanto dentro do próprio marxismo como fora dele. Esse processo ao qual John B. Thompson chama de “processo de neutralização” do conceito aconteceu dentro do próprio marxismo. Ele foi resultado de uma generalização que marxistas como Lenin e Georg Lukács realizaram ao empregarem o termo na tentativa de construção de estratégias revolucionárias. Lenin usou, por exemplo, o termo “ideologia socialista” em contraposição à ideologia burguesa; e Lukács falou do marxismo como “a expressão ideológica do proletariado” (EAGLETON, 1997; THOMPSON, 2011). Para ambos, e para essa tradição de pensamento na qual eles se encaixaram, a ideologia seria a expressão dos interesses das classes envolvidas no conflito de classes que caracteriza a sociedade capitalista. Ou seja, enquanto para Marx e Engels a ideologia era um empecilho na construção de uma sociedade socialista, para

¹ John B. Thompson (2011) identifica pelo menos três sentidos de ideologia empregados por Marx e Engels em suas obras: a concepção polêmica, a concepção epifenomênica e a concepção latente. A primeira está ligada ao ataque de Napoleão aos ideólogos e concebe a ideologia como uma doutrina representativa de ideias ilusórias ou enganadoras, que se apresentam separadas da vida política. A segunda descreve a ideologia como um sistema de ideias que representa os interesses da classe dominante, ocultando as reais relações de classe existentes. Esse sentido foi o que ganhou mais destaque nas obras dos autores. A última concepção o próprio Thompson chama de latente porque não é um conceito que Marx e Engels relacionem diretamente à ideia de ideologia. Neste conceito, a ideologia estaria ligada às ideias que sustentam a relação de dominação tendo como base o passado ao invés do futuro.

essa tradição ela poderia representar uma arma a ser usada pelo próprio proletariado (THOMPSON, 2011).

Ligado a uma tradição mais sociológica e pós-marxista, o sociólogo húngaro Karl Mannheim abordou o tema da ideologia ao propor um método para a análise do pensamento, o qual chamou de “sociologia do conhecimento”. Mannheim apresentou esse método em seu famoso “Ideologia e Utopia,” publicado em 1929, no qual defendeu a tese de que “existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais” (1986, p. 30). Para ele, a ideologia pode ser definida a partir de uma concepção particular e de uma total. Na particular o conceito se refere às distorções e disfarces mais ou menos conscientes que mascaram a real natureza de uma situação. Por sua vez, a concepção total se refere à ideologia de uma época ou de um determinado grupo social. O que há de comum nesses dois conceitos, segundo ele, é o fato de que a compreensão do que foi dito pelo indivíduo/grupo/classe depende da análise de suas condições sociais e não do valor do que foi efetivamente dito.

Além dessas duas concepções, Karl Mannheim também define ideologia em contraste com utopia e ambas em contraste com a própria realidade. Para ele, tanto a ideologia quanto a utopia são ideias incongruentes com a realidade na qual estão inseridas, elas não cabem na “ordem em curso” e são “situacionalmente transcendentais” ou “irreais” (idem, p. 218-19). A diferença é que enquanto as ideologias jamais conseguem de fato transformarem-se naquilo que pretendem, as utopias podem transformar a realidade histórica para a realidade expressa em seu discurso. Ou seja, a primeira seria sempre essencialmente fracassada enquanto a segunda sempre teria um potencial de realização.

Para Terry Eagleton (1997) a sociologia do conhecimento de Mannheim é uma tentativa de eliminar a concepção marxista de ideologia e substituí-la por uma concepção mais generalizada significando uma “visão de mundo” ou um “pensamento socialmente determinado”. O problema, segundo ele, é que como isso pode ser aplicado a qualquer pensamento, há o risco de se cancelar totalmente o conceito de ideologia. Ele explica:

... Mannheim amplia o termo ideologia para além de qualquer emprego útil, igualando-o à determinação social de absolutamente qualquer crença, ou restringe-o indevidamente a atos específicos de engodo. Deixa de compreender que a ideologia não pode ser sinônimo de pensamento parcial ou de perspectiva — pois a qual pensamento isso não se apli-

ca? Para que o conceito não seja inteiramente vazio, deve ter conotações um tanto mais específicas de luta por poder e legitimação, dessemelhança estrutural e mistificação (p. 103).

A crítica de Eagleton é pertinente na medida em que o movimento para neutralizar e ampliar o conceito de ideologia arrisca com isso a sua invalidação como ferramenta de leitura da realidade. O próprio Eagleton, apesar de assumir a necessidade da reformulação do conceito, evitando tratá-lo do mesmo modo negativo que Marx e Engels, ainda propõe um sentido à luz da noção marxista de que uma ideia para ser ideológica precisa estar relacionada à luta por poder e dominação entre classes. Como veremos a seguir, ambas as propostas, tanto a de Eagleton, quanto a de Mannheim são definições possíveis para o termo. Como sinalizamos no início, essa disputa entre um sentido positivo/neutro e um sentido negativo é o que caracteriza a história do termo e é o que também confirma a impossibilidade de definição única e definitiva para ele.

Desenredando definições possíveis

Embora tenha passado por algumas tentativas de neutralização, a ideologia ainda carrega um sentido negativo forte. Apontar um determinado discurso como ideológico confere a ele certo peso e distinção em relação a outros discursos que não são categorizados da mesma forma. Essa classificação carrega, historicamente, uma crítica implícita. Quando apontamos para algo ou alguém como ideológico, é como se estivéssemos apontando para um defeito alheio. O ideológico é sempre o outro, nunca nós mesmos (RICOEUR, 2006; THOMPSON, 2011). Ninguém está confortável em assumir que seu próprio pensamento é ideológico, pois isso pode implicar assumir algo de irracional ou ilusório em relação ao modo como se interpreta a realidade (EAGLETON, 1997).

A historicidade do termo, no entanto, impõe a consideração de sua ampla variedade de significados já empregados. É necessário, como sugere Terry Eagleton, “desenredá-los” para que se possa utilizá-los na compreensão dos processos da luta política. Em seu trabalho “Ideologia:

uma introdução”, o autor exemplifica essa variedade e apresenta uma considerável lista de significados que têm sido atribuídos ao termo ao longo do tempo. Estes seriam:

- a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) um corpo de idéias (sic) característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) idéias (sic) que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- d) idéias (sic) falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- e) comunicação sistematicamente distorcida;
- f) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- h) pensamento de identidade;
- i) ilusão socialmente necessária;
- j) a conjuntura de discurso e poder;
- k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
- m) a confusão entre realidade lingüística (sic) e realidade fenomenal;
- n) oclusão semiótica;
- o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
- p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural. (ibidem, p. 15-6).

Três pontos são considerados importantes por ele nessa lista. O primeiro é que nem todos os sentidos presentes nela são compatíveis entre si, sendo alguns até mesmo contraditórios. Há algumas definições que podemos considerar como “neutras”, como é o caso das letras “a” e “b”, por exemplo. Já outras definições como as descritas nas letras “c” e “i”, podem ser consideradas como pejorativas ou negativas, porque estão relacionadas com a noção de falsa consciência ou ilusão sobre a realidade. Em segundo lugar, algumas dessas definições podem ser empregadas pejorativamente, para acusar alguém de ideológico, por exemplo, como se se tratasse de apontar para um defeito alheio. Por fim, algumas delas envolvem questões epistemológicas a respeito da percepção que temos da realidade, se ela é equivocada ou não, enquanto outras não a abordam e tratam a ideologia apenas como ideias que nos orientam para a ação.

Dentro da teoria da ideologia, explica ainda ele, há duas tradições correntes, ambas herdeiras do debate iniciado pelo marxismo, que se dividem entre os que se detiveram na questão epistemológica da ideologia como falseamento da realidade, distorção ou ilusão, aí se pode citar o próprio Marx, Georg Lukács e outros marxistas posteriores; e os que focaram na função desempenhada pelas ideias na vida social, mais do que no seu caráter de falsas ou verdadeiras. Essa seria uma tradição mais sociológica e teria como um de seus principais representantes o próprio

Karl Mannheim. Nesta tradição sociológica há uma tendência a aceitar a tese da “ideologia como legitimação”, da qual John B. Thompson é um dos principais representantes (idem). Segundo essa tese, a ideologia seria uma forma de legitimar o poder de uma classe ou grupo dominante através, principalmente, da universalização e naturalização de seus valores e crenças. A eliminação, o obscurecimento e a difamação de valores que possam ser rivais.

Em sua obra “Ideologia e cultura moderna”, Thompson (2011) propõe um conceito de ideologia que, segundo ele, procura evitar algumas tendências da maioria dos teóricos recentes: encarar a ideologia como um “cimento social” que fornece valores coletivamente compartilhados; pensar a ideologia como atributo de certos sistemas simbólicos, como conservadorismo, comunismo, etc.; pensar a ideologia apenas em relação à esfera política no sentido estrito, ele procura pensar nos contextos da vida cotidiana também; pensá-la como pura ilusão ou imagem invertida do real. Essa reformulação é o que ele chama de “concepção crítica da ideologia”, ela mantém o sentido negativo do termo, que segundo ele não pode ser eliminado, mas amplia o conceito para abranger “relações de poder que são sistematicamente assimétricas”, ou que ele chama de “relações de dominação”. Por esse ângulo, ideologia para ele é “sentido a serviço do poder” (p. 16).

Para Terry Eagleton (1997), no entanto, nem todo conjunto de ideias considerado como ideológico está associado a um poder político dominante. Assumir isso gera um dilema de por que, por exemplo, o fascismo poderia ser considerado uma ideologia ao passo em que o feminismo e o socialismo não. Segundo seu ponto de vista, tentar contornar esse dilema ampliando o conceito e o relacionando com sistema de crenças e poder político, como o fazem teóricos como Martin Seliger (1976), também não resolve o problema. Isso acaba eliminando elementos da ideologia que muitos teóricos acreditam serem centrais, como, por exemplo, a falsa sensação de resolução das contradições da sociedade e a naturalização do status quo. Se se amplia a ideologia para compreender formas de pensamento que não são dominantes ou que não endossam uma determinada ordem social, corre-se o risco, como ele próprio apontou no caso de Karl Mannheim, de esvaziar-se o conceito e torná-lo “politicamente desdentado”.

Nesse ponto Eagleton faz uma crítica à noção de poder adotada pelos teóricos da “ideologia como legitimação”. Seguindo a lógica de Nietzsche e Michel Foucault, de que o poder estaria em toda parte, esses teóricos buscaram explicar a ideologia como presente em todas as relações de poder ou como um discurso dotado de interesses. Para ele, é clara a necessidade de se distinguir interesses e conflitos de poder que são centrais em uma sociedade, daqueles que não são:

Pois, se não há valores e crenças que *não* sejam relacionados com o poder, então o termo ideologia corre o risco de expandir-se até o ponto de desaparecer. Qualquer palavra que abranja tudo perde o seu valor e degenera em um som vazio. Para que um termo tenha significado, é preciso que se possa especificar o que, em determinadas circunstâncias, seria considerado o outro dele – o que não significa, necessariamente, especificar algo que *seja sempre e em qualquer parte* o outro dele. Se o poder, como o próprio Todo-Poderoso, é onipresente, então a palavra ideologia deixa de particularizar algo e perde totalmente sua capacidade de informar – da mesma forma que se cada amostra do comportamento humano, seja ela qual for, inclusive a tortura, fosse considerada um exemplo de compaixão, a palavra compaixão se reduziria a um significante vazio (ibidem, p. 20-1).

Assim como essa noção de “ideologia como legitimação” apresenta riscos de eliminar partes importantes daquilo que caracteriza historicamente o conceito, a abordagem epistemológica para ele também apresenta alguns problemas. Nesta, a ideia de que muitos de nós não conseguimos conhecer a realidade como ela realmente é e que temos uma falsa consciência dela, implica assumir que existiria uma visão correta de mundo e que apenas uma pequena elite teria acesso a ela. Essa visão da ideologia como “falsa consciência” não parece a ele convincente porque ignora a racionalidade moderada dos seres humanos em geral e a eficácia da ideologia em fornecer sentido às experiências cotidianas das pessoas. A maioria das crenças possui um elemento de verdade e se apoiam, ainda que de forma limitada, nas atividades práticas das pessoas. Acreditar que a maioria dos seres humanos sustentariam ideias vazias ou falsas pelas quais, inclusive, estariam dispostas a morrer para defender, é sustentar que elas são incapazes de raciocinar de modo coerente (idem).

Além de ser difícil defender que a grande maioria das pessoas é irracional, do mesmo modo é difícil acreditar que elas estão equivocadas a respeito das suas próprias experiências vividas. A eficácia das ideologias, portanto, segundo sua visão, está exatamente no fato de que elas são reais o suficiente para dar algum sentido à experiência de vida das pessoas. Como ele mesmo defende, as ideologias:

Devem ser “reais” o bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente, devem fornecer motivações sólidas para a ação efetiva, e devem empenhar-se, o mínimo que seja para explicar suas contradições e incoerências mais flagrantes. Em resumo, para terem êxito as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada. Podem ser, por exemplo, muito verdadeiras no que decla-

ram mas falsas naquilo que negam — como o são, segundo John Stuart Mill, quase todas as teorias sociais. Qualquer ideologia dominante que falhasse por completo em harmonizar-se com a experiência vivenciada por seus sujeitos seria extremamente vulnerável, e seus representantes fariam bem em trocá-la por outra (ibidem, p. 27).

Diante dessas críticas e dos dilemas que as teorias sobre ideologia têm apresentado, Terry Eagleton propõe seis formas possíveis de definir o termo. A primeira delas seria um processo de produção de ideias, crenças e valores na vida social. Essa definição seria a política e epistemologicamente neutra, mais próxima do conceito de “cultura”, porém mais ampla que ele. Ela diz respeito ao modo como os indivíduos vivenciam suas práticas sociais, enfatiza a determinação social do pensamento, mas silencia sobre o conflito político. A segunda definição é visão de mundo de algum grupo ou classe socialmente significativa. Aqui ele faz questão de destacar “socialmente significativa”, pois entende que esse conjunto de ideias ou crenças precisa ter relevância social e ser partilhado por um grupo consideravelmente grande de pessoas. Ou seja, essa definição diz respeito às ideias ou crenças que simbolizam a experiência social de algum grupo, e que podem ser verdadeiras ou falsas, mas se ocupam com assuntos fundamentais para a sociedade.

A terceira definição é a promoção e legitimação de interesses de grupos sociais em face de interesses opostos. Neste sentido a ideologia é vista como um campo discursivo onde há conflito de poderes sociais que buscam se autopromover. Não se trata, no entanto, da promoção de quaisquer interesses, mas de interesses relevantes para apoiar ou desafiar alguma ordem política. Além disso, ela apresenta-se não como um discurso verídico, mas como retórica persuasiva que busca produzir efeitos para propósitos políticos. O quarto significado seria promoção e legitimação de interesses de grupos dominantes. Esse conserva a ideia de que a ideologia promove e legitima interesses de certos setores da sociedade, mas diz respeito somente a grupos sociais dominantes. Neste sentido, ela funciona unificando a sociedade de forma conveniente ao poder dominante, não através da imposição de ideias, mas tentando garantir uma cumplicidade da parte dos grupos subordinados. Essa definição ainda seria epistemologicamente neutra e, como ele destaca, não implica dizer que todas as ideias de grupos dominantes são ou precisam ser ideológicas.

O quinto sentido do termo diz respeito à promoção e legitimação de interesses de grupos dominantes (mediante distorção e dissimulação). Aqui novamente é preciso dizer que nem todas as ideias de grupos dominantes são ideológicas, pois nem todas recorrem à distorção e dissimulação para se legitimarem. O último significado da ideologia relaciona-se a crenças falsas ou ilusó-

rias oriundas da sociedade como um todo. Esse sentido é pejorativo, porém evita o emprego “genético-classista” do termo se referindo a interesses da sociedade como um todo e não apenas de uma classe em particular. A teoria marxista sobre o fetichismo da mercadoria seria o seu principal exemplo.

Para o propósito desse trabalho, acreditamos que usar um significado que reflete os interesses de grupos sociais significativos em disputa dentro de um mesmo campo discursivo seria o caminho mais adequado. Neste sentido, adotaremos aqui a terceira definição do termo proposta por Terry Eagleton, a ideologia como “promoção e legitimação” de interesses de grupos sociais significativos, que apoiam ou desafiam certa ordem. Entendemos a crença de que a internet é uma ferramenta democratizante, de que é um espaço que deveria permanecer livre e aberto, como parte de uma visão de mundo articulada por uma elite tecnocrática socialmente significativa. Entendemos também que essa visão de mundo não necessariamente é fiel à realidade da internet, já que sabemos que há estruturas não transparentes e não livres, como é o caso do Facebook, por exemplo. Neste sentido, essa ideologia se apresenta como um discurso não verídico e que tenta persuadir a respeito dessa liberdade e abertura para produzir determinados efeitos políticos.

Essa elite tecnocrática, portanto, tem conseguido tornar essa visão extremamente relevante no cotidiano de muitas pessoas, fornecendo a elas motivações e bases sólidas para a ação, como o caso da neutralidade da rede. Esse significado de ideologia é o que a considera como um campo de conflito e pode ser caracterizado da seguinte forma:

As classes sociais não manifestam ideologias da mesma maneira que indivíduos exibem um estilo particular de andar: a ideologia é antes um campo de significado complexo e conflitivo, no qual alguns temas estarão intimamente ligados à experiência de classes particulares, enquanto outros estarão mais “à deriva”, empurrados ora para um lado, ora para o outro na luta entre os poderes contendores. A ideologia é um domínio de contestação e negociação, em que há um tráfego intenso e constante: significados e valores são roubados, transformados, apropriados através das fronteiras de diferentes classes e grupos, cedidos, recuperados, reinfletidos (ibidem, p.96).

A internet livre enquanto ideologia se articula com outro tipo de ideologia, a neoliberal, mas, como campo de disputa, não se limita a ela, tendo em vista os grupos sociais de esquerda que também a incorporam em suas práticas políticas, se afiliando a essa visão, mas, ao mesmo tempo, colidindo e conflitando com o conjunto de prescrições dadas pelo neoliberalismo a respei-

to do conceito de liberdade (negativa ou positiva), de democracia, do papel dos indivíduos e do papel do Estado na defesa e manutenção de uma internet livre e aberta. Dessa forma reconhecemos que há nessa ideologia ciberlibertária um componente de promoção e legitimação dos interesses de uma ordem capitalista neoliberal, mas que ela está, enquanto campo de disputa, sujeita também a ser usada para representar outros interesses. Veremos melhor como essa ideologia pode orientar ações diferentes e, até mesmo, opostas ao analisar os cenários de desenvolvimento dos debates de neutralidade da rede nos Estados Unidos e no Brasil.

Os liberalismos

Neoliberalismo, assim como ideologia, não é um termo simples de definir. Ele pode se referir a mais de uma coisa: um estágio econômico do capitalismo, um projeto coletivo intelectual, uma política ou um regime cultural (RODGERS, 2018). Como “pensamento coletivo” seu desenvolvimento ocorreu simultaneamente em várias partes do mundo e, portanto, é um movimento heterogêneo, que tem múltiplas correntes e focos (MIROWSKI; PLEHWE, 2015). Para entendermos melhor sobre cada um desses significados, temos primeiro que entender sobre esse processo de construção do movimento intelectual neoliberal. Uma melhor compreensão desses “neoliberalismos” passa pela revisão da história dos “liberalismos”. Por isso, faremos a seguir uma breve introdução sobre a tradição liberal, a partir da qual o neoliberalismo se originou.

Como alertam Christian Laval e Pierre Dardot (2016), “o liberalismo é um mundo de tensões. Sua unidade, desde o princípio, é problemática” (p. 37). Desse modo, ele deve ser descrito como um movimento intelectual multifacetado, nascido entre o final do século XVIII e começo do século XIX, na Grã-Bretanha, e que tem apresentado diferentes e, até mesmo, contraditórias versões ao longo do tempo. Além disso, pode ser caracterizado como uma ideologia política capaz de comportar representantes dos dois lados do espectro político, tanto à direita quanto à esquerda. Apesar de não ser homogêneo, é possível distinguir, dentro de suas várias tradições, algumas tendências históricas e especificidades geográficas, assim como alguns valores-chave que permeiam tudo isso. Dentre eles estão: “o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado” (idem).

O “primeiro” liberalismo, chamado de “liberalismo clássico,” se desenvolveu na região da Grã-Bretanha a partir da segunda metade do século XVIII e foi o liberalismo da “mão invisível”² e do *laissez-faire*.³ Tem como seus principais representantes Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo. Os defensores dessa corrente, sobretudo Adam Smith, são creditados como os pais do movimento intelectual liberal. Esses teóricos liberais viveram em um período marcado por governos absolutistas e suas teorias refletiram a preocupação com a “elaboração da questão dos *limites* do governo” (ibidem, p. 33). Como explicam Christian Laval e Pierre Dardot, “o governo liberal é enquadrado por ‘leis’, mais ou menos conjugadas: leis naturais que fazem do homem o que ele é ‘naturalmente’ e devem servir de marco a ação pública; leis econômicas, igualmente ‘naturais’, que devem circunscrever e regular a decisão política” (idem).

O liberalismo clássico foi alvo de críticas desde o início. No começo do século XIX, a vertente do “utilitarismo,” desenvolvida também na Grã-Bretanha, por Jeremy Bentham, James e John Stuart Mill e na França por Alexis de Tocqueville, apesar de emprestar algumas ideias de Adam Smith (TURNER, 2008), via com significativas ressalvas o “otimismo” em relação ao progresso e harmonia que supostamente se desenvolveriam de forma natural na sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016). Da mesma forma que o liberalismo clássico, o utilitarismo também apresentava uma grande desconfiança em relação ao poder do Estado, e defendia sua restrição quando o assunto fosse relacionado à vida privada dos indivíduos. No entanto, para este segundo grupo, o Estado poderia ter o direito de interferir em questões sociais se orientando pelo princípio da utilidade e considerando o bem-estar geral (TURNER, 2008).

O liberalismo clássico, que triunfara em meados do século XIX, mergulhou numa longa crise no fim do século. Essa crise estava relacionada com o “problema prático da intervenção política em matéria econômica e social e o da justificação doutrinal dessa intervenção” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 38). Seria uma “crise da governamentalidade liberal”, um problema entre a teoria e a prática. O liberalismo se tornou uma “ideologia muito estreita” e falhou quando se viu confrontado para dar conta das alterações econômicas e sociais ocorridas no capitalismo entre

² “Mão invisível” (*invisible hand*) foi um termo cunhado por Adam Smith em seu famoso trabalho “A riqueza das nações”, de 1776. Para Smith, a ordem social em um mercado livre seria alcançada de forma natural com a ajuda de uma espécie de “mão invisível” que harmonizaria os interesses de todos. A ideia implícita aqui é a de que o mercado seria capaz de regular a si próprio.

³ “Laissez-faire” é uma expressão francesa que pode ser traduzida como “deixar fazer”. Ela corresponde a uma doutrina econômica que prega a não intervenção do Estado na economia. Junto com a ideia da “mão invisível” ela dá sustentação à noção de que o mercado não deveria ser regulado artificialmente, pois ele teria suas próprias “leis,” como a da oferta e da demanda, por exemplo, que naturalmente funcionam promovendo um equilíbrio.

o fim do século XIX e início do século XX. Alterações essas que demandavam intervenção governamental para mediar conflitos de classe que ameaçavam, entre outras coisas, a propriedade privada.

Nesse momento, não só as críticas da vertente utilitarista colocavam em cheque as propostas liberais clássicas para a sociedade, mas a própria configuração econômica as desafiava. “O ‘capitalismo histórico’ correspondia cada vez menos aos esquemas teóricos das escolas liberais, quando elas inventavam histórias em torno da idealização das ‘harmonias econômicas’” (ibidem, p. 39). A crescente necessidade de reformas nas leis que regulamentavam as condições de trabalho e salário em uma Europa em pleno processo de industrialização e a inadequada resposta da proposta liberal para essa situação, também agravaram a crise do liberalismo.

A reação a esse utilitarismo que justificava a intervenção política e até mesmo relativizava o direito à propriedade privada, partiu principalmente de Herbert Spencer, que no fim do século XIX acusava esse “utilitarismo empírico” de “socialista” e seus defensores liberais reformistas de “traidores”. O “spencerismo” foi a “primeira tentativa de refundação filosófica do liberalismo” (ibidem, p. 45) e adiantou alguns dos temas que mais tarde foram importantes no desenvolvimento do neoliberalismo, como a ideia da concorrência entre os indivíduos. Spencer defendia um anti-estatismo radical e um utilitarismo baseado em um “evolucionismo biológico,” inspirado na teoria da seleção natural de Charles Darwin e nas teorias de Thomas Malthus. Ele enxergava toda forma de auxílio aos pobres e mais vulneráveis de forma negativa, pois acreditava na importância da competição entre os indivíduos para o progresso social. O spencerismo teve muita influência na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (EUA) no fim do século XIX.

Para Dardot e Laval, o spencerismo constitui uma “grande virada” na história do liberalismo, pois ele traz para o centro do debate a ideia de que a concorrência/competição é fundamental para o progresso social. Dessa forma, Herbert Spencer teria contribuído para renovar o dogmatismo do laissez-faire e fornecido uma ideologia que justificasse a exploração de grande parte da sociedade por uma minoria de capitalistas por “leis naturais”. Ele seria o responsável por operar uma mudança do “centro de gravidade” do pensamento liberal do modelo baseado na divisão do trabalho para um baseado na concorrência. Para os autores, esse esforço de Spencer para revitalizar os valores liberais do individualismo e anti-estatismo teve consequências profundas nessa ideologia, reverberando na própria formação do neoliberalismo, para o qual a concorrência/competição é um valor-chave:

O neoliberalismo, em seus diferentes ramos, será profundamente marcado por esse evento [a mudança de modelo], mesmo quando o evolucionismo biológico for abandonado. Será evidente que a concorrência é, como luta entre rivais, o motor do progresso das sociedades e que todo entrave que se coloca a ele, em particular pelo amparo às empresas, aos indivíduos ou mesmo aos países mais fracos, deve ser considerado um obstáculo à marcha contínua da vida. Infelizes dos vencidos na competição econômica! (ibidem, p. 54)

Na Alemanha desenvolveu-se o “liberalismus,” a partir de uma configuração muito particular de Estado e de forma muito mais lenta que na Grã-Bretanha. Essa vertente, que tomou forma a partir da segunda metade do século XVIII, foi representada por figuras como Immanuel Kant e Wilhelm von Humboldt. Esse tipo de liberalismo se apoiava na ideia do *Rechtsstaat* (Estado de direito) e defendia que o Estado era a esfera da legalidade e tinha como função garantir a liberdade individual através da lei e do direito. Nos Estados Unidos a tradição liberal, diferente do que ocorreu na Alemanha ou Grã-Bretanha, se desenvolveu da combinação de ideias liberais europeias que foram interpretadas e adaptadas para a realidade local. O “liberalismo lockeano,” como pode ser chamado, surgiu na região como uma força importante no contexto da luta por independência das colônias norte-americanas, na segunda metade do século XVIII (TURNER, 2008).

Thomas Jefferson e John Adams, duas figuras centrais na Revolução Americana, combinaram o republicanismo com a filosofia liberal do inglês John Locke na construção de um aparato discursivo que legitimasse sua defesa da liberdade durante o processo de independência. O liberalismo, portanto, foi uma “ideologia fundadora” por trás da Revolução e do próprio processo de criação da Constituição norte-americana. No século XIX, sobretudo após a Guerra de Secessão (1861-1865), os ideais liberais passaram a ser adotados na economia. Os Estados Unidos emprestaram novamente do liberalismo britânico algumas ideias que nortearam sua expansão comercial e industrial, especialmente o spencerismo. A específica configuração da sociedade americana, sem uma aristocracia forte para condenar o comércio em favor da virtude, e sem uma classe trabalhadora forte para opor socialismo a liberalismo, diferente da que havia na Europa, também favoreceu a formação da “América liberal” (idem).

O final do século XIX e início do XX marcou uma mudança radical nos rumos do liberalismo, que culminou com a ascensão do “coletivismo” e, posteriormente, do neoliberalismo. Houve um movimento de reforma dentro do próprio liberalismo tendo como consequência uma

guinada para a defesa do intervencionismo do Estado para garantir o bem-estar geral. Um “novo liberalismo” surgiu na Grã-Bretanha em função de um novo rearranjo ideológico que abarcasse as transformações sociais que precederam o período da Primeira Guerra Mundial. Houve uma pequena guinada para a esquerda, sem, no entanto, que isso compromettesse os princípios fundamentais do liberalismo tradicional. Pensadores como L. T. Hobhouse e John Hobson mantiveram a crença no individualismo como um valor importante, mas o reconciliaram com ideias como “bem comum”, “social” e “igualdade de oportunidade”. O Estado também passou a ser visto de forma mais positiva, ocupando uma posição ativa no que diz respeito a prover igualdade de oportunidade para os indivíduos.

Esse novo liberalismo teve também seu caminho nos Estados Unidos como *New Deal Liberalism* (liberalismo do Novo Acordo) (RODGERS, 2018). No começo do século XX, o discurso liberal se ajustou ao cenário econômico e político marcado pela Grande Depressão de 1929 que devastou o país e o mundo. Sob a perspectiva de Eric Hobsbawn (1995), a consequência política mais significativa em longo prazo da Grande Depressão foi a destruição do liberalismo clássico por meio século. A crise de 1929 obrigou não só os Estados Unidos, mas os governos ocidentais de modo geral, a priorizar políticas sociais em detrimento das econômicas a fim de controlar o desmoronamento do capitalismo. Pesou contra o capitalismo desregulado o fato de a União Soviética ter passado imune pela Grande Depressão enquanto os países capitalistas liberais ocidentais agonizavam com seus efeitos. A necessidade de algum tipo de controle sobre a economia por parte do governo ficou evidente também por conta disso.

Nesse cenário uma nova abordagem econômica baseada nas ideias do economista britânico John Maynard Keynes deu o tom para esse novo liberalismo. As medidas para contornar a crise, empregadas pelo então presidente Franklin D. Roosevelt, que ficaram conhecidas por *New Deal* (Novo Acordo), envolveram intervenção direta do governo para estabilizar a economia, com investimentos em obras públicas, controle de preços e produção, criação de auxílios aos trabalhadores e de novos empregos. As políticas do *New Deal* foram o maior exemplo do avanço de um discurso liberal progressivista nos Estados Unidos pós-grande depressão. O “progressivismo liberal” que surgiu no momento foi uma tentativa de fornecer soluções políticas e econômicas à luz do liberalismo tradicional, mas que não fossem nem socialistas e nem capitalistas sem regulação (idem).

O dogmatismo dos liberais e a recusa em compreender que suas fórmulas e teorias não davam mais conta da nova realidade econômica e social tornaram-os isolados e os fez parecer “conservadores obtusos” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 42). Nos Estados Unidos, isso se refletiu de forma clara na nomenclatura política. Essa reinterpretação do termo “liberal” impactou significativamente na terminologia política no país. Desde o final do século XIX “liberal” e “liberalismo” já eram usados para se referir a quem apoiava reformas no capitalismo e rejeitava o *laissez-faire* (ibidem). Com a crise de 1929 e a criação do *New Deal*, liberal virou sinônimo de defensor do *New Deal*, enquanto *conservative* (conservador) virou sinônimo de defensor do Estado mínimo e dos valores do velho liberalismo do século XIX (TURNER, 2008).

O neoliberalismo, portanto, surgiu como uma “decantação” do “novo liberalismo” (DARDOT, LAVAL, 2016). Ele concordava com este quando se tratava de admitir que o *laissez-faire* não funcionava mais como chave de leitura para a nova realidade que se apresentava, mas discordava dos “novos liberais” quando o assunto era o papel do Estado na sociedade. Para eles, esse papel não é o de garantir, necessariamente, o bem-estar geral através de intervenções que corrijam ou compensem as falhas do mercado, “mas de produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo” (ibidem, p. 69). Sob forte influência do *spencerismo* do século XIX, os neoliberais abraçaram a concorrência como motor de funcionamento da sociedade, mas se distanciaram da teoria de Spencer ao assumir a necessidade de uma intervenção mínima do Estado. Para eles, a ordem do mercado não aconteceria de forma natural, mas seria resultado dessa intervenção.

O surgimento do neoliberalismo

O cenário que propiciou o desenvolvimento do projeto neoliberal foi marcado pela crença de que liberalismo do *laissez-faire* não representava mais uma força política dominante na primeira metade do século XX. Toda uma literatura se dedicou a anunciar isso, como o fez, por exemplo, John Maynard Keynes, assumindo em publicação de 1926 o “fim do *laissez-faire*”. Keynes junto com os economistas austríacos Joseph Schumpeter e Karl Polanyi foram vozes importantes na propagação da crença de que o *laissez-faire* tinha se esgotado e de que era o momen-

to de procurar uma terceira via entre o dogmatismo do laissez-faire e o socialismo (TURNER, 2008).

Somada a essa produção intelectual estava a tendência dos governos democráticos no Ocidente de adotarem atitudes intervencionistas no período posterior à Grande Depressão e no período do pós-Segunda Guerra. O capitalismo havia dado sinais de colapso no entre-guerras e vários governos adotaram o “socialismo liberal” como uma forma de controlar minimamente a economia, mas sem adotar um controle no estilo centralizado soviético. Nesse cenário a teoria de Keynes serviu como base para o desenvolvimento do que ficou conhecido como “políticas keynesianas”. Esse “caminho para a planificação”, como o chama Rachel Turner (2008), que países como Alemanha, Estados Unidos e Grã-Bretanha seguiram nos pós-guerra, despertou uma reação por parte dos liberais defensores do Estado mínimo.

“O neoliberalismo, portanto, foi verdadeiramente um filho da Grande Depressão” (PLEHWE, 2015, p. 12, tradução nossa), tanto o termo quanto o conceito envolto nele. As críticas contra a predominância do coletivismo na esfera política e econômica deram corpo a esse novo sabor de liberalismo. Esse coletivismo foi incluído numa espécie de combo do qual também faziam parte o nazismo, fascismo, o socialismo soviético e o *New Deal*, que, para os articuladores do novo projeto do neoliberalismo, ameaçava a liberdade pessoal. Apontar similaridades entre a planificação e a ditadura foi uma prática constante nas publicações dos opositores do *New Deal* e do coletivismo, como Friedrich Hayek (TURNER, 2008). A oposição a esse coletivismo começou a se manifestar, através de produções intelectuais, assim como também por meio de conferências que reuniam interessados em discutir uma alternativa para “garantir um livre mercado e redefinir adequadamente as funções do estado para alcançar esse objetivo” (PLEHWE, 2015, p. 10, tradução nossa).

Como conceito ou como um movimento intelectual e político, o neoliberalismo começou a mostrar seus primeiros sinais nos anos 1920, a partir de algumas produções intelectuais que procuravam reafirmar a importância do livre mercado e do Estado mínimo. Dentre essas obras destacam-se *Old and new economic liberalism*, publicada pelo economista sueco Eli Heckscher em 1921, convidado posteriormente a se juntar à Mont Pelerin Society (MPS); além da obra do economista austríaco Ludwig von Mises, *Liberalismus*, publicada em 1927. Mises também foi responsável por organizar durante os anos 1920, na Áustria, debates que ficaram conhecidos como *Privatseminar*, nos quais ele reuniu proeminentes intelectuais nacionais e internacionais,

como Frederick Hayek e Fritz Machlup, além de Lionel Robbins, Frank Knight e John van Sickle, que desempenhariam papéis importantes na MPS (idem).

Segundo Dieter Plehwe, a Viena do entre-guerras foi um importante cenário para o desenvolvimento das ideias neoliberais e para a formação de uma estrutura proto-MPS, reunindo intelectuais cosmopolitas acadêmicos ou não. Ainda segundo ele, embora tenha contribuído para o desenvolvimento do neoliberalismo como movimento, os seminários de Mises ainda não apresentavam a crítica ao liberalismo clássico, que mais tarde se tornou um aspecto importante desse movimento. Ele explica que o neoliberalismo que estava em processo de fermentação durante esse período enxergava as funções do Estado de forma negativa e ainda possuía muita influência do liberalismo clássico.

Embora o termo “neoliberalismo” tenha sido usado no sentido moderno pela primeira vez em 1925, pelo economista suíço Hans Honegger, em seu livro *Trends of economic ideas*, ele só começou a ser realmente empregado para se referir a esse nascente movimento político e econômico apenas na segunda metade dos anos 1930. Foi durante o Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris, em 1938, que o termo foi usado nesse sentido pelo economista alemão Alexander Rüstow. Durante a ocasião, o emprego do termo foi largamente discutido pelos economistas, filósofos e sociólogos que compareceram ao evento, que é comumente referido como precursor do MPS. Esse termo, no entanto, nunca foi muito popular dentro do movimento (TURNER, 2008). O próprio Alexander Rüstow, e seus colegas alemães, logo o abandonaram em favor do uso de “ordoliberalismo” ou “economia social de mercado” para se referir ao movimento que se desenvolveu na Alemanha durante o período (RODGERS, 2018).

Para Rachel Turner (2008), o Colóquio Walter Lippmann foi “a primeira tentativa coerente de reunir os principais defensores da independência e da liberdade no mundo para reconsiderar o legado do liberalismo” (p. 65, tradução nossa).⁴ A ideia do colóquio era homenagear a obra *An inquiry into the principles of the good society*, do jornalista norte-americano Walter Lippman, publicada em 1937. Para Dieter Plehwe (2015) essa obra é de grande importância no estabelecimento de uma nova fase dentro da história do desenvolvimento do neoliberalismo. Segundo ele, o livro apresentava vários “insights” que posteriormente representariam a base do pensamento

⁴ No original: “It represented the first coherent attempt to bring together the leading proponents of freedom and liberty in the world for a reconsideration of the legacy of liberalism.”

neoliberal, além também de “antecipar” algumas características da estratégia de longo prazo de Friedrich Hayek.⁵

Vários foram os resultados desse evento: o triunfo da escolha do termo “neoliberalismo” entre um rol de opções que iam desde “neo-capitalismo” (*néo-capitalisme*) e “liberalismo positivo” (*libéralisme positif*), até “liberalismo social” (*libéralisme social*) e “liberalismo esquerdo” (*libéralisme de gauche*) (WALPEN, 2004, p. 60 apud PLEHWE, 2015, p. 13); o estabelecimento do conceito de neoliberalismo baseado em quatro principais valores: “a prioridade do mecanismo de preços, a livre iniciativa, o sistema de concorrência e um estado forte e imparcial”; a criação de um jornal chamado *Cahiers du Libéralisme* e uma *think tank* chamada Centre international d’études pour la rénovation du libéralisme, com matriz na França e três escritórios em Londres, Genebra e Nova York (idem).

O Centro Internacional criado na ocasião do colóquio tinha a intenção de funcionar como uma sociedade intelectual internacional que deveria se reunir com regularidade em vários países diferentes. Os planos foram atrapalhados pela guerra e só mais tarde esses intelectuais conseguiram se reunir novamente na Mont Pèlerin Society, sendo esta, portanto, um “prolongamento da iniciativa de 1938” (ibidem, p. 72). Ainda segundo Plehwe, além do cosmopolitanismo, o que ambas as iniciativas tinham em comum era a heterogeneidade de seus participantes. Durante o Colóquio, por exemplo, misturaram-se as tendências do “novo liberalismo” e do “neoliberalismo” em torno do objetivo comum no momento que era redefinir, à luz do liberalismo, mas abrindo mão da “crença metafísica no laissez-faire”, novos limites para a intervenção estatal. O Colóquio tinha, portanto, como o queria seu próprio organizador Loius Rougier, a intenção de “condensar um movimento intelectual difuso” (ibidem, p. 75).

Quase dez anos depois desse primeiro esforço de mobilização, Friedrich Hayek e o empresário suíço Albert Hunold organizaram uma das mais importantes reuniões para alavancar o projeto neoliberal, a Mont Pèlerin Society. Em 1947, diversos intelectuais neoliberais da Europa e dos Estados Unidos se reuniram nos Alpes suíços, na vila de Mont Pèlerin, para tentar reverter a situação de isolamento em que acreditavam estar no debate político no pós-guerra e tornar o liberalismo (esse liberalismo reformado que propunham) relevante novamente dentro desse debate (TURNER, 2008; PLEHWE, 2015). Para muitos autores, essa reunião é considerada o momen-

⁵ Dieter Plehwe (2015) explica que Hayek defendia uma estratégia de combate ao totalitarismo que deveria ser levada a cabo durante várias gerações, que através de décadas deveriam ajudar a combater o totalitarismo e consolidar as ideias neoliberais através da revisão da teoria liberal e de produção intelectual consistente sobre o tema.

to de nascimento do projeto neoliberal. Para Christian Laval e Pierre Dardot (2016), o Colóquio Walter Lippmann seria o verdadeiro momento fundador do neoliberalismo.

Os trinta e oito acadêmicos e intelectuais que se reuniram na ocasião representavam, novamente, um grupo liberal diverso, que se unificava na crítica ao coletivismo e ao intervencionismo de Estado. Entre eles não havia um consenso a respeito das causas do declínio do liberalismo ou sobre o que poderia ser feito para revertê-lo, no entanto, reconheciam a intervenção do Estado na economia e na sociedade, assim como a crescente influência dos sindicatos e o aumento de monopólios como ameaças à manutenção de uma sociedade civilizada (TURNER, 2008). Para neoliberais como o inglês Lionel Robbins, o francês Jacques Rueff e os austríacos von Mises e Hayek, a crise do liberalismo era uma consequência da política intervencionista (DARDOT; LAVAL, 2016).

Dieter Plehwe (2015) também destaca essa heterogeneidade do movimento neoliberal como uma característica que ele possui desde a sua fundação. Uma das explicações para isso está no fato de que ele não se desenvolveu em apenas um lugar, ele possui focos de origem em diversas partes da Europa e dos Estados Unidos, como em Paris, Genebra, Nova York, Chicago, etc. Somada a essas diferenças geográficas e culturais, está a diversidade de abordagens das diferentes “escolas” e dos diferentes líderes, como a escola de Chicago, a escola Austríaca, a escola de Freiburg do ordoliberalismo, que se desenvolveram (e se desenvolvem) separadamente, mas, ao mesmo tempo, interagem entre si. Um exemplo disso é a diferença de abordagem do neoliberalismo alemão e o norte-americano em relação ao papel do Estado. Enquanto no período do pós-guerra o ordoliberalismo defendia a necessidade de um Estado forte, nos Estados Unidos os neoliberais defendiam um Estado com atividades restritas e pró-capitalistas, que fossem na direção contrária ao que foi colocado em prática no *New Deal*.

Para Plehwe não é possível, portanto, falar do neoliberalismo como um *pensée unique* (pensamento único) ou mesmo usar a metáfora do “nascimento” para abordar o seu surgimento. Para ele, é preciso considerar a historicidade do projeto e sua dinamicidade:

A compreensão do neoliberalismo precisa levar em conta seu caráter dinâmico ao enfrentar tanto as filosofias de planificação socialista quanto o liberalismo do laissez-faire clássico, ao invés de procurar por um conteúdo intemporal (essencialista). Ele foi primeiramente uma busca por recursos intelectuais alternativos para reviver um projeto político moribundo. Foi flexível em seus compromissos intelectuais, orientados principalmente para forjar algumas novas doutrinas que poderiam captar a imaginação das gera-

ções futuras. Em várias conjunturas, isso pode envolver esquivas inesperadas para a esquerda, bem como para a direita (p. 14-15, tradução nossa).⁶

A diversidade e ambiguidade do neoliberalismo ficaram também evidentes, por exemplo, na ocasião da construção da declaração de objetivos da MPS, que teve o seu rascunho inicial reformulado por se mostrar controverso o suficiente para não obter aprovação unânime de todos os membros da reunião. Mesmo a necessidade dessa declaração de objetivos não foi um consenso entre eles, o próprio Hayek não considerava necessário a publicação de qualquer manifesto naquele momento. Um comitê foi responsável por elaborar o rascunho que afirmava, entre outras coisas, que o governo deveria ter suas atividades limitadas pelo Estado de direito e que a liberdade individual só pode ser mantida em uma sociedade na qual o mercado regula a economia. Esse rascunho foi reformulado pelo economista britânico Lionel Robbins, da London School of Economics, que produziu uma versão final e oficial muito mais compacta e menos controversa do que a inicial.

A mudança no tom do primeiro rascunho para o texto oficial representa para Dieter Plehwe não só um sinal da própria dissidência dentro da MPS, mas também um indício de que eles não tinham certeza sobre o que era de fato o projeto que estavam construindo. Segundo ele, os únicos princípios aos quais todos tinham realmente apego naquele momento eram de cunho mais gerais e que estavam de alguma forma refletidos nos seis pontos do manifesto da MPS, como: liberdade econômica, individualismo, a afirmação de padrões morais, a necessidade de um sistema de lei e ordem, etc. Plehwe chama atenção, no entanto, para a ausência do debate sobre direitos humanos e políticos, como o direito à liberdade de imprensa e formação de coalizões, que fazia parte da tradição do liberalismo.

Sob a liderança de Hayek, a MPS se tornou um espaço para “criar e treinar um exército de lutadores pela liberdade” (HAYEK apud TURNER, 2008, p. 70). O projeto de Hayek, como afirma Plehwe (2015), foi um projeto de longo prazo, de “mobilização perpétua”. Ele estava ciente de que a construção de uma sociedade livre nos termos neoliberais seria um processo lento e que,

⁶ No original: “An understanding of neoliberalism needs to take into account its dynamic character in confronting both socialist planning philosophies and classical laissez-faire liberalism, rather than searching for timeless (essentialist) content. It was primarily a quest for alternative intellectual resources to revive a moribund political project. It was flexible in its intellectual commitments, oriented primarily toward forging some new doctrines that might capture the imaginations of future generations. At various junctures, this might involve unexpected feints to the left as well as the right.”

portanto, demandava paciência, pois tratava de mudanças psicológicas, de convencer sucessivas gerações de que o neoliberalismo seria a resposta para uma sociedade melhor (TURNER, 2008). Para atingir isso seria preciso paciência para desenvolver e implementar as “estratégias de longo prazo projetadas ao longo de um horizonte de várias décadas, possivelmente envolver várias gerações de intelectuais neoliberais. Nenhum único gênio ou ‘salvador’ iria entregar os neoliberais em sua Terra Prometida” (PLEHWE, 2015, p. 15, tradução nossa).⁷

Embora Hayek tenha pensado no projeto neoliberal da MPS como um projeto de longo prazo, a sua intenção não era necessariamente fazer da sociedade uma ferramenta de ativismo político, ele inclusive se opunha à presença de líderes políticos na organização (idem). As reuniões se caracterizavam por debates mais abstratos, filosóficos, mais do que como tentativas de definir planos práticos de combate ao coletivismo. A MPS podia ser considerada mais como uma espécie de “clube intelectual” do que propriamente um grupo político (TURNER, 2008). Isso não quer dizer, no entanto, que as ideias gestadas na organização não tenham sido aplicadas na prática. Essa parte ficou por conta da rede de *think tanks* que foram articuladas por ela e que funcionaram (e funcionam ainda hoje) como espécies de “partidos políticos” que espalham as ideias neoliberais ao redor do mundo (PHILLIPS-FEIN, 2015).

Os “arquitetos” do pensamento neoliberal souberam combinar bem esferas e instituições importantes para competir pela hegemonia na academia, política, mídia e negócios. A rede estabelecida por eles, formada por professores universitários, jornalistas de renome, fundações e *think tanks*, executivos e editoras, ajudaram a transformar esse “pensamento coletivo” de um contra-movimento de intelectuais isolados nos anos 1930 a um pensamento hegemônico a partir dos anos 1980 (PLEHWE, 2015). Uma importante ferramenta para isso foi a atuação das *think tanks*, que segundo Frost (2002 apud PLEHWE, 2015) podiam ser classificadas como “artilharia de longo alcance” ou como “artilharia de curto alcance”. As primeiras organizavam produções acadêmicas para públicos específicos e as segundas organizam material de caráter mais panfletário, como resenhas de livros, discursos em jantares, entrevistas, etc. Era parte da estratégia de estabelecimento de um projeto neoliberal de longo prazo “combinar a erudição de elite com a escrita

⁷ No original: “...to develop long-term strategies projected over a horizon of several decades, possibly to involve several generations of neoliberal intellectuals. No single genius or “saviour” would deliver the neoliberals into their Promised Land.”

popular e a sofisticação intermitente com a simplificação populista” (PLEHWE, 2015, p. 6, tradução nossa).⁸

Para Timothy Mitchell (2015), as *think tanks* tiveram um papel crucial na propagação das ideias neoliberais na medida em que transformaram essas ideias de uma “filosofia intelectual” em um “conjunto de ferramentas políticas práticas” (p. 387). Assim ele define a atuação delas:

Sustentadas com fundos de corporações e seus donos, geralmente canalizados através de fundações privadas, os think tanks reembalaram doutrinas neoliberais em formas que “revendedores de segunda mão” poderiam comercializar para público em geral. A doutrina foi apoiada com evidências apresentadas como “pesquisa”, e foi traduzida em documentos políticos, materiais didáticos, notícias e agendas legislativas. Idealmente, o think tank deveria ser liderado por um “empreendedor intelectual”, que energizaria a equipe de vendas e seria seu porta-voz (p. 387, tradução nossa).⁹

O neoliberalismo tem, portanto, trabalhando a seu favor uma rede global de *think tanks* financiada por grandes capitalistas para minar as políticas públicas e os governos que não seguem sua cartilha. Na América Latina, além do exemplo clássico no passado do golpe contra o governo de Salvador Allende no Chile, temos algumas manifestações mais recentes da interferência dessas organizações. Em 2017, durante o *Latin America Liberty Forum*, realizado anualmente pela Atlas Network, o seu presidente, Alejandro Chafuen, comemorava as recentes vitórias que sua rede de *think tanks* neoliberais tinha ajudado a conquistar na América Latina. O golpe contra o presidente de Honduras, Manuel Zelaya, em 2009. O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, em 2016, considerado por muitos da esquerda como um golpe. A eleição do presidente neoliberal Mauricio Macri na Argentina, em 2015 (FANG, 2017).

Todos esses acontecimentos políticos contaram com o patrocínio da Atlas Network, uma rede de mais de 450 *think tanks* espalhados pelo mundo. Com sede nos Estados Unidos e tendo sido criada em 1981, a Atlas tem atuado desde então no desmantelamento de movimentos sociais, políticas públicas e governos de esquerda ao redor do mundo. A rede forneceu não somente apoio

⁸ No original: “...to combine elite scholarship with popular writing and intermittent sophistication with populist simplification”

⁹ No original: “Backed with funds from corporations and their owners, usually channeled through private foundations, think tanks repackaged neoliberal doctrines in forms that “second-hand dealers” could retail among the general public. Doctrine was supported with evidence presented as “research,” and was translated into policy documents, teaching materials, news stories, and legislative agendas. Ideally, the think tank was to be led by an “intellectual entrepreneur,” who would energize the sales team and be its spokesperson.”

financeiro para seus *think thanks* parceiros na América Latina, mas também seminários de treinamento para a formação de uma nova geração de políticos que possam atuar em defesa dos interesses neoliberais. Em Honduras, a Eléutera Foundation foi criada em 2009 para atuar juntamente com o novo governo na formulação de políticas pró-mercado. A fundação foi liderada por um jovem economista que havia sido treinado pela *think tank* norte-americana John Locke Foundation. No cenário argentino, membros dos *think tanks* Fundación Pensar e Fundación Libertad, ambas patrocinadas pela Atlas, foram incorporadas ao alto escalão do governo de Macri (idem).

No Brasil, a Atlas tem sido responsável por fomentar o crescimento repentino de organizações neoliberais no país, com destaque para o apoio ao Movimento Brasil Livre (MBL), que atuou diretamente na desestabilização do governo de Dilma Rousseff. O número de organizações no país subiu de três no começo dos anos 2010, para trinta no fim dessa mesma década. Hélio Beltrão, fundador do Instituto Mises Brasil, descreveu o funcionamento dessa rede da seguinte forma: “É como um time de futebol; a defesa é a academia, e os políticos são os atacantes. E já marcamos alguns gols”. Um dos gols dos quais ele se referia seria o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O próximo passo, segundo ele, seria a privatização dos Correios, uma ideia que a rede já havia plantado e que era “uma fruta pronta para ser colhida”, como afirmou. Fernando Schüller, do Instituto Millenium, outra organização patrocinada pela Atlas, criticou o que ele chama de “Estado paternalista” e defendeu a privatização da educação, da previdência, o corte do financiamento para os sindicatos (idem).

O neoliberalismo tem sido propagado, portanto, com a ajuda de sua rede de organizações, não só como a melhor alternativa possível para a economia e a política, mas como a única. Sintetizado pelo célebre slogan de Margaret Thatcher, “Não há alternativa” (*There is no alternative*), que lhe rendeu o apelido de TINA, esse modelo econômico tem sido vendido desde os anos 1980 como a garantia de prosperidade para a sociedade como um todo. Seus defensores seguem ofuscando e/ou ignorando as profundas crises resultantes do modelo do livre mercado e insistindo na viabilidade deste diante do cenário atual, mesmo depois de demonstrações de falha, como a da crise de 2008, que alguns consideram como sendo uma reminescência da Grande Depressão (DUMÉNIL; LÉVY, 2014).

A revanche neoliberal

A Grande Depressão confirmou, como lembra Eric Hobsbawm (1995), que havia alguma coisa muito errada com o modelo de economia e sociedade prescrito pelo liberalismo do século XIX. Não era possível mais confiar na ideia de que o livre mercado era a melhor alternativa dentre todas disponíveis, principalmente quando a União Soviética dava sinais de que ia muito bem. A ascensão do Estado de bem-estar social (*welfare state*), fruto de um liberalismo que tentava equilibrar o papel do Estado e o papel da iniciativa privada, parecia ter varrido do debate político o velho liberalismo do Estado mínimo e do *laissez-faire*. Seguiram-se anos de prosperidade e de certa estabilidade econômica nos países de capitalismo desenvolvido, a chamada “Era de Ouro” como veremos mais à frente neste trabalho. Esse período, que durou dos anos 1940 aos anos 1970, marcou um momento onde a sensação de crise do capitalismo pareceu desaparecer e a economia dava sinais de estabilidade “graças a — era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos — sua inteligente administração macroeconômica” (idem, p. 262).

Quando a “Era de Ouro” começou a dar sinais de desgaste no final dos anos 1960 e uma nova crise se iniciava em 1973, e que duraria pelo menos por 20 anos, abriu-se mais espaço para uma contraofensiva neoliberal. Em nível nacional e internacional, o neoliberalismo começou a minar o “compromisso keynesiano”, que marcou o período da Segunda Guerra Mundial e o final dos anos 1970, e tentar restaurar as “regras mais restritas do capitalismo” (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 1). Mais do que uma batalha sobre métodos econômicos e modelos de administração de mercado, a batalha entre o keynesianismo e o neoliberalismo foi, como salienta Hobsbawm (1995), uma batalha ideológica entre dois modelos de sociedade no sentido mais amplo, que envolve a disputa entre um modelo coletivista de igualdade e solidariedade social e um modelo individualista e competitivo:

A batalha entre keynesianos e neoliberais não era nem um confronto puramente técnico entre economistas profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. (Quem, por exemplo, tinha sequer considerado a imprevista combinação de estagnação econômica e preços em rápido crescimento, para a qual se teve de inventar o termo “estagflação” na década de 1970?) Era uma guerra de ideologias incompatíveis. Os dois lados apresentavam argumentos econômicos. Os key-

nesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações” e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam. Contudo, a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico, uma visão a priori da sociedade humana. Os neoliberais desconfiavam e sentiam antipatia pela social-democrata Suécia, uma espetacular história de sucesso econômico do século XX, não porque ela ia ter problemas nas Décadas de Crise — como tiveram outros tipos de economia —, mas porque se baseava no “famoso modelo econômico sueco, com seus valores coletivistas de igualdade e solidariedade” (Financial Times, 11/11/90). Por outro lado, o governo da sra. Thatcher na Grã-Bretanha era impopular na esquerda, mesmo durante seus anos de sucesso econômico, porque se baseava num egoísmo associial, na verdade anti-social (p. 399).

O modelo proposto pelo neoliberalismo tem vencido essa disputa desde o final do século XX, quando a doutrina neoliberal apareceu no horizonte como uma resposta para a crise de “acumulação” ou “estagflação” que teve início nos anos 1970 (HARVEY, 2011). Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, após uma “série de idas e vindas e experimentos caóticos” (idem, p.23) uma “nova ortodoxia” se consolidou no que foi chamado pelo economista inglês John Williamson de “Consenso de Washington” (BAIR, 2015; HARVEY, 2011).¹⁰ Apesar de alguns anúncios, no final dos anos 1990, de que “o balão neoliberal estava visivelmente se esvaziando” (HOBSBAWM, 1998, p. 8) ou que o “triunfalismo neoliberal não sobreviveu aos reveses econômicos de inícios da década de 1990” (HOBSBAWM, 1995, p. 402), há um consenso entre vários estudiosos de que o neoliberalismo é hoje uma ideologia hegemônica (ANDERSON, 2000; HARVEY, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016).

Essa “virada neoliberal” não aconteceu de forma instantânea ou óbvia, foi um processo que teve início em várias partes do mundo a partir do final da década de 1970. Para David Harvey (2011), alguns acontecimentos do período podem ser considerados importantes para este processo, como, por exemplo, a decisão de Deng Xiaoping de liberalizar a economia chinesa em 1978; a entrada de Paul Volcker no comando do Banco Central dos Estados Unidos (FED), em

¹⁰ Consenso de Washington foi como ficaram conhecidas um conjunto de medidas adotadas por instituições financeiras de Washington D.C, nos Estados Unidos, no final dos anos 1980 com o intuito de conter a crise pela qual o capitalismo estava passando. Elas se basearam no modelo neoliberal prescrito na teoria do economista John Williamson, que “priorizava a estabilização macroeconômica, a liberalização e a privatização como a receita para a cura do desenvolvimento”(BAIR, 2015, p. 348, tradução nossa).

1979; a eleição de Margaret Thatcher como primeira-ministra da Grã-Bretanha, também em 1979; e a eleição de Ronald Reagan a presidente dos EUA, em 1980. O que há de comum entre todos eles é a adoção da doutrina neoliberal em suas respectivas zonas de influência. Segundo Harvey, a partir desses epicentros diferentes a doutrina neoliberal foi se espalhando pelo mundo de forma espontânea ou imposta, como foi no caso do Chile de Pinochet, o primeiro laboratório de testes do “Estado neoliberal”.¹¹

A doutrina neoliberal passou pela sua primeira prova de fogo na América do Sul. A “primeira experiência de neoliberalização” aconteceu no Chile após o golpe contra o governo de Salvador Allende, em 1973. A tendência socialista do governo de Allende foi vista como uma ameaça aos interesses da elite local que junto com corporações norte-americanas, a CIA (*Central Intelligence Agency*) e o próprio secretário de Estado dos EUA, planejaram um golpe para derrubar o seu governo (HARVEY, 2011). Após o golpe foi adotada uma “terapia de choque” para conter a inflação e recuperar a economia estagnada: “privatização das empresas estatais e sistema de pensões do Estado, abolição dos controles de preços, abandono da maioria das restrições de comércio exterior e desmobilização dos sindicatos” (RODGERS, 2018). Dois anos após o golpe, Pinochet integrou ao seu governo um time de consultores economistas conhecido como “Chicago boys”, que ocuparam posições de influência no governo que os permitiu implantar com sucesso as políticas de austeridade da fórmula neoliberal (FISCHER, 2015).

Os “Chicago boys” ganharam esse apelido por causa da sua filiação às teorias neoliberais da “Escola de Chicago”, como ficaram conhecidas as teorias de Milton Friedman, professor de economia da Universidade de Chicago entre o final dos anos 1940 e o final dos anos 1970. A atuação desse time de economistas, no entanto, não começou somente depois de instalada a ditadura de Pinochet, mesmo antes do golpe eles já atuavam boicotando o governo de Allende. A história de como essa “força tarefa” foi montada remonta também à atuação do governo norte-americano na América Latina na tentativa de barrar o avanço da esquerda e do socialismo na região. Nos anos 1950 através do programa *Point Four*, o governo dos EUA treinou trinta economistas chilenos no Departamento de Economia da Universidade de Chicago, entre 1956 e 1964, como parte de um esforço de promover ideias neoliberais no Chile. Um acordo assinado entre a Universidade Católica de Santiago e a Universidade de Chicago, em 1956, consolidou o “Projeto

¹¹ Harvey (2011) chama de “Estado neoliberal” o Estado que tem como prioridade a adoção de políticas que favoreçam a liberdade de mercado e de comércio e, consequentemente, a acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas nacionais e estrangeiros.

Chile”, como foi chamado. Mesmo depois do fim do programa, o recrutamento e treinamento de estudantes continuaram, foram mais de 150 em três décadas (idem).

Atuando junto com o governo de Pinochet no processo de neoliberalização do Chile estavam também membros da MPS e mesmo figuras importantes da instituição como os próprios Hayek e Friedman. Esses nomes importantes no cenário econômico e político internacional, dois prêmios Nobel em Economia, forneceram “legitimidade para um programa radical de terapia de choque neoliberal” (ibidem, p. 319).¹² Foi realizada inclusive uma das reuniões anuais da MPS no Chile, em Viña del Mar, em 1981, durante a qual a questão sobre ausência de liberdade política e democracia no Chile não foi sequer debatida. Os neoliberais não pareciam incomodados com o fato de que o país vivia sob uma ditadura.¹³ Em 1980, quando o governo decidiu elaborar uma nova constituição para o país, não só a obra de Hayek serviu de base para ela, como um dos membros da comissão responsável por elaborar o seu texto, Carlos Cáceres, era próximo de Hayek e havia se juntado à MPS naquele mesmo ano (idem).

Daniel Rodgers (2018) lembra que a maioria dos que operaram a implantação do neoliberalismo no Chile não se autodenominava “neoliberal.” Os economistas chilenos haviam emprestado o termo da literatura econômica alemã, mas a maioria dos que o utilizavam era de forma crítica e eram críticos do regime ditatorial de Pinochet que adotara essa doutrina. Para eles, “neoliberalismo” da forma como foi implementado no Chile era sinônimo do velho liberalismo do laissez-faire do século XIX. O debate em torno desse termo se espalhou pela América Latina e, então, voltou a ser incorporado também no debate político europeu.

A experiência do Chile, segundo David Harvey (2011) foi suficiente para oferecer dados que suportaram a implantação durante os anos 1980 de políticas neoliberais em outros países, como aconteceu com a Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e com os EUA sob o governo de Ronald Reagan. Esses dois exemplos representaram, para ele, a “dramática consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado” (ibidem, p. 31). A palavra de ordem dessa nova doutrina era a “des-

¹² Hayek compartilhou um prêmio Nobel de Economia em 1974 com o economista sueco Gunnar Myrdal, cujo pensamento econômico é o oposto do seu. Já Friedman ganhou o prêmio em 1976, mesmo ano em que se aposentou da Universidade de Chicago. Os prêmios representaram, segundo Harvey (2011), uma maior “respeitabilidade” acadêmica para a teoria neoliberal.

¹³ Durante uma entrevista no mesmo ano dada a um jornalista da Venezuela, perguntado sobre a situação política da América Latina, Hayek respondeu: “Não confunda o totalitarismo com o autoritarismo. Não conheço nenhum governo totalitário na América Latina. O único deles foi o Chile sob (o governo do ex-presidente marxista Salvador) Allende. O Chile é agora um grande sucesso. O mundo deve considerar a recuperação do Chile como um dos grandes milagres econômicos do nosso tempo” (EBENSTEIN, 2001, p. 300 apud FISCHER 2015, p. 327, tradução nossa).

regulação”. Desregular tudo, todas as áreas possíveis e abrir caminho para que o mercado agisse de forma irrestrita. Por trás dessa atitude o discurso que tinha a liberdade como palavra-chave dava sustentação ideológica para essas práticas. A construção desse consenso de que não havia alternativas ao neoliberalismo ocorreu fazendo uso dessa palavra comovente que é “liberdade”.

Uma das explicações para a rápida penetração dessa doutrina em várias partes do mundo está no fato, como aponta Harvey, de que ela conseguiu mobilizar desejos e valores fundamentais para os indivíduos, usando conceitos caros e comoventes, como liberdade individual e dignidade humana:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento. As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tomando-os como “os valores centrais da civilização.” Assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores, sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos (ibidem, p. 15).

Isso reforça a ideia de Terry Eagleton (1997) de que as ideologias para serem bem sucedidas precisam ter certo apelo social, dar sentido a vivência e ter conexão com a realidade cotidiana das pessoas. Não é difícil compreender porque um discurso pautado em tais ideias teve (e tem) tanto apelo entre os indivíduos. A utopia neoliberal apareceu como uma alternativa na virada de um século turbulento e cheio de crises, que viu a promessa de um mundo socialista e mais igualitário se esvanecer, que assistiu a ascensão de governos autoritários que fizeram a alternativa socialista e comunista parecerem sinônimo de ausência de liberdade e de prosperidade. Enquanto isso, o neoliberalismo aparecia como uma proposta que transformava capitalismo em sinônimo de democracia, liberdade e prosperidade.

David Harvey (2011) chama atenção, apoiado em Karl Polanyi (2001), que não existe apenas uma perspectiva sobre liberdade, que a perspectiva defendida pelo discurso neoliberal é uma liberdade excludente, que beneficia apenas aqueles que já estão em um lugar privilegiado na sociedade, enquanto o resto “tem que se contentar com um mínimo de liberdade” (p. 295). As

classes privilegiadas defendem esse discurso, mas apenas na medida em que ele beneficia a elas próprias, não estando propensas a ampliar a liberdade para o resto da população. A economia de mercado propagou, segundo Polanyi (idem), “liberdades negativas” como, por exemplo, a liberdade para explorar outros indivíduos, para impedir que as invenções tecnológicas sirvam ao bem comum, a liberdade para as empresas obterem lucros extraordinários de desastres ou de calamidades públicas, etc. Ao mesmo tempo, algumas liberdades que valorizamos como boas liberdades hoje são subprodutos também dessa economia de mercado: liberdade de expressão, de associação, liberdade de escolha do próprio emprego, etc.

Harvey questiona o porquê desse discurso que beneficia apenas uma camada mais privilegiada da sociedade ser tão sedutor para o resto não beneficiado. Talvez seja mais fácil entender o caso de países como Chile e Argentina, que tiveram o processo de neoliberalização, nos anos 1970, implementados através de golpes militares apoiados por elites locais e pelo governo norte-americano. Mas como explicar essa hegemonia em países democráticos? Aqui ele usa o conceito de “senso comum” de Antonio Gramsci para responder. Nesse caso foi preciso construir um consenso amplo entre a população, tornar o discurso neoliberal parte do “senso comum”. O que significa tornar os seus valores parte das raízes tradicionais desses países. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, a palavra “liberdade” criou raízes tão profundas no senso comum dos norte-americanos que se tornou uma espécie de “botão” que quando acionado pode “justificar quase qualquer coisa” (p. 49).

Para transformar o discurso neoliberal em senso comum, os seus defensores articularam diversas formas de propagação de suas ideias. As experiências neoliberalizantes variaram de lugar para lugar, mas guardaram semelhanças na forma como foram propagandeadas: através dos meios de comunicação, das corporações, de universidades e escolas. As ideias foram penetrando nesses vários setores e convertendo intelectuais à doutrina e se espalhando por partidos políticos até chegar a instâncias institucionais como governos. Ocorreram dois processos aqui: primeiro a transformação do conjunto de ideias que compõem o pensamento neoliberal em parte do senso comum; e depois a implantação de políticas governamentais orientadas por essas ideias e projetadas para tornar o neoliberalismo uma política de Estado. Tudo isso fazendo uso de uma retórica que afirma que o neoliberalismo seria a única forma de garantir liberdades individuais.

Uma interpretação que vem sendo feito dessa “virada neoliberal” é a de que ela está ligada à tentativa de restauração de poder das elites econômicas depois de um período de declínio,

após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial (DÚMENIL; LÉVY, 2003; HARVEY, 2011). Como vimos, o “compromisso Keynesiano” minou temporariamente o poder e o privilégio dessas elites, transferindo propriedade e lucro de muitos setores da economia para o Estado e diminuindo o lucro de empresas e instituições financeiras (DÚMENIL; LÉVY, 2003). Neste sentido, o neoliberalismo é entendido como um “projeto político” de restauração desse poder temporariamente enfraquecido e criação desse poder em locais onde não havia uma elite econômica poderosa, como China e Rússia (HARVEY, 2011). Gérard Dúmenil e Dominique Lévy (2003) vão mais longe e descrevem o neoliberalismo como um bem sucedido “golpe político”:

As políticas adotadas durante a crise estrutural dos anos 1970 e o aumento da inflação invadiram consideravelmente a renda e a riqueza das classes dominantes. Isso pode ser facilmente entendido em uma situação em que as taxas de juros reais eram praticamente iguais a zero ou negativas, os lucros e dividendos eram baixos e o mercado de ações reduzido. Desde a Segunda Guerra Mundial, a fração 1% mais rica dos lares nos Estados Unidos costumava deter mais de 30% da riqueza total do país; durante a primeira metade da década de 1970, esse percentual caiu para 22%. O neoliberalismo foi um golpe político voltado para a restauração desses privilégios. *Nesse sentido, foi um grande sucesso* (p. 2, tradução nossa).¹⁴

Apesar de a retórica neoliberal condenar a intervenção e regulação do Estado na economia e sociedade de modo geral, ele teve um papel fundamental na restauração desses privilégios. Aqui o neoliberalismo apresenta uma de suas principais ambiguidades: ele nega a necessidade de intervenção e regulação do Estado na sociedade, mas precisa delas para garantir a sua subsistência. Como Harvey (2011) aponta, o projeto de inserção dos valores neoliberais nas tradições e valores culturais nacionais foi consolidado pela ação de partidos políticos e pelo Estado. Esse primeiro processo foi fundamental para abrir caminho para o segundo, uma vez que “o projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite provavelmente não teria muito apoio popular” (p. 50). No entanto, a utilização das “liberdades individuais” como foco desse

¹⁴ No original: “The policies enacted during the structural crisis of the 1970s and the rise of inflation encroached considerably on the income and wealth of ruling classes. This can be easily understood in a situation where real interest rates were practically equal to zero or negative, profits and dividends were low, and the stock market depressed. Since World War II, the one percent richest fraction of households in the United States used to hold more than 30% of the total wealth in the country; during the first half of the 1970s, this percentage had fallen to 22%. Neoliberalism was a political coup aimed at the restoration of these privileges. *In this sense, it was highly successful.*”

discurso teve mais apelo popular e disfarçou o verdadeiro sentido dessa virada neoliberal, que foi o “trabalho de restauração do poder de classe” (idem).

Para Dúmenil e Lévy (2003), as referências a “livre mercado” e “desregulação” que o discurso neoliberal faz são ambíguas e devem ser entendidas mais como “ferramentas” do que propriamente como “objetivos”. Se por um lado a livre circulação de capital e o livre comércio a nível internacional são características do neoliberalismo, por outro a intervenção e regulação por parte do Estado tem sido fundamental para o seu desenvolvimento. Mais do que isso, embora a desregulação em algumas áreas como emprego e meio ambiente tenham diminuído, eles defendem que em outras áreas, como no setor econômico da política monetária, na verdade, ela aumentou. Para eles, o neoliberalismo não destruiu as instituições da macroeconomia keynesiana, mas inverteu a sua lógica beneficiando as classes dominantes. Neste sentido, o papel do Estado no novo regime neoliberal ainda continua sendo o de garantir os interesses das classes dominantes, esse papel embora tenha sofrido alterações, não foi suprimido.

Liberdade à direita e à esquerda

Como vimos, a questão da nomenclatura para o neoliberalismo foi um problema desde a sua fundação. Embora o termo “neoliberal” tenha se popularizado em todo o mundo, ele nunca foi um consenso entre os defensores dessa tradição liberal. Nos EUA várias nomenclaturas ainda concorrem com este termo como, por exemplo, *conservative* (conservador), *libertarian* (libertário), *market liberal* (liberal de mercado). Mesmo figuras importantes do movimento como a filósofa Ayn Rand e o próprio Friedrich Hayek, rejeitavam essa denominação e preferiam coisas como *radical for capitalism* (radicais pelo capitalismo), no caso de Rand, e *liberal* ou *Old Whig*,¹⁵ no caso de Hayek (BOAZ, 1997). A palavra mais popular no contexto norte-americano atualmente para se referir a essa tradição de liberalismo é *libertarian*, termo que começou a ser usado no contexto do pós-guerra depois que, como vimos, “liberal” ganhou a conotação de social democrata ou *new dealer*.

¹⁵ “Whig” foi um termo popular usado na Grã-Bretanha entre os séculos XVII a XVIII para se referir aos liberais opositores da coroa britânica. O termo deu nome também aos partidos liberais fundados na região e nos EUA (BOAZ, 1997).

Na tradição política norte-americana, portanto, *liberal* e *libertarian* são termos usados para se referir a dois diferentes tipos de liberalismo. O mesmo não funciona para o contexto brasileiro, onde as traduções dos termos carregam outras conotações. *Libertarian*, que no português brasileiro pode ser traduzido como “libertário”, tem sido na verdade traduzido como “libertariano”, “libertarista” ou “libertarianista”. O uso do termo “libertário” provocava uma confusão semântica, já que libertário é também como são chamados os defensores do anarquismo clássico, por exemplo. Para evitar essa confusão foram adotados esses termos em adição aos já comumente utilizados “neoliberal” e “liberal”.

A dicotomia direita e esquerda também é outro recurso utilizado para marcar essas diferenças, embora os próprios defensores do libertarianismo recusem a utilizá-las para se definirem. Na nomenclatura política anglo-americana, *libertarian* pode se referir tanto aos socialistas libertários, como anarquistas e marxistas libertários, conhecidos como *left-libertarians* ou *left-wing libertarians* (ambos traduzidos como libertários de esquerda); quanto aos anarco-capitalistas e minarquistas, conhecidos como *right-libertarians* ou *right-wing libertarians* (ambos traduzidos como libertários de direita). *Libertarian* nesse contexto se refere a uma tradição histórica que teve seu início no século XVII, como afirma John Cunliffe (2000). De um modo geral, liberal e libertário são sinônimos, porque ambos defendem a liberdade individual, mas esses dois termos podem ter significados diferentes dependendo do contexto no qual se inserem. Neste sentido, talvez seja possível dizer que todo liberal é essencialmente um libertário, já que defende a liberdade individual como um valor central; mas, a depender do contexto, nem todo libertário é um liberal, já que nem todo libertário defende a necessidade do Estado ou da propriedade privada.

Historicamente essas duas grandes tradições de pensamento libertárias, o libertarianismo de esquerda e o de direita, têm em comum essa defesa da liberdade individual, resumida na preocupação a respeito da natureza dos direitos de propriedade sobre recursos internos (*self-ownership*), como corpo e a mente (idem). Assumem que o estado natural (*state of nature*) dos indivíduos é o estado de liberdade completa ao qual nem o Estado e nem a sociedade tem o direito de interferência. Ambas tendem a concordar que todo indivíduo possui o direito de propriedade exclusivo sobre si mesmo e sobre seu próprio corpo, tendo o direito de tomar suas próprias decisões a respeito dele. Elas concordam também que qualquer um que deseje restringir essa liberdade precisa fazê-lo em nome da preservação de uma liberdade mais importante ou mesmo de uma maior proteção à liberdade individual (ERIKSSON, 2011).

A grande discordância está em que tipos de restrições são justificáveis. Neste caso, há dois pontos centrais nessa divergência de opiniões: a relação entre liberdade e propriedade privada, e a natureza da própria liberdade. Para os libertários de direita a noção de auto-propriedade (*self-ownership*), que foi uma ideia introduzida por John Locke e os primeiros teóricos liberais, possibilita o direito ilimitado à propriedade privada sobre os recursos externos naturais ou artificiais. Essa noção é especialmente defendida pelos libertarianistas da tradição moderna norte-americana e define que os indivíduos têm além do direito à auto-propriedade, o direito a possuir também todos os recursos externos com os quais o seu trabalho se relaciona de alguma forma (CUNLIFFE, 2000, ERIKSSON, 2011).

No caso dos libertários de esquerda, enquanto libertários/liberais eles também endossam a ideia de auto-propriedade, mas, enquanto uma versão do igualitarismo, defendem a sua relação com a propriedade privada apenas se ela for combinada com uma divisão mais igualitária dos recursos naturais. Por recursos naturais eles entendem “recursos que *não* são os resultados das escolhas de alguém e que são necessários para qualquer forma de atividade” (VALLENTYNE, 2000, p.1). Para eles, esses recursos só devem ser privatizados através da permissão e/ou pagamento compensatório para membros da sociedade. Questionam, por exemplo, se os recursos naturais que não pertencem *a priori* a ninguém, não deveriam ser de propriedade coletiva. Assim como se deveria haver algum tipo de mecanismo de compensação daqueles que possuem e usufruem dos recursos para aqueles que não podem possuí-los ou usufruir deles (ERIKSSON, 2011).

A outra questão sobre a qual libertários de direita e libertários de esquerda divergem é a da natureza da liberdade. Neste caso, ela pode ser entendida a partir de um sentido negativo ou de um sentido positivo. Como definidas no clássico ensaio de Isaiah Berlin (1969), *Two concepts of liberty*, ambos os sentidos se relacionam ao grau ou forma de interferência na liberdade individual, ou seja, positivo e negativo não estão relacionadas com julgamento de valor sobre ser bom ou ruim. Segundo o autor, à liberdade negativa está vinculada a questão: “Qual é a área dentro da qual o sujeito – uma pessoa ou grupo de pessoas – é ou deve ser deixado livre para fazer ou ser o que ele é capaz de fazer ou ser, sem a interferência de outras pessoas?” (p. 15, tradução nossa).¹⁶ A liberdade neste sentido significaria a “liberdade de” (*freedom from* ou *liberty from*) ou “estar livre de”. Já no sentido positivo, que significaria a “liberdade para” (*freedom to* ou *liberty to*), a

¹⁶ No original: “What is the area within which the subject – a person or group of persons – is or should be left to do or be what he is able to do or be, without interference by other persons?”

questão ao qual ela se relaciona é a seguinte: “O que, ou quem, é a fonte de controle ou interferência que pode determinar que alguém faça, ou seja, isso e não aquilo?” (ibidem, tradução nossa).¹⁷

Tanto o ideal de liberdade quanto o ideal de igualdade, presentes no discurso do libertarismo de esquerda, ou da esquerda libertária, como ele também pode ser chamado, é o que, segundo Norberto Bobbio (2011), “consegue melhor do que qualquer outro critério salientar os dois opostos alinhamentos que nos habituamos, por longa tradição, a chamar de esquerda e direita” (p. 121). Por essa lógica, a esquerda se caracteriza pela defesa de políticas que atenuem as desigualdades sociais e naturais entre as pessoas, assim como a defesa da liberdade em oposição ao autoritarismo e a opressão dos indivíduos numa sociedade. Diante do reconhecimento de que há algumas desigualdades que podem ser corrigidas, as desigualdades naturais; e outras que podem não somente ser corrigidas como também eliminadas, as desigualdades sociais; a esquerda, segundo ele, possui uma “maior sensibilidade” para perseguir essas correções. Ela seria, portanto, “mais igualitária,” enquanto a direita seria “mais inigualitária”.

Do ponto de vista do igualitário, ele explica ainda, a maioria das desigualdades que temos são sociais e, portanto, elimináveis. Para o inigualitário o ponto de partida é o oposto, é o de que essas desigualdades são naturais e não podem, por isso, serem suprimidas. Há aqui ainda um componente que se manifestaria na esquerda, o chamado “artificialismo”. Enquanto a direita estaria mais inclinada a aceitar o que é natural e o que é “segunda natureza”, ou seja, tradicional, a esquerda, por causa do “artificialismo,” se recusa a aceitar inclusive as desigualdades naturais mais incontestáveis, aquelas que não são frutos das relações sociais. Sendo ela, inclusive, mais disposta a acreditar que é possível corrigir tanto as naturais quanto as artificiais. “A antítese não poderia ser mais radical”, afirma ele, “em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social” (ibidem, p. 122). O primeiro tende, portanto, a “atenuar” as diferenças, enquanto o segundo a “acentuá-las”.

¹⁷ No original: “What, or who, is the source of control or interference that can determine someone to do, or be, this rather than that?”

Capítulo 2: A formação de uma ideologia híbrida

A ideologia californiana

Em meados dos anos 1990, enquanto o mundo assistia ao acelerado crescimento da internet comercial, que levaria cinco anos depois à explosão da “bolha da internet” (*dot-com bubble*);¹⁸ uma dupla de pesquisadores britânicos falava pela primeira vez sobre um fenômeno que tinha tudo a ver com o crescimento da internet, eles o chamaram de *Californian Ideology* (Ideologia Californiana). O nome era uma referência à região da Califórnia, nos Estados Unidos, que abriga as maiores e mais famosas empresas de tecnologia do mundo. Segundo os autores, foi nessa região que nasceu uma “nova fé” que combina o “espírito livre dos hippies” e o “entusiasmo empreendedor dos yuppies”.¹⁹ O que teria permitido combinar essas duas posturas tão opostas? Uma crença no potencial emancipador das novas tecnologias da informação.

Os profetas dessa nova fé, segundo os autores, são escritores, *hackers*, capitalistas e artistas da Costa Oeste dos Estados Unidos. Eles teriam conseguido definir uma espécie de “ortodoxia heterogênea” para a era da informação: uma “bizarra fusão” entre a cultura boêmia da região de São Francisco, onde floresceu o movimento *hippie*, com a cultura da alta tecnologia das empresas do Vale do Silício. Os autores explicam ainda que por apresentar uma visão aparentemente otimista do futuro, essa ideologia tem forte apelo entre “*nerds* da computação, estudantes preguiçosos, capitalistas inovadores, ativistas sociais, acadêmicos da moda, burocratas futuristas e políticos oportunistas nos Estados Unidos” (BARBROOK; CAMERON, 1995, tradução nossa).²⁰

Richard Barbrook e Andy Cameron (idem), os autores acima citados, estavam preocupados com o apelo crescente dessa ideologia entre os europeus. Denunciaram a postura da União

¹⁸ O episódio conhecido como “bolha da internet” se refere à formação de uma bolha no mercado de ações a partir dos anos 1995 em decorrência do aumento repentino de investimentos em empresas de internet. Após se tornar comercial, a internet passou a atrair mais e mais investidores com a promessa de altos lucros. A bolha especulativa acabou estourando cinco anos depois, com a queda brusca no preço das ações e falência de muitas empresas do ramo, as chamadas empresas ponto.com.

¹⁹ *Yuppie* (*Young Urban Professional*) é um termo que surgiu nos anos 1980 para se referir a pessoas jovens de classe média com um emprego bem remunerado. Representa também o estereótipo de alguém obcecado por objetos materiais e sucesso financeiro. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/yuppie>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

²⁰ No original: “...computer nerds, slacker students, innovative capitalists, social activists, trendy academics, futurist bureaucrats and opportunistic politicians across the USA.”

Europeia, assim como de artistas e acadêmicos conterrâneos, em copiar o modelo californiano de livre mercado na construção de uma *information superhighway* (superestrada da informação). Em tom pessimista eles proclamaram que até aquele momento “sem nenhum rival óbvio, o triunfo da ideologia californiana parece estar completo”. Era o triunfo de uma visão de futuro que repousava no determinismo tecnológico e estabelecia uma espécie de novo *apartheid*, dividindo a sociedade entre *information-rich* (ricos em informação) e *information-poor* (pobres em informação).

Essa visão utópica falsamente otimista, portanto, alertavam os autores, se contrapõe a um pessimismo sobre as mudanças sociais fundamentais e é resultante de uma forma de política libertária muito característica dos Estados Unidos:

O apelo generalizado desses ideólogos da Costa Oeste não é simplesmente o resultado de seu otimismo contagiante. Antes de tudo, eles são defensores apaixonados do que parece ser uma forma de política impecavelmente libertária – eles querem que as tecnologias da informação sejam usadas para criar uma nova “democracia Jeffersoniana” onde todos os indivíduos possam se expressar livremente no ciberespaço. No entanto, ao defenderem esse ideal aparentemente admirável, esses tecno-impulsionadores estão ao mesmo tempo reproduzindo algumas das características mais atávicas da sociedade norte-americana, especialmente aquelas derivadas do amargo legado da escravidão. Sua visão utópica da Califórnia depende de uma cegueira voluntária em direção a outras – muito menos positivas – características da vida na Costa Oeste: racismo, pobreza e degradação ambiental. Ironicamente, em um passado não muito distante, os intelectuais e artistas da Bay Area estavam apaixonadamente preocupados com essas questões (idem, tradução nossa).²¹

A dupla britânica caracteriza essa ideologia como representante de um ideal liberal de indivíduo autossuficiente. Essa tendência, ainda segundo eles, encontra um de seus principais modelos no passado norte-americano, na figura histórica de Thomas Jefferson. Ele que foi o grande defensor da república norte-americana e de um “império de liberdade” e, ao mesmo tempo, grande escravocrata possuidor de quase 200 escravos. Para os autores, os porta-vozes da

²¹ No original: “The widespread appeal of these West Coast ideologues isn't simply the result of their infectious optimism. Above all, they are passionate advocates of what appears to be an impeccably libertarian form of politics - they want information technologies to be used to create a new 'Jeffersonian democracy' where all individuals will be able to express themselves freely within cyberspace. However, by championing this seemingly admirable ideal, these techno-boosters are at the same time reproducing some of the most atavistic features of American society, especially those derived from the bitter legacy of slavery. Their utopian vision of California depends upon a wilful blindness towards the other – much less positive - features of life on the West Coast: racism, poverty and environmental degradation. Ironically, in the not too distant past, the intellectuals and artists of the Bay Area were passionately concerned about these issues.”

ideologia californiana encaram os primeiros anos da república norte-americana como um forte modelo para suas versões rivais de liberdade individual, embora a adoção desse modelo seja contraditória, principalmente para aqueles que estão mais à esquerda:

Tanto para a Nova Esquerda como para a Nova Direita, os primeiros anos da república norte-americana fornecem um modelo potente para suas versões rivais da liberdade individual. No entanto, há uma profunda contradição no centro deste sonho americano primordial: os indivíduos neste período só prosperaram com o sofrimento dos outros. Em parte alguma isso é mais claro do que na vida de Thomas Jefferson – o ícone principal da ideologia californiana.

Thomas Jefferson foi o homem que escreveu o apelo inspirador para a democracia e a liberdade na Declaração Americana de Independência e – ao mesmo tempo – possuía quase 200 seres humanos como escravos. (...) Na “democracia jeffersoniana”, a liberdade dos brancos baseava-se na escravidão dos negros (idem, tradução nossa).²²

Esse, portanto, é um dos principais pontos da crítica dos pesquisadores britânicos a essa ideologia do Vale do Silício: o seu forte apoio em um ideal liberal socialmente excludente que remonta às origens dos próprios Estados Unidos como nação independente. Esse discurso liberal e a crença no determinismo tecnológico são a cola que unem tanto a Nova Esquerda quanto a Nova Direita em um mesmo tecido discursivo, que propõe novos modelos de sociedade baseados no progresso científico e tecnológico:

Misturando Nova Esquerda e Nova Direita, a ideologia californiana fornece uma resolução mística das atitudes contraditórias mantidas pelos membros da “classe virtual.” Crucialmente, o anti-estatismo fornece os meios para reconciliar ideias radicais e reacionárias sobre o progresso tecnológico. Enquanto a Nova Esquerda se ressentia do governo por financiar o complexo militar-industrial, a Nova Direita ataca o Estado por interferir na disseminação espontânea de novas tecnologias pela concorrência no mercado. Apesar do papel central desempenhado pela intervenção pública no desenvolvimento da hiper-mídia, os ideólogos californianos pregam um evangelho anti-estatista do libertarianismo cibernético: uma mistura bizarra de anarquismo hippie e liberalismo econômico reforçada com muito determinismo tecnológico. Em vez de compreender o capitalismo realmente existente, os gurus da Nova Esquerda e da Nova Direita preferem muito mais de-

²² No original: “For both the New Left and the New Right, the early years of the American republic provide a potent model for their rival versions of individual freedom. Yet there is a profound contradiction at the centre of this primordial American dream: individuals in this period only prospered through the suffering of others. Nowhere is this clearer than in the life of Thomas Jefferson - the chief icon of the Californian Ideology. Thomas Jefferson was the man who wrote the inspiring call for democracy and liberty in the American Declaration of Independence and - at the same time - owned nearly 200 human beings as slaves. (...) In 'Jeffersonian democracy', freedom for white folks was based upon slavery for black people.”

fender versões rivais de uma “democracia jeffersoniana” digital. Por exemplo, Howard Rheingold, da Nova Esquerda, acredita que a ágora eletrônica permitirá que os indivíduos exerçam o tipo de liberdade midiática advogada pelos Pais Fundadores. Da mesma forma, a Nova Direita afirma que a remoção de todas as restrições regulatórias da iniciativa privada criará liberdade de mídia digna de uma “democracia jeffersoniana” (idem, tradução nossa).²³

O passado não muito distante da Costa Oeste ao qual ambos se referiram anteriormente é o ponto de fermentação da ideologia californiana. A origem dessa ideologia, segundo os autores, está ligada à ala tecnófila da contracultura dos anos 1960, que foi fortemente influenciada pelas ideias do teórico de mídia Marshall McLuhan. Para eles, os *hippies* radicais podem ser caracterizados como liberais no sentido social da palavra, uma vez que defendiam ideais universalistas como democracia, tolerância, justiça social, etc. Barbrook e Cameron explicam que embora o movimento tivesse essas pautas em comum, grupos divergiam nos meios para alcançar uma sociedade com esses valores. Alguns *hippies* acreditavam que uma sociedade mais igualitária e democrática seria alcançada pelo retorno a natureza e a rejeição do progresso científico e tecnológico; outros acreditavam, influenciados principalmente por McLuhan, que a convergência entre a computação e as telecomunicações inevitavelmente criaria uma *electronic agora* (ágora eletrônica).

A influência da mensagem de McLuhan teria ecoado entre os jovens radicais da Costa Oeste dos EUA e contribuído para a formação de uma comunidade de ativistas de mídia. Essa comunidade acreditava ser a vanguarda da transformação social norte-americana, assim como acreditavam que as novas tecnologias promoveriam o empoderamento individual e com isso ajudariam a derrubar o *big government* (grande governo) e o *big business* (grandes negócios). Eles pensavam que desenvolvendo novas tecnologias que substituíssem os meios de comunicação tradicionais poderiam construir uma nova sociedade com democracia direta.

²³ No original: “By mixing New Left and New Right, the Californian Ideology provides a mystical resolution of the contradictory attitudes held by members of the 'virtual class'. Crucially, anti-statism provides the means to reconcile radical and reactionary ideas about technological progress. While the New Left resents the government for funding the military-industrial complex, the New Right attacks the state for interfering with the spontaneous dissemination of new technologies by market competition. Despite the central role played by public intervention in developing hypermedia, the Californian ideologues preach an anti-statist gospel of cybernetic libertarianism: a bizarre mish-mash of hippie anarchism and economic liberalism beefed up with lots of technological determinism. Rather than comprehend really existing capitalism, gurus from both New Left and New Right much prefer to advocate rival versions of a digital 'Jeffersonian democracy'. For instance, Howard Rheingold on the New Left believes that the electronic agora will allow individuals to exercise the sort of media freedom advocated by the Founding Fathers. Similarly, the New Right claim that the removal of all regulatory curbs on the private enterprise will create media freedom worthy of a 'Jeffersonian democracy'.”

Assim os autores explicam o percurso até a formação do que eles chamam de *virtual class* (classe virtual) ou *digital artisans* (artesãos digitais). Segundo a análise deles, o legado dessa comunidade dos anos 1960 e 1970 foi recuperado pela indústria de tecnologia que reuniu uma *tecno-intelligentsia* que, junto com empreendedores da alta tecnologia, cientistas da computação, engenheiros, cientistas cognitivos, especialistas em comunicação, formaram a sua força de trabalho. O próprio caráter dessa força de trabalho seria um reflexo da ideologia californiana, que une ideais da economia de mercado e as liberdades do artesanato *hippie*, como eles explicam:

Incapaz de sujeitá-los à disciplina da linha de montagem ou substituí-los por máquinas, os gerentes têm organizado tais trabalhadores intelectuais através de contratos por tempo determinado. Assim como a “aristocracia trabalhadora” do século passado, o pessoal-chave das indústrias de mídia, computação e telecomunicações experimenta as recompensas e inseguranças do mercado. Por um lado, esses artesãos digitais não só tendem a ser bem pagos, mas também têm uma autonomia considerável sobre os seus ritmo e local de trabalho. Como resultado, a divisão cultural entre o hippie e o “homem da organização” tornou-se agora bastante difusa. No entanto, por outro lado, esses trabalhadores qualificados estão vinculados pelos termos de seus contratos e não têm garantia de continuidade do emprego. Faltando o tempo livre dos hippies, o trabalho em si tornou-se o principal caminho para o auto-realização de grande parte da “classe virtual” (idem, tradução nossa).²⁴

Muitos jovens do movimento da Nova Esquerda dos anos 1960, partidários de um liberalismo social, depositaram nas novas tecnologias da informação a esperança de realização de seus ideais universalistas. A eles, segundo os autores britânicos, se opôs uma Nova Direita que ressuscitou uma forma de liberalismo muito mais antiga, o liberalismo econômico, que defendia a liberdade dos indivíduos dentro do mercado. A retórica das tecnologias da informação como empoderadoras também seduziu essa ala conservadora da juventude. Nos anos 1960, McLuhan também foi reinterpretado por eles, e na década seguinte, futuristas como Alvin Toffler e Ithiel de Sola Pool defenderam que o advento dessas tecnologias implicaria o retorno do liberalismo eco-

²⁴ No original: “Unable to subject them to the discipline of the assemblyline or replace them by machines, managers have organised such intellectual workers through fixed term contracts. Like the 'labour aristocracy' of the last century, core personnel in the media, computing and telecoms industries experience the rewards and insecurities of the marketplace. On the one hand, these hitech artisans not only tend to be wellpaid, but also have considerable autonomy over their pace of work and place of employment. As a result, the cultural divide between the hippie and the organisation man has now become rather fuzzy. Yet, on the other hand, these workers are tied by the terms of their contracts and have no guarantee of continued employment. Lacking the free time of the hippies, work itself has become the main route to self-fulfillment for much of the 'virtual class'.”

nômico do passado. Desse modo, o progresso tecnológico nem sempre levaria a “ecotopia”, como defendiam os *hippies*, mas poderia também levar ao retorno de uma “América dos Pais Fundadores”, de individualismo severo (idem).

Os autores, então, apontam para duas versões opostas da ideologia californiana: uma que abraça a utopia de que as tecnologias da informação levarão a uma *electronic agora* (ágora eletrônica); e outra que acredita que elas levarão a um *electronic marketplace* (mercado eletrônico). Apesar dessas visões contraditórias de futuro digital, eles afirmam que “como uma fé híbrida, a ideologia californiana responde alegremente a este enigma acreditando em ambas as visões ao mesmo tempo – e não criticando nenhuma delas” (idem, tradução nossa).²⁵ Ou seja, para eles essa ideologia estaria ao mesmo tempo a serviço da Nova Esquerda e da Nova Direita.

A versão da Nova Esquerda seria caracterizada por uma pureza anti-corporativa, pela crença de que a “classe virtual” seria a vanguarda de luta pela libertação social, e de que ela poderia usar a hipermídia para substituir o capitalismo corporativo e o *big government* por uma economia da oferta (*gift economy*).²⁶ Um dos principais gurus dessa versão seria o norte-americano Howard Rheingold, com sua defesa da *virtual community* (comunidade virtual). A versão da direita, que segundo os autores têm como principal “bíblia mensal” a revista eletrônica *Wired*, seria defensora do *laissez-faire* e da ideia de que o progresso tecnológico realizará os ideais liberais jeffersonianos do século XVIII. Sobre esta última segue uma descrição fornecida por eles:

Nesta versão da ideologia californiana, a cada membro da ‘classe virtual’ é prometida a oportunidade de se tornar um empreendedor da alta tecnologia bem-sucedido. Tecnologias da informação, prossegue o argumento, empoderam o indivíduo, aumentam a liberdade pessoal, e reduzem radicalmente o poder do Estado-nação. As estruturas de poder sociais, políticas e legais existentes desaparecerão para ser substituídas por interações desenfreadas entre indivíduos autônomos e seus softwares. Estes McLuhanistas reformulados argumentam vigorosamente que o *big government* deveria ficar afastado das costas de empreendedores engenhosos que são as únicas pessoas legais e corajosas o suficiente para assumir riscos. Em vez de regulações contraprodutivas, engenheiros visionários es-

²⁵ No original: “As a hybrid faith, the Californian Ideology happily answers this conundrum by believing in both visions at the same time - and by not criticising either of them.”

²⁶ “Economia da oferta” ou “economia da dádiva” é um conceito antropológico que tem sido usado para se referir a um tipo de troca de bens ou serviços que não objetiva ou espera uma contrapartida direta ou imediata, diferente do que ocorre em trocas comerciais e escambo. O conceito foi introduzido pelo antropólogo francês Marcel Mauss em 1924, através do seu famoso trabalho *Ensaio sobre a dádiva*. Richard Barbrook (1998) defende que esse tipo de modelo econômico tem sido adotado pelos partidários do discurso da Ideologia Californiana, numa versão que ele chama de *hi-tech gift economy*.

tão inventando as ferramentas necessárias para criar um “livre mercado” dentro do ciberespaço, como criptografia, dinheiro digital e procedimentos de verificação. Na verdade, as tentativas de interferir nas propriedades emergentes dessas forças tecnológicas e econômicas, particularmente pelo governo, meramente rebatem naqueles que são tolos o suficiente para desafiar as leis primárias da natureza (idem, tradução nossa).²⁷

A retórica da ideologia californiana é vista por Barbrook e Cameron como retrofuturista e falsamente emancipadora. Não propõe mudanças sociais fundamentais, não critica a polarização racial e social, e, diferente dos *hippies*, não defende a construção de uma “ecotopia” ou a volta do *New Deal*. Propõe uma repressiva e pessimista visão do futuro, “onde os artesãos digitais descobrem sua autorrealização individual na ágora eletrônica ou no mercado eletrônico” (idem). Como uma fé exclusiva, onde somente algumas pessoas têm acesso às tecnologias da informação, a “democracia jeffersoniana” que essa ideologia defende pode se tornar, segundo os autores, uma versão *hi-tech* da economia de *plantation* do velho Sul norte-americano, reforçando a diferença entre os mestres e os escravos.

Apesar de anunciarem o triunfo dessa ideologia no início do seu artigo, a dupla britânica finaliza a sua análise apontando para alternativas a essa visão de futuro, pelo menos para os europeus. Para eles, os artesãos digitais europeus devem criar sua própria identidade e sua própria visão de futuro, não se pautar na ideologia da Costa Oeste norte-americana, que reflete a história de outro país e outra cultura. Essa visão de futuro deve evitar toda e qualquer forma de *apartheid* social dentro e fora do ciberespaço. No lugar do anarquismo da Nova Esquerda e Nova Direita, a estratégia europeia deveria considerar a “inevitabilidade de alguma forma de economia mista – a combinação criativa e antagônica de Estado, empresas e iniciativas DIY”²⁸ (idem, tradução nos-

²⁷ No original: “In this version of the Californian Ideology, each member of the 'virtual class' is promised the opportunity to become a successful hi-tech entrepreneur. Information technologies, so the argument goes, empower the individual, enhance personal freedom, and radically reduce the power of the nation-state. Existing social, political and legal power structures will wither away to be replaced by unfettered interactions between autonomous individuals and their software. These restyled McLuhanites vigorously argue that big government should stay off the backs of resourceful entrepreneurs who are the only people cool and courageous enough to take risks. In place of counter-productive regulations, visionary engineers are inventing the tools needed to create a 'free market' within cyberspace, such as encryption, digital money and verification procedures. Indeed, attempts to interfere with the emergent properties of these technological and economic forces, particularly by the government, merely rebound on those who are foolish enough to defy the primary laws of nature.”

²⁸ DIY é uma abreviação para a expressão em inglês *do it yourself*, que pode ser traduzida como “faça você mesmo”. Essa expressão remete a uma atitude de autossuficiência ou independência diante de uma tarefa a ser realizada. Ela também pode ser relacionada a uma atitude anticonsumista, na qual você produz aquilo que precisa sem recorrer a serviços, produtos ou mão de obra paga.

sa). Em vez de curvarem-se ao fatalismo da ideologia californiana, eles sugerem que os europeus abracem as possibilidades prometeicas da hipermídia.

O ciberespaço e a renovação do sonho americano

Em 1997, Langdon Winner publicou o artigo *Cyberlibertarian myths and the prospects for community*, onde descrevia o que ele chamou de ideologia “ciberlibertária”. Apesar de não citar os autores britânicos em sua análise, Winner reforçou a tese defendida por Babrook e Cameron de que as principais marcas desta nova ideologia seriam o determinismo tecnológico e o individualismo radical. Além disso, ele também aponta para o libertarianismo como sendo uma das principais correntes de pensamento que informam essa nova crença. Desse modo, ele define o ciberlibertarianismo como “uma coleção de ideias que liga o entusiasmo extático por formas eletronicamente mediadas de convivência com ideias libertárias radicais de direita” (tradução nossa).²⁹

Um aspecto da ideologia ciberlibertária que Langdon Winner aborda é a noção de democracia baseada numa “visão jeffersoniana”. Tal como já sugerido por Richard Barbrook e Andy Cameron (1995), essa noção é articulada pela defesa da liberdade individual e da democracia sem a devida contestação da desigualdade social e racial. Também para Langdon Winner (1997), essa ideologia defende uma versão “renovada” da “democracia jeffersoniana,” na qual a comunicação via computadores ajudaria no desenvolvimento das práticas democráticas, eliminaria a separação entre ricos e pobres de informação, combateria a centralização e a burocracia.

Winner, assim como os dois autores britânicos, considera esse discurso como uma ideologia. Na sua visão, uma ideologia “serve tanto para iluminar quanto para obscurecer”. Neste caso em particular, ele acredita que a ideologia ciberlibertária ilumina “desejos e intenções daqueles que se veem como vanguarda da mudança histórica mundial”. Ela estaria a serviço das “fantasias de poder” dos indivíduos que a defendem, que se encontram principalmente na região do Vale do Silício e outros centros de tecnologia. O que essa ideologia obscurece, segundo ele, são as impli-

²⁹ No original: “...a collection of ideas that links ecstatic enthusiasm for electronically mediated forms of living with radical, right wing libertarian ideas...”

cações básicas da tecnologia digital na vida social, sobretudo, no que diz respeito a questões de “poder” e “distribuição”. O enfrentamento de questões sociais sérias estragaria o “tom celebrativo” que, segundo ele, faz parte desse discurso. Algumas dessas questões podem ser resumidas da seguinte forma:

Quem ganhará e quem perderá nas transformações em curso? As fontes existentes de injustiça serão reduzidas ou amplificadas? A prometida democratização beneficiará a população como um todo ou apenas aqueles que possuem equipamentos de última geração? E quem decide? (idem, tradução nossa).³⁰

Para o autor, a ideologia ciberlibertária é anunciada e representada em diversas publicações sobre tecnologia, como, por exemplo, a revista eletrônica *Wired*, e em vários livros sobre ciberespaço e internet, como *Being digital*, de Nicholas Negroponte (1996), e *Microcosm*, de George Gilder (1989). Além disso, escritores como Alvin Toffler, Esther Dyson, Stewart Brand, John Perry Barlow e Kevin Kelly, também seriam seus porta-vozes. Nessa literatura ciberlibertária predomina uma visão determinista a respeito das tecnologias, mas não um determinismo de cunho mais geral, como afirma Winner (1997), como o que era possível ver há muito tempo nos escritos sobre tecnologia e cultura, mas um que foi especialmente desenvolvido para o contexto das tecnologias eletrônicas. Um dos exemplos clássicos desse determinismo é a teoria da “Terceira Onda” do escritor futurista norte-americano Alvin Toffler, apresentada no livro “Terceira Onda,” de 1980. Essa visão determinista, explica Langdon Winner (idem), usa em seus discursos termos como “inevitável”, “irresistível” e “mudança transformadora do mundo”, e ignora a dinâmica de construção social da tecnologia, que envolve múltiplos agentes e motivações.

O livro de Toffler inspirou um dos documentos mais emblemáticos dessa ideologia ciberlibertária, um manifesto publicado em 1994 pela *The Progress & Freedom Foundation* (PFF). Esse manifesto, intitulado *Cyberspace and the American dream: a magna carta for the knowledge age* (algo como “O ciberespaço e o sonho americano: uma carta magna para a era do conhecimento”), foi escrito por Esther Dyson, George Gilder, George Keyworth e Alvin Toffler. Para Winner, esse documento talvez seja o mais claro anúncio do ciberlibertarianismo como ideologia

³⁰ No original: “Who stands to gain and who will lose in the transformations now underway? Will existing sources of injustice be reduced or amplified? Will the promised democratization benefit the populace as a whole or just those who own the latest equipment? And who gets to decide?”.

política. Nele os autores afirmam que o mundo estaria entrando numa “Terceira Onda” (*Third Wave*) econômica, onde o recurso central não seria mais a terra e o trabalho agrícola, como na “Primeira Onda” (*First Wave*), e nem o maquinário industrial da “Segunda Onda” (*Second Wave*), mas o “conhecimento”. Para eles, a “era industrial” estava ainda em voga e estava se beneficiando muito da “era do conhecimento”, mas para que esta atingisse toda sua potência precisava que as leis e atitudes referentes à “Segunda Onda” fossem superadas.

É sintomático o uso de termos como “sonho americano” e “fronteira eletrônica” no manifesto. Para os autores, as tecnologias da informação estariam fornecendo a oportunidade de reviver a Revolução Americana do século XVIII e a expansão da antiga colônia no XIX, e repensar questões que também foram fundamentais para a construção da “América” como a terra da liberdade. A terra da promessa dessa vez, no entanto, seria o ciberespaço, uma nova “fronteira” a ser conquistada pela vanguarda da liberdade:

À medida que a humanidade explora essa nova “fronteira eletrônica” do conhecimento, ela precisa enfrentar novamente as questões mais profundas sobre como se organizar para o bem comum. O significado de liberdade, estruturas de autogoverno, definição de propriedade, natureza da competição, condições de cooperação, senso de comunidade e natureza do progresso serão redefinidos para a Era do Conhecimento – assim como foram redefinidos para uma nova era da indústria há cerca de 250 anos.

O que nossos compatriotas do século 20 passaram a considerar como o “sonho americano,” e o que os pensadores ressonantes chamaram de “a promessa da vida americana” ou “a idéia americana” surgiu da turbulência da industrialização do século XIX. Agora é a nossa vez: a revolução do conhecimento, e a Terceira Onda da mudança histórica que ela alimenta, convoca-nos a renovar o sonho e a fortalecer a promessa (DYSON et al., 1994, tradução nossa).³¹

O uso de metáforas relacionadas ao passado colonial e pós-colonial do país prossegue quando os autores decidem definir a natureza do ciberespaço. Aqui eles se comparam novamente aos exploradores da América pós-colonial e aos primeiros astronautas que exploraram o espaço. A metáfora do ciberespaço como um lugar a ser “conquistado” e “domado”, como o Oeste no

³¹ No original: “As humankind explores this new ‘electronic frontier’ of knowledge, it must confront again the most profound questions of how to organize itself for the common good. The meaning of freedom, structures of self-government, definition of property, nature of competition, conditions for cooperation, sense of community and nature of progress will each be redefined for the Knowledge Age – just as they were redefined for a new age of industry some 250 years ago. What our 20th-century countrymen came to think of as the ‘American dream,’ and what resonant thinkers referred to as ‘the promise of American life’ or ‘the American Idea,’ emerged from the turmoil of 19th-century industrialization. Now it’s our turn: The knowledge revolution, and the Third Wave of historical change it powers, summon us to renew the dream and enhance the promise.”

século XIX, ou o espaço sideral no XX, persiste:

A fronteira bioeletrônica é uma metáfora apropriada para o que está acontecendo no ciberespaço, lembrando o espírito de invenção e descoberta que levou antigos navegantes a explorar o mundo, gerações de pioneiros a domar o continente americano e, mais recentemente, a primeira exploração do homem ao espaço exterior.

Mas a exploração do ciberespaço traz tanto maiores oportunidades quanto, de certa forma, desafios mais difíceis do que qualquer aventura humana anterior.

O ciberespaço é a terra do conhecimento, e a exploração dessa terra pode ser a mais verdadeira, a mais alta vocação da civilização. A oportunidade está agora diante de nós para empoderar cada pessoa a perseguir esse chamado à sua própria maneira (idem, tradução nossa).³²

As oportunidades que segundo eles a exploração do ciberespaço apresenta para nós podem ser basicamente resumidas em duas principais, a oportunidade para “aumentar a liberdade humana” e para acabar com o “paradigma institucional central da vida moderna, a organização burocrática”. Aliás, essa última era uma tendência inevitável, pois segundo eles, todos os governos iriam passar por essa mudança “profunda” e “traumática” (idem). Essa mudança diz respeito ao papel deles na regulação desse novo espaço e dos novos tipos de bens que são criados e/ou circulam nele. Os autores alertam para a necessidade de se definir a natureza da propriedade no ciberespaço e os limites da ação dos governos em relação a isso, já que, denunciavam eles, pela ausência de um debate sobre isso naquele momento, o governo dos EUA, por exemplo, já estava tentando aplicar os conceitos de propriedade da “Segunda Onda” ao cenário da “Terceira Onda”. Mas esses conceitos, defendem eles, são inadequados para essa nova forma que o conhecimento assume no ciberespaço. A ideia de “bem público” (*public good*) que pautou esse debate na “Segunda Onda” não é mais útil aqui, pois, segundo o que defendem, a “Terceira Onda” havia alterado a “natureza do conhecimento como um ‘bem’” e ele agora era “por natureza” uma propriedade privada:

³² No original: “The bioelectronic frontier is an appropriate metaphor for what is happening in cyberspace, calling to mind as it does the spirit of invention and discovery that led ancient mariners to explore the world, generations of pioneers to tame the American continent and, more recently, to man's first exploration of outer space. But the exploration of cyberspace brings both greater opportunity, and in some ways more difficult challenges, than any previous human adventure. Cyberspace is the land of knowledge, and the exploration of that land can be a civilization's truest, highest calling. The opportunity is now before us to empower every person to pursue that calling in his or her own way.”

A forma dominante de novos conhecimentos na Terceira Onda é perecível, transitória, conhecimento personalizado: as informações certas, combinadas com o software certo e a apresentação, precisamente no momento certo. Ao contrário do conhecimento em massa da Segunda Onda – o conhecimento como “bem público” que era útil para todos porque as necessidades de informação da maioria das pessoas eram padronizadas – o conhecimento personalizado da Terceira Onda é, por natureza, um bem privado (idem, tradução nossa).³³

O manifesto define, portanto, a propriedade intelectual como o elemento crucial da dinâmica de desenvolvimento do ciberespaço. Mais do que isso, ele apresenta um modelo de gestão dos recursos e bens que fazem parte dessa nova instância. “Criar o novo ambiente do ciberespaço é criar uma nova propriedade – isto é, novos meios de criar bens (incluindo ideias) que sirvam às pessoas”, afirmam eles (idem, tradução nossa).³⁴ Às pessoas é que pertence o ciberespaço, não aos governos. Mas não no sentido democrático de espaço público onde todos teriam igual poder e igual oportunidade, mas no sentido de propriedade individual, no sentido de espaço para empreender e inovar. No sentido de que cada um deve ser deixado livre para empreender neste espaço e competir sob as mesmas regras “invisíveis” do mercado, sem interferência do Estado. É a pessoa enquanto “empresa”, nova dimensão antropológica que o neoliberalismo constrói, o sujeito econômico, o empreendedor (DARDOT; LAVAL, 2016).

A era industrial com suas instituições burocratizadas estimulou a “conformidade” e a “padronização”, mas a era do conhecimento encoraja a inovação e o espírito empreendedor. O ciberespaço, tal como os Estados Unidos, é a “terra da liberdade individual” (DYSON et al., 1994). Segundo os autores nada reflete melhor isso do que a figura do *hacker*, uma espécie de herói inconformado que desafia padrões e regras estabelecidas para inovar, inventar, fazer diferente. O *hacker* seria a prova de que a diminuição da regulação e burocracia governamental favorece a criação (e, é claro, os negócios):

O ciberespaço é a última fronteira americana. À medida que esta e outras sociedades fa-

³³ No original: “The dominant form of new knowledge in the Third Wave is perishable, transient, customized knowledge: The right information, combined with the right software and presentation, at precisely the right time. Unlike the mass knowledge of the Second Wave – ‘public good’ knowledge that was useful to everyone because most people’s information needs were standardized – Third Wave customized knowledge is by nature a private good.”

³⁴ No original: “...to create the new cyberspace environment is to create new property – that is, new means of creating goods (including ideas) that serve people.”

zem incursões cada vez mais profundas, a proposição de que a propriedade dessa fronteira reside primeiro nas pessoas é central para alcançar seu verdadeiro potencial.

Para algumas pessoas, essa afirmação parecerá melodramática. A América, afinal, continua a ser uma terra de liberdade individual, e essa liberdade se estende claramente ao ciberespaço. De que outra forma explicar o fenômeno exclusivamente americano do hacker, que ignorou todas as pressões sociais e violou todas as regras para desenvolver um conjunto de habilidades por meio de uma exposição precoce e intensa à computação onipresente e de baixo custo.

Essas habilidades acabaram por torná-lo altamente comercializável, seja no desenvolvimento de aplicações-software ou implementação de redes. O hacker tornou-se um técnico, um inventor e, caso após caso, um criador de novas riquezas na forma de pequenos negócios que deram à América a liderança na exploração e ocupação ciberespacial.

É difícil imaginar os hackers sobrevivendo, quanto mais prosperando, nas mais formalizadas e regulamentadas democracias da Europa e do Japão. Na América, eles se tornaram vitais para o crescimento econômico e liderança comercial. Por quê? Porque os americanos ainda celebram individualidade sobre conformidade, recompensam conquistas sobre consenso e militantemente protegem o direito de ser diferente (idem, tradução nossa).³⁵

Essa visão sobre a liberdade individual reflete a visão da corrente de pensamento neoliberal austro-americana, que segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016) construiu uma nova concepção do indivíduo e de sua ação no cenário do mercado. Nessa concepção o indivíduo se tornou ele próprio uma empresa, ele é definido a partir da imagem do empreendedor que governa a “si mesmo no mercado” (p.141). Esse ato de governar a si mesmo, por sua vez, foi resumido numa espécie de filosofia que hoje é amplamente adotada e propagada, o “empreendedorismo” (*entrepreneurship*). O capitalismo incentiva essa atitude empreendedora pois ela estimula a competição. Assim, a retórica do neoliberalismo é a de que todo mundo é um empreendedor em potencial, já que o empreendedor é aquele que está sempre buscando melhorar de situação. E nesse processo “incessante” e “intrinsecamente concorrencial”, ele aprende a se adaptar, supera a si mesmo e aos seus concorrentes, torna-se o melhor, torna-se um líder.

Nessa versão neoliberal austro-americana o mercado se tornou não só o espaço, mas o

³⁵ No original: “Cyberspace is the latest American frontier. As this and other societies make ever deeper forays into it, the proposition that ownership of this frontier resides first with the people is central to achieving its true potential. To some people, that statement will seem melodramatic. America, after all, remains a land of individual freedom, and this freedom clearly extends to cyberspace. How else to explain the uniquely American phenomenon of the hacker, who ignored every social pressure and violated every rule to develop a set of skills through an early and intense exposure to low-cost, ubiquitous computing. Those skills eventually made him or her highly marketable, whether in developing applications-software or implementing networks. The hacker became a technician, an inventor and, in case after case, a creator of new wealth in the form of the baby businesses that have given America the lead in cyberspatial exploration and settlement. It is hard to imagine hackers surviving, let alone thriving, in the more formalized and regulated democracies of Europe and Japan. In America, they’ve become vital for economic growth and trade leadership. Why? Because Americans still celebrate individuality over conformity, reward achievement over consensus and militantly protect the right to be different.”

próprio processo de formação do indivíduo empreendedor:

O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é *auto-construtivo* (ibidem, p. 140).

A individualidade e a liberdade são definidas na *Magna Carta* como “chaves para o sucesso da civilização da Terceira Onda” (DYSON et al., 1994). O individualismo é outra característica central dessa ideologia (WINNER, 1997). O tipo de individualismo que é defendido pelos ciberlibertários tem como base teórica os escritos sobre egoísmo da filósofa Ayn Rand. Ela, que ataca o altruísmo, o Estado de bem-estar social e a intervenção governamental, tem um forte apelo entre os ciberlibertários da direita. As suas ideias foram defendidas “como insights deslumbrantes” pelo grupo autor da *Magna Carta* (idem). Justaposto a esse individualismo há também, ainda segundo Winner, a defesa do modelo econômico neoliberal, inspirado em teóricos como Milton Friedman e a Escola de Chicago, como o “capitalismo de livre mercado” e o conceito de “lado da oferta”, a ideia de que menos impostos e regulação na economia produziriam mais crescimento econômico. O livro *Wealth and poverty*, de George Gilder (1981), é citado por Winner como tendo desempenhado um importante papel na popularização das ideias da Escola de Chicago nos primeiros anos do governo de Ronald Reagan. A obra defendeu que o casamento entre o capitalismo de livre mercado e o apagamento da matéria, provocado pela tecnologia digital, proporcionariam níveis de riquezas sem precedentes para a humanidade.

Quando os autores da *Magna Carta* defendem, por exemplo, que o ciberespaço pertence às pessoas e não aos governos, é o oposto da defesa da internet como um *commons* (bem comum) que está sendo feito, segundo Langdon Winner (idem). Na verdade, essa é uma defesa do ciberespaço livre da regulação dos governos e pautado pela propriedade privada e livre mercado. A lógica do território livre é uma lógica liberal, na qual a dinâmica das relações no ciberespaço deveriam ser deixadas à cargo da autoregulação que o mercado praticaria naturalmente. Neste sentido, para Winner, esse discurso advoga grande concentração de poder e riqueza, ao invés de uma distribuição igualitária dos recursos dessa “Terceira Onda”.

Em resumo, o autor aponta a forte afinidade que essa ideologia possui com o pensamento da direita, pela defesa de um individualismo radical, da economia de livre mercado, Estado mínimo e outros valores neoliberais. Além disso, havia uma ligação estreita entre os criadores da PFF e o Newt Gingrich, político norte-americano do partido Republicano, famoso pela sua defesa radical do neoliberalismo:

De fato, a The Progress and Freedom Foundation, que patrocinou a Magna Carta for the knowledge age, é a criação de Newt Gingrich e seus associados. Não é coincidência que uma visão ciberlibertária radical seja, em maior medida, a posição de pessoas que se chamam “conservadores”. Na visão de Gingrich, a celebração do ciberespaço está diretamente ligada às tentativas de revogar o New Deal e as grandes reformas sociais promulgadas neste século. Seguindo a lógica do ciberlibertarianismo, afirma-se uma gama de políticas educacionais anti-governamentais, anti-bem-estar, anti-trabalho, anti-ambientais e anti-públicas. Um aspecto desse impulso é a rejeição de toda e qualquer tentativa de orientar o desenvolvimento tecnológico por formas moldadas por escolhas sociais democraticamente determinadas e publicamente debatidas, um compromisso tornado mais que claro pela abolição do Escritório de Avaliação Tecnológica do Congresso dos EUA. Em seus momentos mais entusiásticos, Gingrich descreve o computador como um poderoso solvente social que pode ajudar a dissolver instituições existentes em educação, medicina, direito e afins, instituições que ele associa a um estado de bem-estar fora de moda (idem, tradução nossa).³⁶

A PFF era uma *think tank* especializada em economia digital, como ela própria se descrevia, que foi fundada em 1993, nos Estados Unidos, e encerrou suas atividades em 2010. A sua missão era “educar os formuladores de políticas, os líderes de opinião e o público sobre questões associadas à mudança tecnológica, com base em uma filosofia de governo limitado, mercados livres e soberania individual” (THE PROGRESS AND FREEDOM FOUNDATION, tradução nossa).³⁷ A organização era apoiada por uma série de empresas de mídia e telecomunicação, co-

³⁶ No original: “Indeed, The Progress and Freedom Foundation that sponsored the Magna Carta for the Knowledge Age, is the creation of Newt Gingrich and his associates. It is no coincidence that a radical cyberlibertarian vision is to an increasing extent the position of persons who call themselves “conservatives.” In Gingrich's view, the celebration of cyberspace is directly linked to the attempts repeal the New Deal and major social reforms enacted this century. Following the logic of cyberlibertarianism one affirms a range of anti-government, anti-welfare, anti-labor, anti-environment, and anti-public education policies. One aspect of this thrust is the rejection of any and all attempts to guide technological development in ways shaped by publicly debated, democratically determined social choice, a commitment made more than clear by the abolition of the Office of Technology Assessment of the U.S. Congress. In his most enthusiastic moments, Gingrich describes the computer as a powerful social solvent that can help dissolve existing institutions in education, medicine, law and the like, institutions that he associates with an outmoded welfare state.”

³⁷ No original: “...to educate policymakers, opinion leaders, and the public about issues associated with technological change, based on a philosophy of limited government, free markets, and individual sovereignty.”

mo grandes conglomerados como *AT&T*, *Comcast*, *Time Warner*, *Sony*, *Google*, *Microsoft*, entre outros. Durante o seu tempo de atividade ela organizou eventos para debater questões relacionadas à políticas públicas para a rede, como as regras de neutralidade de rede, por exemplo; desenvolveu e publicou estudos sobre a revolução digital, entre outras manifestações on-line, como postagens em sua página em defesa de políticas pró-mercado para o ciberespaço.

Langdon Winner (1997) por último aponta para o caráter superficial das concepções dessa ideologia ciberlibertária a respeito de comunidade. As propostas de democracia, igualdade e fortalecimento da comunidade apresentadas em seu discurso nunca ultrapassam a fronteira eletrônica, são propostas exclusivas para o mundo virtual e não para serem aplicadas fora dele. Sua defesa do caráter democrático do ciberespaço é pautada apenas na imaginação ou no desejo de que ele assim o seja, ignorando o básico das teorias políticas ou da própria realidade social. A democracia neste caso não necessariamente coincide com ampla participação.

A computação contracultural e o individualismo romântico

Thomas Streeter (1999) também analisa essa convergência entre o libertarianismo, a cultura do computador e o neoliberalismo. Ele defende que é possível explicar o sucesso do neoliberalismo a partir da análise desta convergência. Na sua visão, a resposta de porque o neoliberalismo se tornou tão popular não pode ser simplesmente baseada em interesses corporativos que ele representa, mas deve passar pela consideração de um componente cultural e não apenas econômico e tecnológico, o que ele chama de “política da cultura dos computadores”. Ele confirma a tese de Barbrook e Cameron (1995) e de Thomas Frank (1997), de que essa política pode ser entendida pela observação da história e da estrutura da fusão ocorrida entre a contracultura dos anos 1960 e o libertarianismo. Streeter chama essa ideologia de *net libertarianism* e acredita que um de seus principais componentes é:

...uma noção romântica de individualismo, baseada em uma ideia expressiva, exploradora e transfiguradora do indivíduo, ao invés da utilitarista calculista, maximizadora do prazer, característica da teoria econômica conservadora (tradução nossa).³⁸

Ele considera ainda esse individualismo romântico como possuidor de uma visão ilusória patológica que tende a negar e fugir da história e do contexto social, sobretudo através da comunicação mediada por computador. O computador nesse discurso aparece, portanto, como uma “forma ilusória de liberdade”, uma liberdade avessa às relações sociais, aos contextos históricos, à política, etc. Essa noção de individualismo, articulada com uma noção conservadora de liberdade, favorece segundo o autor, as estruturas de poder e hierarquias que ela mesma diz combater.

Stewart Brand e seu grupo são apontados por Streeter como os mais importantes propagadores dessa fusão entre a cultura do computador e um conservadorismo econômico. Para ele, essa cultura tem raízes na cibernética, em especial na teoria de sistemas de Gregory Bateson, uma das principais influências do catálogo contracultural de Brand, o *Whole Earth Catalog* (WEC), publicado entre 1968 e 1972; assim como no catálogo de software *Coevolution Quarterly* (CQ), um descendente do WEC, publicado entre 1974 e 1985. Além da influência da cibernética, há também, segundo ele, a influência do estilo e da atitude da contracultura dos anos 1960. Ele lembra que muitos desses articuladores da cultura do computador estiveram envolvidos nos protestos contra a Guerra do Vietnã.

Através do *Whole Earth Catalog*, Stewart Brand e seu grupo teriam desenvolvido um discurso que aproximava as ideias cibernéticas de “quanto mais comunicação melhor”, com a noção de empoderamento do indivíduo defendida pela contracultura (TURNER, 2006). O propósito do WEC, tal como Stewart Brand apontou em 1968, na edição de estreia do catálogo, era possibilitar o empoderamento do indivíduo “para conduzir sua própria educação, encontrar sua própria inspiração, moldar seu próprio ambiente” (WHOLE EARTH CATALOG). Tal empoderamento poderia acontecer, segundo a filosofia do WEC, através do uso das tecnologias da informação.

O catálogo de Brand, segundo Turner (2006), refletia o ideal de que o mundo deveria ser enxergado como um sistema único, mas que para ser melhorado necessitaria da ação individual e localizada. O grupo que se articulou em torno dessa filosofia do WEC defendia uma mudança

³⁸ No original: “...a romantic notion of individualism, based on an expressive, exploring, transfiguring idea of the individual, than the calculating, pleasure maximizing utilitarian individual characteristic of conservative economic theory.”

social global através da tecnologia, mas tal mudança deveria ser empreendida baseada num modelo individualista. Os mantras do grupo eram *access to tools* (acesso às ferramentas) e *do it yourself* (faça você mesmo). Tal filosofia teria influenciado os *hackers*, ativistas, escritores e empresários do Vale do Silício como, por exemplo, Steve Jobs, que confessou mais tarde ter sido um leitor do catálogo e que ele foi uma verdadeira “bíblia” para sua geração (STANFORD NEWS, 2005).

Além de Brand, Streeter também aponta para a influência de Ted Nelson na articulação dessa visão dos computadores como ferramentas de liberdade. Nelson ficou famoso por cunhar o termo “hipertexto” e por ter sido um dos pioneiros na defesa da popularização dos computadores pessoais e da internet. Em seu famoso trabalho *Computer Lib*, publicado em 1974, ele fez uma defesa dos computadores como uma ferramenta de comunicação com grande potencial libertador, em uma época em que eles ainda eram vistos como máquinas de calcular e de processar informação. Para o autor, Nelson expressou uma visão romântica de individualismo e de fé no mercado, mas que não é utilitária, pragmática ou orientada ao interesse próprio, pensando o mercado sem a estrutura do governo e das corporações, apenas indivíduos agindo criativamente de forma livre.

Ainda segundo Streeter, Nelson e a maioria dos que possuem essa visão sobre a cultura do computador justificam o rápido desenvolvimento dos computadores e da internet como resultado de uma lógica do mercado. O sucesso da internet, por exemplo, passou a ser explicado e justificado por um empreendedorismo romântico, ao invés de pelo contexto social de cooperação não lucrativa entre o governo e setor privado norte-americano. Essa interpretação se tornou “senso comum”. Essa ideologia celebra a revolução digital colocando em seu centro o herói empreendedor, aquele que governa a si próprio e age suspenso no ar, completamente desconectado de um pano de fundo social com suas questões econômicas, de classe, gênero, etnia, etc.

Esse discurso romântico contribuiu para a mudança cultural no modo como o computador era visto nos anos 1960 para o modo como ele passou a ser visto depois, a partir dos anos 1970. A sua transformação de máquina de calcular para máquina de comunicação, embora tenha sido iniciada por figuras com visões mais racionalistas que românticas, como Joseph C. R. Licklider e Douglas Engelbart, foi dirigida posteriormente pelo romantismo contracultural. Esse romantismo galvanizou esse impulso de transformação a partir dos anos 1970, com seu discurso sobre os computadores como dispositivos de uso pessoal. Aqui as publicações do grupo de Stewart Brand, o *Whole Earth Catalog*, exerceram um papel importante. Falaremos melhor sobre isso no próxi-

mo capítulo. Já nos anos 1990, esse mesmo discurso foi incorporado pela *Wired* ajudando a criar as condições para a própria popularização da internet, mas também para a formação e posterior explosão da bolha da internet (STREETER, 2011).

Uma das características desse romantismo é a personalização e foco em figuras particulares em detrimento de instituições e outros personagens importantes para a história. Ele também ignora os contextos sociais, focando na criação espontânea das coisas. Como Streeter destaca:

O fato de que os especialistas em computador são uma maioria esmagadora de homens brancos de classe média e alta, que trabalham em campi de pesquisa de universidades e corporações, é estudiosamente ignorado. As condições sociais que formaram as condições de fundo para a cultura do computador e suas realizações dos anos 1970 e 1980 – o patriarcado, relações de classe, a ampla disponibilidade de ensino superior nos anos 1950 e 1960 através de programas governamentais como o GI bill – são tornadas invisíveis. A história frequentemente contada de Bill Gates aprendendo sobre computadores no ensino médio e depois abandonando Harvard para fundar a Microsoft é tratada como um exemplo de ousadia empreendedora clássica, como se Gates fosse algum moderno Robinson Crusoe operando isoladamente do apoio social; a profunda diferença de poder social disponível para o jovem de uma família rica que abandona Harvard comparada a, digamos, um que sai de uma escola secundária no centro da cidade, ou a uma mulher que abandona a faculdade para ter um bebê, desaparece dos cenários libertários de computador. O computador caro que Gates aprendeu no ensino médio é tratado como um fato da natureza, não o produto do sistema escolar bem financiado do tipo cada vez mais disponível apenas para os privilegiados (tradução nossa).³⁹

O autor sugere que apesar do desenvolvimento do ciberlibertarianismo poder ser analisado a partir da trajetória de um de seus principais articuladores, Stewart Brand, somente o estudo de sua biografia não explica a popularização e força dessa ideologia. Para ele, o estudo das ideias precisa ser orientado por, pelo menos, três princípios básicos: 1) as ideias não existem de forma isolada, não podendo ser separadas de um sistema maior de pensamento e de valores com os

³⁹ No original: “The fact that computer experts are overwhelmingly well-educated middle and upper class white males working in cozy research campuses of universities and corporations is studiously ignored. The social conditions that formed the background conditions for the computer culture and its accomplishments of the `70s and `80s -- patriarchy, class relations, the wide availability of higher education in the `50s and `60s through government programs like the GI bill -- are rendered invisible. The oft-told story of Bill Gates learning about computers in high school and then dropping out of Harvard to found Microsoft is treated as an example of classic entrepreneurial pluck, as if Gates were some modern day Robinson Crusoe operating in isolation from social support; the profound difference in social power available to the young man from a wealthy family who drops out of Harvard compared to, say, one who drops out of an inner city high school, or to a woman who drops out of college to have a baby, disappears from the computer libertarian scenarios. The expensive computer that Gates learned on in high school is treated like a fact of nature, not the product of the well-funded school system of the type increasingly available only to the privileged.”

quais articulam uma visão de mundo; 2) as ideias surgem a partir de comunidades, embora haja indivíduos que se destaquem com contribuições mais relevantes, elas nascem a partir de uma comunidade que partilha uma mesma visão de mundo; 3) as ideias estão relacionadas com a estrutura social da qual elas nascem, não podendo ser entendidas de forma independente desta.

No caso da fusão entre as ideias de livre mercado e do computador e da internet como formas de liberdade, Streeter explica que os defensores do neoliberalismo compreenderam, a partir dos anos 1960, que eles precisavam tornar a conservadora noção do individualismo de mercado em uma coisa moderna. Isso foi feito, segundo o autor, através da propagação do discurso de que o livre mercado poderia gerenciar melhor as tecnologias modernas, sobretudo as tecnologias da informação. Os esforços foram concentrados para a construção da compreensão de que a regulação governamental era ineficiente e, na verdade, atrapalhava o progresso tecnológico. Publicações do *Journal of Law and Economics* da Universidade de Chicago, juntamente com publicações de fundações conservadoras como Heritage Foundation e Cato Foundation, procuraram obscurecer todos os avanços tecnológicos resultantes do “liberalismo corporativo” do pós-guerra.⁴⁰

Um dos caminhos para a revitalização dessa visão econômica conservadora foi a elaboração de uma retórica sobre o papel da informação digital na sociedade contemporânea, traduzida pela ideia de que vivemos em uma “sociedade da informação” (*information society*). Essa noção foi principalmente propagada e popularizada pela obra de Alvin Toffler, a “Terceira onda”. O sucesso desse termo em detrimento de outros, como *technetronic society* (sociedade tecnotrônica), *telematic society* (sociedade telemática) e *communications* (computadores e telecomunicações), está no fato de que ele sugere que a informação pode ser tratada como um objeto passível de ser transformado em propriedade (idem).

Essa retórica, portanto, fundiu-se com o discurso neoliberal em favor da propriedade privada e dos mercados abertos e empreendeu um processo de comoditização da informação digital, transformando em senso comum a ideia de que os softwares, por exemplo, deveriam estar sujei-

⁴⁰ Thomas Streeter (2011) explica que o “liberalismo corporativo” foi uma tendência da economia norte-americana associada à ideia de que o governo e o setor privado deveriam estabelecer uma cooperação em alguns momentos cruciais, para o bem do desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Ele afirma ainda que esse tipo de política foi chamada de “corporativa” por causa do surgimento, naquele contexto do século XX, de grandes corporações como uma forma dominante de organização econômica; e “liberal” porque era orientada pelos valores liberais, como individualismo e livre iniciativa. Essa política atestou, ainda segundo ele, que governo e empresas historicamente dependem entre si e não por acaso o seu auge coincidiu com o desenvolvimento do *big business* e do *big government* no contexto norte-americano.

tos a *copyrights* e patentes. Esse discurso foi ajudado, sobretudo, pela construção de legislações de propriedade intelectual durante os anos 1980:

Essa mudança de pensamento nos tribunais e legislaturas foi possibilitada por uma confluência de ideias. Significativamente, o discurso da sociedade da informação *assumiu* que a informação já era uma coisa conhecida e quantificável. Os especialistas da sociedade da informação não disseram que devíamos transformar a informação em propriedade; eles disseram que ela *é* uma coisa, *é* um dado em discos rígidos e, portanto, inerentemente propriedade (ou, pelo menos, é facilmente transformada em uma mercadoria) e derivaram suas análises do que consideraram ser esse fato auto-evidente. (É por isso que os especialistas da época não conseguiram prever o problema do Napster, ou seja, a forma como as comunicações por computador dispersavam e aceleravam o processo de cópia de textos problematizando toda a noção de propriedade; eles pensavam que o tratamento da informação como propriedade emergiria de forma auto-evidente da tecnologia, e assim raramente ocorreu a eles que de fato essas mesmas tecnologias poderiam minar a idéia de propriedade.) Eles assumiram que, desde que nas suas cabeças a informação digital simplesmente *era* propriedade, não algo que teria que ser desajeitadamente encaixada na estrutura da propriedade, a digitalização da cultura ocorreria rapidamente (idem, tradução nossa, p. 77).⁴¹

Esse processo de comoditização da informação digital é explicado por alguns autores como parte das novas formas de acumulação de capital que o capitalismo precisou desenvolver para sobreviver à crise que enfrentou nas últimas décadas do século passado (FAUSTO, 1989; PRADO, 2005). É o que David Harvey (2003) chama de “acumulação por desposseção” (*accumulation by dispossession*), operada através da ênfase na propriedade intelectual e na transformação de bens de propriedade comum em bens privados. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a indústria de software, que entre o final dos anos 1970 e 1980 passou a adotar como padrão os softwares de código fechado ou proprietário. Em reação a essa onda de fechamento surgiu o movimento em defesa do software livre, em meados dos anos 1980, e que tem como cerne da sua jus-

⁴¹ No original: “This change in thinking in the courts and legislatures was made possible by a confluence of ideas. Significantly, the discourse of the information society *assumed* that information already was a known and quantifiable thing. The information society pundits did not say we should turn information into property; they said it *is* thing, it *is* a data on hard disks and thus inherently property (or at least is easily turned into a commodity) and derived their analyses from what they took to be that self-evident fact. (This is why the pundits of the day largely failed to foresee the Napster problem, that is, the way that computer communications would disperse and accelerate the process of copying texts so as to problematize the whole notion of property; they thought that the treatment of information as property would emerge self-evidently from the technology, and so it rarely occurred to them that in fact these very technologies might undermine the idea of property.) They assumed that, since to their minds digital information simply *was* property, not something that would have to be awkwardly shoehorned into the framework of property, the digitalization of culture would proceed perfunctorily.”

tificativa de existência a ideia de que a informação digital é um bem comum e, portanto, não deveria ser transformado em propriedade privada (TORRES, 2013).

É importante notar que mesmo tendo articulado a noção de propriedade intelectual para a informação, essa ideologia ciberlibertária articulou também, ao mesmo tempo, a retórica do acesso aberto como parte daquilo que define a internet e as tecnologias digitais. Essa ideia que favorece, como veremos mais adiante, o livre mercado, afinal acesso aberto é frequentemente também usado como sinônimo de mercado aberto; colide com a retórica neoliberal de quanto mais propriedade privada melhor. A ascensão do movimento *open source* a partir da segunda metade dos anos 1990, “provocou algumas rachaduras” no consenso neoliberal que faz parecer que liberdade e mercado eram sempre sinônimos.⁴² Esse sucesso do movimento nos anos 1990 levantou o debate sobre o “problema da propriedade” na internet. Esse debate foi um reflexo da tensão entre duas visões diferentes do indivíduo, uma mais utilitária, voltada ao lucro e ao ganho material, e outra mais romântica, perseguindo a satisfação pessoal e a auto-expressão (STREETER, 2011).

Essa visão individualista romântica que pautou o desenvolvimento das tecnologias da comunicação, como o computador e a internet, e que persiste na cultura norte-americana, pode ser vista como uma resistência ao “desencantamento” do mundo. Conforme descrito por Max Weber esse “desencantamento” consiste na predominância do racionalismo na cultura moderna ocidental. Para Streeter (idem), a construção de um discurso romântico sobre a internet e as tecnologias digitais foi uma forma de tentar trazer de volta esse encantamento em um cenário social muito centrado na tecnologia e na razão instrumental. Mas embora apresente uma crítica importante ao racionalismo, como modelo para a mudança social ele não é sustentável, por conta de sua cegueira para as relações e contextos sociais.

Esse padrão de discurso que se repete em vários momentos na história da computação moderna pode ser explicado, segundo ele, a partir de três pontos. Primeiro, essa visão não foi propagada pela tecnologia digital, mas basicamente por textos impressos, como o *Whole Earth*

⁴² O movimento *open source* nasceu como uma dissidência do movimento software livre (*free software*) criado pelo programador Richard Stallman nos anos 1980. Liderado pelo também programador Eric Raymond, o *open source* se estabeleceu como uma versão pró-mercado do projeto iniciado por Stallman. Embora as práticas de produção de softwares de ambos os grupos sejam idênticas, eles diferem na visão a respeito da justificativa da necessidade de softwares de código aberto na nossa sociedade. Enquanto para Stallman essa é uma questão social, que passa pela defesa do conhecimento como um bem comum e que, portanto, não deveria ser transformado em propriedade privada; para Raymond as justificativas são de cunho técnico, mercadológico e também representa o discurso romântico individualista de trabalho por satisfação pessoal e autoexpressão. Enquanto Stallman defende que todos os softwares deveriam ser livres, Raymond defende que software livre e software proprietário devem coexistir na nossa sociedade, pois isso faz parte da lógica de concorrência do livre mercado. Para mais informações ver (TORRES, 2018a).

Catalog e outras mídias impressas. Mesmo a revista *Wired*, que hoje tem apenas versão eletrônica, era predominantemente veiculada na forma impressa em seu momento de mais impacto, entre 1993 e 1994. Segundo, a visão contracultural romântica da computação se formou a partir de um contexto específico no qual figuras como Stewart Brand, Ted Nelson e John Perry Barlow produziram toda uma literatura contracultural durante os anos 1960, que foi posteriormente consumida por engenheiros da computação e pessoas da área. E, por último, esse romantismo da cultura do computador teve um caráter de reação a um determinado contexto onde as estruturas burocráticas militares e corporativas eram dominadas pela razão instrumental.

Mas que tipo de compreensão a respeito do capitalismo podemos obter a partir do reconhecimento desse padrão repetitivo das narrativas românticas? Thomas Streeter (idem) sugere algumas. A primeira delas é a de que a cultura não é apenas um reflexo das forças econômicas, ela também possui certa autonomia e desempenha um papel importante nos eventos sociais. A segunda delas é o reconhecimento de que embora ela seja uma força importante, ela sozinha não é determinante para os eventos sociais. Assim, o discurso romântico individualista não “causou” sozinho a adoção da internet nos moldes que temos hoje. Outras forças econômicas, políticas e, inclusive, outros discursos não românticos, contribuíram para moldar as nossas expectativas em relação a essa tecnologia. Outra conclusão é a de que esse individualismo romântico não é somente um “epifenômeno” do capitalismo, ele também possui uma relativa autonomia. Um exemplo desta seria a ascensão do movimento *open source*, que provocou um “afrouxamento” da ligação entre liberdade e propriedade estabelecida pelo neoliberalismo.

Há também a constatação de que a ideologia pró-mercado é mais palatável quando combinada com algo mais do que o individualismo da maximização de lucro. Essa ideologia não fornece sozinha, sobretudo em longo prazo, sentido para a ação humana. É por isso que as pessoas procuram alternativas ou procuram combinar essa ideologia a outros discursos. O capitalismo sozinho não é capaz de satisfazer todos os desejos humanos, a aproximação que ele estabelece entre as ideias de mercado e propriedade com as ideias de liberdade e justiça, por exemplo, apenas se sustentam e fazem sentido em alguns contextos e circunstâncias específicas. Isso, no entanto, não é um atestado de que o capitalismo esteja enfraquecendo, é apenas um exemplo de como ele consegue se articular com elementos não capitalistas para funcionar:

Isso não significa que o capitalismo esteja em crise. Significa meramente que o capitalismo e seu funcionamento interno não são nem inevitáveis nem descuidados (no sentido de irrefletidos ou automáticos), que o capitalismo continuará a depender e a ser formado por modos de organização social que não são capitalistas, e que como essas relações com estruturas não capitalistas são esboçadas importa. Os dilemas e lutas internas sobre os aparatos capitalistas que acompanharam o desenvolvimento da tecnologia da internet – lutas sobre as próprias ideias de propriedade, ou lei, ou a organização do poder – nos dizem que a variedade de desejos humanos – desejos de riqueza, é claro, mas também desejos de respeito, justiça, expressão, comunidade, amor ou autotransformação – têm, na melhor das hipóteses, um relacionamento estranho e tangencial com as formas de individualidade oferecidas pelos mundos de dinheiro, contratos, propriedades ou pirâmides de poder das corporações globais (ibidem, p. 182, tradução nossa).⁴³

A conexão entre o capitalismo e esse individualismo romântico no contexto da internet foi, portanto, uma contingência histórica. Ela não expressa nenhuma coerência ou nenhum tipo de estratégia universal a qual o capitalismo lança mão sempre e em qualquer lugar. O capitalismo não funciona sempre dessa forma, em alguns momentos o discurso romântico se conectou a ele, como nos anos 1980, em outros o desafiou, como nos anos 1990 com o *open source*. O capitalismo não se traduz nessa oposição binária de resistência versus cooptação, isso seria atribuir muita coerência a um sistema que, segundo Streeter (idem), é uma abstração que “não precisa de nada, é um acúmulo de uma variedade de ações humanas, não uma entidade em si mesmo. Não está fora da agência humana” (p. 181, tradução nossa).⁴⁴ Por último, a internet ilustra o potencial das formas de organização não orientadas ao lucro, não o contrário como o discurso individualista romântico faz parecer. Ela pode ser usada como um bom ponto de partida para se argumentar contra a filosofia pró-mercado, embora, como veremos adiante, o discurso ciberlibertário sempre tendeu a conectar a ideia de internet aberta e livre com a noção de livre mercado.

⁴³ No original: “This does not mean that capitalism is in crisis. It merely means that capitalism and its inner workings are neither inevitable nor perfunctory (in the sense of unthinking or automatic), that capitalism will continue to rely on and be shaped by modes of social organization that are themselves not capitalist, and that how those relations with noncapitalist structures are drawn matter. The quandaries within and struggles over capitalist apparatuses that have accompanied the development of internet technology – struggles over the very ideas of ownership, or law, or the organization of power – tell us that the variety of human desires – desires for wealth, of course, but also desires for respect, justice, expression, community, love, or self-transformation – have at best an awkward and tangential relationship to the forms of selfhood offered by the worlds of money, contracts, property, or the power pyramids of global corporations.”

⁴⁴ No original: “...does not need anything, it is an accumulation of a variety of human actions, not an entity unto itself. It is not outside of human agency.”

A era da abertura: acesso aberto, mercado aberto

A revolução digital tem afirmado como seu valor fundamental a “abertura”, que via de regra aparece ao lado de outros princípios e valores como transparência, descentralização, democracia, eficiência, inovação e liberdade. O historiador Andrew Russell (2014) caracteriza o começo do século XXI como sendo marcado por essa “ideologia da abertura” (*the ideology of openness*). Segundo ele, esse discurso se tornou pervasivo e tem sido articulado em diversos campos como a computação, a ciência, a educação, os negócios e, mesmo, na política, fazendo parte do discurso de líderes como Barack Obama. O ex-presidente dos EUA é citado por ele como um exemplo de líder político que incorporou um discurso de *open government* (governo aberto) em seu mandato como presidente do país.

A abertura nesses diversos contextos geralmente é exaltada como sendo capaz de horizontalizar as relações, tornar os processos mais transparentes, fortalecer a democracia, diminuir a burocracia, etc. É um discurso sedutor, pois exalta valores e toca em questões importantes para qualquer sociedade democrática. No entanto, essa retórica, como ele alerta, representa uma afinidade eletiva (para usar um termo adotado por nós aqui) entre a tecnologia, a democracia e o capitalismo do tipo empreendedor:

Para os indivíduos, “aberto” é uma abreviatura de transparente, acolhedor, participativo e empreendedor; para a sociedade em geral, “aberto” significa um grande aumento no fluxo de bens e informações através de um sistema global de troca de mercado. No sentido mais geral, transmite independência das ameaças de poder arbitrário e controle centralizado. É um discurso que os falantes da língua inglesa acharam fácil de adotar, dado o uso comum de expressões como “mente aberta”, “aberto ao público” e “aberto para negócios”. A “abertura”, portanto, descreve um casamento de tecnologia e ideologia e uma fusão de tecnologia, democracia e capitalismo empreendedor (Versão digital).⁴⁵

⁴⁵ No original: “For individuals, “open” is shorthand for transparent, welcoming, participatory, and entrepreneurial; for society at large, “open” signifies a vast increase in the flow of goods and information through a global, market-oriented system of exchange. In the most general sense, it conveys independence from the threats of arbitrary power and centralized control. It is a discourse that speakers of the English language have found easy to adopt, given the common use of expressions such as “open-minded,” “open to the public”, and “open for business.” “Openness” thus describes a marriage of technology and ideology and a fusion of technology, democracy, and entrepreneurial capitalism.”

Abertura e liberdade no contexto da ideologia ciberlibertária utilizado aqui neste trabalho são termos que possuem suas ambiguidades e podem ser relacionados com os dois sentidos de liberdade propostos por Isaiah Berlin (1969). Uma internet aberta e livre sob a ótica dessa ideologia seria, de forma geral, uma internet sem interferência, sem restrições e sem controle por um poder arbitrário centralizado. Neste contexto intercalam-se a liberdade positiva e a liberdade negativa. Uma internet aberta e livre pode tanto significar a ausência de interferências como o sistema de propriedade intelectual, que impede, segundo certos grupos da esquerda, que os bens intelectuais possam ser distribuídos e acessados de forma igualitária (vide o caso do software livre). E aí temos o sentido negativo de liberdade sendo defendido, a “liberdade de” ou “estar livre de”. Temos também um conflito entre liberdades, que podemos chamar de liberdade individual, no caso a liberdade relacionada a propriedade privada, e a liberdade coletiva de acesso ao conhecimento como um *commons*.

Outra possibilidade é a abertura e a liberdade da internet como significando não uma ausência, mas uma presença, no mesmo sentido de liberdade positiva (“liberdade para” ou “estar livre para”). Defender esse sentido, portanto, seria defender a internet como um espaço livre para a ação dos indivíduos como seres autônomos e autodeterminados. Este sentido é o que tem sido mais comumente incorporado pela retórica neoliberal. Ele se preocupa com uma internet que possibilite o indivíduo ser senhor de suas ações. Neste caso, restrições ou regulações governamentais que possam impedir essa liberdade para a ação podem entrar na mira dos que defendem esse tipo de abertura e liberdade. Mas ao mesmo tempo, podemos pensar que aparatos de vigilância e controle utilizados na internet podem representar um impedimento para exercer esse tipo de liberdade, e aí tanto grupos da esquerda quanto da direita podem se opor a eles. Ou seja, ambas as liberdades podem ser defendidas por ambos os grupos a depender do contexto.

O discurso da abertura se desenvolveu no contexto de adoção do termo *open systems* (sistemas abertos) por engenheiros e cientistas da computação, que ocorreu na segunda metade do século passado. De acordo com Russel (2014), essa adoção reflete uma crítica e uma rejeição das “ideologias de controle centralizado”. A noção de abertura no contexto norte-americano estaria ainda ligada ao passado colonial do país, onde os defensores da independência se opuseram ao domínio da coroa britânica criando um novo sistema político, a República, oposto a monarquia centralizada; e um novo sistema de informação que rejeitava o modo como a coroa controlava e restringia o acesso às informações. Essa ideologia da descentralização e da abertura do período

colonial se tornou, portanto, uma marca desse processo e, mais tarde, na virada do século XX, políticos do país adotaram o termo *open door* (porta aberta) para se referir à política externa do país na China (idem).

Do campo da política, esse discurso passou a ser adotado por cientistas a partir da metade do século, para se referir a questões sociais (*open societies*), econômicas (*open economies*) e tecnológicas (*open systems*). Henri Bergson e Karl Popper usaram *open society* nos anos 1930 e 1940 para identificá-la com uma sociedade de valores superiores às opressoras sociedades comunistas e fascistas. Uma “sociedade aberta” seria para eles mais progressista, pacífica e inclusiva. Ainda nos anos 1940, Arturo Rosenblueth e Norbert Wiener usaram o termo *open systems* em seu trabalho *The role of models in science*, para distinguir dois modelos científicos, um chamado *closed box* (caixa fechada) e outro *open box* (caixa aberta), sendo este último o modelo no qual a ciência teria mais chances de progredir. Nos anos 1950, o termo foi empregado pelo idealizador da teoria geral de sistemas, Ludwig von Bertalanffy, em seu artigo *The theory of open systems in Physics and Biology*. O conceito de sistemas abertos, então, continuou a ser usado nas décadas posteriores, sobretudo no novo campo da cibernética e da Biologia (idem).

As teorias de sistemas abertos defendidos por esses intelectuais refletiam, segundo Russell, as suas visões a respeito dos problemas que se colocavam para eles naquele contexto das duas grandes guerras, que envolviam a centralização política dos países comunistas e fascistas, assim como os crimes bárbaros que marcaram os conflitos. A defesa de sistemas abertos, portanto, implicava na defesa de sociedades menos isoladas entre si, de regimes democráticos, liberdade política, paz e progresso científico. Um novo modelo de sociedade estava implícito nesses modelos científicos construídos por eles. Esse ideal de abertura adentrou algumas instituições do complexo acadêmico-militar-industrial e pautou, como veremos a seguir, a construção de tecnologias como, por exemplo, a internet, a partir de uma arquitetura aberta.

Três momentos da história da revolução digital podem ser usados como exemplos da adoção dessa ideologia da abertura: a criação da internet nos anos 1970, a criação do movimento software livre, nos anos 1980, e a criação da Web, nos anos 1990. Em todos esses três momentos, a abertura foi defendida como um valor fundamental desses projetos. Ela foi, inclusive, transformada durante os anos 1980 numa espécie de ética a ser seguida por aqueles que compartilham de uma chamada “cultura *hacker*.” As raízes dessa visão da computação aberta podem ser localizadas bem antes da revolução do computador e da internet. Essa visão parece ter sido gestada a

partir dos trabalhos da ciência cibernética desenvolvidos ainda nos anos 1940, sobretudo por Norbert Wiener. Antes de explorar essa ligação, no entanto, vamos falar sobre a criação da internet e como ela foi concebida como uma tecnologia aberta.

A história da internet começa com o desenvolvimento da sua predecessora, a ARPANET, no final dos anos 1960. O Departamento de Defesa do governo norte-americano através da sua *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) decidiu desenvolver uma forma de conectar os computadores espalhados por todo o país. As discussões a respeito disso começaram em 1967 e em 1969 a ARPANET começou a funcionar conectando inicialmente quatro pontos: Universidade da Califórnia Santa Bárbara (UCSB), Universidade da Califórnia Los Angeles (UCLA), Universidade de Utah e o Stanford Research Institute (SRI). A ARPANET funcionava através de um protocolo de comunicação, responsável por conectar as redes de computadores. O NCP (*Network Control Protocol*) foi empregado inicialmente para desenvolver esse papel, mas conforme a ARPANET foi crescendo ele se mostrou incapaz de conectar diferentes redes e se tornou obsoleto, sendo substituído pelo TCP/IP (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*), protocolo utilizado até hoje (CERUZZI, 2003; HAFNER; LYON, 1998).

O TCP/IP havia começado a ser desenvolvido por Vinton Cerf e Bob Kahn em 1973 para resolver o problema de como conectar diferentes redes, que possuíam diferentes interfaces, diferentes taxas de transmissão e tamanhos máximos de pacotes. A solução foi a criação de um protocolo que padronizasse essa transmissão de informações. Em 1983, a ARPANET passou oficialmente a adotar o TCP/IP como protocolo padrão de comunicação em suas redes. Também neste mesmo ano, a agência decidiu separar a sua rede em duas partes principais: uma rede militar, a MILNET; e uma rede civil, a ARPANET (HAFNER; LYON, 1998). Esses dois fatos, juntamente com a inclusão do protocolo TCP/IP no sistema Berkeley UNIX,⁴⁶ que contou com o apoio da

⁴⁶ Berkeley UNIX foi um sistema operacional desenvolvido por Bill Joy no final dos anos 1970 na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Joy, que na época era estudante de computação na universidade, desenvolveu o sistema baseado no UNIX, sistema criado em 1969 por Ken Thompson e Dennis Ritchie nos Laboratórios Bell, da empresa AT&T. O Berkeley UNIX, ou BSD Unix como também é chamado, em sua versão 4.2 lançada em 1983 trazia como um de suas principais funcionalidades o suporte ao protocolo TCP/IP. Esse fato ajudou a popularizar o uso da ARPANET e, posteriormente, da própria internet (CERUZZI, 2003). É curioso notar que o desenvolvimento do BSD UNIX, assim como o desenvolvimento do Projeto GNU, também baseado no UNIX, que deu origem ao movimento software livre, somente foi possível porque o código do UNIX estava disponível para ser copiado, alterado e redistribuído no ambiente acadêmico. Apesar de ter sido criado como um sistema proprietário e no ambiente corporativo, o UNIX refletiu a filosofia da abertura defendida por seus criadores e muitos outros engenheiros e cientistas da computação da época. A AT&T comercializava o UNIX a um preço regular no mercado, mas para as universidades o sistema era vendido a um preço simbólico. Isso fez com que o sistema se popularizasse no ambiente acadêmico.

ARPANET, contribuíram para transformar a ARPANET de uma rede restrita para uma internet aberta (CERUZZI, 2003).

O design do protocolo TCP/IP foi orientado a partir do princípio *end-to-end* (ponta-a-ponta), o que significa dizer que as mensagens a serem transmitidas pela rede são empacotadas e desempacotadas apenas nas pontas da comunicação, remetente e destinatário. O intermediário da comunicação, no caso o computador que funciona como um *gateway* (porta de entrada), não precisa ter acesso ao conteúdo do pacote que está sendo transmitido. Isso reflete uma abordagem neutra e não discriminatória do conteúdo que está sendo transmitido nestes pacotes através da rede. Esse princípio, inclusive, tem sido usado como justificativa para a defesa e manutenção do princípio da neutralidade da rede. A definição de uma arquitetura aberta para a internet representou para Thomas Streeter (2011) uma decisão baseada não apenas em questões técnicas, mas fruto também de uma visão social particular a respeito dos computadores que tem muita influência da contracultura dos anos 1960.

Em sua opinião, os contextos de criação do computador pessoal e da internet divergem na visão que orientou os seus personagens e nas narrativas que foram construídas sobre eles. Enquanto a criação dos microcomputadores foi orientada por uma visão empreendedora e voltada ao mercado, que ignorava a estrutura colaborativa de pessoas e instituições públicas e privadas; a criação da internet foi justamente na direção oposta. O Departamento de Defesa, dentre um leque de possibilidades de soluções proprietárias e/ou desenvolvidas pelo setor privado, escolheu desenvolver a internet em instituições sem fins lucrativos, que usavam verbas do governo e trabalhavam em colaboração com o setor privado, e, ao mesmo tempo, compartilhando as informações e o código com a comunidade. Como o autor afirma, “foi um momento marcante de abertura, emergindo silenciosamente de perto do coração do complexo militar-industrial, em um momento muito conservador na história do país” (ibidem, p.104, tradução nossa).⁴⁷

No mesmo momento em que a internet estava sendo criada tendo por base o princípio *end-to-end* e uma arquitetura aberta e transparente, o livro de Steven Levy (2010) era publicado. Essa obra foi responsável nos anos 1980 pela construção da imagem do *hacker* como um herói romântico e rebelde e da própria definição da “cultura *hacker*”. Nesse trabalho, Levy fala sobre a

Além disso, o fato de que a empresa permitia que a universidade pudesse acessar e alterar o código do UNIX, fazendo melhorias a ele, também foi crucial para a sua popularização (idem).

⁴⁷ No original: “It was a striking bit of openness quietly emerging from near the heart of the military-industrial complex at a very conservative moment in the country’s history.”

importância da ética ou cultura *hacker* para o desenvolvimento da computação pessoal e da própria internet. Essa ética seria resumida pelo seguinte *slogan*: “Toda informação deveria ser livre”. Além disso, ela estava baseada nos seguintes princípios:

Acesso a computadores—e qualquer coisa que poderia ensinar algo sobre a forma como o mundo funcionava—deveria ser ilimitado e total.
Toda informação deve ser livre.
Desconfiança da autoridade—Promoção da descentralização.
Hackers devem ser julgados por seus hacks, não por critérios falsos como escolaridade, idade, raça ou posição social.
Você pode criar arte e beleza em um computador.
Computadores podem mudar sua vida para melhor (p.28-34, tradução nossa).⁴⁸

Os valores da abertura, transparência, colaboração, descentralização, que orientaram os envolvidos no desenvolvimento da internet no Departamento de Defesa, fazem parte também do que Levy definiu como sendo ética *hacker*. Teria sido em nome dessa ética *hacker* que, por exemplo, Steven Russel criou, em 1962, o *Spacewar*, primeiro jogo de computador no estilo multijogador da história, e disponibilizou o código do jogo para qualquer um acessar e/ou fazer modificações; que os jovens do *Homebrew Computer Club* criaram os primeiros computadores de uso pessoal por diversão ou simplesmente por desafio técnico, como foi o caso do Sol de Lee Felsentein e Bob Marsh, criado em 1976, ou o Apple I de Steve Wozniak e Steve Jobs, criado também em 1976.⁴⁹ Foi também em nome dessa ética que Richard Stallman criou, em 1983, o seu projeto de sistema operacional de código aberto, o Projeto GNU, e o movimento pelo software livre. Stallman costuma afirmar que a criação do seu projeto foi uma tentativa de salvar uma cultura *hacker* que estava em vias de desaparecer. Nos anos 1980, como “último sobrevivente de uma cultura morta”, como descreveu a si mesmo (*ibidem*, p. 450), ele se viu diante de um dilema

⁴⁸ No original: “Access to computers—and anything that might teach you something about the way the world works—should be unlimited and total. All information should be free. Mistrust Authority—Promote Decentralization. Hackers should be judged by their hacking, not bogus criteria such as degrees, age, race, or position. You can create art and beauty on a computer. Computers can change your life for the better.”

⁴⁹ Steve Wozniak, um dos fundadores da Apple, sempre fez questão de afirmar que criou o Apple I porque gostava de projetar computadores e não porque tinha a intenção de fazer disso um negócio. Em entrevista a Steven Levy ele afirmou: “Eu projetei um computador porque eu gosto de projetar, para mostrar no clube. Minha motivação não foi ter uma empresa e fazer dinheiro (2010, p.264, tradução nossa).

moral: abraçar a tendência de fechamento da indústria de software ou lutar para manter o padrão aberto dos programas que havia caracterizado a programação desde os seus primórdios.⁵⁰

A criação da Web também foi orientada por esses valores da descentralização, abertura e livre compartilhamento das informações. Na página da *World Wide Web Foundation*,⁵¹ organização fundada pelo criador da Web, Tim Berners-Lee, há um breve resumo dos princípios que pautaram o desenvolvimento dessa tecnologia. A página destaca que essas foram ideias revolucionárias desenvolvidas pela comunidade responsável pela criação da Web e que acabaram se espalhando para além do setor da tecnologia da qual se originaram. São elas:

Descentralização: Não é necessária permissão de uma autoridade central para postar qualquer coisa na web, não há um nó de controle central e, portanto, nenhum ponto único de falha... e nenhum “botão de desligar”! Isso também implica liberdade da censura e vigilância indiscriminadas.

Não discriminação: se eu pagar para me conectar à internet com uma certa qualidade de serviço, e você pagar para se conectar com isso ou uma qualidade maior de serviço, então poderemos nos comunicar no mesmo nível. Este princípio de equidade é também conhecido como Neutralidade da Rede.

Design bottom-up: Em vez de o código ser escrito e controlado por um pequeno grupo de especialistas, foi desenvolvido à vista de todos, incentivando a máxima participação e experimentação.

Universalidade: Para que qualquer pessoa possa publicar qualquer coisa na web, todos os computadores envolvidos têm que falar a mesma língua, não importando o quão diferente é o hardware que as pessoas estejam usando; onde eles moram; ou que crenças culturais e políticas elas têm. Desta forma, a web quebra barreiras enquanto ainda permite que a diversidade floresça.

Consenso: Para que os padrões universais funcionassem, todos tinham que concordar em usá-los. Tim e outros alcançaram este consenso, dando a todos a palavra na criação dos padrões, através de um processo participativo e transparente no W3C (WORLD WIDE WEB FOUNDATION, tradução nossa).⁵²

⁵⁰ Mais informações sobre a invenção dessa cultura *hacker*, assim como sobre o processo de fechamento dos softwares e o nascimento e desenvolvimento do movimento software livre, podem ser encontradas em meu livro: TORRES, Aracele Lima. *A tecnoutopia do software livre: uma história do projeto técnico e político do GNU*. São Paulo: Alameda, 2018.

⁵¹ A *World Wide Web Foundation* foi criada em 2009 por Berners-Lee tendo como missão a defesa da internet como aberta e como bem público, assim como sua defesa como um direito básico para todos.

⁵² No original: “Decentralisation: No permission is needed from a central authority to post anything on the web, there is no central controlling node, and so no single point of failure ... and no “kill switch”! This also implies freedom from indiscriminate censorship and surveillance. Non-discrimination: If I pay to connect to the internet with a certain quality of service, and you pay to connect with that or a greater quality of service, then we can both communicate at the same level. This principle of equity is also known as Net Neutrality. Bottom-up design: Instead of code being written and controlled by a small group of experts, it was developed in full view of everyone, encouraging maximum participation and experimentation. Universality: For anyone to be able to publish anything on the web, all the computers involved have to speak the same languages to each other, no matter what different hardware people are using; where they live; or what cultural and political beliefs they have. In this way, the web breaks down silos while still allowing diversity to flourish. Consensus: For universal standards to work, everyone had to agree to use them. Tim

Tim Berners-Lee começou a pensar em uma forma de melhorar a troca de informações através da internet em 1989, quando trabalhava como engenheiro de software no CERN (*Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire*). No mesmo ano ele apresentou ao seu chefe uma proposta para resolver o problema de “perda de informação” através de uma “solução baseada em um sistema de hipertexto distribuído” (BERNERS-LEE, 1989). Em 1990, ele já havia desenvolvido a primeira página web e em 1991 pessoas de fora do CERN já puderam ter acesso a esse novo modo de usar a internet.⁵³ Conforme a web começou a crescer, Berners-Lee percebeu a necessidade de estabelecer padrões de abertura e gestão descentralizada para garantir que ela pudesse se expandir e tornar-se universal. Assim ele se refere a esse processo:

...se a tecnologia fosse proprietária, e no meu controle total, provavelmente não teria decolado. A decisão de tornar a Web um sistema aberto era necessária para que ela fosse universal. Você não pode propor que algo seja um espaço universal e, ao mesmo tempo, manter o controle dele (tradução nossa).⁵⁴

Em 1993, Berners-Lee e a comunidade que já se formava em torno dessa nova tecnologia chegaram a um acordo com o CERN para tornar os códigos-fonte dos programas que formavam a web livres de *royalties* para sempre, ou seja, o projeto da WWW se tornava um projeto de software livre.⁵⁵ Em 1994, Tim Berners-Lee cria a *World Wide Web Consortium* (W3C) a organização que é responsável pelo desenvolvimento dos padrões abertos que caracterizam a web, da qual fazem parte atualmente 474 membros, dentre empresas de tecnologia, organizações não governamentais, universidades, entidades governamentais e indivíduos de todo o mundo.

and others achieved this consensus by giving everyone a say in creating the standards, through a transparent, participatory process at W3C.”

⁵³ Tim Berners-Lee explica a diferença entre a internet e a web da seguinte maneira: “A Web é um espaço abstrato (imaginário) de informação. Na internet, você encontra computadores - na Web, você encontra documentos, sons, vídeos,...informações. Na internet, as conexões são cabos entre computadores; na Web, as conexões são links de hipertexto. A Web existe por causa de programas que se comunicam entre computadores na rede. A Web não poderia ficar sem a rede. A Web tornou a rede útil porque as pessoas estão realmente interessadas em informação (para não mencionar conhecimento e sabedoria!) E realmente não querem saber sobre computadores e cabos.” (tradução nossa). Disponível em: <<https://www.w3.org/People/Berners-Lee/FAQ.html>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

⁵⁴ No original: “...had the technology been proprietary, and in my total control, it would probably not have taken off. The decision to make the Web an open system was necessary for it to be universal. You can't propose that something be a universal space and at the same time keep control of it” (idem).

⁵⁵ Segundo a página do W3C, todos os softwares e documentação usam licença de software livre/código aberto. Disponível em: <<https://www.w3.org/Status.html>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

Essa retórica da abertura, do livre compartilhamento das informações e de sua universalidade, ou seja, de informações sem barreiras, tem sido a base dessa cultura *hacker* e dos movimentos que ostentam “aberto” ou “livre” em seu nome. A quem ou a que favorece a propagação do discurso do acesso aberto? Até que ponto acesso aberto também não significa mercado aberto e ilimitado? Universalidade da informação não significa universalidade do mercado? Em que medida esse lema “Toda informação deveria ser livre”, atribuído à cultura *hacker*, não funciona alavancando o alcance do mercado? O neoliberalismo tem se beneficiado muito dessa retórica, foi favorecido ao mesmo tempo em que também alimentou o discurso sobre a informação sem barreiras (HARVEY, 2011; BRETON, 1992). Philippe Breton (idem) sugere que utopia da comunicação, da qual a cibernética é uma das principais articuladoras, é uma máscara do liberalismo. Essa utopia seria caracterizada pela transformação da comunicação em um novo valor que, na leitura do autor, seria uma resposta ao trauma e à barbárie das duas grandes guerras, se estabelecendo como uma alternativa ao racismo e à exclusão fortemente presentes nesse momento.

Em seu trabalho “A utopia da comunicação”, ele analisa a transformação do tema da comunicação em utopia moderna como um processo que teria ocorrido no período imediato ao pós-guerra. Breton inclusive estabelece uma data de nascimento para essa utopia, o ano de 1942, ano em que Norbert Wiener publica em coautoria com Arturo Rosenblueth e Julian Bigelow um artigo intitulado *Behavior, purpose and teleology*. Para ele, esse texto dá origem à noção moderna de comunicação, apresentando temas essenciais que alimentaram não apenas a disciplina da cibernética, mas também a própria ciência da comunicação. A sua originalidade estaria em três pontos: no estabelecimento de uma nova ciência, uma nova definição do homem e a introdução de novos conceitos que mais tarde se tornariam fundamentais para a ciência da comunicação, como o conceito de retroalimentação (*feedback*). A “transparência”, a livre circulação da informação como forma de conter a entropia (desordem à qual o universo estaria fadado) vai emergir como um princípio importante dessa utopia da comunicação.

Wiener concebe o universo como antes de tudo um sistema fechado que tende à entropia e a comunicação como uma arma contra essa tendência. A livre circulação das informações seria, portanto, o que tornaria esse universo um sistema aberto e ordenado. Informação sem barreiras é igual à abertura e vice-versa. Esse discurso ironicamente, segundo Breton, garantiu um novo fôlego ao liberalismo como ideologia dentro de um quadro de crise das ideologias ocorrido no último século. Ironicamente porque para Wiener, a transformação da informação em mercadoria

seria um desastre no processo de combate à entropia. Essa transformação colocaria barreiras para que a informação pudesse circular livremente e, portanto, reverter o quadro entrópico. A informação enquanto mercadoria seria estéril para esse processo. Existe aí uma contradição, mas que não impede que uma ideia se beneficie da outra. Como no caso do movimento pelo software livre, que defende que todo código de programa de computador deveria ter acesso, modificação e redistribuição livres para qualquer um, o discurso da liberdade ataca as barreiras impostas pelo sistema de propriedade intelectual, mas é, ao mesmo tempo, beneficiado por ele e o beneficia também.

Surgida como uma reação pós-traumática aos horrores da guerra, essa utopia da comunicação representa as mídias, sobretudo o computador, como dotadas de transparência, racionalidade e inclusão. Ideais opostos aos que foram vistos durante os anos de guerra. Para Breton, “o discurso utópico produz tanto as técnicas como o contrário” (idem, p. 102). Nesse sentido, o computador, criado no auge da Segunda Guerra, não só foi consequência dessa utopia como também a difundiu, a sua aplicação foi o que garantiu a “impregnação” dessa utopia, como afirma ainda o autor. O computador seria para ele um “cavalo de Tróia” da utopia da comunicação, porque tendo sido concebido no mesmo contexto bélico da bomba atômica, por exemplo, e tendo servido aos mesmos propósitos de destruição, e, ainda, tendo sido criado pelo mesmo cientista, John Von Neumann;⁵⁶ diferente da bomba atômica, o computador era a materialização de um projeto utópico de resgate moral:

Enquanto a bomba é o ponto alto das realizações da antiga ciência, comprometida com a barbárie, o computador anuncia – estamos realmente aqui no domínio da esperança – uma sociedade nova, em que a racionalidade se imporá loucura mortífera (sic). Moralmente, o computador representa, para muitos cientistas do pós-guerra, o resgate dos pecados nucleares. A nova máquina gera a ordem e a informação enquanto o nuclear é um esforço constante para soltar a desordem e aumentar a entropia. Recordemos que, até à primeira explosão experimental num deserto americano, uma dúvida terrível subsistiu no espírito de todos os investigadores: seria possível suspender a reacção (sic) em cadeia provocada localmente? Podemos ver nisso uma vasta metáfora da situação que reinou durante a “guerra dos Trinta Anos”: até onde iria a dissolução da ligação social? Von Neumann, como matemático, calcula o modelo exacto (sic) da implosão da bomba e investiga igualmente a máquina que vai servir para inverter a tendência da entropia social (ibidem, p. 103-4).

⁵⁶ O matemático húngaro e naturalizado norte-americano, John Von Neumann, trabalhou no projeto de criação do primeiro computador eletrônico, o ENIAC, desenvolvido com verba do exército norte-americano para ser empregado em cálculos balísticos. Ao mesmo tempo, Von Neumann foi o responsável por calcular a altura exata que as bombas deveriam cair para causar maior destruição. Ele também fez parte da série de conferências interdisciplinares que fundaram a cibernética, entre 1946 e 1953, as *Macy Conferences*.

Do coração da cibernética, a ideia dos computadores empoderando a democracia, tornando os processos sociais mais transparentes e compartilhando as informações sem barreiras para produzir uma ordem social, foi sintetizada pela contracultura dos anos 1960 e resintetizada nos anos 1980 e 1990 com o libertarianismo. Nesse percurso, a internet assumiu o lugar de mídia excepcional, capaz de realizar essa velha utopia e foi proclamada nos anos 1990, como veremos adiante, como um espaço democrático por excelência. No caso brasileiro da criação do Marco Civil da Internet, o discurso do fortalecimento da democracia através da internet conflitou com o discurso da abertura como sinônimo de mercado aberto. Esse conflito foi representado, como veremos, pela oposição criada por alguns ativistas entre democracia e interesses corporativos. Já no caso dos Estados Unidos, predominou uma visão de abertura aliada a defesa da livre concorrência e da inovação, mais do que propriamente da democracia.

O excepcionalismo da internet: uma nação excepcional, uma rede excepcional

Na metade dos anos 1990, como vimos, a internet atingiu os holofotes da mídia norte-americana e foi celebrada como um novo e excepcional meio de comunicação. A revista *Wired*, como apontado por Thomas Streeter (2011), teve um papel significativo nessa celebração. Para Michael Stevenson (2016), esse foi um dos momentos ciberculturais (*cybercultural moment*) da internet, aquele no qual ela foi celebrada como uma mídia excepcional, que inevitavelmente seria uma alternativa mais aberta, transparente e participativa do que os velhos meios de comunicação em massa. Na visão do autor, no entanto, essa narrativa criada nos anos 1990 tem sido contada repetidas vezes. Impulsionada pelo que ele chama de “crença regenerativa no novo”, ela ressurgiu na metade dos anos 2000 na forma celebrativa de “Web 2.0”. Esse segundo “novo” momento da internet, assim como o anterior da bolha das ponto com, pretendia reafirmar a narrativa sobre a natureza aberta e participativa dessa mídia.

Stevenson também vê os manifestos como uma importante expressão desses momentos ciberculturais. Segundo ele, os manifestos são responsáveis por apresentar ao público as características da mudança tecnológica e cultural em curso e que resultarão, na maior parte das vezes inevitavelmente, em uma sociedade mais aberta e colaborativa. Exemplos disso são o Manifesto GNU,

de Richard Stallman, publicado em 1985 anunciando o começo do seu Projeto GNU, que deu o pontapé inicial para o desenvolvimento do movimento em defesa do software livre. A *Magna Carta* de 1994, escrita por Esther Dyson, George Gilder, George Keyworth e Alvin Toffler, no qual anunciavam, como vimos, a chegada de uma “Terceira Onda” econômica e a inevitável transição total para ela. E *A Declaration of Independence of Cyberspace*, de John Perry Barlow, publicada em 1996, na qual ele defendia a excepcionalidade do ciberespaço em vários aspectos. Essa última, inclusive, é a que mais interessa aqui em termos de exemplo de como a internet foi celebrada no começo dos anos 1990 como uma tecnologia especial.

John Perry Barlow é creditado por ter sido a primeira pessoa a usar o termo “ciberespaço” para se referir à confluência entre as telecomunicações e as redes de computadores nos anos 1990. Ele havia emprestado o termo do romance distópico escrito por William Gibson nos anos 1980, *Neuromancer*. Diferente do sentido original distópico dado por Gibson, Barlow atribuiu ao seu ciberespaço um sentido utópico, um espaço virtual onde a liberdade individual poderia se realizar em toda sua potência. Como notou Thomas Streeter (2011), com o uso do termo “ciberespaço” e da metáfora da “fronteira eletrônica” para se referir à internet, ela pôde ser enxergada não só como uma ferramenta tecnológica, mas como um espaço cheio de possibilidades ainda a serem exploradas.

Barlow e a rede que se articulou em torno do WELL (*Whole Earth ‘Lectronic Link*), rede eletrônica que se tornou uma espécie de sucessor digital do WEC, se tornaram os principais agentes na redefinição da ideia de ciberespaço como uma “fronteira eletrônica” (TURNER, 2006). O ciberespaço na narrativa da ideologia ciberlibertária aparece como um substituto da comuna rural dos anos 1960. O entusiasmo que o grupo do WEC e seus leitores tinham por essas comunas vai sendo progressivamente transferido para as comunidades on-line e para a internet de um modo geral. A partir dos anos 1980, o ciberespaço começa a ser pensado como um refúgio onde esses heróis românticos iam para construir um futuro alternativo ou uma forma de organização social diferente, tal como funcionou com as comunas. Juntamente com a metáfora da *virtual community* (comunidade virtual), que foi fundamental nos anos 1990 para consolidar uma visão romântica a respeito do ciberespaço, como veremos mais adiante, a metáfora da “fronteira eletrônica” foram duas lentes através das quais os norte-americanos buscaram compreender a internet (idem).

Através da *Electronic Frontier Foundation* (EFF), que criou juntamente com Mitchell Kapor em 1990, Barlow estabeleceu seu ativismo em favor da liberdade de expressão no ciberes-

paço. Foi por meio dela, por exemplo, que ele publicou o famoso manifesto onde declarava a independência do ciberespaço, que pode ser considerado um dos primeiros e legítimos manifestos dessa ideologia ciberlibertária. Nele, Barlow celebra o ciberespaço como um novo lugar onde os indivíduos podem desfrutar da liberdade da “coerção” dos governos. Declara coisas como: “o espaço social global que estamos construindo é naturalmente independente das tiranias que vocês [governos de todo o mundo] procuram nos impor” ou ainda “o ciberespaço não está dentro das suas fronteiras” (BARLOW, 1996a, tradução nossa).

No texto, Barlow também insinua que a internet seria “naturalmente” um espaço excepcional, fora de qualquer jurisdição ou fronteira ou alcance de quaisquer governos. No trecho a seguir ele afirma isso e complementa com a ideia de que o ciberespaço também está livre de todos os problemas que afligem o mundo físico no qual temos vivido e todos os valores construídos até agora:

Nós estamos criando um mundo que todos possam entrar sem privilégio ou preconceito por raça, poder econômico, força militar ou lugar de nascimento. Nós estamos criando um mundo onde qualquer um em qualquer lugar poderá expressar suas opiniões, não importando quão singular, sem temer que seja coagido ao silêncio ou conformidade. Seus conceitos legais sobre propriedade, expressão, identidade, movimento e contexto não se aplicam a nós. Eles são baseados na matéria. Não há nenhuma matéria aqui. Nossas identidades não possuem corpos, então, diferente de vocês, não podemos conseguir ordem por meio da coerção física. Acreditamos que, da ética, do interesse próprio esclarecido e da comunidade, nossa governança emergirá (idem, tradução nossa).⁵⁷

A declaração segue afirmando que os habitantes do ciberespaço não podem aceitar as soluções que têm sido impostas pelos governos fora dele. O que Perry Barlow descreve aqui é um verdadeiro paraíso bíblico. Nenhum indivíduo sendo discriminado por quaisquer características que sejam e nenhum indivíduo ou discurso sendo censurado e uma governança fluindo naturalmente desse contexto. A internet seria a “terra prometida”, esse lugar fantástico onde nós conseguiríamos superar problemas ou questões que não conseguimos superar fora dela; um lugar

⁵⁷ No original: “We are creating a world that all may enter without privilege or prejudice accorded by race, economic power, military force, or station of birth. We are creating a world where anyone, anywhere may express his or her beliefs, no matter how singular, without fear of being coerced into silence or conformity. Your legal concepts of property, expression, identity, movement, and context do not apply to us. They are all based on matter, and there is no matter here. Our identities have no bodies, so, unlike you, we cannot obtain order by physical coercion. We believe that from ethics, enlightened self-interest, and the commonweal, our governance will emerge.”

onde as regras e leis do mundo físico não teriam legitimidade, pois os seus habitantes (*netizens*) construiriam seus próprios códigos morais e éticos.

Em texto publicado na revista *Wired* quatro meses após a divulgação da sua declaração, John Perry Barlow procura responder às reações e críticas sobre seu manifesto justificando, entre outras coisas que, na verdade, não entende o ciberespaço separado do mundo físico. Assim ele comenta:

O ciberespaço não é mais separado das realidades do mundo físico do que a mente é não relacionada ao corpo. De fato, a relação entre o espaço social que existe, digamos, Manhattan e o espaço social que existe no ciberespaço é precisamente a relação entre mente e corpo.

Mas há também uma separação necessária entre pensamento e ação. A ação é o que o corpo faz, sobre o qual a autoridade física pode ser exercida. No ciberespaço, eu poderia ameaçar matar você. Em Nova York, posso cortar a sua garganta (1996b, tradução nossa).⁵⁸

Aqui parece que o discurso de Barlow fica confuso e se torna contraditório. Se o ciberespaço está para a mente humana, assim como o mundo físico está para o corpo humano, e se há “uma separação necessária entre pensamento e ação”, essa lógica sugere que o que fazemos no mundo físico é intervir de fato, agir, e o que fazemos no ciberespaço seria pensar sobre nossas ações, mas não necessariamente agir neste espaço. Se o ciberespaço funciona como um mundo onde as ideias são fermentadas, o que impede que esse mundo seja um reflexo do mundo físico? O que impede, por exemplo, que as ideias assim como são censuradas no mundo físico, possam também ser censuradas no mundo virtual? Olhando daqui, desse lugar privilegiado da arquibancada que é o presente, vinte e dois anos depois, nós sabemos que elas são não somente censuradas como deliberadamente forjadas como *fake news* (notícias falsas).

Em outro documento escrito por ele e Kapor em 1990, intitulado *Across the Eletronic Frontier*, ambos colocam em lados opostos, como numa rota de colisão, o que eles entendem como dois diferentes mundos: a sociedade e o ciberespaço. O texto caracteriza o ciberespaço co-

⁵⁸ No original: “Cyberspace is no more separate from the realities of the physical world than the mind is unrelated to the body. Indeed, the relationship between the social space that exists in, say, Manhattan and the social space that exists in cyberspace is precisely the relationship between mind and body. But there is also a necessary separation between thought and action. Action is what the body does, over which physical authority may be exercised. In cyberspace, I might threaten to kill you. In New York, I can slit your throat.”

mo “uma paisagem diferente de qualquer outra que a humanidade tenha experimentado antes” e “a terra natal da Era da Informação, o lugar onde o futuro está destinado a habitar”, onde a maioria dos habitantes que ele chama de “nativos” são “solitários” e “independentes”. Eles afirmam que um “conflito inevitável” estava começando a ocorrer entre ambos os mundos. Esse conflito se dava de várias maneiras, mas a principal delas foi citada por eles como sendo: o que definiria liberdade de expressão, liberdade de imprensa e propriedade privada em um mundo intangível como o ciberespaço. Esse conflito também é traduzido por eles como sendo basicamente a “luta entre controle institucional e liberdade individual”.⁵⁹

A *Declaration* teve um contexto e propósito específicos, ela foi uma resposta à aprovação do *Telecommunications Reform Act* (TRA), lei aprovada pelo congresso norte-americano em 1996. Essa lei surgiu como uma revisão da lei anterior que regulava as telecomunicações no país e que datava de sessenta e dois anos antes, o *Communications Act of 1934*. Ela havia sido criada durante o governo de Franklin D. Roosevelt e regulava a “comunicação por fio ou rádio”, ou seja, além de rádio, TV e telefone estavam inclusos.⁶⁰ A lei de 1996 pretendia entrar em compasso com as mudanças que haviam ocorrido (e ainda estavam acontecendo) após o advento da internet e, a julgar pelo seu princípio norteador, com a ascensão de um entusiasmo pelo livre mercado que marcou também a época. A lei foi descrita como:

Uma lei para promover a concorrência e reduzir a regulamentação, a fim de garantir preços mais baixos e serviços de maior qualidade para consumidores de telecomunicações no

⁵⁹ O contexto deste texto e o da criação da própria EFF é o da “Operação Sun Devil,” deflagrada pelo serviço secreto do governo norte-americano para prender suspeitos de copiarem ilegalmente documentos sobre o funcionamento do serviço de emergência conhecido como 911. Um dos suspeitos era o dono de uma pequena loja de jogos localizada no Estado do Texas, *Steve Jackson Games*. O serviço secreto apreendeu os equipamentos eletrônicos da loja, mas depois de confirmar que eles não continham os documentos copiados, eles foram devolvidos. Os e-mails e mensagens dos funcionários e clientes da loja armazenados nos computadores, no entanto, haviam sido lidos e apagados pelo serviço secreto. Através do WELL, Kapor, Barlow e um funcionário da Sun Microsystems, John Gilmore, decidiram criar a EFF e representar Steven Jackson e os clientes que tiveram suas mensagens lidas. O caso, *Steve Jackson Games v. Secret Service Case Archive*, foi tratado como violação de privacidade e da liberdade de expressão. O caso foi uma importante vitória para a EFF e para os defensores da liberdade de expressão e privacidade no ciberespaço, pois definiu, de forma inédita, que as comunicações via computador deveriam receber o mesmo tratamento legal que ligações telefônicas, por exemplo. Disponível em: <<https://www.eff.org/about/history>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

⁶⁰ Communications Act of 1934. Disponível em: <<https://transition.fcc.gov/Reports/1934new.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

país e incentivar a rápida implantação de novas tecnologias de telecomunicações (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 1996, tradução nossa).⁶¹

Para Pat Aufderheide (2006), o resultado da lei foi uma legislação “Frankenstein” com pedaços inconsistentes costurados em um único texto articulado em torno do princípio da “concorrência”. Para ela, a reforma na lei invocou de forma “cínica” a defesa do interesse público como seu principal objetivo, quando na verdade o público não foi chamado a participar desse processo de mudança. As falhas nessa legislação puderam ser precocemente percebidas: a mudança da lei não resultou no aumento da concorrência entre as plataformas de comunicação, pelo contrário, as companhias de telefone, por exemplo, começaram a comprar outras e formar monopólios, assim como dificultar que os novos concorrentes se conectassem aos seus sistemas; as emissoras de televisão cresceram ainda mais, só que diminuiriam a sua presença local; e a qualidade desses serviços no geral caiu.

O incômodo de John Perry Barlow a respeito dessa lei era o fato de que ela, segundo suas próprias palavras, estava “tentando afastar o vírus da liberdade, erguendo postos de guarda nas fronteiras do ciberespaço” (1996a, tradução nossa). Além disso, ele conclui, ela seria um “insulto” aos sonhos de Thomas Jefferson, George Washington, John Stuart Mill, James Madison, Alexis de Tocqueville e Louis Dembitz Brandeis. A inspiração liberal do manifesto de Barlow fica clara. Temos aqui uma referência a três dos “Pais Fundadores” (*Founding Fathers*) da independente república dos Estados Unidos: Jefferson, Washington e Madison. Assim como também, referência a duas figuras emblemáticas do liberalismo: Mill e Tocqueville. A eles juntam-se também aquele que ficou conhecido na história norte-americana por ter ajudado a desenvolver o conceito de “direito à privacidade”, Brandeis.

A metáfora do ciberespaço como a fronteira colonial norte-americana do século XVIII, onde bravos heróis liberais lutaram contra o controle da metrópole para construir (também) a terra da liberdade aparece à medida que Barlow segue seu manifesto. Ele não só compara a lei de 1996 às medidas que a metrópole aplicava sobre a colônia norte-americana, mas também compara a si mesmo com os que lutaram no processo de independência do país:

⁶¹ No original: “An Act to promote competition and reduce regulation in order to secure lower prices and higher quality services for American telecommunications consumers and encourage the rapid deployment of new telecommunications technologies.”

Essas medidas cada vez mais hostis e coloniais nos colocam na mesma posição daqueles amantes anteriores da liberdade e da autodeterminação que tiveram que rejeitar as autoridades de poderes distantes e desinformados (1996a, tradução nossa).⁶²

Essa metáfora e as referências usadas por Barlow nos levam a pensar se essa visão sobre um caráter excepcional da internet não está diretamente relacionada à crença na também excepcionalidade dos Estados Unidos como nação. Essa crença conhecida como *American exceptionalism* (excepcionalismo americano), afirma que o país seria, em vários aspectos, diferente de qualquer outro no mundo. Ela, inclusive, é uma noção atribuída a Alexis de Tocqueville, que a teria sugerido em sua obra de 1835, *Democracy in America*. Esse excepcionalismo pode ser uma fonte de influência para o pensamento de Barlow e daqueles que compartilham com ele dessa visão de que a internet seria, assim como essa crença enxerga o país, uma fronteira da liberdade, igualitarismo, individualismo, republicanismo, democracia e economia laissez-faire (LIPSET, 2000).

Tim Wu (2010), criador do termo “neutralidade da rede” (*network neutrality*), numa tentativa de responder à pergunta “a ideia do excepcionalismo da internet está morta?” reforça essa analogia entre o excepcionalismo dos EUA e o da internet. Wu defende em seu texto que a internet é excepcional em alguns aspectos, mas não o é em outros. A ideia propagada durante os anos 1990, da qual Barlow foi um conhecido defensor, de que a internet teria sua própria soberania e de que as regras e leis dos governos não se aplicariam a ela, é considerada por ele, por exemplo, como enfraquecida ou mesmo morta. Se existe ainda algum caráter excepcional na rede, segundo ele, esse está na ideologia que lhe deu origem, a ideologia da “descentralização”, expressa na emblemática frase de David Clark, cientista da computação que trabalhou também no desenvolvimento da internet: “Nós rejeitamos: reis, presidentes e votações. Nós acreditamos em: consenso e execução de código” (p. 184, tradução nossa).⁶³ Essa ideologia é muitas vezes expressa também pelo próprio design *end-to-end* da rede.

Na analogia de Wu, tal como os heróis da Revolução Americana, munidos com um senso liberal, rejeitaram a governança centralizada da coroa, os heróis da internet também escolheram o modelo republicano de governança. O autor afirma que a internet foi concebida como uma “República de Usuários” em contraste a um modelo de redes de informação predominante na época

⁶² No original: “These increasingly hostile and colonial measures place us in the same position as those previous lovers of freedom and self-determination who had to reject the authorities of distant, uninformed powers.”

⁶³ No original: “We reject: kings, presidents, and voting. We believe in: rough consensus and running code.”

que poderia ser descrito como “ditatorial” (*top-down dictatorships*). Desse modo, a internet seria mais do que um avanço tecnológico, seria um movimento político de recusa da adoção das teorias dominantes no design de sistemas, uma verdadeira “revolução na governança da informação” (p. 184). Assim ele explica o seu ponto de vista:

Se a internet é excepcional de uma maneira duradoura, deve ser por sua ideologia expressa em sua tecnologia. E, nesse sentido, seu excepcionalismo é semelhante ao excepcionalismo americano. Tanto a Nação quanto a Rede foram fundadas em ideologias incomuns e distintas, após uma revolução (uma real, outra tecnológica). (...)

Olhando para a internet, sua fundação e seu desenvolvimento, podemos encontrar o mesmo padrão de uma revolução, uma ideologia e muitas “causas especiais”. Embora grande parte fosse puramente técnica, havia ideias profundamente revolucionárias, até mesmo para os padrões tecnológicos, no coração da internet, mesmo que por vezes chegassem acidentalmente ou por razões pragmáticas. (...)

Para entender o que torna a internet diferente, as suas origens devem ser cuidadosamente examinadas. Primeiro, os predecessores da rede (telefone, cabo, etc.) eram, antes de tudo, empresas comerciais inventadas e implantadas (nos EUA) por empresas privadas. A internet, em contraste, foi fundada como uma rede de pesquisa, explicitamente não comercial e pública durante a primeira década de sua existência. Empresas privadas estavam envolvidas, sim, mas não era uma operação comercial no mesmo sentido que, digamos, as redes a cabo sempre foram.

Talvez, graças às suas origens, a internet tenha sido fundada com uma ideologia muito mais explícita do que a maioria – um tipo de libertarianismo pragmático cuja influência permanece (p. 183-4, tradução nossa).⁶⁴

Tim Wu (idem) questiona se esse excepcionalismo da internet é algo duradouro e que sobreviverá ao processo de fechamento que ele considera natural para todas as inovações, ou seja, se tornar o objeto de monopólio de alguma grande empresa ou mesmo do Estado. Tal como a democracia norte-americana que permanece como uma exceção por nunca ter sucumbido a uma ditadura, a internet também tem permanecido como uma “república da informação”, segundo ele.

⁶⁴ No original: “If the Internet is exceptional in a lasting way, it must be for its ideology as expressed in its technology. And in this sense its exceptionalism is similar to American exceptionalism. Both the Nation and the Network were founded on unusual and distinct ideologies, following a revolution (one actual, another technological). (...) Looking at the Internet, its founding and its development, we can find the same pattern of a revolution, an ideology, and many “special causes.” While much of it was purely technical, there were deeply revolutionary ideas, even by technological standards, at the heart of the Internet, even if sometimes they were arrived at in accidental fashion or for pragmatic reasons. (...) To understand what makes the Internet different, the origins of the Internet bear careful examination. First, the Network’s predecessors (the telephone, cable, etc.) were all commercial enterprises first and foremost, invented and deployed (in the U.S.) by private firms. The Internet, in contrast, was founded as a research network, explicitly non-commercial and public for the first decade of its existence. Private companies were involved, yes, but it was not a commercial operation in the same sense that, say, the cable networks always were. Perhaps, thanks to its origins, the Internet was founded with an ideology that was far more explicit than most—a kind of pragmatic libertarianism whose influence remains.”

Mas ele acredita que esse excepcionalismo não é algo garantido e precisa ser defendido para que permaneça sendo uma marca da rede, já que a própria ideia de “neutralidade da rede” advém desse caráter excepcional da arquitetura da internet diante de todas as outras redes de comunicações já inventadas. O caráter aberto da rede favorece, segundo ele, a inovação e a liberdade de expressão.

Capítulo 3: Afinidades eletivas: contracultura, cibercultura e neoliberalismo

Uma geração à sombra do apocalipse nuclear e da afluência econômica

O pós-guerra nos EUA foi marcado pelo medo de um apocalipse nuclear, mas, ao mesmo tempo, pela euforia da abundância econômica. A Segunda Guerra havia terminado com o lançamento de bombas atômicas que devastaram duas cidades japonesas, e ninguém provavelmente gostaria de ver aquilo se repetir. Havendo ou não possibilidade concreta de uma guerra nuclear global à época, esse foi um período no qual as pessoas conviveram diariamente com essa ameaça. Contrastando com isso estava o cenário econômico, um dos mais prósperos da história do país. A Segunda Guerra representou um divisor de águas nessa história, mudando o cenário de pobreza e desemprego no qual os EUA se encontravam, frutos da crise econômica da década de 1930; e de isolamento de assuntos internacionais da Europa e Ásia (FARBER; BAILEY, 2001).

Quem cresceu nos anos 1950 formou-se em meio à tensão entre um sentimento de riqueza e abundância, que atingira o país no pós-guerra, e o seu oposto, um sentimento de perda e destruição. Após a guerra os EUA viveram um momento de prosperidade chamado de *boom* econômico, “era de ouro” ou, ainda, “os trinta gloriosos”. Todo o passado da Grande Depressão e das perdas da Segunda Guerra aparentemente havia ficado para trás para dar lugar ao sentimento de prosperidade e riqueza: “Onde a geração dos pais foi atormentada pelas lembranças da Depressão, as crianças desta classe média no final dos anos quarenta e cinquenta foram criadas para encarar a riqueza como garantida” (GITLIN, 1993, p.17, tradução nossa).⁶⁵

Foi um período de grande crescimento econômico, não apenas nos EUA, mas nos países capitalistas desenvolvidos em geral e que durou dos anos 1940 aos anos 1970. Durante esse período, o modelo de produção em massa fordista espalhou-se por indústrias em torno de vários lugares do mundo e ampliou-se nos EUA para novos tipos de produção, como a construção de habitações, por exemplo. Bens e serviços que antes eram considerados artigos de luxo e, por isso, acessíveis somente a uma minoria rica, passaram a ser produzidos para um mercado de massa e

⁶⁵ No original: “Where the parental generation was scourged by memories of the Depression, the children of this middle class in the late Forties and Fifties were raised to take affluence for granted”.

acessíveis ao cidadão médio. A “era de ouro” democratizou o mercado (HOBBSAWM, 1995).⁶⁶ Mas enquanto a maioria da população celebrava a afluência e abundância dos anos pós-guerra, parte da juventude criticava a burocracia tecnocrática e o consumismo nos quais a sociedade estava mergulhada, assim como os problemas de desigualdade social, discriminação racial, e o envolvimento do seu país em guerras, como a do Vietnã.

O crescimento da população jovem aconteceu através do *baby boom*, um crescimento demográfico que gerou 76 milhões a mais de pessoas nos EUA entre os anos 1946 e 1964 (FARBER; BAILEY, 2001). Nos anos 1960, o número de jovens no país, principalmente universitários, era tão significativo ao ponto de eles emergirem, sobretudo no final daquela década, como uma força política e cultural importante. Esses jovens, particularmente os de classe média, que representavam então uma fatia considerável de consumidores, já tinham o poder de transformar a cultura que eles consumiam em uma tendência ou sucesso nacional. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o *rock and roll* a partir dos anos 1960 (idem).

Uma parcela dessa juventude rejeitou parte dos valores da geração de seus pais e buscou, em meio ao caos de uma Guerra Fria imprevisível e que poderia ser fatal para a humanidade, a construção de um mundo alternativo. O resultado disso foi o surgimento de vários movimentos, nem sempre organizados enquanto tal: o *beat*, a Nova Esquerda (*New Left*), o *hippie*; ou, dependendo do ponto de vista, de um único grande movimento conhecido como “contracultura”. Para autores como Fred Turner (2006), por exemplo, essa juventude desenvolveu inicialmente dois grandes movimentos sociais sobrepostos, mas distintos, a Nova Esquerda e o *hippie*. O primeiro nasceu das lutas em favor dos direitos civis no Extremo Sul dos EUA e do Movimento pela Liberdade de Expressão (*Free Speech Movement*).

Essa Nova Esquerda voltou-se para a ação política, criando novos partidos políticos e liderando anos de protestos contra a Guerra do Vietnã. Já os *hippies* enfatizaram questões internas de consciência, que envolviam poesia, Zen Budismo, drogas psicodélicas, etc. No fim da década de 1960, como a Nova Esquerda começou a adotar alguns hábitos e estilos *hippies*, esses movi-

⁶⁶ Eric Hobsbawm (1995) afirma que esse *boom* econômico foi extraordinário e inesperado, principalmente depois do capitalismo ter dado sinais de falência durante a Grande Depressão. A explicação para esse crescimento da economia no pós-guerra pode estar, segundo ele, no fato de que o capitalismo passou por uma substancial reestruturação e reforma que foram somadas ao avanço na globalização e internacionalização da economia. Essa reestruturação produziu uma “economia mista”, na qual o processo de industrialização em vários países capitalistas foi sustentado, supervisionado, planejado e, por vezes, administrado por governos. Durante esse período de crescimento econômico os governos se comprometeram com o pleno emprego e com as seguridades social e previdenciária. Houve uma mistura de liberalismo econômico e democracia social, que seria muito criticada posteriormente, nos anos 1970 e 1980, pelos defensores do *laissez-faire*.

mentos passaram a ser denominados unicamente de “contracultura”. Para muitos autores, contracultura e *hippie* são a mesma coisa, ou melhor, o movimento *hippie* seria um fenômeno inaugural de um movimento maior conhecido como contracultura. David Farber e Beth Bailey (2001), explicam que para a maioria dos norte-americanos dos anos 1960, o termo “contracultura” se referia ao estilo de vida dos chamados *hippies*. Eles eram caracterizados como jovens que procuravam um modo de vida alternativo, que se distanciasse da alienação da sociedade consumista de classe média, lutando para criar suas próprias estruturas econômicas, culturais e políticas.

Para Timothy Miller (2011), o movimento *hippie* pode ser caracterizado pela rejeição do industrial em favor do agrário, do plástico em favor do natural e dos valores individuais em favor dos comunitários, desafiando a tradição ocidental de privilegiar o indivíduo em detrimento do coletivo. Eles tiveram ainda um impacto duradouro na cultura norte-americana, defendendo a necessidade de uma nova ética que fosse adequada a um tempo caracterizado pelo poder global, tecnocracia, urbanização, catástrofe ambiental, e uma nova química psicodélica. Miller descreve ainda a contracultura como um “movimento social romântico” do final dos anos 1960 e começo dos 1970, encabeçado principalmente por adolescentes e jovens na casa dos vinte anos. A presença predominante de adolescentes e jovens nesse movimento reflete a profunda desconfiança que eles mantinham em relação aos mais velhos. A geração dos adultos filhos da Grande Depressão parecia a esses jovens que cresceram à sombra do apocalipse nuclear, “incapazes de abalar sua preocupação com a segurança quando a prosperidade retornou” (ibidem, p. xix).

Além desse recorte etário, a contracultura apresentava também um recorte de cor, classe e gênero. Miller destaca que os *hippies* eram homens brancos e jovens que viviam numa situação privilegiada na sociedade e que, mesmo sustentando um discurso de direitos iguais e pregando uma vida sem luxos, vinham de uma realidade muito distante disso:

Os *hippies* eram principalmente crianças de privilégio, e sua visão refletia sua herança. Glorificavam a pobreza e, por vezes, viveram nela; defenderam os direitos das minorias raciais e, em certa medida, as mulheres. Mas o movimento veio de um segmento social branco, próspero, definido pelo homem. Talvez fosse inevitável que aqueles que rejeitavam confortos da classe média tivessem que vir de uma situação confortável; os sem re-

cursos da sociedade não tinham luxos materiais excessivos para se rebelar contra (p. xxiv).⁶⁷

As manifestações mais visíveis da contracultura aconteceram em meados dos anos 1960 em várias cidades dos Estados Unidos. Alguns locais foram se transformando em “distritos *hippies*”, como Haight-Ashbury em San Francisco, Old Town em Chicago, Lower East Side em New York e Dinkytown em Minneapolis. Esses jovens se estabeleceram nesses locais e criaram casas comunais, cooperativas de alimentos, clubes de rock, livrarias, etc (FARBER; BAILEY, 2001). A intenção era criar sociedades alternativas mesmo dentro da sociedade que eles rejeitavam. Como destacava um *hippie* em 1969, “Estamos na América, mas já não somos uma parte dela” (Apud MILLER, 2011, p. xviii). No final dos anos 1960, no entanto, o movimento já dava sinais de enfraquecimento, o estilo de vida *hippie* já havia sido incorporado ao *mainstream* que ele próprio criticava, se tornando um objeto de consumo. Nesse momento muitos jovens se mudaram para as áreas rurais dos EUA formando comunas no campo, em um movimento que ficou conhecido como *back-to-the-land* (de volta ao campo). Esse grupo, conhecido também por Novos Comunalistas, tendeu a identificar uso de tecnologias em pequena escala como uma fonte de mudança social e buscou promover a reconciliação entre a natureza e a tecnologia.

A contracultura e reconciliação entre natureza e tecnologia

Theodore Roszak (1972), uma clássica referência na literatura sobre a contracultura norte-americana, foi um dos primeiros autores a trabalhar com o tema. Ainda no final dos anos 1960 ele escreveu seu livro “A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil”. Atribuiu aos movimentos juvenis em questão o nome de “contracultura” e atribuiu também a eles algumas outras características que se tornaram suas definidoras, como, por exemplo, a rejeição total da ciência e dos valores tecnológicos. Para ele, a contracultura se

⁶⁷ No original: The hippies were mainly children of privilege, and their outlook reflected their heritage. They glorified poverty and sometimes lived in it; they championed the rights of racial minorities and, to some extent, women. But the movement came from a prosperous, white, male-defined segment of society. Perhaps it was inevitable that those who would reject middle-class comforts had to come from comfortable backgrounds; the have-nots of society had no excessive material luxuries to rebel against.”

definia em oposição à tecnocracia, como um rompimento cultural da juventude pertencente à classe média norte-americana com a tecnocracia da qual ela era filha. Em sua opinião, o principal inimigo desta juventude, o inimigo mais temível (mais temível inclusive que a Guerra do Vietnã), seria essa tecnocracia.

A contracultura, no entanto, foi muito mais plural e heterogênea do que Roszak foi capaz de descrever naquele momento. O autor, porém, voltou a analisar este fenômeno quase vinte anos depois e teve a chance de oferecer uma nova leitura sobre ele. Em *From Satori to Silicon Valley*, ensaio de 1985, e no livro *The cult of information*, de 1986, o historiador reconheceu algo mais que hedonismo e excentricidade na contracultura, ele apontou para a ambiguidade do movimento em relação às tecnologias, principalmente em relação aos computadores. Ele afirmou que se continuasse se fixando apenas nestes aspectos da contracultura não estaria “fazendo justiça à profunda ambiguidade do movimento” (2000). Nesses dois trabalhos, Roszak admitiu haver uma tendência tecnófila dentro da contracultura, que procurou conciliar uma visão positiva a respeito da alta tecnologia, com uma visão pós-industrial.

Para Fred Turner (2006), o hedonismo da contracultura é o aspecto mais lembrado a respeito do movimento. Muitos teóricos o consideram como prova de que os movimentos juvenis da época representaram uma ruptura com a sociedade da Guerra Fria. Esse hedonismo recebeu críticas de ambos os lados, esquerda e direita. Turner explica que para aqueles à direita, o uso de drogas e o sexo livre foram um grande desafio para o *mainstream* norte-americano. O sociólogo Daniel Bell (1976), chegou a anunciar, inclusive, que a contracultura tinha trazido com ela o fim da “ética protestante”. Já para muitos da esquerda, esse movimento representou uma ameaça à luta política tradicional. Para Todd Gitlin (1993), por exemplo, que foi ativista da Nova Esquerda durante os anos 1960, o hedonismo dos *hippies* era sedutor e representava uma tentação para os líderes do movimento anti-guerra, pois ele impelia-os a abandonar a sua organização pela política teatral da contracultura.

Na análise de Timothy Miller (2011), embora houvesse um sentimento generalizado de uma cultura jovem de oposição nos Estados Unidos dos anos 1960, ela não era um monólito. Para ele, essa cultura expressava pelo menos duas abordagens muito diferentes para a crise social da época: “houve uma Nova Esquerda, uma oposição abertamente política à cultura dominante; e

houve o hippie, o mundo dos desistentes e dos dissidentes culturais” (p. xx, tradução nossa).⁶⁸ Miller explica também que a maioria dos *hippies*, por mais que simpatizassem com a Nova Esquerda, não eram muito interessados em política e, portanto, enxergavam a contracultura e a Nova Esquerda como coisas distintas. No entanto, embora isso acontecesse, havia também alguns valores em comum entre os dois grupos. A cultura que os *hippies* desejavam estabelecer se baseava em ideologias políticas como paz, igualdade e harmonia racial; por sua vez, a grande maioria da Nova Esquerda também viveu alguns valores culturais dos *hippies*, como fumar maconha, praticar o sexo livre e viver em comunas.

Nem todos os jovens da época, no entanto, enxergavam as coisas dessa maneira. Os *hippies* de modo geral ficaram conhecidos, sobretudo, pela defesa da desistência ou abandono (*drop out*) da sociedade consumista e tecnocrática, e da busca pela construção de valores opostos a ela. Mas a ideia de que eles rejeitaram totalmente os valores e as tecnologias do complexo acadêmico-industrial-militar se mostra equivocada quando analisamos a história do movimento *back-to-the-land*. Esse grupo da contracultura se moveu para o campo entre o final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, chegando a formar mais de dez mil comunas com cerca de 750 mil pessoas. *Hippies* vindos do Haight-Ashbury e de outros distritos, estabeleceram-se em fazendas e outras propriedades rurais na Califórnia, no Colorado, Novo México e Tennessee, assim como também em comunidades urbanas (TURNER, 2006).

Os Novos Comunalistas (*New Comunalists*), como são chamados por Fred Turner (idem), acreditavam que os mecanismos políticos tradicionais estavam falidos, e que a transformação da consciência e o uso de tecnologias em pequena escala eram as fontes principais da mudança social. Era através dessas tecnologias que eles pretendiam construir uma sociedade sustentável, baseada em comunidades igualitárias ligadas, entre outras coisas, pela crença que as atitudes individuais em escala local poderiam alterar o ecossistema. Para o autor é muito importante estabelecer a diferença entre a contracultura, a Nova Esquerda e os Novos Comunalistas, para se esclarecer dois equívocos históricos que se formaram ao longo dos anos pelos estudiosos do tema. O primeiro deles é a identificação dos movimentos juvenis da década de 1960 com uma rejeição geracional do universo da Guerra Fria em que cresceram. Entre os Novos Comunalistas, no entanto, isso não ocorreu, ou pelo menos não ocorreu tão rigidamente como se pensa. Esse grupo

⁶⁸ No original: “...there was a New Left, an overtly political opposition to the dominant culture; and there was hippiedom, the world of the dropouts and cultural dissenters.”

abraçou “as práticas sociais colaborativas, a celebração da tecnologia, e a retórica cibernética do mainstream da pesquisa acadêmica-militar-industrial” (p. 33).

Apesar de para ambos os grupos, Nova Esquerda e Novos Comunalistas, a burocracia tecnológica parecer um problema que ameaçava a sua vida adulta, inclusive num nível de existência no mundo, os dois enxergavam a retórica cibernética proveniente da pesquisa da Guerra Fria de forma diferente. A Nova Esquerda aderiu à política e viu nela o melhor meio para derrubar essa burocracia e para construir uma sociedade mais humanista. Já para os Novos Comunalistas e para muitos outros da contracultura, a visão de mundo apresentada pela cibernética e pela teoria de sistemas, oferecia uma alternativa ideológica à política tradicional rejeitada por eles. Embora eles menosprezassem o complexo industrial-militar e o processo político que o originou, foram seduzidos pela produção tecnológica e intelectual desse complexo. “*Hippies* de Manhattan ao Haight-Ashbury leram Norbert Wiener, Buckminster Fuller e Marshall McLuhan”, lembra Fred Turner (idem).

A ciência cibernética emergiu nos anos 1940 através de estudos e pesquisas científico-militares. Seu principal articulador, o matemático Norbert Wiener, estabeleceu seus paradigmas fundamentais a partir de suas pesquisas realizadas no Laboratório de Radiação do MIT (Rad Lab), um dos mais eficientes e conhecidos laboratórios da guerra. O Rad Lab tinha sido fundado no final dos anos 1940 com verba de meio milhão de dólares do Comitê de Pesquisa da Defesa Nacional (*National Defense Research Committee*), para desenvolver métodos eficazes de rastrear e acabar com os bombardeios à Grã-Bretanha. A partir de sua pesquisa neste laboratório, Wiener começou a formar a visão fundamental para a cibernética, a de seres humanos como mecanismos de um sistema de informação, assim como a de seres humanos e máquinas como elementos de um único fluido e colaborativo sistema tecno-social.

Essa metáfora computacional se tornou, já em 1948, a base da cibernética. Em seu livro “Cibernética; ou, controle e comunicação no animal e na máquina”, Wiener defendeu que o mundo era composto por sistemas ligados por mensagens, e esse modelo de sistemas poderia ser usado para analisar a sociedade e as instituições. Segundo Turner (idem), nas próximas décadas esse modelo de sistema *man-machine* (homem-máquina) de Wiener emergiria como a força motriz para o estabelecimento do complexo acadêmico-militar-industrial, mas também como um modelo de uma alternativa a esse complexo.

Assim como os ciberneticistas, muitos jovens da contracultura viram no modelo de sistemas de informação da cibernética, um paradigma que apresentava o mundo não como um sistema hierárquico vertical, mas como um sistema em que todos os seus elementos interagem de forma igual tendo o mesmo poder e peso, possibilitando uma ordem social estável. Essa adesão de muitos dos Novos Comunalistas às teorias cibernéticas foi melhor sintetizada pelo poeta *hippie* Richard Brautigan, em 1967. Seu poema *All watched over by machines of loving grace* (Tudo assistido por máquinas de adorável graça), revela como os *hippies* comunalistas tecnófilos recorreram às ideias ecológicas e cibernéticas para articular sua utopia de um mundo ideal. Nesse poema, Brautigan enxerga um futuro harmonioso e equilibrado através da fusão da natureza e da tecnologia, dos animais e das máquinas:

Eu gosto de pensar (e
quanto mais cedo melhor!)
em um campo cibernético
onde mamíferos e computadores
vivem juntos em uma harmonia
mútua programada
como a água pura
tocando o céu limpo.

Eu gosto de pensar
(agora mesmo, por favor!)
em uma floresta cibernética
cheia de pinheiros e eletrônicos
onde cervos passam tranquilamente
por computadores
como se eles fossem flores
desabrochando.

Eu gosto de pensar
(é preciso ser!)
em uma ecologia cibernética
onde estamos livres de nossos trabalhos
e regressamos à natureza,
retornamos aos nossos irmãos
e irmãs mamíferos,
e tudo assistido
por máquinas de adorável graça (CURTIS, 2011).

Andrew Kirk (2007) sugere que uma das melhores formas de olharmos para além dos estereótipos que o termo contracultura carrega, é olharmos para o que ele chama de

“sensibilidade ambiental pragmática”, ou para a “contracultura verde” (*counterculture green*), que pretendia “conciliar a natureza e a cultura em direção a um futuro sustentável” (p. ix). Quem melhor promoveu esse tipo de sensibilidade foi o catálogo contracultural de Stewart Brand, *Whole Earth Catalog* (WEC). Seus números iniciais foram totalmente voltados para os Novos Comunalistas tecnófilos, tendo se tornado uma verdadeira bíblia para este grupo.

Para Kirk, o WEC “marcou e acelerou” uma postura de reavaliação crítica sobre a relação entre natureza e a cultura pós-industrial. Stewart Brand e o grupo que o ajudou na criação do catálogo levaram seu entusiasmo pela tecnologia para as páginas do WEC e serviram de grande inspiração para o movimento da tecnologia apropriada (*appropriate technology*); articulando um ambientalismo mais pragmático, que via na ação individual local e com tecnologias em pequena escala, um futuro mais sustentável:

Whole Earth foi um guia para o emergente movimento da tecnologia apropriada, que encontrou a sua voz na imprensa underground antes de mover-se lentamente para o mainstream. O insight principal desse movimento era a ideia de que os indivíduos que trabalham em ambientes locais específicos poderiam fazer escolhas diárias para utilizar a tecnologia de pequena escala, permitindo, se multiplicado nacionalmente, uma economia sustentável. Os apropriadores da tecnologia celebravam a habilidade humana num momento em que os ambientalistas tenderam a traçar uma linha clara entre as pessoas e a natureza, sendo dada preferência a esta última (ibidem, p. 06, tradução nossa).⁶⁹

O *baby boom* e a bomba atômica despertaram uma nova postura dos americanos em relação à visão dominante da tecnologia e do progresso. O crescimento demográfico do *baby boom* levantou questões relacionadas principalmente com o uso dos recursos disponíveis no planeta. O uso da bomba atômica, por sua vez, levou as pessoas a se questionarem sobre o poder dos seres humanos na conservação ou destruição do mundo. Embora não fosse uma tendência dominante, muitos americanos começaram a questionar a fé no progresso e na tecnologia a partir de meados dos anos 1960. A crença no progresso através da inovação tecnológica estava sob

⁶⁹ No original: “Whole Earth was a cynosure for the emerging appropriate technology movement that found its voice in the underground press before moving slowly toward the mainstream. The key insight of the appropriate technology movement was the idea that individuals working within specific local environments could make everyday choices to use small-scale technology, enabling, if multiplied across a nation, a sustainable economy. Appropriate technologists celebrated human ingenuity at a time when environmental advocates tended to draw a clear line between people and nature, with preference given to the latter.”

ataque de um grupo cada vez mais diversificado de ambientalistas. O foco do ambientalismo tradicional sobre os problemas da tecnologia industrial acabou estabelecendo uma dicotomia entre natureza e tecnologia. A retórica de proteção ambiental, sobretudo de florestas, apenas deu ao movimento a aparência de estar lutando contra o progresso tecnológico. Uma nova geração de ambientalistas da contracultura buscou ir além do debate progresso versus preservação, abraçando o desejo anti-modernista do retorno a uma vida mais simples, conectada à natureza, e ao mesmo tempo defendendo que isso só poderia ser alcançado através da inovação tecnológica (idem).

Muitos ambientalistas da contracultura buscaram unir natureza, tecnologia e sociedade por influência de pensadores da Nova Esquerda, como Herbert Marcuse e Murray Bookchin. Entre o final dos anos 1960 e 1970, esses ambientalistas forneceram uma nova direção para o movimento nos EUA, defendendo que o país estava entrando em uma nova fase de seu desenvolvimento, chamada de *postscarcity economy* (economia da pós-escassez). Nessa nova fase, em tese, as sociedades industrialmente avançadas já possuíam os meios para fornecer abundância e reconciliação entre natureza e tecnologia. O arquiteto Buckminster Fuller foi um dos primeiros a propor essa ideia. Segundo essa teoria, a tecnologia usada de forma errada foi responsável por criar os problemas ambientais e sociais. Desse modo, se a sociedade fosse convencida a abandonar o seu consumismo, então os recursos valiosos poderiam ser redirecionados para o estabelecimento de igualdade social e harmonia ambiental.

Buckminster Fuller trabalhou como engenheiro para o complexo industrial-militar e foi um dos principais gurus dos Novos Comunalistas, sendo descrito por muitos de seus admiradores como um “poeta da tecnologia” (KIRK, 2007). Dentre seus diversos projetos, um dos mais conhecidos e utilizados foi o domo geodésico, uma estrutura arquetônica esférica usada como abrigo. Esses domos foram utilizados inicialmente como estruturas para abrigar radares do governo norte-americano no Ártico, e como estruturas para cobrir o pátio da sede da empresa Ford. A filosofia por trás dos domos de Fuller, *doing more with less* (fazer mais com menos), conquistou os *hippies* e esses abrigos se tornaram as moradias preferidas dos comunalistas rurais, por serem estruturas baratas, fáceis de construir, portáteis e sustentáveis.

Adam Curtis (2011) lembra que a estrutura do domo geodésico de Fuller imitava a ideia de ecossistema: “Cada minúsculo cilindro era fraco, mas quando milhares se reuniam para formar uma imensa rede interligada, tornavam-se fortes e estáveis”. Esse modelo deveria ser pensado

não só para as estruturas, mas também para as organizações sociais. Buckminster Fuller defendia que uma nova ordem social estável poderia ser alcançada a partir dessa lógica não hierárquica que caracterizava seus domos. Para ele, os indivíduos deveriam alterar a forma como enxergavam sua posição no mundo. Eles não deveriam se enxergar como partes de nações ou classes ou hierarquias de poder, mas como partes de um sistema global, com membros de igual importância e força.

A ideia difundida por Fuller, do planeta como um enorme sistema capaz de manter seu equilíbrio de forma natural, assim como acontecia com o ecossistema, teve forte apelo entre os *hippies* comunalistas. Isso porque Fuller defendia que para alcançar esse equilíbrio era preciso que a sociedade se livrasse dos políticos, porque eles acreditavam que podiam controlar o sistema, ao invés de deixá-lo atingir sua própria ordem de forma natural, sem necessidade de estruturas de poder ou hierarquias. A organização das comunas, portanto, procurava reproduzir esse modelo de ecossistema que se autorregula e auto-equilibra, sem a necessidade de um modelo político tradicional de organização.

Outro pensador influente para os comunalistas foi o economista britânico Ernst Friedrich Schumacher, autor do livro *Small is beautiful*, traduzido no Brasil como “O negócio é ser pequeno”. Nesse livro de 1973, Schumacher destoa dos críticos pessimistas da tecnocracia e apresenta um modelo para uma ação construtiva para a recuperação do controle individual da economia e meio ambiente. A chave desse modelo seria a adaptação da tecnologia, mais precisamente, do que ele chamou de “tecnologias intermediárias”, os avanços técnicos encontrados entre a tecnologia tradicional e a moderna. A ideia seria aplicar essas tecnologias intermediárias em comunidades locais e ecossistemas específicos. Essas ideias de Schumacher acabaram se tornando a base para o heterogêneo movimento da “tecnologia apropriada” (KIRK, 2007).

Ao reanalisar o movimento da contracultura na segunda metade dos anos 1980, Theodore Roszak (2000) chama a atenção para o envolvimento de alguns grupos na formação da indústria da computação do Vale do Silício: “...é dentro desta mesma população de rebeldes e desistentes (*drop-outs*) que podemos encontrar os inventores e empresários que ajudaram a lançar as bases da indústria de computadores da Califórnia” (tradução nossa).⁷⁰ Nesta análise, Roszak também traz uma chave conceitual nova a partir da qual ele define a relação da contracultura com a tecno-

⁷⁰ No original: “...it is within this same population of rebels and drop-outs that we can find the inventors and entrepreneurs who helped lay the foundations of the California computer industry.”

logia, os conceitos de “reversionário” e “tecnófilo”. Segundo o autor, eles se referem a duas visões utópicas pós-industriais⁷¹ do mundo ocidental, que geralmente são opostas, mas que se coadunaram em uma única filosofia defendida por muitos jovens da contracultura.

Os “reversionários” seriam os que consideram o industrialismo uma doença que deve ser curada antes que nos mate. Eles defendem o desaparecimento do mundo industrial em favor de sociedades comunistas rurais de organização tribal, de economias baseadas em atividades artesanais, sistemas de governo informais, etc. Essa visão remonta aos artistas românticos de forma geral, e mais especificamente aos escritores britânicos Willian Morris e John Ruskin, e ao escritor russo Piotr Kropotkin. Em contraposição, os “tecnófilos” imaginam que a cura para os nossos males sociais não estaria ligada a um retorno ao passado, mas ao avanço industrial do presente e futuro. Para eles, alcançaríamos um planeta melhor ao abraçarmos com entusiasmo o industrialismo e as ferramentas tecnológicas produzidas por ele. A essa tradição filosófica estariam ligados Francis Bacon, Saint Simon, e mais recentemente Buckminster Fuller e Marshal McLuhan, dois dos teóricos favoritos dos tecnófilos da contracultura.

Estes dois últimos insistiram que era possível ter o melhor do *high-tech* e o melhor do estilo de vida do Haight-Ashbury ao mesmo tempo. Essa utopia híbrida foi melhor apresentada através das páginas do *Whole Earth Catalog*. Para Roszak, essa aparente contraditória mistura de ambas as visões mostrada nas páginas do WEC, não era fruto de uma confusão, mas a síntese de um pensamento articulado e consistente. Ele explica ainda que, enquanto para H.G. Wells, por exemplo, o amadurecimento total do industrialismo resultaria num mundo urbano e estéril, governado por uma elite tecnocrática benevolente; para os tecnófilos da contracultura, ele culminaria num futuro reversionário. Seu resultado seria uma democracia tribal onde os indivíduos ainda poderiam estar em contato direto com a natureza. Um mundo como o que foi descrito no poema de Richard Brautigan.

O afastamento desse grupo tecnófilo da contracultura de uma tendência exclusivamente anti-modernista, que antegiu o resto de seus colegas, se deu de várias formas, do uso dos domos geodésicos de Buckminster Fuller, até o desenvolvimento de computadores pessoais na segunda metade dos anos 1970, para colocar o poder da informação na mão das pessoas (KIRK, 2007). Os

⁷¹ O conceito de “pós-industrial” é empregado por ele para se referir a um estágio moral da nossa sociedade, não uma fase econômica. Esse seria um estágio em que estaríamos, permanentemente, para além dos crônicos crescimento e queda, desperdício de vidas e de recursos, e para além da injustiça e da brutalidade.

domos geodésicos e os computadores foram as principais tecnologias associadas a essa visão híbrida tecnófila-reversionária. Nos anos 1970, os dados digitais e os computadores assumiram o lugar desses domos como ferramentas que nos levariam a uma era pós-industrial. O computador pessoal representou a chance de tornar os cidadãos autossuficientes, interconectados em uma grande aldeia global e armados com informações para derrubar o poder tecnocrático (ROSZAK, 2000). Como veremos a seguir, a adoção de uma visão cibernética por parte de grupos da contracultura, em especial o liderado por Stewart Brand, contribuiu para a formação de uma cultura da computação chamada por Thomas Streeter (2001) de computação contracultural (*computer counterculture*), que produziu uma visão alternativa sobre o próprio computador e ressignificou o seu uso.

Nós devemos tudo aos hippies?

Em 1976, a IBM, lançou uma brochura de marketing que colocava o medo do apocalipse nuclear causado pela Guerra Fria no passado e saudava a chegada da mais nova e revolucionária ferramenta, o computador eletrônico. A brochura estampava a frase: “Era para ter sido a era nuclear. Tornou-se a era do computador” (COMPUTER HISTORY MUSEUM). Essa nova e revolucionária ferramenta por sinal foi uma consequência direta da “era nuclear”, uma demanda da mesma para aprimorar a capacidade de cálculo e previsão dos países beligerantes, no caso Estados Unidos e Inglaterra, onde as primeiras máquinas foram criadas entre 1945 e 1951 (BRETON, 1991). Emergindo, portanto, da estrutura de cooperação que se estabeleceu como o complexo acadêmico-militar-industrial, o computador eletrônico foi projetado como uma máquina para auxiliar na resolução de complexos problemas matemáticos, não como uma ferramenta de comunicação, não como uma ferramenta que poderia ser usada para criar arte ou usada de forma recreativa, e, definitivamente, não como uma ferramenta de ativismo político.

Nenhum dos possíveis usos que fazemos hoje dos computadores foi previsto na sua criação. A história da mudança desse paradigma, do computador como uma máquina de cálculo para o computador como uma ferramenta de comunicação e expressão, não representou necessariamente, como sugere Thomas Streeter (2011), “algum tipo de necessidade tecnológica”, mas ela revela o “romance” de determinados grupos que dirigiram essa transformação com a

comunicação via computador (p. 2). Para ele, a história dessa transformação foi dirigida mais por forças culturais, no caso um “individualismo romântico”, do que propriamente por forças econômicas e tecnológicas. Enquanto o papel de alguns grupos de jovens da contracultura nessa transformação deve ser reconhecido como importante, eles também não podem ser considerados como a única força determinante para essa mudança, como algumas narrativas insistem em defender.

Os primeiros computadores foram restritos aos laboratórios universitários, onde eram desenvolvidas pesquisas para projetos financiados pelos militares. Eles foram produto da tendência do liberalismo corporativo (*corporate liberalism*) que marcou a história econômica política norte-americana: governo e instituições públicas ou privadas numa relação de cooperação e interdependência para a produção de pesquisa e tecnologia de ponta (idem). Nesse contexto os computadores foram basicamente potentes e gigantescas calculadoras a serviço da guerra. Máquinas enormes e delicadas, caras, de funcionamento hermético e que exigiam profundo conhecimento técnico para serem operadas, apenas operadores treinados tinham acesso direto a elas (BRETON, 1991, STREETER, 2011). Por conta disso o usuário precisava de um intermediário, um operador de computador devidamente treinado, para usar esses computadores. O usuário preparava os dados a serem lidos pelo computador em forma de cartões perfurados⁷² e os entregava para o operador responsável por inseri-los na máquina e, após o processamento dessas instruções, colher os resultados que eram impressos por ela (STREETER, 2011).

Essa forma de uso dos computadores era conhecida como *batch processing* (processamento em lote) e marcou, como lembra Streeter, a forma como a computação e os computadores foram pensados durante os seus primórdios: essas máquinas tinham apenas uma função utilitária, a função de máquina de calcular a serviço da ciência e dos cientistas. Mesmo quando elas invadiram o mundo corporativo nos anos 1960 e começaram a ser utilizadas para a gestão e processamento de informações, essa prática permaneceu, pois “combinava com o ethos institucional das grandes corporações” (idem, p. 28). À medida que os computadores foram adentrando em novos ambientes, as máquinas foram ganhando usos diferentes do seu uso original. Nos anos 1970, a revolução da microinformática vai de uma vez por todas redefinir o propósito dessas máquinas.

⁷² Os cartões perfurados eram peças de papel nas quais as informações a serem processadas pelos computadores eram gravadas. As informações armazenadas neles eram representadas pela presença ou ausência de furos em posições pré-definidas.

A revolução da computação pessoal foi certamente possibilitada por transformações técnicas importantes, como a revolução da microeletrônica, que resultou na miniaturização e compactação dos componentes eletrônicos, que viabilizaram a construção de máquinas muito menores, mais baratas e mais potentes que as anteriores.⁷³ Mas a criação dos primeiros computadores pessoais, como defende Thomas Streeter (idem), foi dirigida por um impulso romântico de reinterpretar a prática de uso do computador. Ela não ocorreu no núcleo do complexo acadêmico-militar-industrial, foi antes de tudo uma “reação” a ele e a tudo o que ele representava. As primeiras máquinas de uso pessoal não foram inventadas pelos cientistas ou empresas que faziam parte deste complexo, o que não significa que eles também não tiveram um papel importante na sua concepção. Como veremos adiante, a narrativa de que a ideia do computador pessoal foi totalmente arquitetada fora do alcance do complexo acadêmico-militar-industrial apresenta alguns equívocos.

Em 1995, Stewart Brand escreveu para a revista *Time* um ensaio memorável no qual afirmava, categoricamente, que o verdadeiro legado da geração dos anos 1960 era a revolução do computador pessoal. O título do ensaio, *We owe it all to the hippies* (Nós devemos tudo aos hippies), atribuiu a esse grupo todo o crédito pela invenção dos computadores de uso pessoal e da internet. “Esqueça os protestos contra a guerra, Woodstock, até mesmo o cabelo comprido. O verdadeiro legado da geração dos anos sessenta é a revolução do computador”, ele afirmava (BRAND, 1995, tradução nossa).⁷⁴ Brand também destacou no artigo que o “comunalismo hippie” e a “política libertária” teriam formado as raízes da “moderna ciber-revolução”. E que embora tudo tenha parecido meio “perigosamente anárquico” na época, foi graças à desconfiança da autoridade centralizada, nutrida pela contracultura, que foi possível não somente uma internet sem líderes, mas toda a revolução do computador pessoal.

No ensaio, Brand explicava também quais tinham sido as suas principais influências quando o assunto era o entusiasmo pela tecnologia. A sua geração dos anos 1960, esclarecia ele, tinha sido muito influenciada por Marshall McLuhan e Buckminster Fuller, pelos domos geodésicos e pelos psicodélicos, mas essas influências, complementava, acabaram se tornando “becos sem saída”. A saída, portanto, veio através do computador, uma ferramenta que havia sido

⁷³ Sobre a revolução da microeletrônica ver: QUEIROZ, Francisco Assis de. A revolução microeletrônica: pioneirismos brasileiros e utopias tecnocrônicas. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

⁷⁴ No original: “Forget antiwar protests, Woodstock, even long hair. The real legacy of the sixties generation is the computer revolution.”

muito hostilizada por muitos dos seus colegas da contracultura, por representar todo o aparato tecnocrático da Guerra Fria. Ele explica que uma parte da contracultura, que ele chama de *hackers*,⁷⁵ adotou o computador como uma ferramenta para realização de sua utopia:

A maioria da nossa geração desprezou os computadores como a personificação do controle centralizado. Mas um pequeno contingente - mais tarde chamado de "hackers" - abraçou os computadores e começou a transformá-los em instrumentos de libertação. Esse acabou sendo o caminho real para o futuro (idem, tradução nossa).⁷⁶

Na introdução de uma de suas publicações dos anos 1980, revista *Whole Earth Software Catalog*, Stewart Brand também defendia a ideia de que os computadores eram ferramentas para empoderar os indivíduos e, ao mesmo tempo, reforçava a narrativa que eles teriam sido criados exatamente pelas mãos de indivíduos empoderados, que conseguiram, através da criação dos computadores pessoais, mudar o "equilíbrio de poder":

Computadores e seus programas são ferramentas. Eles empoderam. Eles causam estranhamento. Seu poder foi primeiro gerado e empregado por instituições, originalmente nos vários teatros conceituais da Segunda Guerra Mundial (decodificação, direcionamento de armas, comando e controle, modelagem de explosões de bombas). Seu poder cresceu com instituições governamentais e comerciais após a guerra; eles se tornaram uma ferramenta de ciência institucional e um importante produto industrial. Mas a cada ano eles se tornaram dez vezes mais rápidos, mais inteligentes, menores e mais baratos, e ainda estão fazendo isso. Em 1976, um indivíduo poderia fazer um de um kit e tentar colocá-lo em uso.

Com a chegada dos computadores pessoais, houve uma mudança no equilíbrio de poder. Pode ser que um código mais acumulado esteja mexendo mais com os interesses dos indivíduos agora do que com os das instituições. Pode ser que uma invenção mais significativa esteja vindo das mãos dos indivíduos... (WHOLE EARTH SOFTWARE REVIEW, 1984, p. 2, tradução nossa).⁷⁷

⁷⁵ A ascensão dos *hackers* e de sua cultura, assim como a história da criação dos computadores pessoais, foi apresentada de forma mais detalhada por mim em meu livro: TORRES, Aracele Lima. A tecnoutopia do software livre: uma história do projeto técnico e político do GNU. São Paulo: Alameda, 2018.

⁷⁶ No original: "Most of our generation scorned computers as the embodiment of centralized control. But a tiny contingent - later called "hackers" - embraced computers and set about transforming them into tools of liberation. That turned out to be the true royal road to the future."

⁷⁷ No original: "Computers and their programs are tools. They empower. They estrange. Their power was first generated and employed by institutions, originally in the various conceptual theaters of World War II (decrypting, weapon-aiming, command and control, bomb-blast modeling). Their power grew with governmental and commercial institutions after the war; they became a tool of institutional science and a major industrial product. But every few years they became ten times faster, smarter, smaller, and cheaper, and they still are doing that. By 1976 an individual could make one from a kit and try to put it to use. With the coming of personal computers came a shift in the power

Essa narrativa de Stewart Brand sobre a criação do computador pessoal como um feito de indivíduos entusiastas da tecnologia, lutando contra a estrutura hierárquica e centralizada do Estado e em nome de uma liberdade, que é transformada em atributo inerente dessas máquinas pessoais, foi construída durante os anos 1980 e reforçada nos anos seguintes. Vários trabalhos apontaram para o protagonismo de certos grupos de jovens da contracultura nessa história. Michael Swaine e Paul Freiberger provavelmente foram os primeiros a fazer isso, em seu livro *Fire in the Valley: the birth and death of personal computer*, de 1984. Além do caráter contracultural dessa invenção, eles também apontam para o seu caráter revolucionário, atribuindo a criação dos primeiros computadores pessoais a jovens da contracultura fora do *mainstream* das grandes empresas de tecnologia da época. Também trabalham com essa mesma linha Steven Levy com seu livro *Hackers: heroes of the computer revolution*, também de 1984; e Theodore Roszak com *From Satori to Silicon Valley*, de 1985, e *The cult of information*, de 1986.

Em *Fire in the Valley*, os autores afirmam que a gênese do computador pessoal foi revolucionária porque ele não surgiu dos laboratórios caros e bem equipados, cheios de pesquisadores e especialistas. Pelo contrário, ele começou fora do mundo acadêmico e corporativo, criado por *hackers* e hobistas em suas garagens, porões e quartos. A cultura particular que o criou teria sido uma mistura de “radicalismo dos anos 1960, empreendedorismo e nerdice técnica” (p. xxvii). Essa narrativa negligenciou o papel da estrutura do Estado e o próprio investimento governamental nas pesquisas e no desenvolvimento de tecnologias que possibilitaram a criação do computador pessoal e do próprio Vale do Silício, que se desenvolveu graças ao investimento pesado de recursos do Departamento de Defesa norte-americano e do próprio complexo acadêmico-militar-industrial. Ironicamente, o Vale se tornou o principal ponto de irradiação dessa versão liberal da invenção dos microcomputadores.

Essa narrativa forneceu, segundo Thomas Streeter (2011), ao mesmo tempo, um poderoso argumento e uma lição sobre os benefícios da livre iniciativa e do livre mercado. Esse tipo de narrativa que colocava jovens como Steve Jobs, Steve Wozniak e Bill Gates trabalhando de suas garagens, em um estilo *do-it-yourself* e construindo impérios com seu próprio esforço individual

balance. It may be that more accumulated code is stirring in the interests of individuals now than in the interests of institutions. It may be that more significant invention is coming from the hands of individuals. That's news that stays news, and good news at that, in the main. But there's a hilarious obstacle. For new computer users these days the most daunting task is not learning how to use the machine but shopping.”

teve um apelo enorme para a revitalização do discurso liberal nos Estados Unidos da era Reagan. Como o autor explica:

...esses pequenos computadores proporcionaram uma lição prática muito útil para os proponentes da fé neoliberal nos mercados. Parte disso funcionou simplesmente porque as comunidades sobrepostas de políticos e a alta administração corporativa analisaram o rápido crescimento da indústria de microcomputadores à distância, assistiram à ascensão de novos impérios industriais como Apple, Compaq e Microsoft, e viram um poderoso argumento para reviver a crença de que o mundo dos negócios era de fato o produto da iniciativa empreendedora. (...) Talvez o mundo dos negócios fosse simplesmente um mundo de indivíduos inovadores e que assumem riscos, competindo uns com os outros, afinal de contas.

O microcomputador proporcionou assim um brilho sofisticado e de alta tecnologia ao entusiasmo da era Reagan pelos mercados, pela desregulamentação e pela livre iniciativa; tornou-se um ícone que representava o que há de bom no mercado, dando aos líderes do mundo todo um incentivo extra para buscar políticas neoliberais (p. 87, tradução nossa).⁷⁸

John Markoff (2005) e Thomas Streeter (2011) oferecem uma narrativa menos simplista dessa história, na qual reconhecem a importância desses *hackers* para a fabricação dessas máquinas pessoais, mas, ao mesmo tempo, sugerem que esse processo só foi possibilitado por anos de pesquisas e estudos que pavimentaram essa invenção. Ou seja, a ideia de um computador de uso individual começou a se desenhar muito antes da construção propriamente dita desse tipo de máquina. Portanto, quando em meados dos anos 1970 jovens *hackers* do clube de hobistas criado em uma garagem no Vale do Silício, conhecido como *Homebrew Computer Club*, de onde saíram as primeiras máquinas de uso pessoal, e onde Wozniak produziu o primeiro computador Apple; se aventuraram na construção dessas máquinas, eles o fizeram porque a concepção do computador como uma ferramenta de comunicação há muito já pairava no ar.

Enquanto grande parte de seus colegas ainda enxergavam os computadores como a epítome da tecnocracia, esses *hackers* o viam como o oposto, como uma ferramenta capaz de

⁷⁸ No original: “...these small computers provided an immensely useful object lesson for the proponents of the neoliberal faith in markets. Part of this worked simply because the overlapping communities of politicians and upper lever corporate management looked at the rapidly growing microcomputer industry from a distance, watched the rise of new industrial empires like Apple, Compaq, and Microsoft, and saw a powerful argument for reviving the belief that the business world was indeed the product of entrepreneurial initiative. (...) Maybe the business world was simply a world of innovative, risk-taking individuals competing with one another, after all. The microcomputer thus provided a sophisticated, high-tech glitter to the Reagan era enthusiasm for markets, deregulation, and free enterprise; it became an icon that stood for what’s good about the market, giving leaders the world over an extra incentive to pursue neoliberal policies.”

libertá-los da burocracia e hierarquia tecnocrática, e isso graças à leitura que fizeram de teóricos oriundos dessa mesma estrutura tecnocrática, como Douglas Engelbart, Marshall McLuhan, Norbert Wiener, Buckminster Fuller e Ernst F. Schumacher. As teorias desses autores foram estrategicamente articuladas e sintetizadas no catálogo de Stewart Brand, o *Whole Earth Catalog*. A partir da fusão das teorias desses estudiosos, Brand e seu grupo articularam uma visão de mundo na qual os computadores seriam “o caminho real para o futuro”, para usar uma expressão sua. A síntese que o WEC fez dessas teorias possibilitou aos jovens uma aproximação com a produção intelectual do complexo acadêmico-industrial-militar e, como destaca Andrew Kirk (2007), enxergar a ciência longe da tecnocracia, mas não da tecnologia:

Uma das revelações centrais do *Whole Earth* diz respeito à natureza da autoridade do desenvolvimento científico e tecnológico. Ao reivindicar uma tradição amadora da invenção e do desenvolvimento tecnológico e celebrar um foco ecológico para a investigação tecnológica, o *Whole Earth* forneceu apoio moral para os jovens otimistas que trabalhavam para mapear um futuro mais favorável, livre das falhas do pensamento tecnocrático, mas não livre da tecnologia (p. 9, tradução nossa).⁷⁹

Uma das principais noções que serviram de base para se pensar a viabilidade de um computador de uso pessoal e doméstico, talvez tenha sido a de que ele poderia ser mais do que uma máquina de fazer cálculos. Essa noção começou a se desenvolver ainda nos anos 1960, quando engenheiros como John McCarthy e Douglas Engelbart, começaram a pensar e construir desenhos alternativos para essas máquinas de calcular que extrapolassem seu uso originário. Engelbart, por exemplo, foi o primeiro a demonstrar o potencial da computação além dos números, prevendo que os computadores ajudariam na comunicação entre os seres humanos e no aumento da sua capacidade cognitiva. Do âmbito dessa produção intelectual e do ambiente dos laboratórios científicos, esse novo modo de pensar o computador influenciou os *hackers* que lideraram, nos anos 1970 e 1980, a criação dessas primeiras máquinas de uso individual (STREETER, 2011).

⁷⁹ No original: “One of *Whole Earth's* central revelations concerned the nature of scientific and technological development authority. By reclaiming an amateur tradition of invention and technological development and celebrating an ecological focus to technological research, *Whole Earth* provided moral support for young optimists working to map a brighter future free from flaws of technocratic thinking but not free from technology.”

John Markoff (2005) apresenta o cenário de convergência política, cultural e tecnológica que possibilitou a ideia de uma computação pessoal baseada em duas noções principais: a de que o indivíduo deveria controlar todas as funções de um computador; e a de que a máquina funcionaria como um amplificador da mente humana. Essas noções, segundo ele, teriam surgido muito antes da invenção das primeiras máquinas pessoais, na segunda metade dos anos 1970. As tecnologias que serviram de base para a invenção dessas máquinas já estavam sendo perseguidas em dois laboratórios de pesquisa financiados pelo governo, localizados em lados opostos da Universidade Stanford. Os laboratórios eram liderados por dois grandes nomes da computação moderna, de um lado estava Douglas Engelbart, pioneiro no campo da interação humano-computador, e do outro estava John McCarthy, conhecido como o pai da Inteligência Artificial. Enquanto Engelbart desenvolvia pesquisas visando o aprimoramento da mente humana em seu *Augmented Human Intellect Research Center* (ARC), no famoso *Stanford Research Institute* (SRI); McCarthy desenvolvia pesquisas no *Stanford Artificial Intelligence Laboratory* (SAIL), que objetivavam simular a nossa inteligência.

As pesquisas de Engelbart e de John McCarthy tiveram forte impacto na definição de uma visão a respeito da computação pessoal, que antecedeu a própria criação desta. Ambos perceberam que o computador tinha o potencial para ser mais do que uma simples calculadora. Em 1962, em relatório apresentado à *Air Force Office of Scientific Research*, intitulado *Augmenting human intellect: a conceptual framework*, Engelbart apontou sua visão a respeito do potencial dos computadores como ferramentas não matemáticas:

... o computador tem muitas outras capacidades para a manipulação e exibição de informações que podem ser de benefício significativo para o ser humano em processos não matemáticos de planejamento, organização, estudo, etc. Cada pessoa que pensa através de conceitos simbolizados (seja na forma do idioma Inglês, pictogramas, lógica formal, ou matemática) deve ser capaz de se beneficiar significativamente (p. 6, tradução nossa).⁸⁰

⁸⁰ No original: "... the computer has many other capabilities for manipulating and displaying information that can be of significant benefit to the human in nonmathematical processes of planning, organizing, studying, etc. Every person who does his thinking with symbolized concepts (whether in the form of the English language, pictographs, formal logic, or mathematics) should be able to benefit significantly."

Em 1968, Engelbart demonstrou concretamente a sua visão. Ele realizou uma apresentação pública do *oN-Line System* ou NLS, um conjunto completo de software e hardware que estava sendo desenvolvido no ARC. Em uma sessão de 90 minutos na *Fall Joint Computer Conference*, o principal encontro da indústria da computação da época, Engelbart e sua equipe apresentaram vários elementos fundamentais da moderna computação: o mouse, a edição de texto, o uso de hiperlinks, a interface gráfica, a videoconferência, a edição de trabalhos de forma colaborativa e em tempo real, etc. Ele também apresentou sua visão sobre uma rede de computadores experimental que seria chamada de ARPAnet, a precursora da internet que usamos hoje. Essa demonstração, intitulada *A research center for augmenting human intellect*,⁸¹ ficou conhecida também como *The mother of all demos* (A mãe de todas as demonstrações).

Para Markoff (2005), a demonstração de Douglas Engelbart não foi apenas a apresentação de uma pesquisa, mas a própria computação pessoal sendo anunciada:

Houve duas coisas que particularmente deslumbraram o público naquela chuvosa manhã de segunda em dezembro de 1968: Em primeiro lugar, a computação tinha feito o salto dos cálculos para se tornar uma ferramenta de recuperação de informação e comunicações. Em segundo lugar, a máquina estava sendo usada de forma interativa com todos os seus recursos dedicados a um único indivíduo! Era a primeira vez que a computação verdadeiramente pessoal tinha sido vista (p. 148-9, tradução nossa).⁸²

A demonstração de Engelbart, como sugere Thomas Streeter (2011), pode ser interpretada como a representação da possibilidade de libertação e superação de uma era de *batch processing*. Ela foi uma manifestação significativa do “desejo por interatividade” (p.39) vivenciado não só pelo grupo de pesquisa de Engelbart, mas por todos aqueles que naquele momento buscavam novas formas de se relacionar com aquela nova tecnologia. “Para uma sala cheia de habitantes do mundo frustrante do processamento em lote, a demo foi uma janela para as almejadas novas

⁸¹ Uma versão do artigo dessa apresentação pode ser encontrada em: A Research Center for Augmenting Human Intellect. Disponível em: <<http://www.dougenelbart.org/pubs/augment-3954.html>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

⁸² No original: “There were two things that particularly dazzled the audience on that rainy Monday morning in December 1968: First, computing had made the leap from number crunching to become a communications and information-retrieval tool. Second, the machine was being used interactively with all its resources appearing to be devoted to a single individual! It was the first time that truly personal computing had been seen.”

possibilidades” (ibidem, p. 41, tradução nossa).⁸³ Além disso, a demo também representou o uso do computador para além de um “raciocínio instrumental”, não dirigido apenas para resolver problemas ou questões, mas também e, principalmente, para formulá-las (idem).

Operando a câmera que filmou a demonstração de Engelbart estava Stewart Brand, que trabalhava como produtor multimídia na época e tinha sido convidado para trabalhar como consultor da apresentação pelo seu amigo Bill English, um dos engenheiros de Engelbart no *Augmentation Research Center* (MARKOFF, 2005). A presença desses e de outros personagens da contracultura orbitando em torno do laboratório de Douglas Engelbart mostra como esses dois mundos a essa altura já haviam se misturado. John Markoff explica que as portas do ARC não eram abertas apenas para uma pequena elite de designers de software, mas também para curiosos sobre tecnologia. Não é de se estranhar, portanto, que Stewart Brand tenha visitado o laboratório uma vez a convite de um de seus membros, Dave Evans, que também era envolvido com grupos da contracultura.

O acesso de Stewart Brand e seus outros colegas da contracultura ao ARC e também ao laboratório de John McCarthy, o SAIL, parece ter lhe rendido um importante insight: os computadores eram uma nova mídia. Esse insight, por sua vez, o impulsionou a fazer anúncios como esse: “Prontos ou não, os computadores estão chegando para o povo. Essa é uma boa notícia, talvez a melhor desde os psicodélicos” (1972, tradução nossa).⁸⁴ Esse foi o anúncio que iniciou seu artigo publicado em 1972, na revista *Rolling Stone*, sobre um dos primeiros jogos de computadores criados, o *Spacewar*. O jogo foi criado em 1962, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), pelo programador Steve Russel, mas a matéria foi escrita depois que Brand observou os programadores do laboratório de McCarthy jogando o *game* de tema espacial.

O cenário encontrado por Stewart Brand na sua visita ao SAIL era basicamente alguns jovens jogando em um computador PDP-10, que era uma enorme máquina que ocupava uma sala inteira e custava em torno de meio milhão de dólares, ou seja, não se parecia em nada com os computadores pessoais que seriam criados depois. Apesar disso, estava claro que por mais que esse hardware não parecesse uma máquina pessoal, em termos de design e tamanho, ela já estava sendo usada como uma. Ela não era mais uma mera calculadora, era um instrumento de diversão,

⁸³ No original: “To a room full of inhabitants of the frustrating world of batch processing, the demo was a window onto longed-for new possibilities.”

⁸⁴ No original: “Ready or not, computers are coming to the people. That’s good news, maybe the best since psychedelics.”

uma ferramenta interativa. Esse foi segundo a visão de Thomas Streeter (2011) o ponto mais importante do artigo de Brand: ele estava anunciando uma revisão no significado cultural dos computadores e dos programadores que os operavam:

Brand anunciou esta revisão radical do significado dos computadores em seu título, tanto com o nome de um jogo de computador quanto com um aceno para o romance e manifesto de estilo de vida alternativo de Jack Kerouac, *Dharma Bums*. Ao colocar um jogo no centro do artigo, Brand apresentou os computadores, não só como libertadores, mas também como divertidos, e, talvez, libertadores *porque* eram divertidos. Esta não era a visão Iluminista de Engelbart sobre o uso do computador pessoal com o objetivo sério de resolver problemas sociais complexos. Brand não discutiu aplicações comerciais ou educacionais, nem visões de projetos de bibliotecas do futuro, nem potenciais novas eficiências na pesquisa científica. Em vez disso, Brand estava ligando a experiência de “satisfação automotivadora” a um tipo de prazer criativo. Se Engelbart estava, sobretudo, tentando usar computadores para criar uma versão eletrônica da enciclopédia de Diderot, Brand, como muitos da contracultura, estava construindo uma associação com algo que poderia ser melhor chamado de Byronic – um sentimento tradicionalmente *romântico* de prazer que misturava rebelião com um senso de criatividade e expressão individual (p. 44-5, tradução nossa).⁸⁵

Essa revisão cultural iniciada ainda nos anos 1960 no âmbito acadêmico, e que depois ganhou espaço entre grupos da contracultura que lideraram a criação dos primeiros microcomputadores, deu luz à noção de computador “pessoal”. Esse conceito que é tão familiar hoje para nós, somente começou a ser usado para se referir aos microcomputadores a partir da segunda metade dos anos 1970 (idem). Antes da criação dos computadores pessoais, os computadores de modo geral eram operados, é claro, como se eles fossem máquinas pessoais, já que a uma única pessoa era dado o acesso a uma máquina e ela a usaria sozinha (CERUZZI, 2003). Qual era então a conotação que “pessoal” tinha para as máquinas criadas a partir da segunda metade dos anos 1970 que não teve para as anteriores? Vários dos recursos técnicos hoje relacionados à computação pessoal já tinham sido criados no começo dos anos 1970, como

⁸⁵ No original: “Brand announced this radical revision of the meaning of computers in his title, with both the name of a computer game and a nod towards Jack Kerouac’s novel and alternative lifestyle manifesto, *Dharma Bums*. By putting a game at the center of the article, Brand presented computers, not just as liberating, but as fun, and perhaps liberating *because* they were fun. This was not Engelbart’s Enlightenment vision of personal computer use for the serious purpose of solving complex social problems. Brand did not discuss business or educational applications, or project visions of libraries of the future, or potential new efficiencies in scientific research. Rather, Brand was linking the experience of “self-motivating exhilaration” to a creative kind of pleasure. If Engelbart was for the most part of trying to use computers to enact an electronic version of Diderot’s encyclopedia, Brand, like much of the counter-culture, was building an association with something that might best be called Byronic – a traditionally *romantic* sense of pleasure that mixed rebellion with a sense of individual creativity and expression.”

computadores menores, microprocessadores, interface baseada em teclado, o próprio mouse, etc. A simples existência deles, no entanto, não foi suficiente para dar origem a esse termo.

Como Fred Turner (2006) explica, antes da década de 1970 os computadores de pequeno porte, adequados para uso individual, eram chamados de “minicomputadores”, “microcomputadores” ou “desktops”. O termo “pessoal” tinha sido empregado com frequência para descrever tecnologias como rádios e televisões, mas ocasionalmente usado para computadores e calculadoras. Quando usado dessa forma, para se referir a esses dispositivos de cálculo, esse termo mantinha suas conotações anteriores, ou seja, as de um dispositivo que era suficientemente pequeno para ser usado por uma única pessoa. Esses termos, como lembra Streeter (2011) coexistiram com “computador pessoal”, mas este último foi o que acabou sendo mais utilizado. Usar a palavra “pessoal” para qualificar uma máquina que havia sido originada no complexo acadêmico-militar-industrial representava um movimento político, uma tentativa de diferenciá-la desse projeto inicial e ligá-la a um novo projeto que entendia o computador como uma máquina que poderia empoderar e libertar os indivíduos. Desse modo, “pessoal” foi usado em oposição à “impessoal”: ““computador pessoal”” foi uma deliberada combinação de duas coisas que a cultura dominante entendia como opostas” (idem, p. 63, tradução nossa).⁸⁶

Stewart Brand: individualismo, ambientalismo e tecnologia

A dinâmica de fermentação e fluxo das ideias em uma sociedade não pode ser explicada somente a partir de biografias de indivíduos que as assumiram e protagonizaram episódios importantes em seu nome. Embora isso seja útil para conectar ideias a pessoas reais e grupos nos quais elas atuam, essa abordagem corre o risco de produzir uma leitura menos clara do funcionamento dessas ideias (STREETER, 2011). Esse tópico pretende abordar a biografia de Stewart Brand sob essa perspectiva, considerando o seu protagonismo em vários movimentos culturais e políticos da história norte-americana, afirmando, portanto, a importância de entender esse papel na propagação de ideias destes movimentos, mas não assumindo que eles podem ser explicados somente através dessa análise biográfica.

⁸⁶ No original: “... ‘personal computer’ was a deliberate combination of two things the dominant culture understood as opposites.”

Como Andrew Kirk (2007) defende, a compreensão do *Whole Earth* e o então emergente ambientalismo que ele conseguiu captar e mostrar em suas páginas, passa por uma compreensão mínima da filosofia pessoal do seu idealizador, Stewart Brand. Segundo ele, essa filosofia pessoal moldou o tipo particular de contracultura representada no catálogo, que misturou “ambientalismo pragmático com uma sensibilidade libertarianista regional e tradicional do Oeste norte-americano, com um liberalismo social e um entusiasmo tecnológico” (p. 32, tradução nossa).⁸⁷ Stewart Brand nasceu no meio Oeste norte-americano em 1938 e graduou-se em Biologia em 1960, pela Universidade Stanford, e nos próximos dois anos ele serviria ao exército americano, primeiro como soldado da infantaria e depois como fotógrafo. Em 1961, ele pediu para ser enviado ao Vietnã, alegando que já que havia recebido treinamento como soldado agora desejava participar de uma guerra real. Acabou desistindo de ir, pois teria que se realistar por mais três anos. No final de 1962, ele recebeu sua dispensa e foi estudar design e fotografia em Menlo Park, na Califórnia (MARKOFF, 2005).

Brand era diferente em vários aspectos da geração dos anos 1960 e 1970 da qual fez parte. Ele possuía uma perspectiva muito mais conservadora e tradicional. Enquanto a maioria dos jovens da contracultura protestava contra a Guerra do Vietnã e contra o alistamento militar, Brand demonstrava apreciar o seu tempo no exército e não se incomodar muito com a Guerra. Em entrevista a Andrew Kirk, ele afirmou: “Eu não me importava com o Vietnã... Eu estava nas tropas militares e treinadas para ir até lá. Eu queria dar uma olhada, mas era muito cedo”.⁸⁸ (2007, p. 37, tradução nossa). Para Kirk, a satisfação de Brand com a sua experiência militar já era um reflexo de seu pragmatismo intelectual e de seu conservadorismo liberal, ambos desenvolvidos em seu tempo em Stanford, onde já demonstrava certa aversão ao comunismo. Abaixo, o autor destaca as contradições e a tendência conservadora de Brand em face de sua representação como emblema de um movimento com tons progressistas, como foi a contracultura:

Pode parecer difícil imaginar uma das figuras emblemáticas da contracultura como um ávido recruta, mas a vida militar se encaixava perfeitamente à personalidade e política de Brand. Politicamente, no momento, Brand era à favor das políticas militares dos Estados Unidos e, em particular, da luta contra o comunismo. Como um jovem graduando

⁸⁷ No original: “...pragmatic environmentalism with a traditional western regional libertarian sensibility, social liberalism, and technological enthusiasm...”

⁸⁸ No original: “I did not care about Vietnam... I was in the military and trained troops to go over there. I wanted to check it out, but it was too early.”

em Stanford, ele concluiu que o comunismo era uma ameaça à liberdade em geral e à sua liberdade pessoal, em particular (p. 37, tradução nossa).⁸⁹

Apesar dessas preocupações com o comunismo e a Guerra Fria, e de seu entusiasmo com o exército, Brand, no entanto, sempre evitou a política organizada e defendeu em seu lugar a ação individual. Esse era, segundo Kirk, “um componente chave da sua filosofia pessoal” que, em contato com as tradições individualistas da região que ele adotou para viver, a costa Oeste norte-americana, teria se fortalecido. Como mostra Fred Turner (2006), enquanto estava na faculdade e escrevia sobre uma possível invasão dos EUA pela União Soviética, Stewart Brand preocupou-se muito pouco sobre os riscos que essa invasão poderia apresentar para o seu país como nação. Ele demonstrava estar mais preocupado em como uma invasão dessas poderia impedi-lo de alcançar sua independência pessoal e poderia transformá-lo em um personagem de romance distópico orwelliano, sem individualidade e sem inspiração. Sobre isso ele havia escrito em seu diário em 1957:

Se houver uma luta, então, eu lutarei. E luto com um propósito. Eu não lutarei pela América, nem pela pátria, nem pelo Presidente Eisenhower, nem pelo capitalismo, nem mesmo pela democracia. Eu lutarei pelo individualismo e liberdade pessoal. Se eu devo ser um tolo, eu quero ser a minha própria marca particular de tolo – completamente diferente de outros tolos. Eu lutarei para evitar se tornar um número – para os outros e para mim mesmo (BRAND Apud TURNER, p. 42, tradução nossa).⁹⁰

A fala de Brand é carregada daquilo que Thomas Streeter (2011) caracterizou como um “individualismo romântico”, uma marca da contracultura norte-americana e que pode ser identificada particularmente no discurso de Stewart Brand e no seu *Whole Earth Catalog*. Essa seria uma forma particular de pensar o “eu” que tem perdurado no discurso cultural Ocidental desde,

⁸⁹ No original: “It might seem hard to imagine one of the iconic figures of the counterculture as an eager recruit, but army life fit Brand's personality and politics like a glove. Politically, at the time, Brand was in favor of the U.S. military policies and in particular the fight against Communism. As a young undergraduate at Stanford, he concluded that Communism was a threat to freedom in general and his personal freedom in particular.”

⁹⁰ No original: “If there's a fight, then, I will fight. And fight with a purpose. I will not fight for America, nor for home, nor for President Eisenhower, nor for capitalism, nor even for democracy. I will fight for individualism and personal liberty. If I must be a fool, I want to be my own particular brand of fool—utterly unlike other fools. I will fight to avoid becoming a number—to others and to myself.”

pelo menos, o século XIX. O “eu” desse discurso, assim como o “eu” que pode ser identificado acima na fala de Brand, está associado com uma “singularidade individual, distinção, imprevisibilidade e expressão” (p. 63). Esse discurso teve, ainda segundo o autor, um forte impacto na forma como a internet se desenvolveu nas últimas décadas do século XX.

Enquanto fazia graduação em Stanford, Brand se voltou para a Ecologia e para uma visão do mundo natural orientada pela ideia de ecossistemas. Seu contato com essa nova visão se deu através das aulas do renomado biólogo conservacionista Paul Ehrlich, que ficou famoso por defender em seu livro *The population bomb*, de 1968, que o crescimento demográfico causaria em breve um desastre ambiental (TURNER, 2006). Ehrlich foi uma das principais vozes do movimento ambientalista dos anos 1950 e 1960, e sua visão apocalíptica a respeito do futuro contribuiu para o pessimismo que atingiu o movimento na década de 1960. Durante esse momento, os ambientalistas conservacionistas defendiam que o controle populacional deveria ser o pilar da luta pelo meio ambiente. Além disso, apontavam não a superpopulação como vilã da crise ambiental, mas o industrialismo e o consumismo (KIRK, 2007).

Na contramão desse pessimismo estava Stewart Brand, que embora compartilhasse das preocupações de seu mentor a respeito das questões ambientais, tinha uma interpretação mais otimista das informações que ele e os outros ambientalistas conservacionistas produziam. Brand rejeitava o antimodernismo e a tecnofobia que era muito comum entre os ambientalistas desse período. Enquanto para Paul Ehrlich e seus colegas conservacionistas, “população vezes afluência vezes tecnologia é igual impacto”, para Brand “população vezes tecnologia é igual a redução do impacto” (idem, p. 35). Embora se preocupasse com questões ambientais e tenha dedicado boa parte de seu trabalho a essas questões, é importante dizer que Stewart Brand raramente se identificou como um “ambientalista”. Como lembra Andrew Kirk, quando Brand o fazia era sempre destacando a natureza problemática desse termo como um rótulo e uma ideologia.

Os estudantes de Biologia dos anos 1960, tal como Brand, tiveram contato com uma visão de mundo nova, nascida a partir do campo da Ecologia. Antes da Segunda Guerra, predominava neste campo uma abordagem espécie-por-espécie, focada no estudo de organismos individualmente. Por influência da cibernética, da teoria da informação e dos computadores, esse tipo de abordagem foi dando lugar a uma forma mais holística, que enxergava as populações e os princípios da seleção natural à luz do modelo cibernético de comando e de controle (KIRK, 2007;

TURNER, 2006). Essa abordagem, no entanto, tem suas origens anteriores ao surgimento da cibernética e dos próprios computadores.

Em seu famoso artigo de 1935, *The use and abuse of vegetational concepts and terms*, o biólogo britânico Arthur Tansley apresentou pela primeira vez o conceito de “ecossistema”. Tansley defendeu que ao se estudar os organismos era fundamental uma abordagem que partisse da noção de *whole system* (sistema inteiro). Essa abordagem não os separaria do seu “complexo de fatores físicos” que formam o que era chamado de “ambiente do bioma” ou “os fatores do habitat”. Ele acrescentou ainda que são os *systems* as unidades básicas da natureza, formadas pelos organismos e pelo que ele chama de “fatores inorgânicos”:

São os sistemas assim formados, que, do ponto de vista da ecologia, são as unidades básicas da natureza na face da terra. Nossos preconceitos humanos naturais nos obrigam a considerar os organismos (no sentido do biólogo) como as partes mais importantes destes sistemas, mas certamente os “fatores” inorgânicos também são partes – não poderia haver sistemas sem eles, e há constante intercâmbio dos mais diversos tipos, dentro de cada sistema, não apenas entre os organismos, mas entre o orgânico e o inorgânico. Estes *ecossistemas*, como podemos chamá-los, são dos mais diversos tipos e tamanhos. Eles formam uma categoria de sistemas físicos inumeráveis do universo, que vão desde o universo como um todo até o nível do átomo (p. 299, tradução nossa).⁹¹

O ponto mais importante da ideia de Tansley para nós aqui, é a ideia de que todos os sistemas demonstram organização como um resultado inevitável das interações e dos ajustamentos mútuos entre seus componentes. “Se a organização dos possíveis elementos de um sistema não é produzida, nenhum sistema se forma ou um sistema incipiente acaba” (p. 300, tradução nossa),⁹² explica ele. Existem ainda, segundo o autor, alguns sistemas que são mais isolados na natureza e mais autônomos que outros. Nesse caso, quanto mais separado e autônomo o sistema é, mais altamente integrado ele será também, e maior a estabilidade de seu equilíbrio dinâmico. Esse ponto

⁹¹ No original: “It is the systems so formed which, from the point of view of the ecologist, are the basic units of nature on the face of the earth. Our natural human prejudices force us to consider the organisms (in the sense of the biologist) as the most important parts of these systems, but certainly the inorganic " factors" are also parts-there could be no systems without them, and there is constant interchange of the most various kinds within each system, not only between the organisms but between the organic and the inorganic. These *ecosystems*, as we may call them, are of the most various kinds and sizes. They form one category of the multitudinous physical systems of the universe, which range from the universe as a whole down to the atom.”

⁹² No original: “If organisation of the possible elements of a system does not result, no system forms or an incipient system breaks up.”

é importante, pois é justamente essa ideia a partir da qual o *Whole Earth Catalog* se articula, a ideia de um grande sistema integrado e harmônico através do poder da ação dos indivíduos usando suas ferramentas tecnológicas. As ideias de auto-regulação e harmonia espontânea também estavam presentes em outros dois movimentos que possuem grande influência na formação intelectual de Brand, a cibernética e o libertarianismo.

Adam Curtis (2011) destaca que a noção de “ecossistema” introduzida por Tansley deu origem a uma nova ideologia que consiste na ideia de que as antigas hierarquias de poder seriam substituídas por redes que se auto-organizam e se auto-estabilizam. Curtis lembra que essa ideia, a de que há um equilíbrio oculto na natureza, é milenar na cultura ocidental, e que sempre foi uma espécie de sonho, ao qual Tansley estava naquele momento tentando provar ser cientificamente verdadeiro. No entanto, a resposta para entender a hipótese sobre os ecossistemas não teria vindo da natureza, mas dos computadores.

A ciência cibernética que começou a se formar uma década depois da hipótese de Arthur Tansley acreditava que os computadores podiam ajudar no equilíbrio universal dos sistemas, pois tinham o poder de analisar as consequências das ações humanas que os alimentam. Esta ciência transformou, então, a ideia de ecossistema numa verdade científica para explicar como o próprio universo funcionava:

A cibernética afirmava que tudo, desde o cérebro humano a cidades, até sociedades inteiras, podia ser visto como sistemas regulados e governados por retroalimentação. Isso fascinava tanto biólogos como físicos pois parecia oferecer uma nova ideia de como a ordem é mantida no mundo (idem).

Do ambiente acadêmico e científico, essa hipótese passou a ser defendida e propagada entre alguns grupos da contracultura por influência do *Whole Earth Catalog*, que como o próprio nome atesta, havia abraçado a ideia de sistemas inteiros. O trânsito de Brand por várias comunidades boêmias, científicas e acadêmicas garantiu a ele e seu catálogo um papel influente no contexto da contracultura. Ele passou seis anos circulando entre a boemia artística de Nova York e a cena *hippie* emergente do Haight-Ashbury; entre reservas indígenas do Sudoeste norte-americano e pesquisas psicológicas patrocinadas pelo governo em Palo Alto, além de visitas a diversas comunas. Nesse intervalo de tempo, ele entrou em contato tanto com as formas de vida comunalis-

tas, quanto com as teorias tecnocêntricas orientadas a sistemas, que serviram de suporte ideológico para os seus projetos. Além disso, a sua interação com essas diversas comunidades forneceu também pessoas que se juntaram a ele na construção de um estilo de vida que preservasse a liberdade individual acima de tudo (TURNER, 2006).

Depois de graduar-se, Brand se dirigiu à Baía de São Francisco, onde se inseriu em comunidades artísticas da região e se tornou uma figura central na contracultura. Fred Turner destaca que, mesmo no auge da Guerra Fria, a cibernética foi adotada pelos artistas dessas comunidades, assim como o fora pelos professores de Brand em Stanford, como uma forma de explicar o mundo. Se para Brand, o exército e o mundo corporativo da Guerra Fria funcionavam com estruturas organizacionais rígidas e autoritárias, o mundo artístico dos anos 1960 e o da pesquisa das últimas décadas, onde figuravam Norbert Wiener, Marshal McLuhan e Buckminster Fuller, funcionavam através de uma rede de empreendedores e colaboradores. “Enquanto se movia entre eles, Brand passou a apreciar a cibernética como uma estrutura intelectual e como prática social; ele associou ambas com formas alternativas de organização comunal” (idem, p. 43, tradução nossa).⁹³

Na Baía de São Francisco, Brand teve suas primeiras experiências com drogas, muito antes até mesmo do auge das experimentações que marcaram o movimento *hippie*. Em 1962, ele participou como voluntário em uma pesquisa sobre o LSD, produzida pelo então recém-fundado *International Foundation for Advanced Study*, um instituto liderado pelos engenheiros eletricitas Myron Stolaroff e Willis Harman. Ambos fundaram a instituição com o propósito de realizar pesquisas que tornassem o LSD aceitável no campo da medicina. John Markoff (2005) lembra que Stolaroff e Harman não eram os primeiros em São Francisco a se lançarem nessa missão. Antes da fundação de seu instituto, experimentos do tipo já estavam sendo conduzidos pelo Hospital de Veteranos de Menlo Park; e também pelo *Palo Alto Mental Research Institute*, que teve como um dos voluntários o escritor Allen Ginsberg. O que diferenciava o instituto de Stolaroff e Harman era o fato de que ele era liderado por engenheiros e que pretendia ser “parcialmente médico”, “parcialmente científico”, “parcialmente filosófico” e “parcialmente místico”.

Após suas primeiras experiências com LSD, Stewart Brand se lançou pelo Oeste norte-americano, em uma série de viagens que se caracterizaram como uma jornada de busca por auto-

⁹³ No original: As he moved among them, Brand came to appreciate cybernetics as an intellectual framework and as a social practice; he associated both with alternative forms of communal organization.”

conhecimento. Entre 1962 e 1966, ele esteve envolvido em diversas atividades relacionadas a temas que mais tarde se tornariam centrais no *Whole Earth Catalog*. Dentre essas atividades, a primeira estava ligada à cultura indígena norte-americana. Dick Raymond, amigo de Brand, tinha uma pequena empresa de consultoria que havia sido contratada pela reserva indígena Warm Springs, no Oregon. Raymond convidou Brand para trabalhar como fotógrafo na reserva e durante sua estadia lá, ele desenvolveu um profundo interesse pela cultura indígena (idem).

Esse interesse resultou na produção de um evento multimídia chamado *America Needs Indians*, organizado em 1965. O evento era uma mistura de exposição fotográfica com experiências educacionais à moda *do-it-yourself*, que mostravam aos participantes como fazer seu próprio chá Navaho, sopas, moccasins e etc; assim como também promoviam experiências sensoriais com peiote. Nesse evento, eram usados projetores de filmes, dançarinos indígenas e músicas tocando simultaneamente para criar uma experiência sensorial. Para Andrew Kirk (2007), Stewart Brand liderou o redescobrimento da cultura indígena norte-americana pela contracultura. Os eventos que ele organizou celebrando-a ajudaram a definir uma aliança entre os *hippies* e os nativos norte-americanos. Para ele e para a maioria dos contraculturalistas na década seguinte, os nativos norte-americanos se tornaram símbolos de comunidade alternativa, organizados em tribo e possuidores de uma consciência cósmica (TURNER, 2006).

Ao mesmo tempo em que promovia esse evento multimídia, Brand também trabalhava como fotógrafo e técnico para o coletivo de artistas conhecido como *The US Company*. Entre 1963 e 1966, o USCO, como também era conhecido, organizou performances multimídias com celebrações psicodélicas e místicas. O grupo vivia em uma igreja metodista em Garneville, Nova York, onde Brand também viveu por curtos períodos durante as suas viagens. O USCO, segundo Fred Turner (2006), foi uma das primeiras experiências de Brand com as manifestações iniciais do que se tornaria o Novo Comunalismo. Os membros do grupo desejavam o retorno a um modo de vida mais tribal, com artesanato coletivo, rituais que envolviam drogas, tecnologias elétricas e poderes místicos. Foi através dessa comunidade também que ele conheceu os trabalhos de Norbert Wiener, Marshall McLuhan e Buckminster Fuller e começou a elaborar uma síntese da teoria cibernética com a política contracultural.

As performances do USCO funcionaram como cenários para as palestras do guru do ácido, Timothy Leary, e do teórico de mídia, Marshall McLuhan. Além de pretenderem ajudar o seu público participante a despertar sua consciência e se imaginar como membros de uma comunida-

de mística; essas performances também estavam engajadas com as novas tecnologias eletrônicas da comunicação, como consequência da leitura de teóricos como McLuhan e Buckminster Fuller, que viam a tecnologia como uma ferramenta para a transformação social. O lema do USCO, *We are all one* (Somos todos um), por exemplo, ecoou a ideia de “aldeia global” articulada por sistemas de mídia eletrônica que marcou as teorias de Marshall McLuhan (idem).

Já as ideias de Buckminster Fuller repercutiram em Stewart Brand e nos membros do USCO na metade dos anos 1960, quando Brand escreveria para Fuller e assistiria a algumas de suas palestras. Assim como McLuhan, Fuller acreditava no poder da informação e da tecnologia para salvar o mundo da aniquilação. Ambos abraçaram os prazeres e o poder advindo dos produtos da tecnocracia e ofereceram a seus seguidores formas de evitar se tornar mais uma peça desse sistema. Como destaca Fred Turner (2006), nas práticas do USCO, assim como nas teorias de Fuller, Wiener e McLuhan, o equilíbrio do mundo não dependia da política tradicional, mas das ações de uma elite criativa e independente usando informação e tecnologia.

Em 1964, Stewart Brand se juntou aos *Merry Pranksters* na organização das festas conhecidas como *acid tests* (testes de ácido), cujo o objetivo principal era a experimentação com drogas psicodélicas. O grupo havia sido fundado no mesmo ano pelo escritor Ken Kesey, conhecido como o “guru do ácido.” Para Fred Turner, os *Pranksters* tinham uma abordagem da tecnologia diferente da que tinha os membros do USCO. Enquanto o primeiro usava a tecnologia para fazer arte, os *Merry Pranksters* “empregavam a tecnologia expressamente para criar uma nova consciência e uma nova forma de organização social” (idem, p. 63). Portanto, eles representaram, segundo a leitura de Turner, um ponto fundamental de origem tanto da contracultura psicodélica, quanto do movimento dos Novos Comunalistas.

Todd Gitlin (1993) lembra, por exemplo, que no auge do movimento pela liberdade de expressão (*free speech movement*) e dos protestos anti-guerra, em 1965, Ken Kesey foi convidado para falar em uma manifestação contra a Guerra do Vietnã, em Berkeley. Kesey não legitimou os métodos de ação da Nova Esquerda, como era esperado, mas simplesmente aconselhou aos cerca de quinze mil jovens que estavam protestando naquele dia: “Vocês não vão parar essa guerra com esse protesto, marchando... Isso é o que eles fazem... olhem para a guerra, deem as costas e digam... Dane-se.” (p. 202).⁹⁴ Para Fred Turner (2006), a atitude de Kesey foi um momento

⁹⁴ No original: “You're not gonna stop this war with this rally, by marching... That's what they do... look at the war, and turn your backs and say... Fuck it.”

marcante na emergência pública do estilo de ação social dos Novos Comunalistas, o estilo *drop out* (abandonar).

Em janeiro de 1966, Stewart Brand e os *Merry Pranksters* organizaram um dos mais célebres eventos da contracultura, o *Trips Festival*. Inspirado nos *acid tests*, ele prometia ser uma experiência psicodélica, mas sem LSD, já que o governo tinha declarado a droga ilegal. O evento, no entanto, durou três noites e foi marcado pelo uso intenso de ácido e a apresentação de shows multimídia, além de apresentação das bandas de rock Big Brother and the Holding Company e Grateful Dead. Estima-se que ao longo dos três dias cerca de 10 mil pessoas tenham comparecido à festa. O *Trips Festival* marcou a emergência de Stewart Brand como um empreendedor contracultural. Como ressalta Andrew Kirk (2007), o *Trips* apresentou todas as alegorias da contracultura, mas revelou também uma convergência entre dinheiro e tecnologia.

Aos 28 anos de idade e em pleno auge da contracultura, Stewart Brand era um legítimo tecnófilo-reversionário, considerando o conceito de Theodore Roszak. Entusiasta da tecnologia, do modo de vida tribal e não hierárquico dos índios norte-americanos, que tentava articular em eventos uma cultura tecnotribal, mas que ao mesmo tempo já experimentava empreender com isso. Como veremos a seguir, depois do *Trips Festival*, Brand começou a ir à direção ao seu ativismo ambientalista pragmático e da criação dos seus *counterculture business* (negócios contraculturais).

A origem do Whole Earth Catalog

Stewart Brand conta que uma experiência após ter consumido LSD foi o que deu início aos insights que o levaram ao seu modo de enxergar a terra como um sistema inteiro. Essa experiência teria sido em 1966, enquanto estava sentado no telhado do seu prédio, após ter tomado algumas microgramas da droga. Ele afirma que começou a observar a cidade de cima e pensar que se todos pudessem ver uma imagem da terra feita do espaço, a percepção das pessoas em relação ao planeta poderia mudar. Assim ele descreve seu momento de epifania:

Uma tarde, provavelmente em março de 1966, tomei um pouco de LSD, subi no telhado e sentei tremendo com um cobertor, olhando e pensando... E então vendo os edifícios, olhando para São Francisco, pensando na noção de Buckminster Fuller, de que as pessoas acham que os recursos da terra são ilimitados porque elas pensam a Terra como plana. Olhando para São Francisco 300 pés e 200 microgramas acima e pensando que eu poderia ver daqui que a Terra é curva. Eu tive a ideia de que quanto mais alto você for, mais você poderá ver a terra como redonda.

Não havia fotografias públicas da terra inteira naquele tempo, apesar do fato de que estávamos no programa espacial há cerca de dez anos. Comecei a planejar dentro da viagem. Como posso fazer essa fotografia acontecer? Porque eu já me convenci de que tudo vai mudar se tivermos esta fotografia olhando para a terra a partir do espaço (BRAND apud TURNER, 2006, p. 69, tradução nossa).⁹⁵

A influência de Buckminster Fuller, como Brand faz questão de destacar no depoimento acima, foi importante para a construção dessa noção da terra como um sistema inteiro. No texto “*Whole earth*” origin, Brand também revela que pouco antes de ter a ideia da campanha por uma fotografia da terra inteira ele havia assistido uma palestra de Fuller, na qual o arquiteto defendeu que as pessoas percebiam a terra como plana e infinita e que esse era o motivo do seu mau comportamento. Naquele momento Brand disse que finalmente conseguiu ver e sentir isso. Ele chegou à conclusão de que isso precisava ser transmitido ao mundo, pois isso era um “ponto fundamental de influência sobre os males do mundo”, afirmava ele (1976, tradução nossa).

Para fazer isso ele pensou que teria mais apelo se usasse o “grande recurso Americano da paranóia”. Não bastava uma campanha demandando que a foto fosse publicada, era preciso levantar suspeitas sobre o porquê dela não ter sido publicada até aquele momento. Ele então decidiu que a frase mais impactante seria: *Why haven't we seen a photograph of the whole Earth yet?* (Por que não vimos ainda uma fotografia da Terra inteira?). Com essa frase ele começou a sua campanha para que a *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) ou os Russos divulgassem imagens da terra vista do espaço. Ele produziu centenas de bottons com ela, alguns foram vendidos na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e outros foram enviados para ofici-

⁹⁵ No original: “One afternoon, probably in March in 1966, dropping a little bit of LSD, I went up onto the roof and sat shivering in a blanket sort of looking and thinking... And so I’m watching the buildings, looking out at San Francisco, thinking of Buckminster Fuller’s notion that people think of the earth’s resources as unlimited because they think of the earth as flat. I’m looking at San Francisco from 300 feet and 200 micrograms up and thinking that I can see from here that the earth is curved. I had the idea that the higher you go the more you can see earth as round. There were no public photographs of the whole earth at that time, despite the fact that we were in the space program for about ten years. I started scheming within the trip. How can I make this photograph happen? Because I have now persuaded myself that it will change everything if we have this photograph looking at the earth from space.”

ais da NASA; para o congresso; para cientistas e diplomatas soviéticos; e para Buckminster Fuller e Marshal McLuhan (idem).

Andrew Kirk aponta esse simples botton como o ponto de partida da carreira de ambientalista de Stewart Brand. Ele teria rapidamente estabelecido uma reputação como ambientalista inovador, que acreditava no potencial das tecnologias para alcançar um mundo mais sustentável. Para o autor, começar sua carreira com uma campanha que defendia exploração espacial, não podia ser mais apropriado para um ambientalista do tipo de Brand. Esse sempre foi um tema muito polêmico dentro do debate ambiental, e ao defendê-lo Brand se colocou numa posição muito impopular. A maioria dos ambientalistas costuma defender que os recursos financeiros são gastos de uma forma melhor em programas que cessem a degradação do planeta. “Brand, no entanto, era um tipo diferente de ambientalista, cético em relação a retórica romântica da floresta e consistentemente não dogmático em seus pontos de vista sobre questões ambientais” (ibidem, p. 42, tradução nossa).⁹⁶

Em 1967, Brand e sua esposa Lois Jennings, uma índia Ottawa com quem havia se casado em 1966, se mudaram para Menlo Park, Califórnia. Lá, Brand começou a trabalhar na fundação educacional e sem fins lucrativos de seu amigo Dick Raymond, o *Portola Institute*. A fundação havia sido criada em 1966, por Raymond e Bob Albrecht, um ex-engenheiro aeroespacial que havia trabalhado em algumas importantes empresas de tecnologia, mas abandonara o mundo corporativo. Raymond, por sua vez, havia trabalhado durante vários anos no *Stanford Research Institute* antes de se frustrar com a sua burocracia. A intenção dele ao criar o instituto era construir uma organização alternativa sem regras ou objetivos, onde as pessoas pudessem explorar suas ideias criativas (MARKOFF, 2005; KIRK, 2007; TURNER, 2006).

A localização do *Portola Institute* favoreceu a sua transformação num ponto de encontro de membros de várias comunidades, como acadêmicos, entusiastas da tecnologia, contraculturalistas, etc. Seu escritório ficava próximo à Universidade Stanford, assim como do *Stanford Research Institute* (TURNER, 2006). Seu conselho de diretores também representou a heterogeneidade de seus projetos: um membro do Centro Zen de São Francisco, o vice-presidente do Banco da Califórnia, Michael Philips, e o chefe do departamento de educação da Universidade Stanford (MARKOFF, 2005). Um dos princípios que orientou o instituto e também foi usado como uma

⁹⁶ No original: “Brand, however, was a different kind of environmentalist, skeptical of the romantic rhetoric of wilderness and consistently undogmatic in his views about environmental issues.”

espécie de slogan, era *fail young*, ou *willingness to fail young*, que poderia ser traduzido pela disposição em falhar jovem. Esse princípio foi transformado em uma verdadeira lei para os empreendedores contraculturais. Em seu livro *The seven laws of money*, de 1974, Michael Philips o apresentou como a primeira das sete leis de um *counterculture business* (KIRK, 2007).

Quando chegou ao *Portola Institute*, Brand se deparou com uma série de esforços voltados para projetos de educação digital e desenvolvimento de jogos de simulação para escolas. Eram projetos que tinham Bob Albrecht à frente, que mais tarde teria um papel importante no desenvolvimento da computação pessoal, através do seu projeto *People's Computer Company*⁹⁷ e da participação no grupo do *Homebrew Computer Club*. A princípio Brand transitou por vários projetos até decidir focar em um específico. Isso aconteceu em 1968, quando ele teve a ideia que daria origem ao seu catálogo. Seu pai havia acabado de falecer e havia lhe deixado cem mil dólares. Brand então se deu conta de que poderia criar um catálogo ou um *access mobile*, como ele o chamou na época, para os milhares de jovens que haviam se mudado da Baía de São Francisco e decidido viver comunalmente em áreas rurais (KIRK, 2007; TURNER, 2006).

A sua ideia era criar um catálogo que ofereceria aos Novos Comunalistas conselhos sobre como acessar todos os tipos de materiais e informações, como livros, material de acampamento, revistas, máquinas, etc. A primeira fase do projeto consistiu de uma vasta pesquisa por todas as livrarias da Baía de São Francisco por títulos inovadores que formariam a base bibliográfica do *Whole Earth*. O trabalho de Brand nesta fase foi de pesquisar em todas as livrarias locais, escrever para editores e identificar possíveis títulos que pudessem ser adicionados ao seu catálogo. Depois desse trabalho de pesquisa, no verão de 1968, ele já tinha uma coleção de títulos para o seu embrionário catálogo. O próximo passo foi imprimir seis páginas com uma lista de 120 itens para venda e carregar o seu carro Dodge 1963 com várias amostras de produtos dessa lista. Surgia, então, o catálogo móvel *Whole Earth Truck Store*, uma das primeiras manifestações do serviço de informação do *Whole Earth Catalog* (idem).

Junto com sua esposa, Brand percorreu várias comunas entre o Colorado e o Novo México, com a sua biblioteca alternativa sobre rodas e seu catálogo que oferecia uma lista de livros sobre cibernética, tendas indianas, arte tântrica, etc (MARKOFF, 2005). Durante um mês eles

⁹⁷ O *People's Computer Company* foi um projeto liderado por Bob Albrecht no começo dos anos 1970 e que tinha como mote a defesa da democratização dos computadores. O projeto tinha uma publicação do mesmo nome que defendia o uso recreativo e educacional dos computadores. Esse projeto fez parte de um movimento maior de mudança cultural na significação dos computadores de calculadoras para dispositivos interativos e recreativos.

conseguiram vender 200 dólares em produtos. Andrew Kirk (2007) descreve o projeto da biblioteca móvel como a materialização de um desejo antigo de Brand de organizar feiras educacionais itinerantes. A caminhonete era ao mesmo tempo uma loja e uma biblioteca que emprestava livros, assim também como uma feira móvel educativa.

Em agosto de 1968, após o *tour* com o *Whole Earth Truck Store*, Brand voltou para Menlo Park e com o apoio moral e financeiro do *Portola Institute*, contratou uma pequena equipe e começou a trabalhar na ideia do seu catálogo. O formato escolhido por Brand para o seu *Whole Earth*, segundo destaca Andrew Kirk, representou uma importante diferença entre o modelo de autoeducação proposto por Brand e o modelo do mundo acadêmico. Funcionava através da colaboração entre leitores e editores garantindo um rigoroso processo de revisão por pares, onde todas as críticas deveriam ser positivas. Esse método é descrito por Kirk como “a antítese da prática acadêmica” (idem, p. 47), além dele, Brand também adotou uma postura de incentivo aos leitores se tornarem colaboradores do catálogo.

Outra característica do catálogo que também chamou muito a atenção era o seu formato físico. O protótipo de seis páginas que Stewart Brand imprimiu para divulgar nas comunas evoluiu para uma versão de 62 páginas da primeira edição e chegou a ter 448 páginas na sua versão ganhadora do *National Book Award*, em 1971 (TURNER, 2006). Além do grande volume de páginas, o WEC também apresentava folhas com grandes dimensões, escolhidas por serem mais baratas para a impressão (KIRK, 2007). O seu conteúdo também não era muito comum: “Kits domésticos de tecelagem e rodas de oleiro desbancavam relatórios sobre a ciência dos plásticos. Flautas de bambu compartilhavam espaço com livros sobre música gerada por computador” (TURNER, 2006, p. 71). Era uma mistura de temas que confundiu os vendedores de livros na época e representava um desafio porque ninguém sabia dizer exatamente como categorizá-lo. Os leitores do catálogo podiam adquirir todos esses produtos através da loja *Whole Earth Truck Store* ou por varejistas. Não era possível comprar pelo catálogo, ele funcionou apenas como uma referência para esses produtos e como um espaço no qual os leitores também podiam escrever recomendações de novos produtos ou avaliações de produtos adquiridos ou, ainda, responder a comentários de outros leitores (idem).

A criação do catálogo representou a materialização da síntese de ideias e comunidades que Stewart Brand estava reunindo desde quando migrou de Stanford para as comunidades artísticas de Manhattan e para a comunidade boêmia psicodélica de São Francisco. O *Whole Earth*

articulava em um único espaço três discursos: contracultural, acadêmico, tecnófilo; no intuito de produzir um dispositivo informacional para os jovens que estavam abandonando a cidade e criando comunidades rurais comunalistas. Para Fred Turner, o WEC se caracterizava como um verdadeiro *network forum* (fórum em rede): “um lugar onde os membros dessas comunidades se reuniram, trocaram ideias e legitimidade, e no processo sintetizaram novas estruturas intelectuais e novas redes sociais” (idem, p. 72). Como veremos, à medida que a comunicação via computadores vai evoluindo, o *Whole Eath* vai acompanhando essas mudanças e migrando a sua rede de pessoas e ideias para o mundo digital.

Whole Earth, das comunas rurais às comunidades virtuais

Para nós hoje é muito difícil imaginar que até a segunda metade dos anos 1960, ninguém tinha visto ainda uma foto da terra feita do espaço. Não temos informações suficientes para afirmar se a campanha de Stewart Brand foi influente ou não na decisão da NASA de divulgar essas imagens, mas ela certamente teve um impacto entre a comunidade da qual Brand fazia parte.⁹⁸ O fato é que em 1968 a primeira edição do *The Whole Earth Catalog* e a revista *Life* trouxeram a público as primeiras imagens da terra inteira vista do espaço (KIRK, 2007). O WEC apresentou na capa da sua edição *Fall 1968* a primeira fotografia colorida da terra tirada pelo satélite ATS, em 1967 (WAGLEY, 2016).

A escolha dessa fotografia como símbolo do catálogo reflete, entre outras coisas, a sensibilidade ambientalista dele em relação à fragilidade do planeta e a necessidade de todos se unirem para protegê-lo como a “nave mãe” (*spaceship earth*), no sentido empregado por Buckminster Fuller em seu trabalho de 1968, *Operating manual for spaceship earth* (Manual de operação para a espaçonave Terra). Nesse trabalho, Fuller fala sobre os recursos limitados que temos no planeta, sobre o investimento que é feito da tecnologia em benefício de coisas negativas e destrutivas como guerras e afirma que “somos todos astronautas em uma pequena espaçonave chamada

⁹⁸ Segundo artigo sobre o WEC publicado na página web do MoMa (*Museum of Modern Art*) de Nova York, o lançamento das fotografias feitas pela NASA, apenas coincidiu com o lançamento do catálogo (MOMA, 2011). E ainda segundo declaração do historiador da NASA, Bill Barry, o lançamento das imagens não foi planejado e ele sequer soube da campanha de Brand (WAGLEY, 2016).

Terra” (BUCKMINSTER FULLER INSTITUTE). O livro é um chamado para olharmos para a Terra como um sistema que pode e deve ser operado por nós, os astronautas, tendo em vista que somos os únicos responsáveis pelo bom ou mal funcionamento dele.

O WEC foi o equivalente a um manual de operação da Terra, nos mesmos moldes propostos por Fuller, sugerindo para uma juventude preocupada com o apocalipse nuclear e com as guerras, estratégias locais de ação baseadas no uso de ferramentas tecnológicas. O primeiro número do Catálogo assumiu a influência da teoria de Fuller já em suas primeiras páginas: “as ideias de Buckminster Fuller foram o que deram início a este catálogo” (WHOLE EARTH CATALOG, 1968, p.3). Seguido disso estava a defesa de Fuller como “uma das personalidades mais originais e intelectos funcionais da época” (idem). São feitas sugestões de leitura de quatro dos seus livros e é apresentado um trecho de um poema de seu livro chamado *No more secondhand god*, publicado em 1963. O poema, como o próprio autor explicou no livro, foi escrito em 1940, quando ele começava a pensar no papel da tecnologia para o fortalecimento da democracia. A explicação dele é digna de transcrição:

O poema “No More Secondhand God” foi escrito em 1940, quando procurei disciplinar minha mente para o desenvolvimento de ferramentas de comunicação que pudessem tornar a democracia mais eficaz na era das crescentes ditaduras políticas. “No More Secondhand God” propõe meios práticos para o voto democrático diário ou por hora via telefone. Desde 1940, essa invenção evoluiu para a minha invenção da televisão bidirecional local, que atingiu agora o limiar de viabilidade técnica. Não apenas podemos agora transmitir para cada domicílio, mas também cada domicílio pode agora transmitir de volta para os computadores centrais, dizendo: eu gosto ou não disso (tradução nossa).⁹⁹

A mudança social aconteceria através do uso das tecnologias de comunicação e informação. Essa foi uma mensagem presente não só em Fuller, mas em alguns outros tantos teóricos como McLuhan e Wiener, que foram a base para formação desse tipo de discurso também nas páginas do WEC e, posteriormente, se fizera presente nas páginas da revista *Wired* e nos discursos dos defensores da ideologia ciberlibertária. Direto dos anos 1940, a retórica de que as tecno-

⁹⁹ No original: “The poem “No More Secondhand God” was written in 1940 as I sought to discipline my mind into the development of tools of communication which might render democracy more effective in the era of the increasing political dictatorships. “No More Secondhand God” proposes practical means for daily or hourly telephone voting by democracy. Since 1940 this invention has evolved into my invention of two-way locally beamed television. The latter has now reached the threshold of technical feasibility. Not only may we now beam to each household but each household may now beam right back to central computers, saying, I like it or I don’t like it.”

logias da comunicação fortaleceriam a democracia é reciclada e no lugar do telefone e da televisão de Fuller, a internet assume esse papel heroico a partir, principalmente, da segunda metade dos anos 1990. Se tornando um “importante objeto de pensamento coletivo” (STREETER, 2011, p.2) que tem pautado a maioria das discussões contemporâneas a respeito da democracia.

Como o próprio Stewart Brand admitiu certa vez, o seu catálogo era uma espécie de “teoria da civilização”, que teria sido desenvolvida a partir da experiência das comunas formadas pelos Novos Comunalistas (TURNER, 2006). Ele foi a tentativa de propor um futuro alternativo, num contexto em que a aniquilação do presente não era uma possibilidade remota, dada as constantes ameaças de uma guerra nuclear. Essa teoria foi construída a partir da síntese das visões do complexo acadêmico-militar-industrial, entusiasmado pela tecnologia; e das visões da contracultura comunalista, entusiasmada pelo idealismo comunitário. Stewart Brand e sua rede reuniram esses elementos costurando-os a um espírito empreendedor (*spirit of enterprise*). Nos anos seguintes essa “teoria” construída pelo WEC se transformou de uma “resposta geracional às tendências globais” em uma “base para o surgimento de uma nova classe criativa de empreendedores e inovadores. Estes, por sua vez, se inspiraram “nos altos ideais dos anos 1960, mesmo quando se afastaram dos sonhos da utopia ou da fuga” (KIRK, 2007, p.154, tradução nossa).¹⁰⁰

Essa teoria, no entanto, e a própria missão de transformar a sociedade pelo uso das ferramentas, não era para qualquer um. Ela era para uma vanguarda, indivíduos que ocupavam um lugar privilegiado na sociedade: homens, brancos, empreendedores e bem educados, que, ironicamente, celebravam a ideia de uma aldeia global e de um sistema integrado, mas, ao mesmo tempo, apartavam-se do restante da sociedade ao ostentarem uma retórica que enfatizava o empoderamento individual e de pequenos grupos, ignorando os debates sobre gênero, classe e raça. Ao se ater a essa retórica, o WEC e seus leitores, a integraram no velho mito dramático do individualismo norte-americano, que ressalta a tradição de uma elite vanguardista desbravando fronteiras (TURNER, 2006).

Os primeiros números do catálogo mostraram um entusiasmo pela vida nas comunas rurais, se tornando uma espécie de bíblia para essa população de jovens, que abandonou a vida nas cidades para construir uma forma de vida alternativa no campo. As categorias nas quais ele foi dividido refletia seu caráter de manual para esse movimento, assim como a síntese de ideias pro-

¹⁰⁰ No original: “...the foundation for the rise of a new creative class of entrepreneurs and innovators who drew inspiration from the high ideals of the 1960s even as they moved away from the dreams of utopia or escape...”

duzida por ele. O WEC era dividido em sete categorias: *Understanding Whole Systems* (Entendendo sistemas integrados), que apresentava resenhas de livros sobre cibernética, teoria de sistemas, fotografias do espaço; *Shelter and Land Use* (Uso da terra e de abrigo), que trazia principalmente sugestões de livros sobre design arquitetônico, análises de funcionalidades e preços de ferramentas, como moinhos, ou, ainda, livros sobre como plantar seus próprios vegetais e frutas.

Havia também *Industry and Craft* (Indústria e artesanato), que mostrava coisas como resenhas de livros sobre design industrial, energia solar, manual de escultura; *Communications* (Comunicações), que exibia livros sobre as novas tecnologias da informação, preços de dispositivos como calculadoras, livros sobre técnicas de produção de documentários, sobre astronomia e outros assuntos relacionados ao espaço; *Community* (Comunidade), que apresentava livros sobre utopia das comunas, estudos psicológicos sobre comportamentos de grupos, anúncios de propriedades de terra à venda; *Nomadics* (Nômades) trazia sugestões de livros sobre técnicas de sobrevivência, anúncios de equipamentos e roupas para acampamento e vida na floresta; e *Learning* (Aprendizagem), apresentava sugestões de livros sobre educação, experimentos científicos, livros sobre eletrônica, livros sobre meditação e budismo, hipnose, yoga.

Esse entusiasmo pelas comunas, no entanto, não foi uma constante na história da publicação e no próprio discurso de seus idealizadores. Ele logo deu lugar para o que Andrew Kirk (2007) considera como sendo um “ambientalismo pragmático”, que ao invés de se focar no debate progresso versus preservação, concentrou-se na construção de uma alternativa ambientalista que incluía um retorno a uma vida mais simples e rural, conectada à natureza, mas que ao mesmo tempo contava com a inovação tecnológica para ser alcançada. Esse “ambientalismo contracultural” reuniu, portanto, no mesmo espaço o discurso anti-modernista e o modernista. Isso foi feito durante os anos 1960 e 1970, por influência de vários pensadores da Nova Esquerda, como Buckminster Fuller, Herbert Marcuse e Murray Bookchin. Esses pensadores partilhavam da ideia de que as sociedades industriais estariam passando por uma fase de “pós-escassez”, na qual elas já possuiriam os meios necessários para dividir os recursos de forma equilibrada entre todos. Eles defendiam que a escassez de recursos e os problemas sociais e ambientais haviam sido causados pelo uso errado da tecnologia e que ela usada de forma adequada poderia reverter isso (idem).

Mas essa influência da Nova Esquerda no ambientalismo contracultural parece ter se limitado apenas às teorias sociais. Do ponto de vista político-ideológico, as ideias de Nova Esquerda não tiveram muito apelo entre aqueles que adotaram a visão ambientalista pragmática do WEC.

Além de ter enfraquecido e se desintegrado nos anos 1970, o movimento da Nova Esquerda era ainda abertamente contra a ciência e a tecnologia do complexo acadêmico-militar-industrial. O que predominou entre os jovens que estavam alinhados com o discurso do WEC foi uma “sensibilidade libertarianista” que, segundo Kirk (idem) não se filiava nem a esquerda e nem a direita, mas, ao mesmo tempo, não era tão ortodoxa quanto a encontrada no *Libertarian Party*, por exemplo:

...o ambientalismo da contracultura emergente nas páginas do *Whole Earth* e nas comunas e cidades do Oeste como São Francisco raramente estava realmente em sintonia com a Esquerda, nova ou antiga, ou a Direita, nova ou antiga, e na verdade extraiu sua inspiração mais de uma sensibilidade libertarianista distintamente do Oeste – uma fusão do liberalismo social e do individualismo do Oeste com uma apreciação especial pelo *know-how* tecnológico focado em viver com os ambientes desafiadores da região. (...) É importante notar essa sensibilidade libertarianista porque ajuda a explicar a tendência da contracultura a adotar projetos e consertos individuais e de pequenos grupos com uma consciência social como uma alternativa à política participativa ou à dependência do governo federal para resolver a crise ambiental (p. 18, tradução nossa).¹⁰¹

O tom do discurso do WEC foi, portanto, otimista em relação às ações individuais e às ferramentas, oferecendo um futuro alternativo onde ambas seriam decisivas. Para Kirk, a mais poderosa mensagem do catálogo era de que “o pessoal é político” (idem, p.51). E como Thomas Streeter (2011) também demonstrou, essa noção do indivíduo e do pessoal estava ligada a uma noção romântica, associada mais com autotransformação do que com a satisfação das necessidades técnicas, por exemplo. Desse modo, o WEC teria construído um discurso que associou o uso da tecnologia não como instrumento de racionalidade, mas como instrumento para expressão individual.

Ao final dos anos 1970, o entusiasmo do WEC pelas comunas já estava desaparecendo e o próprio Stewart Brand já considerava a ideia de abandonar a vida na cidade para viver em comunas autossuficientes arriscada: “Qualquer um que tenha realmente tentado viver em total autossu-

¹⁰¹ No original: “...the counterculture environmentalism emerging on the pages of *Whole Earth* and in communes and western cities like San Francisco was rarely really in tune with the Left, new or old, or the Right, new or old, and actually drew its inspiration more from a distinctly western libertarian sensibility – a fusion of social liberalism and western individualism with a special appreciation for technological know-how focused on living with the challenging environments of the region. (...) It is important to note this libertarian sensibility because it helps explain the tendency of the counterculture to embrace individual and small-group tinkering and design with a social conscience as an alternative to participatory politics or reliance on the federal government to solve the environmental crisis.”

ficiência...conhece o trabalho entorpecente e a solidão e a frustração e o risco real sem margem que acompanha a tentativa. É uma espécie de histeria”, ele afirmava em 1978 (BRAND apud KIRK, 2007, p. 54, tradução nossa).¹⁰² O final dos anos 1970 e início dos 1980 marca uma mudança na postura de Brand e do discurso presente em suas publicações. Thomas Streeter (2011) lembra, por exemplo, que em 1983 os leitores do *CoEvolution Quarterly*, sucessor do WEC, reclamavam a respeito de uma mudança nas práticas e no tom do catálogo.

As práticas de pagar todos empregados do catálogo com salários iguais e a de sempre consultar democraticamente os leitores antes de fazer qualquer alteração no valor da assinatura, que tinham caracterizado o *CoEvolution* durante os seus primeiros anos de existência; começavam a dar lugar para uma abordagem mais comercial. Fred Turner (2006) chama a atenção para o fato de que a mudança no cenário político-econômico norte-americano, ocorrida nos anos 1980, podia ser também vista nas páginas do CQ. Embora a revista ainda continuasse publicando conteúdo sobre ecologia e resenhas de livros sobre remédios caseiros, por exemplo, esse conteúdo habitual começava a dividir espaço com coisas do tipo como conseguir um trabalho ou como fazer investimentos.

Em 1980, Brand já se descrevia como apenas um “pequeno empreendedor” encarando os mesmos tipos de problemas que qualquer outro pequeno empreendedor enfrenta, um discurso muito mais modesto do que, por exemplo, o “nós somos como deuses” presente na seção de propósitos do *Whole Earth Catalog* mais de uma década antes. Nesse momento ele também já admitia os fracassos da contracultura. Em entrevista à revista *Newsweek* ele afirmou:

Nós éramos completamente apocalípticos. O céu estava caindo, a população estava explodindo, as pessoas estavam morrendo de fome, mas continuamos. Quando a crise energética finalmente aconteceu em 1973, dissemos: “Ah, é aqui, o fim do mundo”. Nós estávamos errados novamente... Nós éramos todos fora da lei que se tornaram cidadãos responsáveis – um de nós [Jerry Brown] até governa a Califórnia. Nós fomos vistos como os guias da cultura. Mas também éramos crianças super-recompensadas. Você consegue imaginar qualquer coisa mais chata do que ficar chapado o tempo todo e esbarrando um no outro? (BRAND apud TURNER, 2006, p. 128-9, tradução nossa).¹⁰³

¹⁰² No original: “Anyone who has actually tried to live in total self-sufficiency...knows the mind-numbing labor and loneliness and frustration and real marginless hazard that goes with the attempt. It is a kind of hysteria”.

¹⁰³ No original: “We were completely apocalyptic. The sky was falling, the population was exploding, people were starving, yet we went on. When the energy crisis finally happened in ’73, we said, “Aha, it’s here, the end of the world.” It turned out we were wrong again. . . .We were all outlaws who became responsible citizens— one of us [Jerry Brown] even governs California. We were looked at as the guiders of the culture. But we were also over-

Essa mudança parece ter acompanhado, em primeiro lugar, o entusiasmo pelo livre mercado e pela livre iniciativa, que tomava de conta dos Estados Unidos naquele momento. Combinou-se também com a narrativa construída em torno dos computadores como “tecnologias da liberdade”, da qual o livro de Ithiel de Sola Pool, *Technologies of freedom*, publicado em 1983, é um dos grandes contribuidores. Brand e seu grupo não só capturaram, mas também contribuíram, para o desenvolvimento dessa ideologia que associou os microcomputadores com um *ethos* liberal (STREETER, 2011). A mudança no discurso, práticas, e no rumo dos seus projetos refletiu isso. Em 1983, por exemplo, ele criou o *Whole Earth Software Catalog*, uma revista cuja função era basicamente a mesma do WEC, mas ao invés de sugerir ferramentas para a vida nas comunas, ela sugeria “software, hardware, revistas, livros, acessórios, suprimentos e serviços on-line para computadores pessoais” (WHOLE EARTH SOFTWARE REVIEW, 1984). Além do formato de catálogo, a capa da primeira edição, por exemplo, era basicamente a mesma do WEC, uma foto da terra inteira vista do espaço.

Ainda em 1983, Brand havia criado também a *Whole Earth Software Review*, uma espécie de complemento da *Whole Earth Software Catalog*. Em 1985, no entanto, após o fracasso desta segunda como negócio, Brand fundiu o *CoEvolution Quarterly* com a *Whole Earth Software Review*, criando a *Whole Earth Review*, publicada até 2003. Foi ainda nesse mesmo ano de 1985 que Stewart Brand, juntamente com Larry Brilliant, fundou o sistema de teleconferência WELL (*Whole Earth 'Letronic Link*), uma comunidade virtual onde os usuários podiam trocar mensagens entre si em tempo real ou offline. Para Fred Turner (2006), o WELL funcionou para os seus usuários como um espaço substituto das comunidades da contracultura dos anos 1960 e 1970, ou melhor, ele era a sua “recriação”. Nele, os usuários mantiveram vivo o ideal contracultural dos Novos Comunalistas de construir uma comunidade que funcionasse de forma não hierárquica, que assim como o WEC, pautava-se nesse ideal comunitário, no entusiasmo pela tecnologia e na visão cibernética da teoria de sistemas.

O WELL, portanto, teve um papel importante na transposição da contracultura para o mundo dos computadores, ou seja, para a cibercultura, onde os indivíduos agora seriam interconectados através de redes de computadores e a comunidade seria, ao invés de comunas rurais, comunidades virtuais, como o próprio fórum. As metáforas da “fronteira eletrônica” e da “comunidade

rewarded children. Can you imagine anything more boring than getting stoned all the time and bumping into each other?”.

virtual”, inclusive, foram muito usadas nos anos 1980 e 1990 pelos frequentadores e idealizadores do WELL como uma forma de descrever a natureza da internet. Não por acaso “fronteira eletrônica” se tornou o nome de uma das mais famosas entidades ciberlibertárias idealizadas pela turma de Stewart Brand, a *Electronic Frontier Foundation*, da qual John Perry Barlow foi cofundador.

Howard Rheingold, que foi editor da *Whole Earth Review* e da *HotWired*, uma revista on-line sobre tecnologia lançada pela *Wired* em 1994, foi um dos principais propagadores da ideia do ciberespaço como uma comunidade virtual. O mais famoso de seus livros, *The virtual community: homesteading on the electronic frontier*, publicado em 1993, aborda a história do WELL e as experiências vividas na comunidade. Ele afirma que o propósito do livro era divulgar para um público mais amplo “a importância potencial do ciberespaço para as liberdades políticas e as maneiras pelas quais as comunidades virtuais podem mudar nossa experiência do mundo real, como indivíduos e comunidades” (1993, tradução nossa).¹⁰⁴ A narrativa da comunidade virtual introduzida por ele é um exemplo de discurso romântico que busca combater o desencantamento do mundo, do qual falamos anteriormente.

Rheingold descreve a comunidade virtual como um espaço onde as relações estabelecidas poderiam funcionar como um antídoto contra as formas individualistas da vida social moderna. Ele destaca a situação irônica resultante do reconhecimento de que os computadores, tecnologias fruto desse mundo moderno “desencantado,” podem ser exatamente um meio de lutar contra as consequências desse racionalismo, eles poderiam reacender o espírito da cooperação entre as pessoas:

O fato de precisarmos de redes de computadores para recuperar o senso de espírito cooperativo que tantas pessoas pareciam perder quando adquirimos toda essa tecnologia é uma dolorosa ironia. Eu não tenho mais tanta certeza de que tocar em um teclado e encarar uma tela o dia inteiro por necessidade é “progresso” comparado a cortar toras e levantar feijões o dia todo por necessidade. Enquanto ganhamos novas tecnologias, perdemos nosso senso de comunidade em muitos lugares do mundo e, na maioria dos casos, as tecnologias precipitaram essa perda. Mas isso não cria um argumento efetivo contra a

¹⁰⁴ No original: “...the potential importance of cyberspace to political liberties and the ways virtual communities are likely to change our experience of the real world, as individuals and communities.”

premissa de que as pessoas podem usar computadores para cooperar de novas maneiras (idem, tradução nossa).¹⁰⁵

Junto com Stewart Brand, Kevin Kelly, John Perry Barlow e Esther Dyson, Rheingold se transformou em um dos porta-vozes de uma visão contracultural da internet (TURNER, 2006). Uma visão que, inclusive, elevou a internet a um patamar de mídia excepcional, capaz de realizar feitos que nenhuma outra mídia realizaria como, por exemplo, tornar as sociedades mais democráticas. Além disso, segundo ainda essa visão, o ciberespaço seria um local onde velhas regras e valores, assim como questões de gênero, classe e etnia se diluiriam numa grande comunhão. A ideologia ciberlibertária alega que os computadores representam uma quebra de paradigma tão grande na história da humanidade, que as velhas regras não se aplicam a esse novo cenário, é preciso desenvolver novos padrões éticos e políticos (GOLUMBIA, 2013).

Afinidades eletivas: cibercultura e capitalismo

Foi Max Weber quem popularizou o conceito de “afinidade eletiva” e o utilizou para identificar uma confluência entre a religião protestante e o que ele chamou de “espírito do capitalismo”. Quando apareceu em seu livro de 1904, o termo não era novo, já havia sido usado anteriormente na história, mas com outros significados e em outros contextos. Michael Löwy (2011) recupera esses significados e explica que o termo foi originalmente utilizado na alquimia medieval para se referir à atração entre corpos ou substâncias diversas, que se uniam e se fundiam numa espécie de “casamento”; até a literatura romântica. Ele foi usado pela primeira vez com essa conotação em 1775, na obra de um químico sueco chamado Torbern Olof Bergman. Posteriormente se tornou título de um romance de Goethe na Alemanha do século XIX, se transformando em uma metáfora para a atração amorosa entre homem e mulher. Ainda na Alemanha o termo é incorporado à

¹⁰⁵ No original: “The fact that we need computer networks to recapture the sense of cooperative spirit that so many people seemed to lose when we gained all this technology is a painful irony. I'm not so sure myself anymore that tapping away on a keyboard and staring at a screen all day by necessity is "progress" compared to chopping logs and raising beans all day by necessity. While we've been gaining new technologies, we've been losing our sense of community, in many places in the world, and in most cases the technologies have precipitated that loss. But this does not make an effective argument against the premise that people can use computers to cooperate in new ways.”

sociologia por Weber, que preservou a ideia de que “afinidade eletiva” representava uma convergência, atração ou combinação.

A afinidade eletiva não se trata de uma relação puramente causal, como o próprio Weber faz questão de esclarecer em seu livro sobre a ética protestante. É mais sobre o que ele chama também de “influxos recíprocos” entre certas ideias. No seu caso, Weber procurou:

...averiguar se, e até que ponto, influxos religiosos *contribuíram* para a cunhagem qualitativa e a expansão quantitativa desse “espírito” [capitalista] mundo afora, e quais são os *aspectos* concretos da *cultura* assentada em bases capitalistas que remontam àqueles influxos (2004, p. 82-3).

Têm-se aqui, portanto, um conceito muito útil para analisar os influxos que beneficiaram de forma recíproca o desenvolvimento do microcomputador e da internet e do neoliberalismo a partir dos anos 1980. Alguns autores já apontaram para a forma como a revolução tecnológica do final do século XX desempenhou um papel importante na reestruturação do capitalismo que ocorreu nesse momento e vice-versa. O sociólogo Manuel Castells (1999), por exemplo, em seu livro *A sociedade em rede*, já havia sinalizado para o surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o que ele chama de “informacionalismo”. Assim, segundo ele:

A revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980. No processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado, sem se limitarem às expressões desses interesses (p. 50).

Fred Turner (2006) também nota um processo de transformação da economia a partir do final dos anos 1980, que seguiu o padrão antes característico apenas das empresas da região do Vale do Silício: “produção em rede”, “contrato de trabalho”, “terceirização global” e “mercados desregulamentados”. Esse padrão se espalhou pelo resto do mundo e em pouco tempo o discurso sobre a existência de uma “nova economia” (*new economy*) já havia sido incorporado inclusive ao discurso político de líderes da direita como o presidente Ronald Reagan, por exemplo:

Juntos, esses desenvolvimentos sugeriram a muitos na época, e particularmente aos políticos e analistas da direita, que uma “nova economia” apareceu, uma em que as tecnologias digitais e as formas de organização econômica em rede se combinaram para libertar o empreendedor individual (idem, p. 175, tradução nossa).¹⁰⁶

O flerte da cibercultura com a direita aparenta ter raízes no entusiasmo da contracultura pelo consumo e pelo mercado, que marcou parte da sua história. Andrew Kirk (2007) também notou isso ao defender que o WEC apresentou um modelo para conciliar ambientalismo, tecnologia e consumismo. Para ele, a contracultura conseguiu ganhar novo fôlego nos anos 1980 porque moveu sua mensagem para o mercado e se tornou a base de uma geração de empreendedores e inovadores do Vale do Silício. O consumismo verde e o entusiasmo empresarial, marcas do WEC, possibilitaram a reinvenção de símbolos poderosos da região Oeste norte-americana. Estes valores possibilitaram também a construção de uma agenda política híbrida, pautada na economia de mercado, em meio a um cenário onde o ambientalismo era polarizado entre esquerda e direita:

A marca particular do consumismo verde do Oeste e do entusiasmo empreendedor representados pelo *Whole Earth Catalog* foi muito eficaz para permitir que seus participantes reinventassem poderosos símbolos da região e negociassem ou avançassem uma agenda política híbrida Esquerda/Direita por meio da economia de mercado. O realismo político do consumo verde e a emergente retórica da sustentabilidade forneciam uma versão facilmente digerível da política Esquerda/Direita do Oeste – individualista, vigorosa, atrativa, antiestablishment e, no entanto, ainda intimamente ligada às tradições da região. O foco no estilo de vida e exploração intelectual de Stewart Brand e sua geração de empreendedores criativos e pensadores forneceu um modelo alternativo de ativismo muito diferente do controverso liberalismo sindical e dos movimentos de protesto polarizadores que caracterizaram grande parte da política liberal no Oeste durante o século XX e enviaram muitos moderados correndo em direção a Ronald Reagan e à Nova Direita (p. 205, tradução nossa).¹⁰⁷

¹⁰⁶ No original: “Together, these developments suggested to many at the time, and particularly to politicians and pundits on the right, that a “new economy” had appeared, one in which digital technologies and networked forms of economic organization combined to liberate the individual entrepreneur.”

¹⁰⁷ No original: “The particular brand of western green consumerism and entrepreneurial enthusiasm epitomized by the *Whole Earth Catalog* was very effective in enabling its participants to reinvent powerful western symbols and negotiate or advance a hybrid Left/Right political agenda via the market economy. The political realism of green consumption and the emerging rhetoric of sustainability provided an easily digestible version of western Left/Right politics – individualistic, rugged, cool, hip, antiestablishment, and yet still closely linked with the traditions of the region. The focus on lifestyle and intellectual exploration by Stewart Brand and his generation of creative entrepreneurs and thinkers provided an alternative model for activism far different than the contentious union liberalism and polarizing protest movements that characterized much of liberal politics in the West during the twentieth century and sent many middle-of-the-road westerners scurrying toward Ronald Reagan and the New Right.”

A neoliberalização, como aponta David Harvey (2011), precisava estruturar uma cultura populista baseada no mercado e que estimulasse um “consumismo diferenciado” e o “libertarianismo individual” para acontecer. O discurso e a atitude da contracultura serviram muito bem para esse propósito. Como Harvey explica:

Para quase todos os envolvidos no movimento de 1968, o Estado intrusivo era o inimigo e tinha de ser reformado. Quanto a isso, os neoliberais concordavam facilmente. Mas as corporações capitalistas, os negócios e o sistema de mercado também eram considerados inimigos vitais que precisavam de alterações, se não de uma transformação revolucionária, o que representava uma ameaça para o poder da classe capitalista. Tomando ideais de liberdade individual e virando-os contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado, os interesses da classe capitalista podiam alimentar a esperança de proteger e mesmo restaurar sua posição. O neoliberalismo era bem adequado a essa tarefa ideológica, precisando porém da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado “pós-modernismo”, que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual. Foi esse o desafio que as corporações e as elites de classe se puseram a aprimorar nos anos 1980 (p. 52).

Ao abordar a mudança da contracultura para o *mainstream* e para o consumismo, aos quais ela em tese se opunha, Thomas Frank (1997) afirma que o “hip se tornou central para a forma como o capitalismo norte-americano entendeu a si mesmo e explicou a si mesmo ao público” (p. 26, tradução nossa).¹⁰⁸ O capitalismo norte-americano começou a redesenhar, a partir dos anos 1960, a cultura do consumo se baseando em valores e atitudes da juventude da época como “autenticidade”, “individualidade”, “diferença” e “rebelião”. O conceito de juventude e o próprio jovem se tornaram, segundo ele, elementos importantíssimos para o marketing do período. Frank defende ainda que essa transformação ocorrida no marketing norte-americano ao invés de ter representado uma oposição à rebelião juvenil daquele momento, como muitos afirmam, ocorreu de forma paralela a esta e em algumas situações antecipou muitos dos “impulsos” e “valores” que seriam associados à contracultura.

¹⁰⁸ No original: “...hip became central to the way American capitalism understood itself and explained itself to the public.”

Mesmo depois que a crise do final dos anos 1970, que encerrou a “era de ouro” da economia norte-americana, fez colapsar também essa “revolução” no marketing, ela em um sentido lato nunca acabou. Na verdade, nos anos 1990 ela adquiriu novo fôlego com a nova economia da informação, que trouxe de volta a linguagem da contracultura dos anos 1960 e a fez triunfar novamente (idem). Thomas Streeter (2011) destaca o papel que a revista *Wired* teve na transformação da internet em um objeto sedutor para a mídia. Segundo ele explica, a partir de 1993, artigos sobre a internet se tornaram comuns na mídia americana e termos como “ciberespaço” e “fronteira eletrônica” deixaram de circular apenas em nichos de usuários e entusiastas para circular na mídia nacional. A *Wired*, que havia sido fundada neste mesmo ano, foi uma das principais responsáveis por popularizar uma visão contracultural e libertarianista da internet.

Essa visão, caracterizada pela fusão de uma “subjetividade romântica” e “entusiasmo pelo mercado,” pavimentou o terreno para que a internet triunfasse como a “rede das redes” e para que a bolha das ponto com se formasse e estourasse em meados dos anos 1990 (idem). Para ele, a explosão da internet se deveu principalmente por causa de uma visão empreendedora romântica que antecipou as mudanças que foram vistas após o próprio acesso à internet se popularizar:

Muitos podem perguntar: a internet não triunfou porque ofereceu novas eficiências, novas flexibilidades e uma nova facilidade de acesso à informação e à criação de conhecimento, que juntos foram realmente a força motriz da própria internet e sua contribuição para o novo dinamismo do mercado, a globalização e o nivelamento das relações econômicas? Será que tanto dinheiro e esforço poderiam realmente ser movidos por algo tão efêmero e irracional quanto um tipo particular de autoconceito romântico?

Outros fatores importaram, é claro. Mas parece provável que o autoconceito romântico do empreendedorismo tenha sido um componente necessário, se não suficiente, da explosão da internet nos anos 1990. Isso ajuda a lembrar da ordem dos eventos. Tudo mudou *antes* que um número significativo de indivíduos lucrasse com sucesso vendendo via internet e até mesmo antes que o acesso à internet estivesse amplamente disponível (p. 134, tradução nossa).¹⁰⁹

¹⁰⁹ No original: “Many might ask: Did not the internet triumph because it offered new efficiencies, new flexibilities, and a new ease of access to information and knowledge creation, which together were really the driving force of the internet itself and its contribution to the new market dynamism, globalization, and the flattening of economic relations? Could that much money and effort really be driven by something as ephemeral and irrational as a particular kind of romantic self-concept? Other factors mattered, of course. But it seems likely that the romantic entrepreneurial self-concept was a necessary if not sufficient component of the internet explosion of the 1990. It helps to remember the order of events. Everything changed *before* significant numbers of individuals were successfully making a profit selling via the internet and even before internet access was widely available.”

A internet, sob essa ótica, funcionou como uma fonte de inspiração e a “personificação de uma esperança”. O entusiasmo com ela ajudou também a criar um entusiasmo com o modelo do mercado livre, dando um novo fôlego ao neoliberalismo que estava em declínio na primeira metade dos anos 1990. “A internet, porque pegou o establishment de surpresa, porque ocasionou uma confluência da contracultura com o capitalismo espetacularmente especulativo, criou uma abertura para grandes ideias” (ibidem, p.136).¹¹⁰ Essa abertura foi aproveitada, sobretudo, pelos libertarianistas, que rapidamente promoveram a convergência entre liberdade de expressão, livre mercado e liberdade da intervenção de governos no espaço da internet (idem). É preciso lembrar, no entanto, que essa afinidade estabelecida entre a cibercultura e o capitalismo é um processo histórico particular, ocorrido em circunstâncias específicas que denotam a dinâmica de plasticidade das ideias. As ideias não são estanques e estáticas, elas se combinam e se recombinaem ao longo da história, os contextos sociais e a agência humana alteram o curso e o uso delas, como veremos nos dois capítulos a seguir com o caso da neutralidade da rede.

¹¹⁰ No original: “The internet, because it took the establishment by surprise, because it occasioned a confluence of the counterculture with spectacularly speculative capitalism, created an opening for big ideas”

Capítulo 4: O mercado eletrônico: o debate da neutralidade da rede nos Estados Unidos

As tecnologias têm política?

O debate sobre a neutralidade da rede pode ser considerado como uma das manifestações da ideologia da internet livre. Ele remete à tendência contemporânea, em vários países democráticos, de criação de regras e legislações que estabeleçam um tratamento neutro para algumas práticas, conteúdos e serviços na rede. Basicamente, esse debate procura estabelecer limites para a forma como as empresas que fornecem internet interfiram no uso que os internautas fazem da rede. As justificativas para a defesa desse princípio da neutralidade podem variar de acordo com o contexto social e os grupos que o defendem. Pode haver uma ênfase nos benefícios econômicos que isso traria como, por exemplo, incentivo à inovação e à concorrência entre as empresas de internet. Ou, ainda, ênfase numa dimensão mais política, como a proteção dos direitos do consumidor de decidir como usa um serviço pelo qual pagou; ou a defesa da internet como um espaço e serviço democrático, no qual todos tenham os mesmos direitos e oportunidades de uso e acesso, sem discriminação em relação ao tipo de serviço ou conteúdo que está acessando.

A neutralidade de rede é defendida e endossada tanto por grupos à direita quanto por grupos à esquerda. Os motivos que levam grupos em lados opostos do espectro político a defendê-la podem variar, mas o que deu sustentação para o surgimento desse debate e o que dá sustentação para a sua perduração é a narrativa sobre o caráter neutro, aberto, livre e democrático da internet. Tanto grupos da esquerda quanto da direita partilham dessa visão e afirmam que a internet deve ser tratada de forma neutra porque é assim que ela é. Como se afirmassem que ela nasceu para ser neutra, os ativistas da neutralidade da rede usam como argumento para defenderem seu ponto o desenho *end-to-end* da rede, que atestaria o caráter descentralizado e não discriminatório da tecnologia. Essa crença de que um artefato tecnológico possui qualidades políticas é recorrente na nossa sociedade e não é uma prerrogativa apenas da internet ou do nosso tempo.

Langdon Winner (1980) lembra que a interpretação das tecnologias através de uma linguagem política é de longa data, muito anterior ao surgimento da alta tecnologia empregada em larga escala. Invenções tecnológicas como a eletricidade, a televisão, o carro, o rádio, a energia nuclear, foram todas descritas em algum momento da história como possuidoras de forças democratizantes e libertadoras. Embora essas invenções possam provocar e, frequentemente, provocaram uma reorganização de poder e novas experiências de cidadania, assumir que a tecnologia ela mesma teria propriedades políticas pode ser, para ele, um erro:

Os arranjos físicos de produção industrial, guerra, comunicações e afins mudaram fundamentalmente o exercício do poder e a experiência da cidadania. Mas ir além desse fato óbvio e argumentar que certas tecnologias *em si mesmas* têm propriedades políticas parece, à primeira vista, completamente equivocado. Nós todos sabemos que as pessoas têm política, não as coisas. Descobrir virtudes ou males em agregados de aço, plástico, transistores, circuitos integrados e produtos químicos parece simplesmente errado, uma maneira de mistificar o artifício humano e de evitar as verdadeiras fontes de liberdade e opressão, justiça e injustiça. Culpar o hardware parece ainda mais tolo do que culpar as vítimas quando se trata de julgar as condições da vida pública (p. 122, tradução nossa).¹¹¹

Apesar de afirmar isso, o autor demonstra que a questão não é tão simples assim de se responder. Ele aponta para vários exemplos de como os artefatos podem conter propriedades políticas. Dentre esses exemplos está o das pontes construídas pelo urbanista norte-americano Robert Moses em Long Island, Nova York, no início do século passado. Moses construiu duzentos viadutos a uma altura abaixo do padrão para desencorajar o tráfego de ônibus pela região e permitir apenas o de carros. Como ônibus era o tipo de transporte usado majoritariamente por pessoas pobres e negras, o desenho das pontes evitaria que elas circulassem nos parques e praias da região, já que eles seriam mais altos que os viadutos. Essa escolha longe de obedecer a algum parâmetro técnico, representou o preconceito racial e de classe de Moses e se integrou à arquite-

¹¹¹ No original: “The physical arrangements of industrial production, warfare, communications, and the like have fundamentally changed the exercise of power and the experience of citizenship. But to go beyond this obvious fact and to argue that certain technologies *in themselves* have political properties seems, at first glance, completely mistaken. We all know that people have politics, not things. To discover either virtues or evils in aggregates of steel, plastic, transistors, integrated circuits, and chemicals seems just plain wrong, a way mystifying human artifice and of avoiding the true sources of freedom and oppression, justice and injustice. Blaming the hardware appears even more foolish than blaming the victims when it comes to judging conditions of public life.”

tura da cidade perdurando por várias gerações, moldando a forma como as pessoas transitam por ela.

Esse exemplo ilustra como a tecnologia nem sempre é empregada no intuito de diminuir custos ou tornar algum processo mais eficiente. Langdon Winner chama atenção para o fato de que os arranjos tecnológicos podem conter “propósitos políticos implícitos ou explícitos”, pois correspondem a formas de ordenar o mundo. O processo de construção desses arranjos políticos, no entanto, não é necessariamente (ou sempre) intencional ou planejado, como no caso de Moses. A dicotomia intencional versus não intencional não seria sempre a abordagem mais apropriada. Em alguns casos, a leitura mais adequada é a de que esses arranjos favorecem certos interesses sociais em detrimento de outros.

Cada arranjo feito com uma tecnologia corresponde a uma dentre muitas das possibilidades que podemos escolher para ordenar a nossa realidade. Podemos construir pontes com altura suficiente para permitir a circulação de todos por todos os espaços da cidade, ao invés de pontes que aprofundem a divisão de classes e a segregação racial. Podemos construir uma internet neutra, que garanta que todos tenham acesso aos mesmos serviços e conteúdos básicos, ou podemos estratificá-la, impedindo que as minorias sociais tenham acesso aos mesmos recursos que as elites. Nesse processo de construção de arranjos tecnológicos, como destaca o autor, uma possibilidade é eleita e acaba por obscurecer todas as outras, se tornando um aparente destino fatal:

Muitos dispositivos e sistemas técnicos importantes na vida cotidiana contêm possibilidades para muitas maneiras diferentes de ordenar a atividade humana. Conscientemente ou não, deliberada ou inadvertidamente, as sociedades escolhem estruturas para tecnologias que influenciam como as pessoas vão trabalhar, se comunicar, viajar, consumir e assim por diante durante muito tempo. Nos processos pelos quais as decisões de estruturação são tomadas, pessoas diferentes são situadas de maneira diferente e possuem graus desiguais de poder, assim como níveis desiguais de consciência. De longe, a maior latitude de escolha existe desde a primeira vez em que um determinado instrumento, sistema ou técnica é introduzido. Como as escolhas tendem a se fixar fortemente no equipamento material, no investimento econômico e no hábito social, a flexibilidade original desaparece para todos os propósitos práticos quando os compromissos iniciais são assumidos. Nesse sentido, as inovações tecnológicas são semelhantes aos atos legislativos ou fundações políticas que estabelecem uma estrutura para a ordem pública que perdurará por muitas gerações. Por essa razão, a mesma atenção cuidadosa que se daria às regras, papéis e relações da política também deve ser dada a coisas como a construção de rodovias, a criação de redes de televisão e a adaptação de características aparentemente insignificantes em novas máquinas. As questões que dividem ou unem pessoas na sociedade são resolvidas não apenas nas instituições e práticas da política propriamente dita,

mas também, e de modo menos óbvio, em arranjos tangíveis de aço e concreto, fios e transistores, porcas e parafusos (ibidem, p. 127-8, tradução nossa).¹¹²

O compromisso assumido pelos criadores da internet nos anos 1970, de uma arquitetura aberta *end-to-end*, teve o efeito referido acima por Langon Winner na forma como essa rede foi significada pelas gerações posteriores. Várias outras redes estavam sendo experimentadas naquele mesmo momento, como a SERCNET, na Grã-Bretanha, ou a CYCLADES, na França; assim como vários outros protocolos possíveis para a transferência de pacotes na rede, inclusive alguns proprietários, que poderiam ser comprados de empresas privadas. No entanto, a ARPANET triunfou como a rede das redes e o TCP/IP como o protocolo padrão, ambos os símbolos de uma política informal de abertura e da cooperação assumida pelos engenheiros da ARPA naquele momento (STREETER, 2011). Essa política foi reafirmada vinte anos depois, no início dos anos 1990, pelo criador da web e a comunidade que trabalhou no seu desenvolvimento, com a filosofia da abertura que também marcou esse projeto.

Essa decisão também marcou a forma como integramos a internet nas nossas vidas e as expectativas que temos a respeito dela. As gerações que cresceram em países democráticos usando internet se acostumaram a esperar dela essa abertura e essa liberdade. Nós nos habituamos a condenar uma internet que seja fechada, censurada ou bloqueada por algum governo ou empresa, embora saibamos hoje que isso é muito comum. E abraçamos o que parece ter ser tornado uma espécie de destino da internet ou mito fundador: a ideia de que ela seja democrática e promova a liberdade de expressão e a transparência dos governos e instituições. Para esta narrativa, a internet aberta e livre é o comum, todo o resto que foge a essa regra seria uma aberração ou exceção e precisa ser consertado. Nascemos e crescemos com essa possibilidade, temos essa memória sobre

¹¹² No original: “Many technical devices and systems important in everyday life contain possibilities for many different ways of ordering human activity. Consciously or not, deliberately or inadvertently, societies choose structures for technologies that influence how people are going to work, communicate, travel, consume, and so forth over a very long time. In the processes by which structuring decisions are made, different people are differently situated and possess unequal degrees of power as well as unequal levels of awareness. By far the greatest latitude of choice exists the very first time a particular instrument, system, or technique is introduced. Because choices tend to become strongly fixed in material equipment, economic investment, and social habit, the original flexibility vanishes for all practical purposes once the initial commitments are made. In that sense technological innovations are similar to legislative acts or political foundings that establish a framework for public order that will endure over many generations. For that reason, the same careful attention one would give to the rules, roles, and relationships of politics must also be given to such things as the building of highways, the creation of television networks, and the tailoring of seemingly insignificant features on new machines. The issues that divide or unite people in society are settled not only in the institutions and practices of politics proper, but also, and less obviously, in tangible arrangements of steel and concrete, wires and transistors, nuts and bolts.”

esta tecnologia, que é reforçada pelas narrativas construídas em torno do seu caráter aberto. O debate da neutralidade da rede e as nossas tentativas de construção de políticas públicas que garantam a abertura da internet são uma manifestação dessa memória, da força dessa ideologia da abertura na nossa sociedade.

E enquanto ideológico, esse discurso não se apresenta necessariamente como verídico, basta examinar de perto o funcionamento de plataformas como o Facebook para constatar que a internet não é esse lugar onde todos tem o mesmo espaço e poder de voz ou liberdade de acessar o que quiser. Ou basta também lembrar das eleições para presidente dos Estados Unidos, em 2016, que elegeram Donald Trump, e das que elegeram Jair Bolsonaro a presidente do Brasil, em 2018; ambas creditadas a esquemas corruptos de uso de ferramentas online de manipulação de notícias e eleitores, que faria mesmo o mais otimista dos tecnófilos, como Buckminster Fuller, duvidar da viabilidade da internet para a manutenção de uma democracia saudável. Enquanto discurso ideológico, portanto, a ideia da abertura e da liberdade da internet funciona mais como uma retórica persuasiva que serve a propósitos políticos do grupo que a emprega.

Dizer que esse discurso não é necessariamente verídico e que não corresponde à realidade da internet, no entanto, não significa dizer que as pessoas estão defendendo de forma irracional uma ideia que é completamente falsa, ou que elas se iludem em relação à própria realidade delas. Afinal de contas, esse discurso se origina a partir de um fato verídico, a estrutura *end-to-end* da internet a habilita a ser neutra, aberta e não discriminatória. É uma possibilidade posta, mas que não necessariamente segue sempre sendo praticada. Mas a insistência em defender esse discurso mesmo diante de algumas evidências que o contradigam revela os propósitos políticos de cada grupo envolvido no debate. Como veremos a seguir, a defesa da abertura e da liberdade na rede poderá tanto servir aos propósitos daqueles que defendem o livre mercado, quanto aos propósitos dos que defendem a liberdade de expressão e a democracia participativa.

A noção de “common carrier” e as raízes da neutralidade da rede

Tim Wu (2002) definiu neutralidade da rede como uma regra que “proibiria as operadoras de banda larga, na ausência de uma demonstração de danos, de restringir o que os usuários fazem

com sua conexão com a internet” (tradução nossa).¹¹³ O termo foi cunhado por ele no artigo *A proposal for network neutrality*, no qual ele propôs o que chamou de princípio de “neutralidade da rede” (*network neutrality*) ou de “não discriminação” (*non-discrimination*). Esse princípio tem sido definido por ele, e por outros defensores dessa regra, como sendo a reafirmação de um princípio secular, o do *commom carriage* (transporte comum) (SANDVIG, 2007; WU, 2017). A noção de *common carriers* remete ao direito romano e as regras que esse império estabelecia para prestação de serviços por, por exemplo, donos de navios e proprietários de hospedagens. Essa concepção depois foi incorporada na tradição britânica do *common law* (iniciada nos séculos XII e XIV), para se referir a determinadas obrigações que alguns negócios considerados de interesse público (*public callings*) teriam com os seus usuários. Eram considerados negócios ou ocupações voltadas a um “público em geral” os barqueiros, cirurgiões, alfaiates, padeiros, etc. Com a Revolução Industrial, no século XIX, esse espectro foi reduzido a serviços de transporte e comunicação (NOAM, 1994).

No século XIX, essa noção havia sido incorporada ao sistema jurídico norte-americano e começou a ser usada inicialmente para regular ferrovias (o *Interstate Commerce Act of 1887*, definiu transporte por ferrovias como *common carriage*) e posteriormente outros tipos de transportes e infraestrutura de comunicação. Em 1907, as primeiras comissões independentes para regular as *common carriers* foram criadas em Winconsin e Nova York. E em 1934, a responsabilidade por essa regulação foi transferida para a recém-criada *Federal Communications Commission* (FCC), que substituiu a *Federal Radio Commission*, de 1926 (idem). A FCC foi criada como uma agência independente responsável por regulamentar o setor de comunicação do país através do *Communications Act of 1934*. Essa lei aplicou a noção de *common carriers* a serviços de telecomunicações, estabelecendo um conjunto de *Titles* (Títulos) que regulavam esses serviços.

Para que um serviço seja enquadrado na categoria de *common carriage*, ele precisa ser regular, atender a um público geral, previsível e mutável. O oposto disso seriam as *private carriers* (transportadoras privadas), empresas que estão autorizadas a prestarem serviços de transporte apenas a públicos específicos. Por prestarem serviços considerados essenciais e de interesse público, as *common carriers* recebem tratamento “especial” em alguns aspectos. A

¹¹³ No original: “...it would forbid broadband operators, absent a showing of harm, from restricting what users do with their internet connection...”.

obrigação de prestar serviço para toda e qualquer pessoa, de forma não discriminatória, e neutra em relação ao conteúdo que está sendo transportado, seja ele um pacote pelos correios ou um pacote de dados pela rede de computadores, é conjugada com a não responsabilização da *carrier* por qualquer ato ilícito que o usuário possa estar cometendo ao usar os seus serviços. Se o usuário de um serviço de telefonia, por exemplo, durante uma ligação telefônica fala sobre algum ato ilícito que tenha cometido ou pretenda cometer, a empresa de telefonia não só não pode ser responsabilizada pelos atos de seus usuários como também não é autorizada a censurar ou regular a conduta privada deles. Assim, a interrupção ou bloqueio do serviço de alguém que o utilizasse para fins considerados impróprios só poderia ser feita mediante solicitação da justiça (*idem*).

O *Title II* foi o que permitiu à FCC categorizar os serviços de comunicação como *common carriers*. O texto da lei apresentava uma proposta de regulamentação não discriminatória e de prestação de serviço universal:

Com o objetivo de regular o comércio interestadual e estrangeiro na comunicação por fio e rádio, de modo a disponibilizar, na medida do possível, a todas as pessoas dos Estados Unidos, sem discriminação com base na raça, cor, religião, origem nacional, ou sexo, um serviço de comunicação por fio e rádio rápido e eficiente, nacional e mundial... (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 1934, p.1, tradução nossa)¹¹⁴

A noção de “serviço universal” está implícita nos serviços do tipo *common carriage*, ela se refere à obrigação de prestação de serviços a um nível básico a todos os cidadãos de um determinado país ou região. Basicamente é ela quem obriga empresas do tipo *common carriers* a, por exemplo, prestarem serviços também em áreas rurais e não somente em cidades. Essa noção aparece na lei de 1934 e é definida pela própria FCC como o “pilar” dessa lei: “serviço universal é o princípio de que todos os americanos devem ter acesso aos serviços de comunicação” (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, tradução nossa).¹¹⁵ A obrigação de prestação de serviço a nível universal, no entanto, não significa que uma *common carrier* não poderia

¹¹⁴ No original: “For the purpose of regulating interstate and foreign commerce in communication by wire and radio so as to make available, so far as possible, to all the people of the United States, without discrimination on the basis of race, color, religion, national origin, or sex, a rapid, efficient, Nationwide, and world-wide wire and radio communication service...”.

¹¹⁵ No original: “Universal service is the principle that all Americans should have access to communications services.”

recusar prestá-lo em circunstâncias específicas onde haja alto risco envolvido, por exemplo. A discriminação sem motivo razoável é proibida, mas não seria absoluta (NOAM, 1994).

Apesar da ideia de serviço universal estar presente na lei de 1934, essa política nunca foi parte dela, segundo o que explica Milton Mueller (1997). Essa política só começou a ser colocada em prática na metade dos anos 1960, antes disso a ideia de “serviço universal” foi usada como *slogan* pela empresa de telecomunicações AT&T. A empresa usou esse discurso para condenar os problemas de interconexão que advinham da presença de várias empresas na mesma região e defender o monopólio como necessário à melhoria do serviço de telefonia (idem). A estrutura da rede de telefonia nos Estados Unidos cresceu primeiro pelo estabelecimento de um ambiente competitivo entre as empresas e depois abrindo mão dele. Entre 1851-1894 as empresas *Western Union Telegraph Company* e *Bell Company* (que detinha a patente sobre o telefone) monopolizaram o serviço. Após a expiração da patente sobre o telefone, em 1894-1895, companhias de telefonia independentes começaram a desafiar esse monopólio (TREBING, 1969).

Esse período de competição sem regulação e sem subsídios governamentais levou a um crescimento rápido no número de telefones em ambientes domésticos e empresariais, assim como possibilitou que o serviço chegasse a áreas rurais do país. Mas um problema de interconexão também resultou disso. Usuários de telefone de empresas diferentes podiam não conseguir se comunicar porque as empresas concorrentes se recusavam a conectá-los.¹¹⁶ O período de 1907-1920 marcou um debate no país sobre a necessidade de interconexão e a melhor forma de gerenciar este serviço, monopólio ou concorrência (MUELLER, 1997). A Bell Systems iniciou uma campanha agressiva pelo monopólio desse serviço com o *slogan*: “one system, one policy, universal service” (um sistema, uma política, serviço universal). Além disso, comprou empresas concorrentes, incluindo a Western Union e praticou uma política de recusa de conexão de seus usuários com outros usuários de empresas concorrentes (TREBING, 1969).

Em 1921, com a aprovação do *Willis-Graham Act*, o serviço de telefonia foi estabelecido como um “monopólio natural”, o que significava dizer que as empresas não estariam mais enquadradas na lei antitruste. Esse momento é para Mueller (1997) a “fundação legal da primeira

¹¹⁶ Durante esse período o Departamento de Justiça norte-americano entrou com uma ação antitruste contra a empresa AT&T para acabar com o seu monopólio o mercado de telefonia. A ação resultou num acordo assinado em 1913 pela empresa, chamado de *Kingsbury Commitment*, no qual ela concordava que outras empresas locais independentes e não concorrentes pudessem se conectar à sua infraestrutura de rede de longa distância. O fato marcou a adoção de uma política de interconexão obrigatória entre as empresas de telecomunicação do tipo *common carrier* (PUBLIC KNOWLEDGE, 2013).

geração da política de serviço universal” (p. 41, tradução nossa). Aqui serviço universal significou “serviço unificado”. A *AT&T*, pertencente ao grupo Bell Systems, foi autorizada a atuar como a provedora principal de serviço de telefonia sob a regulação do governo em questões de preço e qualidade de serviço. Ela exerceu esse monopólio de 1934 até ser segmentada em diferentes partes nos anos 1980. A segunda geração do conceito data do final dos anos 1960 e nesse momento ele começa a se relacionar com a ideia de expansão dos serviços a preços acessíveis, de modo que cada cidadão pudesse ter acesso a ele. O governo inicia uma política de regulação de preços na metade dos anos 1960, que é institucionalizada em 1970 com o *Ozark Plan*, que estabeleceu que as taxas de longa distância deviam subsidiar serviços locais (idem).

A possibilidade de troca de mensagens através de redes de computadores, surgida nos anos 1960, mudou o cenário de regulação dos serviços de telecomunicação. Nesse momento a FCC começou a enfrentar um problema de como regular os serviços de comunicação via rede de computadores e os serviços das redes tradicionais de comunicação. Os serviços de comunicação via rede de computadores estavam crescendo, mas não possuíam ainda regulação específica, eles dependiam diretamente das tradicionais e reguladas redes de comunicação ao mesmo tempo em que funcionavam como seus substitutos. As companhias de telefone nesse cenário se tornaram fornecedoras e concorrentes desses serviços de comunicação via rede de computadores. Para abordar a questão a FCC lançou uma série de regulações que ficaram conhecidas como *Computer Inquiries*. Essas regulações visavam separar serviços que competiam entre si dos que não competiam e seguiu um modelo regulatório baseado numa estrutura de camadas. Esse modelo dividia os mercados e definia políticas separadas para cada um, por exemplo, serviço de telefone, serviço de internet, aplicativos para a internet, etc (CANNON, 2003).

A primeira dessas regras foi lançada em 1966, o *Computer Inquiry I*, que procurava abordar a questão do que fazer com a troca de mensagens que era realizada nesse processo de comunicação via rede de computadores, já que essa troca não era regulada, mas o serviço da rede de telecomunicação que a transmitia era. Outra questão era se as empresas de telecomunicações, as *common carriers*, poderiam ser permitidas, e sob quais circunstâncias, a entrar também no mercado de processamento de informações. Em 1970, a FCC concluiu que o serviço de *pure data processing* (processamento de dados puro), ou seja, o processamento de informação que acontecia na ponta do processo, no computador do usuário, não necessitaria de regulação; ao passo em que o *pure communication* (comunicação pura), categoria da qual as empresas de

telefonia faziam parte, continuariam a ser reguladas. Os serviços de *pure data processing* eram vistos como inovadores, competitivos, e com poucas chances de monopolização, ao passo em que os de *pure communication* estavam estabelecidos sob o monopólio principal de AT&T naquele momento (idem).

As empresas de telefonia viram na comunicação via rede de computadores uma oportunidade de negócios barata e sem regulação de preços. Para evitar que essas empresas entrassem nesse mercado e praticassem subvenção cruzada e preços abusivos, a FCC estabeleceu a chamada “separação máxima”. De acordo com essa regra, as *common carriers* só poderiam entrar nesse mercado não regulado através de uma subsidiária, uma empresa separada que trabalhasse especificamente com processamento de dados e a empresa subsidiária não poderia ela mesma ser dona dos serviços de transmissão dos dados, precisava pagar por eles. A subsidiária deveria ter seu próprio escritório, seus próprios funcionários, seus próprios livros de contabilidade, e seus próprios equipamentos para operar nesse mercado. A *carrier* também não poderia promover os serviços da sua subsidiária e nem utilizar a rede de computadores dela para propósitos outros que não o processamento de dados (idem).

As *Computer Inquiries* são referenciadas como sendo as primeiras regras de neutralidade da rede (WU, 2017), tendo como filosofia base a manutenção de um ambiente não monopolista e das redes de comunicação abertas (CANNON, 2003). O principal legado da *Computer I* foi “criar uma plataforma de comunicação aberta à disposição de todos os usuários de forma não discriminatória” (ibidem, p. 180). A *Computer II* foi iniciada em 1976, como consequência dos rápidos avanços no campo da computação, especialmente a chegada dos microcomputadores e da ARPANET. A *Inquiry I* teve de ser aposentada e uma nova regulação que acompanhasse essas mudanças teve de ser criada. A interação via computador havia mudado substancialmente, em vez de acessar as mensagens armazenadas em um computador do tipo *mainframe* usando terminais remotos, e sendo as mensagens armazenadas no *mainframe*; as mensagens passaram a navegar de uma ponta a outra da rede.

Desse modo, a classificação da FCC de *pure communication* e *pure data processing* não fazia mais sentido. Ambos os processos agora aconteciam de forma híbrida na comunicação via rede de computadores. Do mesmo modo, a regra da “separação máxima” entre a *carrier* e a subsidiária que desejasse prestar serviços não regulados de processamento de dados foi revista e flexibilizada. A FCC concluiu que essa regra deveria ser aplicada somente a empresas que

tivessem uma presença significativa no mercado a ponto de serem capazes de praticar políticas abusivas, como *AT&T* e *GTE*. Pequenas empresas, com um número de usuários reduzidos não precisariam se enquadrar nesta regra. A revisão dessa regra deu origem a um novo tipo de separação que foi chamada de “separação estrutural” (*structural separation*) (idem).

A classificação que a FCC passou a adotar era baseada não mais nas diferenças tecnológicas, mas na diferença entre os serviços que o usuário final usava. Ela separou serviços essenciais de serviços não essenciais. Foi criada, então, a dicotomia *basic services* (serviços básicos) e *enhanced services* (serviços avançados), no que configurou uma mudança no quadro conceitual usado pela agência (idem). A classificação passou a ser feita tendo por base a diferenciação entre os serviços prestados aos usuários, não mais a diferenciação entre as tecnologias. De acordo com essa nova classificação, os “serviços básicos” seriam aqueles relacionados à infraestrutura de transmissão das informações, feito pela *carrier*, e tal como os *pure communications* deveriam ser regulados sob o *Title II*, seguindo o princípio de não discriminação e comportamento anticompetitivo. Já os “serviços avançados” seriam aqueles oferecidos sobre essa infraestrutura de transmissão das *common carriers*, ou seja, os serviços que dependem dela para funcionarem. Para a FCC, dada a natureza competitiva e inovadora desses serviços, eles não deveriam ser regulados. São incluídos nessa categoria serviços como e-mails e a própria World Wide Web, ou seja, aplicativos que rodam na infraestrutura da rede. Enquanto *basic service* se resume à transmissão das informações, *enhanced service* é o processamento do conteúdo das informações (idem).

Para Robert Cannon (idem), esse modelo dicotômico é um modelo de regulação baseado em camadas inspirado no próprio modelo da internet, o OSI (*Open Systems Interconnection*), que funciona atribuindo diferentes camadas de protocolos à internet, nas quais cada protocolo é responsável pelo fornecimento de diferentes serviços. Ao adotar esse modelo, a FCC assumiu a separação clara entre os serviços, os mercados aos quais eles se direcionam e as regulações às quais cada um deles deveria ser submetido. À chamada “rede física”, que no OSI corresponde às camadas 1 e 2, correspondem os “serviços básicos”, aqueles prestados por empresas de telefonia e regulados pelo *Title II*. À “rede lógica”, camadas 3 e 4 do OSI, correspondem o acesso fornecido pelos chamados ISPs (*Internet Service Providers*), os provedores de internet, protegidos pelas *Computer Inquiries*. Abaixo dessa camada está a camada de serviços,

aplicativos e conteúdos que são fornecidos por uma série de diferentes empresas, mas que não estavam enquadrados na regulação de comunicação.

A *Computer Inquiry III* foi lançada em 1985 e não adicionou nenhuma nova regra, apenas reforçou alguns princípios estabelecidos anteriormente em 1966 e 1976. Mas ela apresentou uma diferente abordagem para a questão da “separação estrutural”, que nesse momento foi vista como impondo custos grandes ao público, já que diminuía a eficiência e inovação que poderiam advir da sua adoção. A solução encontrada pela FCC foi a implantação de uma política chamada de *Comparatively Efficient Interconnection* (CEI), segundo a qual as chamadas BOCs (*Bell Operating Companies*), seriam autorizadas a entrar no mercado de “serviços avançados” sem a obrigação de criar subsidiárias. As empresas chamadas de *Enhanced Service Providers* (ESPs) poderiam funcionar de forma integrada às BOCs com a condição que estas disponibilizassem de forma detalhada os seus planos CEI, que deveriam relatar coisas como as funcionalidades da interface utilizada, as características técnicas, os destinatários do CEI (idem).

Outra política implantada foi a ONA (*Open Network Architecture*), que consistia na obrigação de que as BOCs dividissem as suas redes em blocos que deviam ser disponibilizados para as suas ESPs para que estas criassem novos serviços a partir deles. Essa política consistiu na separação dos serviços básicos de outros serviços prestados pela *carrier*, desobrigando as ESPs a comprarem um pacote fechado de serviços e permitindo que elas adquirissem apenas aqueles que melhor se encaixassem nas suas necessidades. Isso evitaria que a AT&T e as BOCs praticassem monopólio, incentivando um mercado de telecomunicações mais competitivo e aberto. As BOCs ficariam obrigadas a apresentar à FCC seu plano de ONA independentes de oferecerem ou não “serviços avançados” (idem).

Os princípios básicos que sustentam a ideia de neutralidade da rede são referenciados por alguns autores como tendo raízes históricas na noção de *common carriage*, reforçada na regulação estabelecida para os serviços de telecomunicação através das *Computer Inquiries* (LENTZ, 2013; SANDVIG, 2007; WU, 2017). Como chama atenção Cannon (2003), as *Computer Inquiries* ao mesmo tempo em que garantiram que os serviços básicos, a rede física, continuassem enquadrados como *common carriers*, também asseguraram que os novos serviços não estivessem sujeitos a essa mesma regra e pudessem se desenvolver num ambiente mais competitivo. O debate sobre a neutralidade da rede no país nasceu, portanto, da necessidade de se combater um monopólio de longa data na área da telecomunicação. Em decorrência disso, o

discurso em defesa da concorrência e da inovação se fez muito presente no cenário norte-americano, como veremos adiante.

A preservação da abertura como um bom negócio

Becky Lentz (2013) demonstrou a importância da linguagem usada pela FCC na definição das diferenças essenciais entre os serviços de telecomunicações durante o estabelecimento das *Computer Inquiries* nos rumos que o debate sobre a não discriminação tomou nos anos seguintes. Essa linguagem teria inclusive influenciado na constituição do debate moderno resumido pela frase “neutralidade da rede”. A separação feita pela FCC em 1986, entre serviços “básicos” e “avançados”, por exemplo, não refletia uma distinção tecnológica, mas um “mecanismo linguístico” usado pela agência para manter a “porosa fronteira semântica entre os dois” (ibidem, p. 588). Essa foi uma estratégia da agência que teve reflexo no debate atual sobre a neutralidade da rede. Ela permitiu separar, assim como é feito hoje, o conteúdo da estrutura que o transporta, e assim estabelecer regras para o que deveria ser tratado de forma “neutra”, que neste caso é o conteúdo.

Lentz mostra ainda que o uso da palavra “neutro” pela FCC aconteceu apenas a partir de 1986, na ocasião da *Inquiry III*. A agência empregou o termo em um contexto que se referia a serviços considerados não essenciais ou, para usar o termo empregado por ela, *neutral adjunct service* (serviço adjunto neutro). A autora destaca que o uso de “neutro” como possuindo uma função adjetiva para “adjunto” é uma estratégia linguística para ressaltar o caráter suplementar do serviço, assim como o seu caráter nem prejudicial e nem benéfico. Esse uso também evidencia, ainda segundo ela, a importância dessa definição como uma forma de articular e consolidar “sentido”, produzindo o que ela chama de “fechamentos linguísticos” (*linguistic closures*).

As estratégias linguísticas usadas pela FCC foram fundamentais na definição de, por exemplo, uma diferença entre “serviço de informação” e “serviço de telecomunicação”, que foi estabelecida anos mais tarde pelo *Telecommunications Act of 1996*. Essa lei, assinada pelo presidente Bill Clinton, não estabeleceu “serviço de informação” de forma idêntica aos “serviços avançados” das *Computer Inquiries*, mas a definição dela serviu aos mesmos propósitos da

regulação criada em 1976. Assim, no texto da lei de 1996, um serviço de informação foi descrito da seguinte forma:

O termo “serviço de informação” significa a oferta de uma capacidade para gerar, adquirir, armazenar, transformar, processar, recuperar, utilizar ou disponibilizar informações via telecomunicações, e inclui publicação eletrônica, mas não inclui qualquer uso de tal capacidade para a gestão, controle ou operação de um sistema de telecomunicações ou a gestão de um serviço de telecomunicações (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 1996, tradução nossa).¹¹⁷

Essa lei mantém, portanto, a separação entre o serviço que usa o sistema de telecomunicações, também conhecido hoje como *over-the-top*, que faz o processamento de informações; da rede sobre a qual esse serviço roda, ou seja, a rede de telecomunicação que faz o transporte básico da informação, também tratada nesta lei como *common carrier* ou *telecommunications carrier*. Telecomunicação ficou definida nesse contexto como: “a transmissão, entre os pontos especificados pelo usuário, de informações de escolha do usuário, sem alteração na forma ou conteúdo das informações enviadas e recebidas” (idem, tradução nossa).¹¹⁸

O contexto de criação do *Telecommunications Act of 1996* é o do *boom* da internet. Esse momento foi caracterizado pelo seu processo de comercialização (iniciado em 1993), pela criação da *World Wide Web* (1991) e dos primeiros navegadores gráficos, que transformaram radicalmente a experiência do usuário desta ferramenta, e do surgimento de muitos outros serviços complementares. Todos eles rodavam por cima da estrutura da rede de telecomunicações. Nesse momento o cenário tecnológico passava também por algumas mudanças na forma e na velocidade de conexão à internet. A conexão “discada” (*dial-up*) que utilizava a linha do telefone do usuário para conectá-lo à internet, principal forma de conexão usada entre a metade dos anos 1990 e 2000, foi sendo substituída pela conexão de alta velocidade, a banda larga (*broadband*).

¹¹⁷ No original: “The term ‘information service’ means the offering of a capability for generating, acquiring, storing, transforming, processing, retrieving, utilizing, or making available information via telecommunications, and includes electronic publishing, but does not include any use of any such capability for the management, control, or operation of a telecommunications system or the management of a telecommunications service.”

¹¹⁸ No original: “...the transmission, between or among points specified by the user, of information of the user’s choosing, without change in the form or content of the information as sent and received.”

Essa tecnologia, no entanto, era capaz de conectar o usuário não somente usando a rede de telefonia, mas também os mesmos cabos utilizados pelas empresas de TV a cabo.

Nesse período entre o final dos anos 1990 e início dos 2000, as empresas que forneciam conexão discada estavam protegidas pelas *Computer Inquiries* e pelo *Telecommunications Act of 1996*, mas os provedores de internet banda larga não possuíam ainda uma regulação específica para eles (WU, 2017). As empresas provedoras de internet banda larga começaram a se incomodar com os serviços, aplicativos ou sites, que usavam a sua infraestrutura de cabos para lucrar e não pagavam por isso. Serviços do tipo VoIP (*Voice over Internet Protocol*), que permitem ao usuário fazer chamadas telefônicas pela internet, como o *Skype*, por exemplo, começaram a desafiar os interesses das empresas provedoras da internet banda larga. Esse conflito de interesses ficou cristalizado pela frase do diretor executivo da AT&T em 2005, Ed Whitacre:

Agora, o que eles gostariam de fazer é usar meus cabos gratuitamente, mas eu não vou deixar que eles façam isso porque gastamos esse capital e temos que ter um retorno sobre isso. Então, terá que haver algum mecanismo para essas pessoas que usam esses cabos paguem pela porção que estão usando. Por que eles deveriam poder usar meus cabos? A Internet não pode ser livre nesse sentido, porque nós e as empresas de TV a cabo fizemos um investimento e é loucura um Google, Yahoo ou Vonage, ou qualquer um esperar usar esses cabos gratuitamente (apud MOHAMMED, 2005, tradução nossa).¹¹⁹

Em 2000, as primeiras medidas polêmicas de bloqueio de serviços por parte das provedoras de internet começaram a ser adotadas. A *Comcast*, uma das maiores provedoras de internet do país, começou a bloquear o uso por parte de seus consumidores de uma ferramenta chamada VPN (*Virtual Private Network*), que permite ao usuário estabelecer uma rede virtual privada a partir da sua conexão com a internet. O bloqueio se deu com a alegação de que seu uso prejudicava a velocidade de conexão da sua rede como um todo (WU, 2017). Neste momento, a AT&T também estava praticando o que ficou conhecido nos anos 1990 como *programming the*

¹¹⁹ No original: “Now what they would like to do is use my pipes free, but I ain't going to let them do that because we have spent this capital and we have to have a return on it. So there's going to have to be some mechanism for these people who use these pipes to pay for the portion they're using. Why should they be allowed to use my pipes? The Internet can't be free in that sense, because we and the cable companies have made an investment and for a Google or Yahoo or Vonage or anybody to expect to use these pipes free is nuts.”

internet (programação da internet), que consistiu no estabelecimento de parcerias exclusivas com provedores de conteúdos em áreas onde isso não representava uma ameaça para a empresa. Nesses acordos secretos, a *AT&T* oferecia aos seus usuários acesso mais rápido a determinados serviços. Esse tipo de prática causou um temor nos usuários de que a internet estivesse se tornando uma nova TV a cabo, adotando uma lógica de *pay-per-view* (pague-para-ver) (SANDIVG, 2007).

Diante deste cenário, onde as *carriers* começaram a interferir no que os usuários faziam com a sua conexão de internet, bloqueando e/ou manipulando o tráfego sem motivos razoáveis, a FCC decidiu em 2002 classificar a banda larga que usa a mesma infraestrutura da TV a cabo (*cable modem*), como “serviço de informação”, liberando-a das obrigações dos serviços de *common carriage* (LENTZ, 2013). Em 2004, o então presidente da FCC, Michael Powell, discursou durante um simpósio sobre banda larga e regulação da internet, defendendo quatro liberdades principais para os usuários da rede:

Liberdade para acessar conteúdo. Primeiro, os consumidores devem ter acesso à sua escolha de conteúdo legal.

Liberdade para usar aplicativos. Em segundo lugar, os consumidores devem ser capazes de executar aplicativos de sua escolha.

Liberdade para anexar dispositivos pessoais. Em terceiro lugar, os consumidores devem ter permissão para conectar qualquer dispositivo que escolherem à conexão em suas casas.

Liberdade para obter informações do plano de serviço. Em quarto lugar, os consumidores devem receber informações significativas sobre seus planos de serviços (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2004, tradução nossa).¹²⁰

Essas liberdades foram defendidas com base na ideia de que desregular a banda larga promoveria a inovação, o crescimento econômico e o empoderamento dos consumidores. Dar o “poder ao povo” (*power to the people*), nas palavras do próprio Powell, que defendeu que a facilidade de acesso a internet resultaria nisso: “Fácil acesso a este conteúdo e tecnologia está

¹²⁰ No original: “Freedom to Access Content. First, consumers should have access to their choice of legal content. Freedom to Use Applications. Second, consumers should be able to run applications of their choice. Freedom to Attach Personal Devices. Third, consumers should be permitted to attach any devices they choose to the connection in their homes. Freedom to Obtain Service Plan Information. Fourth, consumers should receive meaningful information regarding their service plans.”

trazendo mais poder para as pessoas” (idem, tradução nossa).¹²¹ O seu discurso inteiro gira em torno de defender a importância disso. Mas a que tipo de poder o presidente da FCC estava se referindo ao defender uma internet livre? Se tirássemos as menções a certas tecnologias modernas que não existiam ainda nos anos 1970, esse discurso poderia muito bem se passar por alguma fala feita nessa época. A ideia das tecnologias empoderando as pessoas soaria muito familiar para alguém da ala tecnófila da contracultura, sobretudo os leitores do WEC. Esse empoderamento, no entanto, é um empoderamento do povo enquanto consumidor. É digno de nota o quão enfático ele é em relação a essa designação. Sua escolha pela palavra “consumidor” ao invés de “usuário”, são 52 usos da primeira contra 3 da segunda, reflete sua ênfase na linguagem econômica a respeito da questão da regulação dos serviços de banda larga.

Segundo o seu discurso, a banda larga precisava ser mantida desregulada para que funcione em concordância com a arquitetura aberta da internet, que, segundo ele, foi o que possibilitou o empoderamento do consumidor. O seu argumento era o de que a internet desbravou novos mercados para esses consumidores: “A internet aberta abriu mercados além das limitações geográficas tradicionais” (idem, tradução nossa).¹²² Preservar a internet livre é, portanto, segundo sua visão, preservar o direito do consumidor de acessar aquilo que ele deseja. E ao fazer isso, a FCC não estaria fazendo “caridade”, mas defendendo os interesses de todos os envolvidos nessa relação comercial. As empresas deveriam enxergar essa política como uma postura boa para os negócios, ao invés de uma barreira legal. Assim ele conclui:

Dar aos consumidores de banda larga o acesso que desejam não é uma questão de caridade, mas simplesmente de bons negócios. Donos de redes, ISPs, fabricantes de equipamentos, desenvolvedores de conteúdo e aplicativos se beneficiam quando os consumidores têm o poder de obter e fazer o que querem (idem, tradução nossa).¹²³

Tim Wu (2011) afirmou que o discurso de Powell acendeu um debate tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito público que não estava previsto. Não é possível dizer, segundo ele, que o debate público em torno dos malefícios do bloqueio e discriminação feita pelas empresas

¹²¹ No original: “Easy access to this content and technology is bringing more power to the people”.

¹²² No original: “The open internet has opened markets beyond the traditional geographic limitations”.

¹²³ No original: “Giving broadband consumers the access they want is not a matter of charity but simply of good business. Network owners, ISPs, equipment makers, content and applications developers all benefit when consumers are empowered to get and do what they want.”

de internet era intencional. De toda forma, o debate tomou dimensões inesperadas, inclusive por influência do próprio Wu, que ajudou a trazer o termo “neutralidade da rede” para o *mainstream*. As próprias consultas públicas que a FCC realizou sobre os processos de construção das regras de neutralidade da rede, como veremos, tiveram um número recorde de participação, com o debate a respeito disso adentrando espaços populares como os programas de TV *The daily show with Jon Stewart* e *Last week tonight with John Oliver*.

Em 2005, a agência também classificou a banda larga oferecida por empresas de telefonia, usando a tecnologia tipo DSL (*Digital Subscriber Line*), como serviço de informação. O mesmo foi feito em 2006 com as conexões que usavam BPL (*Broadband over Power Lines*) e em 2007 com os serviços que usavam conexão de tipo *Wireless* (sem fio) (LENTZ, 2013). Ainda em 2005, a FCC publicou o *Internet Policy Statement*, um documento no qual apresentou “orientações” e “insights” sobre sua política em relação a internet e a banda larga. O documento estabeleceu quatro princípios semelhantes aos que foram apresentados no discurso de Michael Powell, que serviriam de guia para a interpretação do *Communications Act of 1934*. Eles foram também descritos como uma forma de “incentivar a implantação de banda larga e preservar e promover a natureza aberta e interconectada da internet pública” (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2005, tradução nossa).¹²⁴ Como o futuro demonstraria, essas reclassificações enfraqueceram a proteção contra discriminação que o *Title II* (serviços de telecomunicação) fornecia aos consumidores e permitiu que as empresas a praticassem aproveitando essa política frágil da FCC que se amparava no *Title I* (serviços de informação).

Em 2006, como parte de uma tentativa de atualizar o *Communications Act*, o congresso considerou incluir no projeto uma referência às regras de neutralidade da rede. O projeto de lei chamado de *Communications, Consumer's Choice, and Broadband Deployment Act of 2006* trazia em seu *Title IX*, o estabelecimento de redes neutras para os consumidores (CONGRESS.GOV, 2006). O projeto passou sem que a emenda do deputado do Partido Democrata, Edward Markey, que incluía as regras da neutralidade da rede fosse incluída, foram 269 votos contra e 152 a favor da emenda (HOUSE.GOV, 2006). Em 2007, a *Skype* entrou com uma petição junto à FCC para requerer que a agência declarasse que os mesmos princípios aplicados no caso *the Carterfone decision* fossem aplicados também à internet sem fio. Em 1968,

¹²⁴ No original: “To encourage broadband deployment and preserve and promote the open and interconnected nature of the public Internet”.

a FCC havia decidido que os dispositivos *Carterfone* e outros dispositivos podiam ser conectados à rede de telefone da *AT&T*, caso o usuário assim o desejasse, sem que isso não implicasse em nenhum dano para a rede. Logo após essa petição a FCC reclassificou *Wireless* como serviço de informação, o que garantia aos usuários o direito de conectar dispositivos na sua rede sem dano à rede da provedora (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2009).

Em 2007 e 2008, o episódio de bloqueio de serviço protagonizado pela *Comcast* parece ter feito com que a FCC percebesse que as regras de neutralidade da rede estabelecidas por ela desde 2005 precisariam ser tornadas leis para que fossem melhor aplicadas. Em 2007, a *Comcast* foi acusada de bloquear o tráfego de usuários que utilizavam o serviço de *BitTorrent* para compartilhar arquivos pela internet (ECKERSLEY et al., 2007). Diante da polêmica, a empresa negou o bloqueio e confirmou que apenas “atrasava” o tráfego desses usuários, tornando-o mais lento (STONE, 2007). Em 2008, a FCC abriu uma investigação contra a *Comcast* e emitiu uma ordem para que a empresa parasse de bloquear o serviço de *BitTorrent* e, assim, violar os princípios da neutralidade da rede estabelecidos pelo *Internet Policy Statement* (LOHMANN, 2008). A *Comcast* apelou na justiça contra a ordem da FCC ainda no mesmo ano alegando que a conduta da agência era “legalmente inapropriada” (KRAVETS, 2008).

Em 2009, a FCC votou pelo início de um processo de construção de um marco regulatório que impedisse as empresas provedoras de internet de discriminar conteúdos legais. Esse processo se deu inicialmente com a apresentação de um documento chamado de *Notice of Proposed Rulemaking* (NPR), instrumento pelo qual a agência apresenta ao público as suas propostas para adoção ou modificação de regras e solicita comentários da população a respeito delas. Esse procedimento é conhecido como *notice and comment* (notificação e comentário). Os comentários podem ser enviados à FCC por meio eletrônico, via sistema próprio, ou pelos correios, por documento impresso. Os comentários recebidos pela comissão durante o período estabelecido por ela são considerados no desenvolvimento da versão final das regras. Depois de finalizado o documento com as regras, ele é submetido ao Congresso, que tem um período regulamentar para contestá-las ou aprová-las.

No documento apresentado pela agência em 2009, ela destaca a arquitetura aberta e transparente da internet como seu principal motivo de sucesso, como tendo possibilitado crescimento econômico e inovação. Graças ao seu design *end-to-end*, ela teria possibilitado aos empreendedores inovarem sem a necessidade de pedir permissão a nenhum controle centralizado.

Além disso, esse caráter aberto teria favorecido a liberdade de expressão e a democracia. É em nome dessa abertura que a FCC constrói todo o seu argumento para defender as regras de neutralidade da rede:

A abertura da internet e a transparência de seus protocolos foram fundamentais para seu sucesso. Porque os criadores da internet não sabiam – e não queriam pré-determinar – o que surgiria e obteria sucesso na rede, eles escolheram uma arquitetura que não favorecesse aplicativos específicos. A arquitetura da rede foi baseada em um conjunto de padrões não proprietários. Era aberta para qualquer computador ou processador de informações configurado usar os protocolos padrão e para qualquer conteúdo endereçado de acordo com os protocolos. Por causa da arquitetura historicamente aberta da internet, ela tem sido igualmente acessível a qualquer pessoa com um conhecimento básico de seus protocolos. Como plataforma de comércio, não distingue entre um empreendedor iniciante em um dormitório e uma empresa da Fortune 500. Como plataforma de comunicação, oferece o mesmo público potencial a um blogueiro em seu sofá e a um importante colunista de jornal. A acessibilidade da internet empoderou indivíduos e empresas na periferia da rede para desenvolver e contribuir com uma imensa variedade de conteúdo, aplicativos e serviços que melhoraram a vida dos americanos. Essa inovação aumentou drasticamente o valor da rede, estimulando – em um círculo virtuoso – o investimento das operadoras de rede, que melhoraram o alcance da internet e seu desempenho em muitas áreas. (...) O *Internet Policy Statement* ajudou a preservar a abertura da internet nos últimos quatro anos, mas chegou agora o momento de aproveitar os esforços anteriores e de fornecer maior clareza em relação à abordagem da Comissão relativamente a estas questões através de um *notice-and-comment rulemaking*. Este processo de regulamentação destina-se a fornecer maior previsibilidade, bem como ajudar a enfrentar os desafios emergentes da internet aberta (tradução e grifos nossos).¹²⁵

A crítica de Christian Sandvig (2007) é a de que o debate de neutralidade da rede tem se focado muito no aspecto legal da discriminação de conteúdo, enquanto o aspecto tecnológico é

¹²⁵ No original: “The Internet’s openness, and the transparency of its protocols, have been critical to its success. Because the Internet’s creators did not know—and did not want to pre-determine—what would emerge and succeed on the network, they chose an architecture that did not favor particular applications. The network’s architecture was based on a set of non-proprietary standards. It was open to any computer or information processor configured to use the standard protocols, and to any content addressed in accordance with the protocols. Because of the historically open architecture of the Internet, it has been equally accessible to anyone with a basic knowledge of its protocols. As a platform for commerce, it does not distinguish between a budding entrepreneur in a dorm room and a Fortune 500 company. As a platform for speech, it offers the same potential audience to a blogger on her couch and to a major newspaper columnist. The Internet’s accessibility has empowered individuals and companies at the edge of the network to develop and contribute an immense variety of content, applications, and services that have improved the lives of Americans. Such innovation has dramatically increased the value of the network, spurring—in a virtuous circle—investment by network operators, who have improved the Internet’s reach and its performance in many areas. (...) The Internet Policy Statement has helped preserve the openness of the Internet over the past four years, but the time has now come to build on past efforts and to provide greater clarity regarding the Commission’s approach to these issues through a notice-and-comment rulemaking. This rulemaking process is intended to provide greater predictability as well as to help address emerging challenges to the open Internet.”

ignorado. O problema da discriminação de conteúdo, como ele aponta em seu trabalho, é frequentemente tecnológico e as empresas continuam a praticá-la em vários níveis e de forma secreta. Para ele, o esforço da FCC de estabelecer um marco regulatório que impeça certos conteúdos de serem favorecidos, deveria vir acompanhado de algum aparato normativo sobre o que se espera da comunicação via rede de computadores. Esse debate sobre que tipo de comunicação espera-se está ausente dos esforços da FCC, que tem se concentrado, segundo ele, na tentativa de proteger uma “internet neutra inexistente” e o ambiente competitivo. Apesar de compreender o argumento usado pela FCC de que é preciso preservar o caráter neutro da internet enquanto uma estratégia discursiva da agência, para ele esse argumento sustenta uma visão ficcional a respeito da própria rede.

As políticas de regulação da internet empregadas pela FCC durante a década de 2000 enfatizaram a preservação do caráter aberto da internet como uma medida benéfica não só para o consumidor, mas também para o mercado, na medida em que prometia preservar, ao mesmo tempo, os direitos do consumidor e o ambiente competitivo e a inovação. Representava um “bom negócio” como afirmou em seu discurso o ex-presidente da FCC, Michael Powell. No entanto, como é possível notar pela reação de várias empresas a essas políticas, a neutralidade da rede não é considerada unanimemente um benefício ao mercado. Como veremos adiante, a retórica da abertura e da liberdade que beneficiou muito o discurso neoliberal e o capitalismo de mercado nos anos 1980 e 1990, é agora mais do que nunca um campo de disputa. Dentro do próprio mercado há uma disputa entre empresas que se beneficiam da neutralidade da rede e, portanto, a defendem, e empresas que a atacam por considerá-la nociva ao seu modelo de negócios.

A colisão de dois modelos de abertura

O período de 2010 até os dias atuais foi marcado por uma série de disputas entre a FCC, as empresas provedoras de internet e a justiça para a validação das regras que garantem a neutralidade da rede no país e para o reconhecimento da agência como legítima instância de criação e aplicação dessas regras. O ano de 2010 começou com uma derrota da FCC para a *Comcast* na justiça sobre o caso do bloqueio do *BitTorrent*. O tribunal de apelações do Distrito de Columbia, em Washington D.C., conhecido como *D.C. Circuit*, decidiu em favor da *Comcast*,

afirmando que a FCC não possuía autoridade na regulação das práticas de gerenciamento da rede feitas pela empresa. Segundo a decisão da corte, a FCC se baseou no *Communications Act of 1934*, mas de acordo com essa lei, a Comissão tem apenas papel “auxiliar” na regulação dos “serviços de informação” (JAYASURIYA, 2010). A seção 4(i) da lei de 1934, na qual a FCC baseou o seu argumento de legitimidade diante do caso, estabelece que: “A Comissão pode praticar todos e quaisquer atos, fazer tais regras e regulamentos, e emitir tais ordens, não inconsistentes com esta Lei, conforme seja necessário na execução de suas funções” (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 1934, p. 14, tradução nossa).¹²⁶ A corte, no entanto, reconheceu apenas um papel “auxiliar” da FCC e afirmou que ela não foi capaz de demonstrar que a sua autoridade “auxiliar” nesse caso estava de acordo com a lei.

Na visão da agência, a decisão da justiça contrariou o consenso que havia se estabelecido nos últimos anos, tanto entre o setor público quanto entre o privado, em relação a autoridade e papel da FCC na regulação da banda larga. A decisão da corte criou, segundo a FCC, um sério problema ao questionar a validade da teoria legal na qual a Comissão vinha se baseando desde 2002 para tratar a questão. Ela contrariou o consenso de que se valendo apenas desse papel “auxiliar” estabelecido pela lei de 1934 seria suficiente para que a FCC agisse em relação às políticas de banda larga. Segundo a lei, a agência teria um papel “auxiliar” no que diz respeito à regulação dos “serviços de informação” e papel direto apenas na regulação dos “serviços de telecomunicação”, os do tipo *common carriage*. Logo depois da decisão *Comcast vs FCC*, a agência deu uma declaração através do seu então presidente, Julius Genachowski, expressando a preocupação diante da situação e propondo uma “terceira via” (*third way*) para abordar a questão (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2010a).

Genachowski apresentou o que segundo ele seriam as duas opções convencionais para abordar isso. A primeira seria a FCC continuar a se basear no *Title I*, que estabelece uma autoridade “auxiliar” e, assim, arriscar ter sua autoridade contestada novamente em outras situações; ou reclassificar completamente a comunicação via internet como “serviços de telecomunicação”. Esta segunda opção garantiria sua autoridade direta sobre a regulação desta, mas causaria uma “sobrecarga regulatória” sobre as empresas. Ambas as abordagens, no entanto, apresentavam limitações e desvantagens para todo o ecossistema formado em torno da internet, a

¹²⁶ No original: “The Commission may perform any and all acts, make such rules and regulations, and issue such orders, not inconsistent with this Act, as may be necessary in the execution of its functions.”

FCC, as empresas e usuários. A proposta da “terceira via”, no entanto, sugeria reclassificar apenas o componente de transmissão do serviço de banda larga como “serviço de telecomunicação”, desse modo “restaurando o *status quo*” pré-decisão sobre a *Comcast*. Genachowski sugeriu ainda iniciar um processo de *notice and comment* para receber comentários da população sobre essa proposta e publicar uma nova regulação com essas alterações (idem).

Ainda em 2010, a FCC anunciou sua nova regulação, a *Open Internet Order*, que se provaria fraca para desencorajar alguns tipos de práticas discriminatórias como, por exemplo, a priorização de conteúdos pagos. No documento, a agência anunciava a adoção de três regras básicas para orientar a política de regulação da rede:

Transparência. Provedores de banda larga fixa e móvel devem divulgar as práticas de gestão da rede, características de desempenho e termos e condições de seus serviços de banda larga;

Sem bloqueio. Provedores de banda larga fixa não podem bloquear conteúdo legal, aplicativos, serviços ou dispositivos não prejudiciais; provedores de banda larga móvel não podem bloquear sites ou bloquear aplicativos que concorrem com seus serviços de telefonia de voz ou vídeo; e

Nenhuma discriminação não razoável. Provedores de banda larga fixa não podem discriminar sem motivo razoável o tráfego legal na rede (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2010b, p. 17906, tradução nossa).¹²⁷

Apesar de apresentada em 2010, a *Order* só foi publicada no *Federal Register*, uma espécie de Diário Oficial do governo norte-americano, no final de 2011 (FEDERAL REGISTER, 2011). Uma semana após essa publicação, a *Verizon*, uma das maiores provedoras de internet do país, contestou na justiça a sua validade. Na ação movida pela empresa, ela alegava não só que a FCC não teria autoridade suficiente para impor tais regras como também que elas estavam causando instabilidade no mercado e poderiam prejudicar a inovação no setor (REARDON, 2011). Em 2014, a justiça decidiu a favor da *Verizon*, derrubando duas das três regras de neutralidade estabelecidas pela FCC e afirmando novamente que a agência não teria autoridade suficiente na questão. O argumento da decisão foi o de que uma vez que a FCC decidiu liberar os

¹²⁷ No original: “Transparency. Fixed and mobile broadband providers must disclose the network management practices, performance characteristics, and terms and conditions of their broadband services; No blocking. Fixed broadband providers may not block lawful content, applications, services, or non-harmful devices; mobile broadband providers may not block lawful websites, or block applications that compete with their voice or video telephony services; and No unreasonable discrimination. Fixed broadband providers may not unreasonably discriminate in transmitting lawful network traffic.”

provedores de internet das obrigações de *common carriage*, ela não poderia continuar impor essas regras de anti-discriminação e anti-bloqueio. A única obrigação mantida pela justiça foi a de transparência (DISTRICT OF COLUMBIA CIRCUIT, 2014).

Diante da decisão, a FCC lançou um novo NPR em maio de 2014, que recebeu comentários do público durante quatro meses. A agência pediu que o público enviasse suas opiniões sobre a viabilidade de usar a “seção 706” do *Telecommunications Act of 1996* e o *Title II* como base legal para agir na regulação da banda larga (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2014a). De acordo com a “seção 706”, a Comissão poderia empregar medidas regulatórias a fim de defender o interesse público e o ambiente competitivo no mercado de telecomunicações. O *Title II*, como já sabemos, permite à FCC estabelecer regras de não discriminação para serviços classificados como *common carriage*. Em agosto de 2014, a nova estratégia da FCC havia recebido mais de 1 milhão de comentários, que foram tornados públicos em um arquivo que poderia ser baixado por qualquer um pela internet (SOHN, 2014). Os comentários eram recebidos através da internet, pelo sistema da própria agência, chamado de *Electronic Comment Filing System* (ECFS) e por e-mail, assim como pelos correios. Em setembro, eles já somavam 3,7 milhões (KASTRENAKES, 2014).

Nesse intervalo durante o qual a FCC realizava a consulta pública sobre as novas regras, as empresas continuaram a praticar a priorização e bloqueio de certos serviços ou conteúdos na rede. Ainda no final de 2012, por exemplo, a AT&T anunciou que iria bloquear o aplicativo de chamada por vídeo da empresa Apple, o *Face Time*, para os usuários que não contratassem um plano específico de dados móveis para usá-lo (BERGMAYER, 2012). A empresa desistiu de adotar a prática depois de um grupo de entidades pró-neutralidade da rede, formado pela *Public Knowledge*, *Free Press* e *New America Foundation's Open Technology Institute*, ter apresentado uma queixa formal contra ela junto à FCC (KANG, 2012). Em 2014, a AT&T voltou a anunciar a adoção de mais uma prática que feria o princípio da neutralidade de rede. A empresa planejava disponibilizar um serviço chamado de *sponsored data* (dados patrocinados), que consistiria no patrocínio de determinados tipos de serviços ou produtos por empresas interessadas na sua promoção. Ao invés dos usuários pagarem pela franquia de dados gasta para visualizar ou utilizar determinados conteúdos ou serviços patrocinados, a empresa patrocinadora era a responsável por esses custos (BRANDOM, 2014; WEINBERG, 2014).

A empresa *Netflix* anunciou em 2014 um acordo com as empresas *Verizon* e *Comcast*, na qual ela pagaria uma quantia para que ambas as provedoras de internet não “atrasassem” o tráfego de seus conteúdos nas suas redes. Desde 2012 as empresas preocupadas com a concorrência desse tipo de serviço para os seus serviços de TV a cabo, começaram a atrasar o conteúdo da *Netflix*, o que impactava na qualidade da imagem dos vídeos que os usuários tinham acesso. Elas alegavam que serviços como o *Netflix* usavam muita banda da internet e precisariam pagar por isso. Elas começaram a cobrar uma taxa chamada de *interconnection fee* (taxa de interconexão), em troca de permitir que os conteúdos da *Netflix* fossem transmitidos pelas suas redes em uma velocidade regular (WU, 2017; GUSTIN, 2014). Em 2014, a *T-Mobile* anunciou o *Music Freedom*, uma iniciativa que isentaria os serviços de *streaming* de música da cobrança sobre o uso de dados do pacote do usuário. Assim o usuário não teria descontado da sua franquia de dados o que fosse usado para ouvir músicas em serviços específicos selecionados pela *T-Mobile* (ZIEGLER, 2014). Em junho do mesmo ano, a FCC abriu uma investigação para apurar violações das regras de neutralidade da rede nessas práticas de interconexão e acordos entre as empresas (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2014b; WYATT, 2014).

Em 10 de setembro de 2014, organizações não governamentais (ONGs) e empresas à favor da neutralidade da rede organizaram um protesto on-line chamado de *Internet Slowdown Day* (algo como Dia da Desaceleração da Internet). A iniciativa era uma chamada para que os internautas usassem o ícone de carregamento de página (que em geral aparece quando um site ou aplicativo está tentando carregar) em seus websites e promovessem o debate a respeito das regras de neutralidade da rede, enviando comentários para a FCC, o Congresso e a Casa Branca. No site da campanha, os internautas poderiam baixar banners que poderiam ser usados em suas redes sociais ou websites com frases como: “Esta é a batalha pela internet: o time da TV a cabo está gastando milhões para destruir a neutralidade da rede. Pare eles: battleforthenet.com” (BATTLE FOR THE NET, tradução nossa).¹²⁸ A campanha foi uma iniciativa das ONGs *Free Press*, *Fight for the Future*, *Demand Progress* e *Engine*. O saldo da campanha, segundo os organizadores, foi 40 mil sites participantes, mais de 1 milhão de compartilhamentos no *Facebook*, mais de 700 mil comentários enviados à FCC e mais de 2 milhões de e-mails enviados ao Congresso (idem).

¹²⁸ No original: “This is the battle for the net: Team cable is spending millions to destroy net neutrality. Stop them: battleforthenet.com”.

Nesse ponto da disputa, Russel Newman (2016) destaca a importância da estratégia adotada pela FCC de agregar novos setores do capital à causa, como as empresas *startups* que se beneficiariam das regras. Essa aliança reuniu grandes empresas do setor de tecnologia, ONGs, a própria FCC e mesmo empresas do setor financeiro, como o *Bank of America* e a *Visa*. O presidente Obama também assumiu posição em defesa da classificação dos serviços de banda larga como *common carrier*, como veremos mais a frente, se juntando a coalizão em defesa da neutralidade da rede. Duas reuniões foram feitas para estabelecer essa espécie de coalizão para a aprovação das novas regras, uma em 2014 e outra em 2015. A reunião de 2014 contou com a participação de empresas como *Google*, *Tumblr*, *Microsoft*, *Yahoo!*, a *Computer and Communications Industry Association*, assim como organizações de ativistas como *Demand Progress*, *Daily Kos* e *MoveOn*. Em 2015, a FCC se reuniu com as organizações *Free Press*, *New America's Open Technology Institute*, *Internet Freedom Business Alliance*; e com empresas de tecnologia como *Netflix*, *Level 3* e *COMPTTEL*. Também participou dessa reunião o *Ad Hoc Telecommunications Users Committee*, representando as empresas *Ford*, *Visa*, *Bank of America* e a empresa de logística *UPS (United Parcel Service)*.

Um artigo de 2014 publicado no site *The Verge* alertava para o lobby discreto que essas empresas representadas pelo *Ad Hoc Telecommunications Users Committee* estariam fazendo para a aprovação das novas regras da FCC. O artigo destacava a atuação de forma silenciosa dessas empresas norte-americanas, que negavam publicamente a atuação junto a FCC em favor da neutralidade da rede. Ao mesmo tempo essas empresas pagavam advogados para atuarem em Washington, D.C., em reuniões com a FCC para discutir sobre o apoio à classificação dos serviços de banda larga sob *Title II*. O site afirmava ainda que a proposta da *Ad Hoc* para a governança da rede era próxima ao que havia sido feito no Reino Unido, onde a infraestrutura dos cabos havia sido classificada como utilidade pública, permitindo que todos pudessem concorrer entre si oferecendo serviços que funcionavam sobre ela (POPPER, 2014).

Em outro artigo publicado pelo site *Bloomberg*, essa aliança de empresas da *Fortune 500* com nenhum interesse óbvio em tecnologia também foi motivo de destaque.¹²⁹ O artigo chamava a atenção para o fato de que a *Ad Hoc* havia se reunido com representantes da FCC em, pelo

¹²⁹ A *Fortune 500* é uma lista anual publicada pela revista *Fortune* na qual aparecem por ordem de receita o nome das empresas mais ricas do país. A *Ford* (11º lugar), *Visa* (161º lugar), *UPS* (44º lugar) e o *Bank of America* (24º lugar) fazem parte dessa lista e ocupam essas posições atualmente. Mais informações sobre isso, ver: <<http://fortune.com/fortune500/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

menos, três ocasiões naquele ano. Observava também que o grupo estava atuando há, pelo menos, trinta anos, mas não possuía website, não fazia declarações públicas ou divulgava informações sobre os seus membros. A FCC é obrigada a divulgar o conteúdo discutido nesse tipo de reunião e o nome das pessoas que participam dela. Os nomes divulgados foram de executivos do quadro das quatro empresas citadas, embora suas filiações não tenham sido divulgadas junto com seus nomes, elas também não foram negadas pelas respectivas empresas (BRUSTEIN, 2014).

Nos registros das reuniões com a *Ad Hoc* a agência divulgou que o tópico discutido foi a “proteção e promoção da internet aberta”, embora as empresas individualmente tenham negado que advogavam pelo *Title II*. Na época elas deram declarações de que eram apenas a favor de acabar com o monopólio sobre esses serviços de internet (idem). Em todos os três relatórios publicados pela FCC, havia o esclarecimento sobre os interesses que a *Ad Hoc* dizia representar junto à agência. Segue um trecho do relatório sobre a reunião ocorrida em 19 de fevereiro de 2014:

Observamos que a associação da Ad Hoc consiste de empresas da Fortune 500 de uma variedade de setores da indústria, incluindo bancos, construção, serviços financeiros, serviços de informação, seguros, manufatura, processamento de pagamentos, expedição e logística e integração de sistemas. Explicamos que a Ad Hoc não possui empresas de cabo ou de telecomunicações como membros e não aceita financiamento de tais empresas. Como resultado, as posições da Ad Hoc servem apenas aos interesses dos clientes e não são influenciadas pelos provedores de serviços de internet ou seus concorrentes (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2014c, tradução nossa).¹³⁰

A aparente contradição entre a postura pública dessas empresas e a postura delas atuando por trás de uma associação como a *Ad Hoc* revela, entre outras coisas, como o discurso da abertura e da liberdade embutido no debate da neutralidade da rede foi (e ainda é) uma faca de dois gumes para o próprio mercado. Esse debate tem sido uma arena para o conflito de, pelo menos, dois modelos de abertura, representativos de dois modelos de negócios. De um lado estão

¹³⁰ No original: “We noted that Ad Hoc’s membership consists of Fortune 500 companies from a variety of industry verticals including banking, construction, financial services, information services, insurance, manufacturing, payment processing, shipping and logistics, and systems integration. We explained that Ad Hoc has no cable or telecommunications companies as members and accepts no funding from such companies. As a result, Ad Hoc’s positions serve only the interests of customers and are not influenced by Internet service providers or their competitors.”

empresas que vem de um cenário pré-internet onde exerciam monopólio sobre serviços de telecomunicação, como a *AT&T*, representantes de um, digamos, velho modelo capitalista. Do outro temos empresas com modelos de negócios inéditos como *Google* e *Facebook*, que basicamente representam um novo capitalismo informacional, que lucram principalmente com as informações que os usuários colocam na rede.

O que está em jogo neste caso não é se a internet deveria ser ou não neutra, mesmo as empresas que se opõem contras as regras estabelecidas pela FCC não se opõem publicamente ao princípio da neutralidade da rede. Mesmo as que ferem este princípio continuam a defendê-lo publicamente como um valor a ser preservado, talvez porque a ele se relacione diretamente um discurso muito útil ao capitalismo neoliberal, o da internet aberta e livre. A questão torna-se o quão neutra, aberta e livre ela deve ser e para quem. Vimos, por exemplo, que uma internet neutra, que não discrimine serviços e conteúdos, onde não haja bloqueio do fluxo de informações beneficia principalmente as empresas do novo capitalismo informacional, as do serviços over-the-top. Isso porque para elas quanto mais dados compartilhados, quantos mais dados circulando livremente, mais lucro.

Já para empresas como a *AT&T*, representante do velho modelo de negócios das telecom, a internet, como frisou Whitacre, não pode ser livre dessa maneira, pois isso ameaça os lucros desse modelo de negócios. As over-the-top não podem simplesmente não pagar pelo uso da infraestrutura das telecom. Do ponto de vista político, é estratégico para as telecom reafirmarem a importância da abertura e da liberdade, afinal de contas esse discurso beneficia também o capitalismo neoliberal, no entanto, na prática isso também ameaça os interesses dessas empresas, por isso o comportamento ambíguo em relação ao tema. Por isso, não é estranho, por exemplo, que ao mesmo tempo em que bloqueie ou atrase serviços e conteúdos, ferindo a neutralidade da rede, ou mesmo conteste na justiça as regras da FCC, a *Comcast* e a *AT&T* ainda sustentem publicamente o seu compromisso com a neutralidade da rede (COHEN, 2017; AT&T PUBLIC POLICY).

Restaurando a liberdade da internet

O período de comentários públicos à proposta da FCC acabou em setembro de 2014 e em novembro o então presidente Barack Obama publicou um vídeo e também uma carta em defesa de regras mais rígidas para garantir a neutralidade da rede. Em sua carta ele disse que a FCC precisava encontrar uma abordagem legal mais adequada para garantir que as regras não fossem facilmente contestadas na justiça, como havia sido em 2010 e 2014. A solução sugerida por ele foi a de que a agência reclassificasse o serviço de banda larga sob o *Title II* e, assim, o regulasse de forma mais direta, evitando que as empresas bloqueassem, priorizassem e/ou diminuíssem a velocidade de serviços e conteúdos na rede. Obama endossou ainda a visão de que a internet foi criada com base nos princípios de “abertura”, “justiça” e “liberdade” e que o princípio da neutralidade é inerente a ela. As empresas, portanto, não deveriam impedir os usuários de acessar determinados tipos de serviços ou conteúdos: “Não há porteiros decidindo quais sites você acessa. Não há estradas com pedágio na autoestrada da informação”, afirmou o ex-presidente (OBAMA WHITE HOUSE, tradução nossa).¹³¹ Para ele, o modelo aberto de internet foi e é importante para a economia do país, assim como “tem sido uma das influências democratizantes mais significativas que o mundo já conheceu” (idem, tradução nossa).¹³²

Em 2015, o então presidente da FCC, Tom Wheeler, em artigo para a revista *Wired*, falou sobre a nova estratégia da agência para aprovar as regras de neutralidade da rede: usar da autoridade garantida pelo *Title II*. Wheeler propôs que a FCC reclassificasse o serviço de banda larga móvel como *common carriage* para evitar que as empresas continuem praticando bloqueios, priorização paga de conteúdos e serviços e também atraso na transmissão de conteúdos. Ele também afirmou que o sucesso da internet se deveu à forma como a FCC, ainda nos anos 1960, tornou obrigatório o acesso aberto aos equipamentos da rede de telecomunicações. Aqui ele provavelmente está se referindo à *the Carterfone decision*, que permitiu que equipamentos que não fossem da AT&T pudessem ser conectados à rede da empresa pelos seus usuários. Isso abriu precedentes para que equipamentos modernos como modems, por exemplo, pudessem também ser livremente conectados às redes de telefonia (WHEELER, 2015). Em fevereiro de 2015 o

¹³¹ No original: “There are no gatekeepers deciding which sites you get to access. There are no toll roads on the information superhighway”.

¹³² No original: “...it has been one of the most significant democratizing influences the world has ever known.”

conselho da agência votou pela adoção dessa estratégia e em março uma nova *Open Internet Order*, dessa vez baseada no *Title II* e na “seção 706”, foi publicada no *Federal Register* (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2015).

A reação da indústria foi imediata e quatro associações representantes das provedoras de internet entraram com pedidos junto à FCC e junto à justiça para que a reclassificação fosse suspensa. A *National Cable & Telecommunications Association* (NCTA) e a *American Cable Association* (ACA), representando os interesses das empresas de TV a cabo; a *CTIA Wireless Association* representando as operadoras de celular; e a *USTelecom* representando as de telefone, entraram com uma ação no *D.C. Circuit* contra a nova ordem. Elas queriam impedir que as novas regras entrassem em vigor em junho do mesmo ano (BRODKIN, 2015). A indústria alegou que a FCC não possuía autoridade suficiente para fazer essa reclassificação e que sua atitude foi “arbitrária” e “caprichosa” e, inclusive, violava a Primeira Emenda da Constituição do país, que garante a liberdade de expressão e liberdade de imprensa.

O argumento das empresas em relação a esse último ponto era o de que as informações transmitidas via internet banda larga podem ser consideradas como a opinião das pessoas e ao obrigar os ISPs a transmitir qualquer tipo de informação sem discriminação, a FCC estaria ferindo o direito à liberdade de expressão das empresas ao exigir que elas transmitissem conteúdo com os quais podiam discordar. O *D.C. Circuit* negou o pedido das empresas para a anulação das regras e decidiu à favor da FCC em junho de 2016. Segundo o parecer da corte, as novas regras da FCC tinham legitimidade garantida pelo uso do *Title II*, e também não violavam a Primeira Emenda porque as regras afetavam a transmissão da opinião dos usuários da rede, e não interferia na liberdade da empresa expressar suas próprias opiniões (PUBLIC KNOWLEDGE, 2016).

O triunfo das novas regras da neutralidade da rede parecia garantido, agora que a FCC havia conseguido uma base legal forte amparada pelo *Title II*. A justiça havia legitimado a sua estratégia de regulação perante as contestações externas, mas uma contestação a nível interno as derrubaria novamente. Com a eleição de Donald Trump e a troca no comando da agência, a abordagem da FCC para os serviços de banda larga deu uma guinada. A entrada de Ajit Pai, escolhido por Trump para comandar a FCC, representou uma ruptura com a política que havia sendo feita pela agência pelo menos desde o início dos anos 2000.¹³³ Na opinião de Tim Wu

¹³³ A gestão da FCC é formada por um conselho composto por comissários escolhidos pelo presidente do país e confirmados pelo Senado para um mandato de cinco anos. Um deles é escolhido pelo presidente para ser o *chair* da

(2017), ela foi uma ruptura com 50 anos de história da neutralidade na rede, considerando as *Computer Inquiries* como as primeiras regras. Pai estava na agência desde 2012 por indicação de Obama e foi escolhido em 2017 por Trump como seu novo presidente. Em abril do mesmo ano, Pai anunciou seu plano de reverter as regras aprovadas em 2015 e abrir o processo de *notice and comment* para produzir uma nova proposta (STELLA, 2017).

Em discurso em um museu em Washington, D.C., sobre o futuro da liberdade na internet, ele afirmou que um “novo capítulo” do debate sobre as políticas para a rede estava começando ali, com a sua proposta de reverter a *Order* de 2015. O tom do discurso de Pai foi agressivo e cheio de críticas à gestão anterior da FCC e à administração Obama. Ele acusou a FCC de tomar uma decisão “política”, pressionada pela declaração do presidente Obama e permitindo que o governo federal assumisse o controle de uma agência que deveria agir de forma independente. A substituição das regras anteriores, consideradas como uma abordagem mais leve (*light-touch regulatory framework*), por regras consideradas mais severas (*heavy-handed regulations*), é para ele uma prova de que a real intenção por trás da reclassificação do serviço de banda larga era dar mais poder ao governo:

A FCC, em uma votação de linha partidária, decidiu impor um conjunto de regulações severas na internet. Decidiu impor um antigo marco regulatório chamado “Title II” – projetado originalmente na década de 1930 para o monopólio telefônico da Ma Bell – sobre milhares de provedores de serviços de internet, grandes e pequenos. Decidiu colocar o governo federal no centro da internet.

Por quê? Infelizmente, a resposta não tem nada a ver com a lei ou os fatos. Nada da internet estava quebrado em 2015. Nada sobre a lei havia mudado. E não houve uma avalanche de provedores de serviços de internet impedindo o acesso dos clientes ao conteúdo, aplicativos ou serviços de sua escolha.

Não, era tudo sobre política. Dias depois de uma decepcionante eleição para o meio do ano de 2014 [ele se refere às eleições legislativas que ocorrem sempre no meio do mandato de quatro anos do presidente], e para energizar uma base desanimada, a Casa Branca lançou um vídeo incomum no YouTube instruindo a FCC a implementar as regulações do Title II. Esta foi uma tentativa transparente de comprometer a independência da agência. E funcionou.

Não obstante a história revisionista oferecida por alguns, a FCC não estava caminhando para a regulamentação do Title II antes do anúncio da Casa Branca. Não, ela foi arrastada, chutando e gritando, para aquele caminho (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2017, tradução nossa).¹³⁴

agência, ou seja, para presidi-la. Dos cinco escolhidos, apenas três podem pertencer ao mesmo partido político, essa estratégia visa para garantir um equilíbrio nas votações do conselho.

¹³⁴ No original: “The FCC, on a party-line vote, decided to impose a set of heavy-handed regulations upon the Internet. It decided to slap an old regulatory framework called “Title II”—originally designed in the 1930s for the Ma Bell telephone monopoly—upon thousands of Internet service providers, big and small. It decided to put the

À sua sugestão de que o presidente interferiu na decisão da FCC porque o governo quer controlar a internet, Ajit Pai acrescenta ainda a sugestão de que há um “grande movimento” contemporâneo no país que seria “hostil à liberdade de expressão”. Esse movimento teria como um de seus representantes a organização *Free Press*, cuja agenda, segundo ele, teria inspiração venezuelana e seria destruir o capitalismo e instaurar o socialismo no país. Diante do que ele considera como sendo um ataque ao livre mercado e à liberdade de expressão, ele faz duras críticas à política regulatória baseada no *Title II*, alertando para o que ele afirma ser um excesso de regulação:

Dois anos atrás, eu avisei que estávamos cometendo um erro grave. Mais importante ainda, eu disse que o regulamento do Title II reduziria o investimento em infraestrutura de banda larga. É a economia básica: quanto mais você regular algo, menos você terá dele (idem, tradução nossa).¹³⁵

Ajit Pai parece recorrer à defesa da liberdade de expressão como uma espécie de “truque” discursivo para produzir um convencimento maior entre os norte-americanos, para quem esse é um valor histórico e culturalmente caro. Como o argumento absurdo usado pelas empresas de telecomunicações em 2015, aqui “liberdade de expressão” é uma cartada curinga, que pode mudar a dinâmica do jogo radicalmente. Parece ser um “se nada mais funcionar, eu invoco a preciosa Primeira Emenda”. Liberdade de expressão tem um apelo político e ideológico muito grande entre os norte-americanos. Mas, como é possível perceber pelo tom de Ajit Pai, a sua abordagem da questão da neutralidade da rede é principalmente econômica.

O seu discurso destaca a internet como a “maior história de sucesso do livre mercado” que já foi vista e isso graças ao fato de que o governo não a regulou de forma severa. Ora, livre

federal government at the center of the Internet. Why? Unfortunately, the answer has nothing to do with the law or the facts. Nothing about the Internet was broken in 2015. Nothing about the law had changed. And there wasn't a rash of Internet service providers blocking customers from accessing the content, applications, or services of their choice. No, it was all about politics. Days after a disappointing 2014 midterm election, and in order to energize a dispirited base, the White House released an extraordinary YouTube video instructing the FCC to implement Title II regulations. This was a transparent attempt to compromise the agency's independence. And it worked. Notwithstanding the revisionist history offered by some, the FCC was not moving towards Title II regulation before the White House announcement. No, it was dragged kicking and screaming onto that path.”

¹³⁵ No original: “Two years ago, I warned that we were making a serious mistake. Most importantly, I said that Title II regulation would reduce investment in broadband infrastructure. It's basic economics: The more heavily you regulate something, the less of it you're likely to get.”

mercado não tem necessariamente a ver com liberdade de expressão, no sentido de que um não implica no outro, costumam caminhar juntos na gramática neoliberal, mas um não depende do outro para existir. O uso, portanto, de liberdade de expressão pra camuflar a defesa do livre mercado não é uma estratégia fora do comum, como já foi possível perceber neste contexto. Eles são argumentos que frequentemente são misturados para se produzir o efeito de que algo está ameaçando um direito fundamental, como o de expressão, quando na verdade o que está sendo ameaçado são interesses privados e não direitos constitucionais.

A mudança proposta pela FCC em 2015, portanto, seria para ele um erro que poderia colocar em risco o ambiente de inovação e concorrência, o próprio caráter aberto da internet, a liberdade de expressão, os investimentos em infraestrutura por parte dos provedores de internet, etc. O discurso de Pai caminha no exato oposto do discurso de seu antecessor e suas práticas contrariam o que a FCC vinha fazendo nas últimas décadas. Sobre a investigação que agência havia aberto em 2014 para apurar denúncias de priorização de conteúdo pago pela *Verizon* e *AT&T*, Ajit Pai afirma, por exemplo, que a agência cometeu um erro ao fazer isso. Ele informou que havia encerrado a investigação porque esse tipo de prática era benéfica para os consumidores, principalmente os de baixa renda: “...a FCC anterior tinha encontrado o inimigo, e foi consumidores recebendo algo de graça de seus provedores de internet sem fio”, afirmou ele (*idem*, tradução nossa).¹³⁶

Ao final do seu discurso Ajit Pai confirmou a abertura de um novo processo de consulta pública para recolher comentários sobre a proposta de reverter a *Open Internet Order* de 2015, reclassificando a banda larga como “serviço de informação”, *Title I*. Um mês após a sua declaração, a justiça negou o pedido feito pelas associações representantes das empresas de banda larga para que a decisão de manter a legitimidade da *Order*, tomada em 2016 pelo *D.C. Circuit*, fosse revista (DISTRICT OF COLUMBIA CIRCUIT, 2017). No mesmo mês, maio de 2017, o conselho da FCC votou pelo início do processo de consulta pública para a reversão das regras de 2015. Em 12 de julho, um grupo formado por diversas empresas de tecnologia e ONGs realizou um protesto on-line em defesa da manutenção das regras. O protesto chamado de *Day of Action to Save Net Neutrality* contou com a participação de empresas como *Google*, *Netflix*, *Twitter*, *Amazon*, *Facebook*; e com organizações como *The Electronic Frontier Foundation*, *Free*

¹³⁶ No original: “the prior FCC had met the enemy, and it was consumers getting something for free from their wireless providers.”

Press, Fight for the Future, Demand Progress. O criador da web, Tim Berners-Lee, também participou gravando um vídeo em defesa da neutralidade da rede (LECHER, 2017).

No final de 2017 um escândalo colocou em cheque o processo de *notice and comment* da agência. Uma pesquisa revelou que dos quase 22 milhões de comentários on-line que a agência recebeu sobre as regras de neutralidade da rede durante abril e agosto de 2017, 94% aparentavam ser fraudulentos. Apenas 6% desses comentários eram únicos, o resto foi submetido múltiplas vezes, ou seja, um mesmo comentário foi submetido centenas e até milhares de vezes. A pesquisa também identificou nove ocasiões nas quais mais de 75 mil comentários idênticos ou muito similares foram submetidos no mesmo segundo. Além disso, muitos comentários usaram nomes ou e-mails falsos (HITLIN; TOOR, 2017). A suspeita é de que os comentários foram gerados por *botnets* para influenciar a votação do conselho da FCC sobre a proposta de Ajit Pai, chamada de *Restoring Internet Freedom*, que foi votada em dezembro do mesmo ano, repelindo as regras anteriores de neutralidade da rede.¹³⁷

As novas regras foram publicadas no diário oficial em fevereiro de 2018 e de acordo com a legislação do país o Congresso poderia anulá-las em até sessenta dias através de um *Congressional Review Act* (CRA). Passado esse prazo regulamentar a regra entraria em vigor. Uma CRA foi introduzida em fevereiro pelo senador do Partido Democrata, Edward Markey, e votada em maio, dando vitória para a anulação das novas regras, foram 52 votos a favor e 47 contra (KANG, 2018). Na Câmara a votação não emplacou, pois o processo para que a questão fosse colocada em pauta precisava passar pela assinatura do que eles chamam de *discharge petition* (algo como petição de dispensa). Esse é um procedimento necessário para “forçar” uma pauta a ser votada sem que ela passe antes pela apreciação de uma comissão. Para que a proposta de anulação da *Restoring Internet Freedom* fosse colocada em votação na Câmara, era preciso que 218 dos 435 deputados assinassem a petição. Às vésperas de acabar o prazo para que a nova proposta de Ajit Pai entrasse em vigor, a petição apresentada pelo deputado democrata Michael Doyle tinha apenas 170 assinaturas (HOUSE.GOV, 2018).

A proposta de Ajit Pai entrou em vigor em junho de 2018 e enfatiza três principais questões: a “proteção do consumidor”, que afirma o compromisso da agência na proteção dos direitos dos consumidores contra práticas “anticompetitivas” e “desleais” das empresas de

¹³⁷ *Botnet* é um termo usado para se referir a um conjunto de computadores conectados à internet que agem controlados por um robô, *bot*, para executar uma tarefa específica como, por exemplo, publicar postagens em um site ou realizar um número excessivo de acessos a uma página da internet que faça com que esta saia do ar.

internet; “transparência”, que consiste na obrigação das empresas divulgarem publicamente informações sobre os seus termos de serviços, práticas e desempenho; e, por último, a remoção de regulação “desnecessária” para a promoção de investimentos em banda larga, que consiste na ideia de que a remoção do *Title II* incentivará as empresas a investirem mais na infraestrutura de internet, barateando e tornando os serviços melhores. O presidente da agência reafirmou na ocasião que as novas regras ajudariam a manter a internet livre e aberta: “Eu acredito fortemente em uma internet livre e aberta. Nossas regras garantirão que tenhamos uma internet livre e aberta, e os americanos terão acesso a uma banda larga melhor, mais rápida e mais barata” (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 2018).¹³⁸

Está claro a que tipo de liberdade o presidente da FCC se referia ao defender a restauração da liberdade da internet em sua proposta, seria a liberdade de restrições ao mercado. A internet livre da regulação governamental, como na fórmula neoliberal. Para Russell Newman (2016), o debate sobre neutralidade da rede nos Estados Unidos carrega uma ambivalência, foi iniciado como uma proposta para defender os direitos dos consumidores, mas foi apropriado pela agenda neoliberal. Para ele, o conceito de neutralidade da rede precisa ser analisado à luz do conceito de neoliberalismo, pois a forma como ele foi concebido é uma manifestação do projeto neoliberal. Do mesmo modo, a forma como o ativismo se articulou com as empresas em 2014, para a aprovação das regras de 2015 foi necessária para garantir a vitória das regras, mas também foi uma forma de organização neoliberal. Ele afirma ainda: “A neutralidade da rede é, perversamente, um local de construção do neoliberalismo. O ativismo de mídia daqui para frente deve lidar com as ambivalências que isso produz” (p.5969, tradução nossa).¹³⁹

Newman aponta uma diferença notável entre a noção de neutralidade da rede antes da aparição do conceito de Tim Wu, em 2003, e depois dela. Wu muda completamente o tom do debate ao defender o princípio da neutralidade da rede como necessário para preservar uma espécie de ambiente de “competição darwiniana”. Assim ele afirmou em seu artigo de 2005:

A promoção da neutralidade da rede não é diferente do desafio de promover a concorrência evolutiva justa em qualquer ambiente privado, seja uma rede telefônica,

¹³⁸ No original: “I strongly believe in a free and open Internet. Our rules will ensure that we have a free and open Internet, and Americans will have access to better, faster, and cheaper broadband.”

¹³⁹ No original: “Network neutrality is, perversely, a site of neoliberalism’s construction. Media activism going forward must deal with the ambivalences this produces.”

um sistema operacional ou até mesmo uma loja de varejo. A regulamentação governamental em tais contextos invariavelmente tenta ajudar a garantir que os interesses de curto prazo do proprietário não impeçam que os melhores produtos ou aplicativos se tornem disponíveis para os usuários finais. O mesmo interesse estimula a promoção da neutralidade da rede: a preservação de uma competição darwiniana entre todos os usos concebíveis da internet, de modo que só os melhores sobrevivem (p. 142, tradução nossa).¹⁴⁰

Antes do conceito de Tim Wu, o debate sobre a neutralidade da rede havia se concentrado no discurso de defesa do *open access* (acesso aberto) da internet. Como destacou Becky Lentz (2013), a linguagem utilizada pela FCC para defender a regulação da internet só começou a fazer uso do termo “neutro” no final dos anos 1980 e apenas para se referir ao caráter dos serviços complementares à rede, e não a própria rede. A aparição do termo “neutralidade da rede” foi, portanto, um ponto de inflexão na história desse debate. A linguagem econômica usada por Wu, segundo Newman (2016), permitiu que o discurso neoliberal atracasse no debate da neutralidade da rede, permitindo uma conexão entre os discursos de defesa da rede neutra e do neoliberalismo:

Wu efetivamente havia construído uma ponte entre os argumentos dos defensores dos consumidores e os descendentes do pensamento coletivo neoliberal. Em lugar de um argumento em favor da democracia ou em relação à comercialização, os conceitos foram considerados de forma agrupada numa teoria de competição evolucionária da sobrevivência do mais apto, a metáfora preferida do pensamento coletivo dos antigos. Uma teoria on-line da democracia não procura um sobrevivente; procura muitos ou, pelo menos, um método para respeitar as visões não majoritárias (p. 5975, tradução nossa).¹⁴¹

O resultado disso foi a transformação do debate em uma agenda neoliberal. O debate mudou sua ênfase da necessidade da abertura para inovação, para a necessidade da abertura para competição. Christian Sandvig (2007) notou que o ressurgimento das ideias de Ithiel de Sola Po-

¹⁴⁰ No original: “The promotion of network neutrality is no different than the challenge of promoting fair evolutionary competition in any privately owned environment, whether a telephone network, operating system, or even a retail store. Government regulation in such contexts invariably tries to help ensure that the short-term interests of the owner do not prevent the best products or applications becoming available to end-users. The same interest animates the promotion of network neutrality: preserving a Darwinian competition among every conceivable use of the Internet so that the only the best survive.”

¹⁴¹ No original: “Wu had effectively built a bridge between the arguments of consumer advocates and the descendants of the neoliberal thought collective. In lieu of an argument in favor of democracy or regarding commercialization, the concepts were considered subsumed in a theory of evolutionary survival-of-the-fittest competition, the preferred metaphor of the thought collective of old. An online theory of democracy does not seek one survivor; it seeks numerous or, at the least, a method for respecting nonmajority views.”

ol (1984), autor de *Technologies of freedom*, com a proposta de neutralidade da rede de Tim Wu. Ao abordar a questão da regulação das novas tecnologias da comunicação, focando na defesa da Primeira Emenda, ou seja, da liberdade de expressão e imprensa, de Sola Pool, propôs em seu livro o que ele chamou de “políticas para a liberdade” (*policies for freedom*). Essas políticas se resumiam na ideia de que os meios de comunicação como televisão e meio eletrônicos, deveriam ser regulados por princípios semelhantes aos da neutralidade da rede. Elas eram parte de uma agenda neoliberal que de Sola Pool defendia com o objetivo de aumentar a concorrência e diminuir a intervenção do Estado na questão. Para Sandvig (2007) essa agenda é coerente com o que é defendido hoje pelos críticos do debate atual da neutralidade da rede, mas as políticas que ela propõe também são idênticas às endossadas pelos seus defensores, como Tim Wu.

Essa ambiguidade do debate da neutralidade da rede é um resultado, como temos defendido aqui, do caráter híbrido da ideologia da internet livre. Esse debate é um espaço de disputa entre várias visões diferentes sobre neutralidade, liberdade, abertura, democracia. Essas disputas ocorrem entre ativistas da direita e da esquerda, entre ativistas e corporações, entre corporações e governos, entre governos e ativistas, enfim, entre os diversos atores interessados nesse debate. Essa ideologia não é uma representação pura e simples do pensamento da direita neoliberal, assim como não o é da esquerda, essas convergências são históricas, e como tal estão sempre se alterando. A história tem mostrado que nesse processo há recuos e avanços de ambos os lados. No cenário norte-americano, por exemplo, os últimos acontecimentos têm favorecido um discurso pró-mercado, com regras de neutralidade mais frágeis. No caso do Brasil, como veremos adiante, o debate, no entanto, tendeu a destacar a preservação da democracia como finalidade principal das regras de neutralidade da rede.

Capítulo 5: A ágora eletrônica: o debate da neutralidade da rede no Brasil

A “Lei Azeredo” e a proposta de uma legislação criminal para a internet

No Brasil o debate sobre a neutralidade da rede também emergiu no final da década de 2000 e teve como resultado a criação do Marco Civil da Internet (MCI) (Lei N° 12.965/14), uma legislação robusta que compreende não somente os deveres e obrigações das empresas provedoras de internet, mas, como o próprio texto sugere, “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil” (BRASIL, 2014). Diferente de como se desenrolou nos Estados Unidos, onde o processo de construção das regulações se deu de forma mais vertical, partindo de uma agência independente, a FCC, sem interferência direta (pelo menos não publicamente) do governo federal; no Brasil a construção do MCI foi iniciada de forma mais horizontal, com a proposta partindo dos ativistas e sendo incorporada pelo governo federal como uma política pública complementar a sua atuação em favor da inclusão digital.

Enquanto nos Estados Unidos, Obama foi muito criticado por ter se pronunciado a favor da classificação dos serviços de banda larga como *Title II*, em 2014, no Brasil o pronunciamento de membros do governo em alguns momentos deu ao Marco Civil impulso necessário para a sua votação e consequente aprovação. No cenário brasileiro, inclusive, a aprovação do MCI também funcionou como uma manobra política do próprio governo federal para recuperar a sua legitimidade em um momento de grave crise de representatividade pela qual ele e a própria política no país enfrentavam. Para além das diferenças nas estruturas jurídicas e políticas, assim como diferenças culturais, entre os dois países, a forma como os processos se desenrolaram em ambos os casos também denota visões diferentes a respeito do papel do Estado neles e da própria visão sobre democracia que cada um tem. O paralelo entre os dois processos é importante, entre outras coisas, para ilustrar o caráter híbrido e elástico da ideologia da internet livre.

No contexto brasileiro, por exemplo, o debate sobre a neutralidade da rede emergiu como uma resposta ao que foi enxergado pelos ativistas na época como uma ameaça à nossa estrutura democrática. O debate sobre regulação da internet aqui começou sendo galvanizado em termos de controle das práticas que violavam conteúdo com copyright na rede, combate a crimes

cibernéticos e mesmo combate à pornografia infantil na internet. O Brasil havia aprovado uma legislação para as telecomunicações em 1997, a Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997), mas que não continha regras específicas para a internet (BRASIL, 1997; SANTAREM, 2010), daí a necessidade da criação de uma regulação com esse fim. O contexto internacional contribuiu para alimentar o sentimento de necessidade de adoção de medidas de combate a crimes cibernéticos também no país. Nos Estados Unidos, por exemplo, o *Digital Millenium Copyright Act* (DMCA), aprovado em 1998, criminalizava o uso e disseminação de tecnologias e serviços que violassem conteúdos com copyright.

O debate sobre políticas que garantissem a neutralidade da rede no país, portanto, diferente do que aconteceu no contexto norte-americano, emergiu em reação à tentativa de criação de uma legislação criminal punitiva, o Projeto de Lei (PL) 89/2003. Essa lei de cibercrimes recebeu o apelido de “Lei Azeredo”, por ter sido apresentada pelo então senador Eduardo Azeredo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Azeredo, na verdade, não foi o autor do projeto original, o senador apenas apresentou em 2003 um substitutivo a um conjunto de outros projetos de leis anteriores que traduziam essa preocupação com a criminalização de algumas práticas na internet: PL 84/99, Projeto de Lei do Senado (PLS) 76/00 e o PLS 137/00, todos relacionados a crimes na área da informática. A proposta de neutralidade da rede no Brasil, portanto, se definiu inicialmente pelo seu caráter de oposição a uma legislação criminal, e só posteriormente, quando derrotado esse projeto, ela pôde se focar também em outros pontos como proteção dos direitos dos consumidores, inovação e as questões do direito autoral. Encapsulando em sua reta final de aprovação do MCI, um discurso de que a neutralidade da rede é uma arma poderosa para fortalecer a democracia no país.

O primeiro projeto de lei para tipificar cibercrimes no Brasil, o PL 84/1999, foi apresentado na Câmara de Deputados em 1999 pelo então deputado do PSDB, Luiz Piauhyllino. Este projeto propunha a tipificação de “crime informático ou virtual os ataques praticados por ‘hackers’ e ‘crackers’, em especial as alterações de ‘home pages’ e a utilização indevida de senha” (CÂMARA DOS DEPUTADOS). Ele tramitou na Câmara até 2003, quando foi aprovado e encaminhado para apreciação e votação no Senado Federal, onde foi acolhido e defendido por Azeredo, que se tornou o seu relator. Depois de quase dois anos em tramitação a redação final foi aprovada em 2008 e remetida à Câmara dos Deputados novamente (SENADO, 2008).

Paulo Santarém (2010) ao abordar o que ele chama de “pré-história legislativa” relacionada à internet no Brasil, demonstra que uma série de outros projetos de leis foram apresentados antes da “Lei Azeredo”, mas que eles não suscitaram a mesma reação negativa na sociedade, como o projeto de cibercrimes o fez. Ao todo foram seis propostas anteriores: os PLS 152/91 e PL 4102/93, que versavam sobre uso indevido de computador; o PL 1070/95, que abordava a divulgação de material pornográfico; o PL 2.644/96, que tratava da validade de documentos eletrônicos; o PL 3258/97, que tratava das questões da pornografia, armas e drogas; e, por último, o PL 1713/96, sobre acesso, responsabilidade e crimes cometidos na rede.

Santarém levanta uma questão importante: se o projeto de Azeredo não foi o primeiro a abordar a regulação do uso da internet no Brasil, porque ele foi tão fortemente combatido enquanto os outros não? A resposta para ele parece estar no fato de que o PL 89/2003 era uma proposta de “vigilância difusa”, que se “chocava com a lógica libertária da internet” (ibidem, p. 33). Isso porque dois pontos dele foram considerados muito graves pelos ativistas defensores da liberdade na rede: a obrigatoriedade de cadastro dos internautas e a manutenção do registro de suas atividades pelos ISPs. A “Lei Azeredo”, portanto, se destacou como uma proposta baseada numa lógica de criminalização de condutas dos internautas, ao invés de funcionar a partir de uma lógica mais protetiva e estabelecer direitos e deveres deles. Essa foi a principal crítica do movimento contrário ao projeto de lei. Havia claramente uma incompatibilidade entre o que o projeto de lei estava oferecendo e aquilo que os ativistas desejavam para a internet. O projeto nunca foi uma proposta de governança para a internet, mas uma tentativa de combate a crimes neste ambiente. O seu surgimento, no entanto, ofereceu a oportunidade necessária para que os ativistas trouxessem à tona pautas importantes como privacidade, liberdade de expressão e neutralidade da rede.

A “Lei Azeredo” pode ajudar a justificar o surgimento de um movimento em defesa da neutralidade da internet no Brasil, mas ela sozinha não é suficiente. O episódio da sua aprovação no Senado e a iminente aprovação na Câmara não fez brotar essa visão no país. A lei não fez desenvolver entre os ciberativistas a ideia de que a internet deveria ser livre e neutra, pelo contrário. Foi o fato de que já existia uma comunidade que pensava dessa forma que possibilitou uma reação significativa contra o projeto e que, por sua vez, resultou na mobilização de vários atores para a construção e aprovação do Marco Civil da Internet. O fato de que o debate sobre o tema neste mesmo momento estava no *mainstream* nos Estados Unidos, por conta da publicação

da proposta de Tim Wu e dos esforços da FCC de construção de uma regulação para os serviços de banda larga; assim como estava também sendo levado a cabo em países vizinhos da América do Sul, provavelmente teve influência também no desenvolvimento do debate no Brasil.

As discussões sobre a neutralidade da rede aqui, portanto, ganharam terreno com a iminência da aprovação da “Lei Azeredo”. A transformação desse debate em política pública do governo federal, no entanto, foi um processo que teve grande influência da rede de ativistas que se articulou com algumas instâncias desse governo. A transposição dessa ideia e do debate do âmbito civil das comunidades de ativistas para o âmbito institucional do governo, assim como a sua transformação em peça jurídica que regula direitos e deveres dos internautas, foi possível também graças à inserção e a relação simbiótica que alguns grupos de ciberativistas tiveram dentro do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 2003. Ciberativistas oriundos principalmente do movimento pelo software livre, como foi demonstrado por Fabricio Solagna (2015), ocuparam posições importantes dentro do governo e desempenharam um papel fundamental na mobilização em torno da aprovação do MCI.

O PT chegou ao governo federal ao ganhar as eleições em 2002, quando um ex-operário e ex-sindicalista, depois de ser derrotado em três eleições (1989, 1994 e 1998), foi eleito presidente. Luis Inácio Lula da Silva, ou Lula, como é mais conhecido, assumiu a presidência com o compromisso de construir uma agenda pós-neoliberal no país. Seu perfil nada tinha a ver com o perfil de qualquer presidente anterior que o país tenha tido. O presidente vinha de um partido de esquerda, era ex-sindicalista, ex-operário, sem diploma de curso superior e oriundo de uma das regiões mais pobres do país, como fez questão de destacar matéria de um jornal na época: “Lula é o primeiro líder de um partido de esquerda eleito presidente e, no cargo, o primeiro operário, o primeiro civil sem diploma universitário e o primeiro natural de Pernambuco a exercê-lo como titular” (FOLHA ONLINE, 2002).

A eleição de Lula representou um processo histórico de abertura e implantação de políticas progressistas, mais à esquerda do espectro político (muitos diriam centro-esquerda), embora para se eleger e permanecer no poder ele tenha se aproximado de setores conservadores que sempre governaram o país e dos quais ele e seu partido haviam sido críticos ferrenhos no passado. O seu governo estabeleceu um diálogo com ativistas do movimento software livre, alguns dos quais eram oriundos do movimento sindical no país ou mesmo filiados ao próprio Partido dos Trabalhadores. Lula adotou, a partir de 2003, uma política de inclusão digital e de

adoção de software livre nos órgãos públicos federais, que foi implementada por ativistas do movimento software livre que ocuparam posições importantes no seu governo (SHAW, 2011; SOLAGNA, 2015; EVANGELISTA, 2010; TORRES, 2018a).¹⁴²

As filosofias de “abertura” e de “liberdade” que também são a base do movimento software livre e que são fundamentais para outros movimentos que foram influenciados pelo projeto de Richard Stallman,¹⁴³ já eram debatidas em setores da sociedade quando a “Lei Azeredo” foi aprovada no Senado em 2008. A essa altura o ativismo em torno dessa causa já era forte no país, o movimento software livre brasileiro já vinha se articulando há, pelo menos, dez anos. O FISL (Fórum Internacional de Software Livre), um dos principais espaços de militância desse movimento já estava na sua nona edição.

No âmbito do governo federal já fazia cinco anos da política de adoção de software livre e ele já comemorava vários casos de sucesso de órgãos que migraram de software proprietário e economizaram milhões de reais aos cofres públicos.¹⁴⁴ O governo tinha também exemplos de projetos sociais de inclusão digital usando software livre, como foi o caso do Projeto Casa Brasil.¹⁴⁵ Além disso, o Ministério da Cultura (MinC), representado pelo cantor Gilberto Gil, já era conhecido pela sua atuação em defesa das licenças do *Creative Commons* (CC) e da Cultura Livre. Gil se tornou ministro do governo Lula em 2003 e atuou até 2008 na defesa de software

¹⁴² Lula assinou um decreto presidencial em 2003 através do qual estabeleceu a criação do Comitê Técnico do Governo Eletrônico, responsável por coordenar os projetos de inclusão digital e de implementação de software livre, entre outros (BRASIL, 2003). Esse decreto foi revogado pelo decreto nº 8.638, assinado em 2016 pela sua sucessora, Dilma Rousseff (BRASIL, 2016). Dilma não manteve o mesmo diálogo com o movimento software livre e o mesmo compromisso com as políticas de implantação que o seu antecessor Lula. Em 2016 ela não só revogou o histórico decreto de Lula como iniciou um processo de compra de licenças de software proprietário da Microsoft.

¹⁴³ Essa filosofia de liberdade e abertura é o que Christopher Kelty (2008) considera como sendo a cultura do software livre, que tem origem na filosofia de abertura e liberdade do projeto inicial de Richard Stallman, mas que hoje ultrapassa o campo da computação e do software. As práticas estabelecidas pelo modelo de produção aberto e colaborativo do software livre serviram de inspiração para a criação das licenças CC, ou para projetos como *access to knowledge* (a2k) ou *One Laptop Per Child*. Para ele, todas essas iniciativas que tem a filosofia do software livre como ponto de partida são “novas respostas a uma reorientação amplamente sentida de conhecimento e poder” (p. 302).

¹⁴⁴ Uma lista desses casos de sucesso pode ser acessada no portal <http://www.softwarelivre.gov.br/casos-de-sucesso/categorias> mantido pelo próprio governo, mas atualmente desatualizado, já que a política de adoção de software livre foi descontinuada.

¹⁴⁵ O Projeto Casa Brasil foi criado pelo governo federal em 2003 e consistia no estabelecimento de uma parceria interministerial para a instalação de espaços comunitários que promovessem inclusão digital de populações de baixa renda. Os espaços, chamados de telecentros, ofereciam acesso a computadores com software livre instalado, acesso a internet, bibliotecas, oficinas de informática e divulgação científica, entre outras coisas.

livre e na crítica às barreiras impostas pelo sistema de propriedade intelectual ao acesso dos cidadãos aos bens culturais.¹⁴⁶

Fabricio Solagna (2015) lembra que no começo da gestão de Gil no MinC, ele estabeleceu diálogo e abriu espaço no seu ministério para ciberativistas como Hermano Vianna, que o colocou em contato com atores do ciberativismo internacional como Lawrence Lessig e John Perry Barlow. Gil chegou a participar de uma mesa sobre cultura digital juntamente com Barlow e Richard Barbrook, no festival Mídia Tática, que aconteceu em São Paulo, em 2003. Ainda em 2003, o professor de direito e advogado especialista em tecnologia e propriedade intelectual, Ronaldo Lemos, que havia se tornado o representante no Brasil do projeto *Creative Commons*, colocou o ministro Gilberto Gil em contato com Lawrence Lessig, responsável por fundar o *Creative Commons*, em 2001. Em 2004, as licenças do CC passaram a fazer parte das políticas públicas do MinC e o próprio Gil aderiu a esse tipo de licenciamento para suas músicas.¹⁴⁷

Foi também no ano de 2003 que Ronaldo Lemos fundou o Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS), um *think tank* ligado à Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. O CTS desempenharia mais tarde um papel fundamental na organização da consulta pública que deu origem ao Marco Civil da Internet. Ele foi o primeiro *think tank* brasileiro a atuar nas áreas de tecnologia, propriedade intelectual, governança da internet, software livre, etc (idem). Na página do Centro na internet, sua missão está descrita como: “estudar as implicações jurídicas, sociais e culturais advindas do avanço das tecnologias da informação e da comunicação” (CENTRO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE). Ele também foi o responsável por trazer ao Brasil o projeto *Creative Commons*, sendo seu representante aqui no país.

O debate sobre a liberdade na internet e a neutralidade da rede no Brasil nasceu, portanto, nessa interseção entre vários grupos ciberativistas, que apesar de eventualmente adotarem rótulos diferentes, defendiam causas e possuíam demandas muitas vezes iguais ou mesmo

¹⁴⁶ *Creative Commons* é um projeto internacional representado por uma organização sem fins lucrativos criada em 2001 nos Estados Unidos. O projeto foi idealizado pelo professor de direito Lawrence Lessig com o objetivo de fornecer um conjunto de licenças mais permissivas que o *copyright* regular. Inspirado na ideia do *copyleft* desenvolvida pelo movimento software livre, esse projeto defende a flexibilização dos direitos autorais, baseada na premissa que os bens culturais devem ser livremente compartilhados.

¹⁴⁷ As licenças oferecidas pela *Creative Commons* permitem que o autor de uma obra como um livro ou uma música possa escolher que tipo de uso as pessoas podem fazer dela. É possível escolher, por exemplo, se será permitido uso da obra para fins comerciais ou não, se será permitido que o usuário crie trabalhos derivados da obra ou possa compartilhar ela de forma livre e/ou gratuita na internet.

complementares. Fazem parte desse debate o movimento pelo software livre, o movimento *Creative Commons* e os grupos que defendem a privacidade e liberdade de expressão na rede, como as organizações sem fins lucrativos Artigo 19 e Intervozes. Uma das ideias que uniu todos esses atores é a de que a internet deveria ser livre e acessível a todos e usada como uma ferramenta para a preservação da democracia no país. A ideia da internet como ferramenta de *per si* democrática está presente não só nos discursos dos próprios ativistas, mas também embasou o próprio discurso de defesa da inclusão digital e do uso de software livre durante o governo do PT, sobretudo no período de Lula (TORRES, 2018b).

Essa espécie de coalizão entre movimentos sociais em defesa da internet que se formou para combater o projeto de lei de Eduardo Azeredo propôs uma abordagem civil para a questão e tratou o debate sobre a regulação da rede em termos diferentes dos propostos pelo grupo que defendia o projeto de lei. Com o temor de que essa abordagem criminal ameaçasse a considerada frágil democracia brasileira, os ativistas reagiram ao projeto construindo uma relação entre ele e medidas de censura da ditadura militar, que comandou o país na segunda metade do século passado. A preocupação com a preservação da democracia vai marcar não somente os discursos sobre a necessidade dessa legislação para a internet, mas também o próprio formato de construção dessa legislação, feita através de uma consulta pública on-line.

A lei de cibercrimes como um “AI-5 Digital”

A justificativa fornecida pelo senador Eduardo Azeredo para a aprovação de uma lei nos moldes propostos por ele era a de que o Brasil precisava se alinhar a acordos, legislações e tendências políticas internacionais sobre o tema. Em entrevista concedida em 2009 o senador afirmou que “a internet não pode ser terra de ninguém” e defendeu que o seu projeto de lei buscava apenas adequar-se a acordos internacionais, como a Convenção de Budapeste, de 2001 (GIZMODO BRASIL, 2009). Essa Convenção firmou acordos entre vários países para o combate a cibercrimes, sobretudo os relacionados com violação de direitos autorais, pornografia infantil e

invasão de redes.¹⁴⁸ Em outra entrevista de 2008, ele afirmava que o objetivo da lei “foi sempre defender os usuários da Internet” e que ele próprio considerava “a liberdade na Internet como algo fundamental”. Ele ainda acrescentou que havia a necessidade de demonstrar para os que eram contrários ao projeto de que ele era “positivo” e que alinhava o Brasil com países da Europa, com os Estados Unidos, Japão e Austrália, no quesito legislação avançada sobre cibercrimes (SENADO NOTÍCIAS, 2008). Vale ressaltar que o Brasil não foi signatário da Convenção de Budapeste e sequer participou do fórum que elaborou a sua redação, que foi inclusive criticada pelo governo na época por ser incompatível com alguns pontos da legislação brasileira (SANTARÉM, 2010).

A proposta de lei de Azeredo gerou uma enxurrada de reações negativas da comunidade de ciberativistas, resultando em um movimento de oposição para barrar a aprovação da lei na Câmara. Esse movimento foi liderado por militantes de esquerda de movimentos sociais tradicionais como o sindical, militantes do movimento pelo software livre, acadêmicos especialistas em Direito digital e defensores da privacidade e liberdade de expressão na rede. Ele se articulou principalmente através de protestos e campanhas on-line, como blogagens coletivas ou individuais e petições on-line. Até uma carta aberta foi enviada ao Ministro da Justiça na época, Tarso Genro, para criticá-lo sobre sua atitude leniente diante do projeto. Alguns parlamentares também se juntaram à causa, como foi o caso de políticos do PT, como Paulo Teixeira e Alessandro Molon, Manuela D’Ávila do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e Luiza Erundina do PSB (Partido Socialista Brasileiro), que ficaram conhecidos como a “bancada da internet” (SOLAGNA, 2015).

O projeto de Eduardo Azeredo foi acusado de permitir a violação da privacidade dos internautas, promover uma situação de vigilantismo, ser ineficaz contra os crimes praticados na internet, dificultar a inclusão digital e deixar a cargo da sociedade os custos da segurança no ambiente virtual. Por conta do que foi chamado de caráter “vigilantista”, os ciberativistas o batizaram de “AI-5 digital,” uma referência direta ao Ato Institucional nº 5, decreto emitido pela ditadura militar no Brasil em 1968 e que se tornou um dos maiores símbolos da repressão na história política do país. O AI-5 dispensou por tempo indeterminado o poder legislativo e estabeleceu ao governo militar plenos poderes, permitindo a ele, entre outras coisas, censurar e

¹⁴⁸ Para mais informações consultar: The Convention on Cybercrime (ETS) 185. Disponível em: <https://www.coe.int/t/dg1/legalcooperation/economiccrime/cybercrime/ConventionOtherLg_en.asp>. Acesso em: 23 fev. 2018

suspender os direitos políticos dos cidadãos do país, como liberdade de expressão e reunião, julgar crimes políticos através de tribunais militares, negando o direito a recursos. Se o processo de golpe iniciado em 1964 havia rompido com a democracia no país, o Ato Institucional nº 5 era um sinal de que o regime não toleraria a reação que estava se formando para restaurá-la: greves de trabalhadores, manifestações de estudantes e surgimento de grupos revolucionários armados (SCHWARCZ, 2018).

Um dos principais propagandistas desse apelido foi o sociólogo e também ativista de software livre, Sérgio Amadeu, que apesar de geralmente ser creditado pela criação do termo, afirma que ele surgiu após uma entrevista na qual falava sobre o assunto. Durante a entrevista, o operador da câmera teria chamado a atenção para o fato de que a lei era uma espécie de “AI-5 Digital”. Não por coincidência, a sugestão apareceu na véspera de aniversário do AI-5, que completava 40 anos em 2008 (SANTARÉM, 2010; SOLAGNA, 2015). Paulo Santarém (2010) lembra que o apelido, no entanto, nunca foi um consenso entre os ativistas, houve quem achasse essa comparação muito exagerada e desproporcional. Santarém, ainda assim, defende que o termo possuía uma função que era a de causar um choque e que ele teve uma “força comunicativa” que o fez ofuscar o nome personalista de “Lei Azeredo”.

A metáfora do AI-5 digital representou entre os ativistas o temor de a internet se tornar um espaço no qual os indivíduos fossem previamente censurados, vigiados e impedidos de exercer as suas liberdades mais básicas garantidas em um regime democrático. Ela também diz muito sobre a percepção que temos a respeito da nossa democracia, considerada frágil e facilmente ameaçada por projetos como esse de Eduardo Azeredo. Essa percepção pautou o debate da neutralidade da rede aqui no país e pode ser considerada como um dos grandes diferenciais desse debate quando o comparamos com o contexto americano. Não é difícil de entender o porquê dela, dado as várias experiências autoritárias pelas quais o país passou ao longo de sua história política. Nos Estados Unidos, uma democracia pioneira no continente e mais consolidada, a preocupação com a sua manutenção ou fortalecimento não se dá necessariamente nos mesmos moldes do Brasil e, muito menos, se manifestou de forma significativa no debate sobre a neutralidade da rede.

Sérgio Amadeu, que estava entre os mais barulhentos opositores do projeto de Eduardo Azeredo, iniciou uma série de postagens em seu blog que começaram tímidas no final de 2008 e

foram se tornando mais frequentes e mais elaboradas em 2009.¹⁴⁹ Em meados de 2009 ele abandonou o seu blog pessoal para escrever apenas no “Trezentos,” um blog coletivo que ele ajudou a criar e onde se concentraram vários ciberativistas das mais diversas áreas.¹⁵⁰ Amadeu teve muita inserção no governo do presidente Lula, foi presidente do Instituto de Informação e Tecnologia (ITI) e participou do Comitê de Implementação de Software Livre (CISL). Foi um dos principais defensores da política de adoção de software livre pelo governo federal, que aconteceu no início do primeiro mandato de Lula. Como ativista e como acadêmico é também uma das referências na defesa de software livre e neutralidade da rede no país (EVANGELISTA, 2010; SOLAGNA, 2015).

Outro blog importante nesse movimento foi o “Mega Não,” que também foi construído de forma coletiva e que usava como slogan “Diga não ao vigilantismo na internet!”.¹⁵¹ Enquanto o “Trezentos” era um espaço mais diverso, onde eram publicados conteúdos que não necessariamente tinham a ver com a “Lei Azeredo”, o “Mega Não” era voltado apenas para essa campanha contrária à lei. Ele acabou agregando as notícias sobre manifestações virtuais e presenciais que aconteceram em várias partes do país (SANTARÉM, 2010). No blog foi defendida a exclusão de vários artigos do PL 89/2003, que eram considerados uma ameaça aos direitos dos usuários da internet. O pedido de exclusão era fundamentado pelo discurso de combate ao “totalitarismo digital”, e a palavra “abertura”, usada em conjunto com “internet”, marcava também o tom pró-democrático desse discurso: “Em defesa das redes abertas, da navegação sem vigilantismo, contra o totalitarismo digital...” (MEGA NÃO).

A missão do grupo reunido no blog foi definida da seguinte forma: “Combatemos o vigilantismo, combatemos as ameaças à liberdade na Internet, combatemos o ataque à neutralidade da rede” (idem). Por trás do “Mega Não” estavam, entre outros articuladores, o publicitário e ciberativista João Carlos Caribé e o advogado e ciberativista Paulo Rená, ambos desempenharam um papel fundamental nesse movimento de oposição ao projeto do Azeredo.

¹⁴⁹ O conteúdo do seu blog pode ser consultado em: <<http://samadeu.blogspot.com>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

¹⁵⁰ O blog Trezentos atualmente não está mais no ar, ele costumava funcionar no endereço <www.trezentos.blog.br>. Algumas postagens, no entanto, podem ser recuperadas acessando o arquivo do site feito pelo projeto *Internet Archive*, na página <https://web.archive.org/web/*/www.trezentos.blog.br>. Uma conta do *Twitter* do blog (<<https://twitter.com/trezentos>>) continua ativa, embora a última postagem tenha sido feita em novembro de 2017.

¹⁵¹ O “Mega Não” funcionou entre 2009 e 2012 na página <<https://meganao.wordpress.com/>>. Em agosto de 2014 foi postado um aviso de que o “Mega Não” teria se juntado ao “Mega Sim”, e se tornado um movimento “direcionado a pautar positivamente a ação do Estado no campo das políticas culturais.” O “Mega Sim” se propunha a ser um movimento mais amplo, defendendo coisas além do MCI, como, por exemplo, um Marco regulatório da comunicação, rádios livres, um plano nacional de banda larga, livre compartilhamento de arquivos e etc.

Caribé junto com Sérgio Amadeu liderou as principais manifestações ocorridas contra o projeto. E Paulo Rená além de atuar nesse momento, também teve um papel de destaque no processo de consulta para a formulação do Marco Civil da Internet, como gestor do projeto de elaboração deste junto ao Ministério da Justiça (MJ).

Em julho de 2008, Caribé publicou em outro blog que também mantinha, chamado “Xô Censura!”, uma convocação para uma “blogagem coletiva” contra o que ele chamou de “complô orquestrado”. O alvo principal era a lei de cibercrimes de Azeredo, mas estavam também nesse “complô”, o Ministério Público, a CPI da Pedofilia e o “espetáculo midiático” das emissoras de TV, todos reunidos para colocar uma “camada de controle” na internet. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia foi criada em 2005, no intuito de investigar crimes de pedofilia praticados na internet e sua relação com o crime organizado no país. Os ativistas contrários ao projeto de lei de cibercrimes alegavam que a proposta de regulação da internet estava sendo erroneamente vinculada às propostas de combate aos crimes de pedofilia na rede. Essa seria inclusive uma estratégia de seus defensores para que o projeto ganhasse simpatia da população e fosse aprovado sem grande resistência.

Tão significativo quanto o vocabulário usado para a convocatória, é a escolha da data da manifestação coletiva: 19 de julho de 2008. Essa data foi escolhida por representar um dos episódios na história da ditadura no país. Nesse mesmo dia, no ano de 1972, um dos jornais mais famosos do país foi obrigado a publicar poemas de Luiz de Camões e receitas culinárias em troca de matérias que foram censuradas pelo governo (XÔ CENSURA, 2008). Ainda em julho de 2008, Sérgio Amadeu e João Carlos Caribé articularam uma petição on-line, com o título “Pelo veto ao projeto de cibercrimes - Em defesa da liberdade e do progresso do conhecimento na Internet Brasileira”, que acabou recebendo mais de 150 mil assinaturas. Em novembro do mesmo ano, Caribé conseguiu uma audiência pública no Senado para discutir o projeto de lei. Também nesse mesmo mês os ciberativistas organizaram protestos simultâneos em São Paulo e no Rio de Janeiro, assim como uma nova blogagem coletiva.

Em maio de 2009, foi organizado um ato público contra o projeto de cibercrimes. O ato aconteceu na Assembleia Legislativa de São Paulo e foi transmitido ao vivo pela internet. Ele foi uma iniciativa de vários deputados estaduais e federais que eram contrários ao projeto e foi apoiado por diversos coletivos e instituições (SANTARÉM, 2010). Como Fabricio Solagna (2015) relembra, embora a pauta da internet fosse marginal dentro da instância do legislativo,

havia alguns deputados e deputadas, a chamada “bancada da internet”, com os quais os ativistas conseguiram dialogar e mesmo trabalhar em conjunto para desenvolver mobilizações como essa. Ainda em maio de 2009, os “militantes do Rio Grande do Sul”, como eles próprios se intitularam, escreveram uma carta para o então Ministro da Justiça, Tarso Genro. A carta foi uma reação à intenção do Ministério em construir uma minuta para alterar o polêmico “Artigo 22” do projeto de cibercrimes (INTERVOZES, 2009). A minuta, segundo notícia veiculada na época, era resultado da pressão por parte da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência sobre Tarso Genro, para que ele assumisse uma postura mais dura em relação à lei de cibercrimes. Ela propunha, por exemplo, que os servidores de internet registrassem não só os dados de conexão do usuário, como estava previsto no texto original do projeto, mas também o nome completo e número de documento de pessoa física ou jurídica deles (CONGRESSO EM FOCO, 2009; SANTARÉM, 2010; SOLAGNA, 2015).

O diálogo entre os ativistas e o poder executivo foi facilitado principalmente pela relação próxima que alguns deles tinham com membros importantes do governo (SOLAGNA, 2015). Vale ressaltar, por exemplo, que Marcelo Branco, um dos que assinaram a carta, na época era filiado ao PT e participou da gestão da campanha de Tarso Genro para governador do Rio Grande do Sul no ano seguinte e de Dilma Rousseff para presidente. Além disso, Branco é conhecido por ter sido um dos precursores do movimento software livre no país, e junto com Sérgio Amadeu e outros ativistas desempenharam funções importantes no governo Lula, sobretudo durante a implantação da política de inclusão digital e adoção de software livre nos órgãos públicos federais.

Dentre as vozes contrárias ao projeto de cibercrimes no ambiente acadêmico estavam os professores Túlio Vianna e Ronaldo Lemos, especialistas em Direito digital. Túlio Vianna publicava textos em seu blog e também dava entrevistas e declarações em portais de notícias, onde se posicionava de forma contrária ao projeto. Ele também chegou a participar de audiências realizadas na Câmara onde o projeto foi debatido. Em entrevista de 2009, ele afirmou que esse tipo de projeto nunca foi visto em nenhum país democrático e destacou que ele apresentava problemas tanto do ponto de vista jurídico quanto político. Segundo Vianna, o projeto era “mal feito do ponto de vista jurídico” e do ponto de vista político violava a privacidade dos usuários, já que estabelecia que o provedor de internet teria que guardar o log de acesso do usuário, o que para ele era um “absurdo” (REDE BRASIL ATUAL, 2009).

Ronaldo Lemos, por sua vez, afirmou que a “Lei Azeredo” foi “vendida” para a sociedade como uma lei que pretendia combater a pedofilia na internet. Ele também declarou que essa era uma “estratégia antidemocrática” de convencimento da população sobre a necessidade da lei (INTERVOZES, 2008). O projeto de Azeredo também tramitou e foi votado juntamente com a Lei 11.829, que foi criada como resultado dos trabalhos da “CPI da Pedofilia”. Isso, segundo Lemos, fez com que o discurso usado para justificar a necessidade da lei de cibercrimes fosse atrelado ao discurso de combate à pedofilia na internet para que tivesse mais apelo popular. O professor de direito também classificou o projeto de Azeredo como uma tentativa de “ampla criminalização da rede”, que colocaria fim à privacidade dos usuários e criminalizaria condutas cotidianas, como baixar músicas legalmente da internet (LEMOS, 2010).

Em 2008, em coautoria com Luiz Moncau e Thiago Bottino, Ronaldo Lemos publicou um artigo no qual defendia que a primeira legislação para a internet brasileira deveria ser de caráter civil ao invés de criminal. Diante da possível aprovação do projeto de lei 84/99, o artigo criticava a necessidade de se recorrer ao direito penal para legislar sobre condutas inadequadas na internet. O “caminho natural é sempre o da regulação civil”, ressaltavam os autores (p. 277). O artigo apontava para a necessidade da “criação de uma lei civil definindo responsabilidades e obrigações dos diversos agentes que interagem na rede” ao invés de uma legislação “criminalizadora e repressiva” (ibidem, p. 293).

No momento em que o artigo foi publicado, no entanto, o status do projeto de lei não permitia mais que ele fosse completamente rejeitado, apenas modificado ou aprovado sem modificações. A proposta dos autores era, pelo menos, suprimir alguns pontos considerados mais graves no texto da lei, como o “Artigo 22,” que previa que os provedores de internet guardassem os dados de conexão dos usuários por um período de três anos. Para os autores isso não apenas violaria o direito à privacidade, mas também criaria um “verdadeiro sistema de vigilância privada” (ibidem, p. 290). Essa abordagem causaria, ainda segundo os autores, um *chilling effect* (algo como efeito inibidor) sobre a inovação que poderia advir do uso da rede, já que não estabelecia de forma clara as responsabilidades e direitos dos usuários e empresas provedoras de internet.¹⁵²

Em 2009, o movimento contrário ao projeto de cibercrimes ganhou um apoiador de peso, o presidente da república. Ao fazer uma participação no Fórum Internacional de Software Livre,

¹⁵² *Chilling effect* é um termo da língua inglesa usado para se referir ao efeito desencorajador que legislações muito vagas ou muito amplas podem ter sobre o exercício de algum direito civil, como o de liberdade de expressão, por exemplo.

na edição de 2009, Lula afirmou que o projeto de lei representava censura.¹⁵³ A visita do presidente ao principal evento de software livre do país e seu discurso que fez menções diretas a figuras do movimento como Marcelo Branco e Sérgio Amadeu, foi uma demonstração do quão próxima era a relação desses ativistas com o governo do PT e seus membros mais importantes, como o próprio presidente. Essa participação de Lula no evento foi estratégica para o movimento, pois os ativistas esperavam que o governo barrasse a aprovação do projeto, o que parecia improvável àquela altura, já que mesmo adiando propositamente a votação do projeto na Câmara, o governo não se comprometeu em rejeitá-la. A necessidade de combater o projeto não era um consenso dentro do próprio governo. A presença de Lula no evento era a oportunidade de apelar para que ele intervisse na questão (SOLAGNA, 2015).

A lei de cibercrimes e a neutralidade da rede foram os principais temas do evento naquele ano. Em cartazes espalhados pelo local do evento era possível ler: “Liberdade. Contra o controle e a vigilância na internet”. O presidente, acompanhado também por Dilma Rousseff, então Ministra da Casa Civil, e por Tarso Genro, foi recebido com um enorme cartaz onde se podia ler: “Lula, vete o projeto do Azeredo. Compartilhar não é crime!”. Durante o evento, os ativistas também distribuíram panfletos com a foto do presidente segurando uma pelúcia do pinguim “Tux,” mascote do sistema operacional Linux. No panfleto estava escrito “Lula é nerd!” (LEAL, 2009). A imagem é poderosa porque mostra o presidente da república comungando com a mesma cultura dos ativistas, dividindo o mesmo espaço e compartilhando da mesma linguagem política não somente no que dizia respeito a defesa do software livre, mas também a rejeição ao projeto de Eduardo Azeredo.

O ano de 2009 foi especial para o FISL e para o movimento software livre no Brasil por diversas razões. Essa foi a edição com público recorde de dez mil inscritos e o evento estava completando dez anos. Depois de muitas tentativas a organização havia conseguido não só trazer o presidente da república para discursar para os participantes, mas também contar com o seu apoio público contra o projeto de Azeredo, usando os mesmos termos que os ativistas usaram para caracterizá-lo como, por exemplo, “censura” (SOLAGNA, 2015). Simbolicamente isso representava muito para o movimento. O presidente da república estava ali discursando por quase

¹⁵³ O FISL foi um evento pioneiro e importante para o surgimento do movimento software livre no Brasil. A sua primeira edição foi em 2000, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, onde acontece anualmente até hoje. Ela foi organizada por um grupo de funcionários públicos ligados a movimentos sociais de esquerda e ao próprio PT, do qual fazia parte Marcelo Branco. Mais informações ver: (EVANGELISTA, 2010; TORRES, 2018a).

meia hora sobre a importância do governo adotar software livre para a soberania nacional, desenvolvimento local e para a própria autoestima dos brasileiros. Ele estava também defendendo a inclusão digital como bandeira do governo, “Inclusão digital é a palavra mais “sexy” do governo, sabe?”, ele afirmava (SOFTWARE LIVRE BRASIL, 2009); e destacando que os esforços do governo no sentido da inclusão digital e adoção de software livre estavam levando o país a sentir o “gosto da liberdade de informação”. Tudo isso foi complementado pela crítica ao projeto de cibercrimes:

...essa lei que está aí, não visa corrigir abuso de internet. Ela, na verdade, quer fazer censura. O que nós precisamos, companheiro Tarso Genro, quem sabe seja mudar o Código Civil, quem sabe seja mudar qualquer coisa. O que nós precisamos é responsabilizar as pessoas que trabalham com a questão digital, com a internet. É responsabilizar, mas não proibir ou condenar (idem).

A visita do presidente ao principal evento de software livre da América Latina representou um ponto de inflexão na trajetória do debate sobre a lei de cibercrimes e sobre a neutralidade da rede no Brasil. O presidente havia defendido o que os ativistas e especialistas em direito há muito já se manifestavam sobre: a necessidade de uma legislação civil para regular a internet, ou seja, a necessidade de estabelecer deveres e responsabilidades ao invés de punições e proibições. E esse discurso havia ecoado além dos limites das fronteiras dos blogs e protestos que os ativistas vinham organizando, além do nicho de pessoas versadas no tema. A imprensa nacional e internacional noticiou o discurso do presidente (idem). Começava ali a articulação mais efetiva para aquela que foi classificada por vários veículos de informação na época como a “constituição da internet brasileira” (EL PAIS, 2014; IDEC, 2014; CARTA MAIOR, 2014).

Foi após a visita de Lula ao FISL que o Ministério da Justiça decidiu dar início ao processo de construção de um marco civil regulatório para a internet. A Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL), ligada ao Ministério, já agia atenuando os “danos” da lei de cibercrimes proposta por Eduardo Azeredo, mas o próprio ministro Tarso Genro até aquela ocasião não tinha dado sinais de resistência à aprovação da lei. Em entrevista a Fabrício Solagna (2015), o então encarregado do SAL, Pedro Abramovay, afirmou que até antes do FISL eles estavam apenas tentando reduzir os danos da lei Azeredo e que depois da visita de Lula ao evento aconteceu uma

“grande reviravolta”. Isso porque o presidente fez uma espécie de apelo público a Tarso Genro para que ele agisse em nome do governo. O fato é que alguma coisa mudou após o FISL e ainda em 2009, quatro meses depois da visita do presidente ao evento, o projeto de discussão e formulação do Marco Civil da Internet foi lançado, no Rio de Janeiro, durante um evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“Democracia digital”: a construção do Marco Civil da Internet

O processo de construção do MCI se deu inicialmente através de uma consulta pública on-line. A ideia era elaborar um projeto de lei de forma colaborativa, usando a internet e consultando democraticamente a população. Essa legislação foi duplamente pioneira: primeiro pelo seu caráter colaborativo e on-line, foi a primeira vez que uma lei foi construída nesse formato no país; e depois por propor uma carta de direitos e deveres dos usuários e empresas que se relacionam na internet. O debate a respeito da neutralidade da rede, que foi o princípio norteador do Marco Civil não era novo, já que, como vimos, isso já vinha sendo discutido nos Estados Unidos, onde o termo se originou, e em outras democracias ao redor do mundo, como os vizinhos Chile e Argentina.¹⁵⁴ No entanto, a forma como os ativistas no Brasil incorporaram esse termo ao seu cotidiano e ao processo de construção do MCI difere, do que aconteceu no contexto norte-americano, por exemplo.

A escolha pelo modelo colaborativo foi um reflexo da visão e da militância política que o grupo que liderou o processo dentro e junto ao governo possuía. De um lado estava o grupo da SAL, liderado pelo jovem advogado Pedro Abramovay, do outro estava o CTS/FGV, liderado pelo também jovem advogado Ronaldo Lemos. Ambos foram responsáveis por organizar institucionalmente o processo da consulta pública para a construção do Marco Civil. Nessa equação também se juntaram pessoas da equipe técnica do MinC, que forneceu a plataforma através da qual a consulta foi realizada (SOLAGNA, 2015). O Marco Civil inaugurou uma

¹⁵⁴ A Argentina aprovou lei que garante a neutralidade da rede no mesmo ano que o Brasil, em 2014. A “Ley 27.078” foi chamada de “Argentina Digital” e pode ser consultada aqui: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/235000-239999/239771/norma.htm>>. Acesso em: 01 out. 2018. No caso do Chile, o debate culminou na aprovação da “Ley 20453”, em 2010. O texto dessa lei pode ser consultado em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idLey=20453>>. Acesso em: 01 out. 2018.

tendência vista durante o governo do PT de “democracia digital”, com consultas públicas através da rede. Foram pelos menos mais quatro consultas após a do MCI: sobre proteção de dados pessoais, sobre um novo Código do Processo Civil, sobre a Classificação Indicativa e sobre a revisão da Lei de Direito Autoral (idem).

Abramovay afirmou que a inspiração para a escolha desse modelo colaborativo on-line de construção de leis nasceu em 2008, na ocasião da eleição de Obama. Na época ele havia proposto a adoção desse modelo para o setor de tecnologia do MJ, mas não recebeu apoio. Durante o debate sobre a elaboração do MCI ele viu a oportunidade perfeita para pôr essa ideia em prática, mas precisava de uma equipe técnica aberta a essas novas possibilidades. A solução foi uma parceria com o ativíssimo Ministério da Cultura (MinC), que como vimos era uma das principais frentes de defesa da cultura colaborativa e software livre (idem). O processo da consulta foi então lançado em 29 de outubro de 2009, através de uma plataforma construída em software livre pela Coordenação de Cultura Digital do MinC, a “CulturaDigital.br”. Através dessa plataforma, que era uma mistura de rede social com fórum, qualquer cidadão que se cadastrasse podia fazer contribuições ao texto da proposta de lei.¹⁵⁵ O processo de consulta foi dividido em duas fases. Na primeira delas, que durou de outubro a dezembro de 2009, foi apresentado um texto base dividido em três grandes eixos a partir dos quais os cidadãos poderiam fazer sugestões e comentários.

Como explica Paulo Santarém (2010), o texto normativo foi orientado por três eixos diferentes que objetivavam harmonizar o Direito e a internet, eram eles: os direitos dos internautas, que buscava estabelecer os limites de intervenção do Estado no uso da rede; os deveres dos intermediários, que propunha delimitar as responsabilidades dos intermediários responsáveis pela comunicação feita pelos usuários na rede, no caso as empresas que atuam provendo o acesso à rede ou serviços disponíveis nela, o princípio da neutralidade da rede era o núcleo desse eixo; e, por fim, as diretrizes do Estado, que pretendiam estabelecer as bases para a atuação do Estado na formulação de políticas públicas para a internet. O resultado disso foi a estrutura abaixo:

1. Direitos individuais e coletivos (Eixo 1)

¹⁵⁵ A plataforma funcionou no endereço <http://culturadigital.br>, que ainda está on-line. Ela é composta por blogs, fóruns e grupos.

- 1.1 Privacidade
 - 1.1.1 Intimidade e vida privada, direitos fundamentais
 - 1.1.2 Inviolabilidade do sigilo da correspondência e comunicações
 - 1.1.3 Guarda de logs
 - 1.1.4 Como garantir a privacidade?
- 1.2 Liberdade de expressão
 - 1.2.1 Constituição Federal e Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 1.2.2 Conflitos com outros direitos fundamentais. Anonimato
 - 1.2.3 Liberdade de expressão na Internet
 - 1.2.4 O direito de receber e acessar informações
 - 1.2.5 Acesso anônimo
- 1.3 Direito de acesso
 - 1.3.1 Relações com a liberdade de expressão
 - 1.3.2 Acesso à internet e desenvolvimento social
 - 1.3.3 Facilidade de acesso
- 2. Responsabilidade dos atores (Eixo 2)
 - 2.1 Definição clara de responsabilidade dos intermediários
 - 2.1.1 Ausência de legislação específica
 - 2.1.2 Um regime de responsabilidade compatível com a natureza dinâmica da internet
 - 2.1.3 Procedimentos administrativos e extrajudiciais prévios
 - 2.2 Não-discriminação de conteúdos (neutralidade)
 - 2.2.1 O princípio end-to-end
 - 2.2.2 Filtragem indevida
- 3. Diretrizes governamentais (Eixo 3)
 - 3.1 Abertura
 - 3.1.1 Interoperabilidade plena
 - 3.1.2 Padrões e formatos abertos
 - 3.1.3 Acesso a dados e informações públicos
 - 3.2 Infraestrutura
 - 3.2.1 Conectividade
 - 3.2.2 Ampliação das redes de banda larga e inclusão digital
 - 3.3 Capacitação
 - 3.3.1 Cultura digital para o desenvolvimento social
 - 3.3.2 Iniciativas públicas e privadas (MARCO CIVIL DA INTERNET).

A estrutura acima revela a linguagem e abordagem políticas dadas às regras de neutralidade da rede no contexto brasileiro. Enquanto no contexto americano a linguagem dominante foi a econômica, no brasileiro houve uma ênfase no papel político dos atores que fazem parte desse ecossistema da internet: empresas, governo e usuários. É digno de nota que o Marco Civil reserve uma seção para o papel do governo nesse processo regulatório da rede. O governo no contexto do debate brasileiro é enxergado de algum modo como um possível aliado da liberdade na internet ou como um aliado na preservação da democracia, não necessariamente como um inimigo ou uma força ameaçadora que precisa ter sempre sua atuação limitada de forma rígida para não ameaçar as liberdades individuais ou as liberdades do mercado. Na verdade, ele

próprio é um aliado para evitar que as corporações nos imponham um modelo discriminatório de internet.

A partir das contribuições realizadas nessa primeira fase a equipe do Marco Civil elaborou uma minuta do anteprojeto de lei, que foi também colocada em debate durante a segunda fase, que durou de abril a maio de 2010. Durante a primeira fase foram feitas “mais de 800 contribuições, entre comentários, e-mails e referências propositivas em sites” (idem), e na segunda foram 1.168 contribuições (SANTAREM, 2010). Além disso, foram enviadas também 22 cartas de entidades nacionais e 34 em formato de sugestões oficiais feitas por organizações internacionais e outros governos (SOLAGNA, 2015). O processo da consulta e seu resultado foi todo documentado e disponibilizado na plataforma para qualquer um que quisesse ter acesso. A participação em termos quantitativos não foi como o esperado, apesar desse número de contribuições, apenas 130 pessoas fizeram as contribuições da primeira fase (idem).

O espaço de construção do texto do projeto de lei do MCI é um excelente caso de estudo para tentar se entender os limites e desafios da “ágora eletrônica”. Se a internet fornece o que é necessário para que essa ágora funcione, então, porque neste caso do MCI ela pode ser considerada como um fracasso em termos de ampla participação da população? Paulo Santarém (2010) lembra que a dinâmica esperada pela equipe do Marco Civil na primeira fase da consulta não funcionou. Aos usuários da plataforma foi disponibilizado um espaço para comentários no texto base e, também, um espaço para debates no fórum de discussão oficial do MCI, mas o público não participou como o esperado, como ele explica a seguir:

Esse fórum foi imaginado como o espaço para que as discussões e formação de dissensos e consensos se desenvolvessem com mais liberdade, desvinculados dos temas do sumário, viabilizando, por exemplo, a indicação de problemas não abordados no texto base ou a comunicação de episódios que pudessem enriquecer os debates. Mas essa dinâmica dual – de discussões livres em um grupo seguidas de um posicionamento nos comentários – acabou não ocorrendo (p. 99).

Já na segunda fase, a equipe decidiu ampliar a participação do público ao considerar também para o processo da construção do projeto as contribuições feitas em outros espaços que não a plataforma “CulturaDigital.br”. Foram consideradas também contribuições de textos de sites de notícias ou de blogs, assim como postagens de serviços como o *Twitter* e o *Identi.ca*. Do

ponto de vista técnico a ferramenta também foi melhorada para possibilitar um acesso mais simplificado aos comentários. Além disso, durante a segunda fase foram realizados também uma série de eventos presenciais, como seminários, conferências e audiências públicas na Câmara e no Senado, todos com o intuito de difundir o debate sobre o Marco Civil e esclarecer a população sobre os seus principais pontos (idem).

A ideia de um marco regulatório civil ao invés de uma lei de caráter penal e criminal já estava no ar antes da “reviravolta” de 2009, mas não era exatamente um consenso entre os ativistas. Além de não haver um consenso sobre a necessidade de um marco regulatório, também não era consenso entre os ativistas sobre a principal função desse dispositivo legal. Ativistas como o professor Ronaldo Lemos, por exemplo, o qual possui um perfil que poderíamos comparar com o de Tim Wu, tendiam a defender o aspecto econômico da regulação. Em artigo de 2007, Lemos já falava sobre a importância de um marco regulatório de caráter civil para a nossa internet. Para ele esse era o caminho natural, que foi seguido inclusive pela maioria dos países desenvolvidos, era o estabelecimento de um marco regulatório civil cujos benefícios seriam principalmente relacionados ao aumento da inovação no país. Assim ele defendia seu ponto na época:

E uma vez mais, todo o esforço de debate público em torno de um tal projeto de lei, que tem por objetivo regulamentar a Internet do ponto de vista criminal, deveria se voltar à regulamentação civil da rede, definindo claramente o seu marco regulatório e privilegiando a inovação, tal qual foi nos países desenvolvidos. Privilegiar a regulamentação criminal da Internet antes de sua regulamentação civil tem como consequência o aumento de custos públicos e privados, o desincentivo à inovação e sobretudo, a ineficácia. Nesse sentido, é preciso primeiro que se aprenda com a regulamentação civil, para a partir de então propor medidas criminais que possam alcançar sua efetividade, sem onerar a sociedade como um todo, como faz o atual projeto de lei do senador Eduardo Azeredo (LEMOS, 2007).

Em janeiro de 2009, antes também das mudanças provocadas pela visita de Lula ao FISL, a proposta de uma regulação civil para a internet também havia sido debatida por alguns ciberativistas durante o Fórum Social Mundial, ocorrido no Pará. Sérgio Amadeu noticiou em seu blog na ocasião que havia sido realizada uma oficina para debater alternativas ao PL do Azeredo. Os participantes da mesa foram Pedro Abramovay, representando a SAL, o então Deputado Federal Paulo Teixeira (PT-SP), um representante da FGV, Luis Moncau, o próprio Sérgio Amadeu e o

professor universitário Pablo Ortellado, mediador da mesa. Segundo relato de Amadeu, vários ativistas e entidades concordavam que o projeto de cibercrimes não era a melhor opção para assegurar os direitos dos usuários na internet, mas discordavam na melhor forma de fazê-lo:

Várias entidades estavam presentes, entre elas, o Interviços e a ASL (Associação de Software Livre). Henrique Parra, do CMI [Centro de Mídia Independente], falou sobre a necessidade de construir um marco civil regulatório da Internet. Afirmar que talvez fosse mais interessante trabalharmos uma Carta de Direitos nas redes digitais. Ao definirmos quais os direitos que os cidadãos devem ter no ciberespaço, teremos melhores condições de precisar quais violações desses direitos devem ser consideradas criminosas. João Brant, propôs a realização de um seminário sobre o marco regulatório/carta de direitos da cidadania digital. Pablo Ortellado sugeriu organizarmos um blog somente para acompanhar o PL Azeredo e para organizarmos esse seminário (AMADEU, 2009).

Em 2009, a Fundação Getúlio Vargas publicou um estudo que também teve impacto na decisão de se construir um marco regulatório da internet. O relatório foi feito a pedido do Ministério da Justiça e forneceu em 80 páginas um parecer desfavorável à aprovação da lei de cibercrimes, recomendando como melhor alternativa a construção de um marco civil. Em abril de 2009, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) publicou uma resolução chamada “Princípios para a governança e uso da internet”. Essa resolução apresentava em dez pontos os princípios que o Comitê considerava fundamentais para orientar a forma como se regulava a internet no país. Eram eles: 1. Liberdade, privacidade e direitos humanos; 2. Governança democrática e colaborativa; 3. Universalidade; 4. Diversidade; 5. Inovação; 6. Neutralidade da rede; 7. Inimputabilidade da rede; 8. Funcionalidade, segurança e estabilidade; 9. Padronização e interoperabilidade; e 10. Ambiente legal e regulatório (CGI.BR, 2009). Essa resolução, também conhecida como “Decálogo da Internet”, foi o que serviu de base para a elaboração do texto inicial da consulta para o Marco Civil (SOLAGNA, 2015).

O decálogo nas palavras do então assessor da SAL, Guilherme de Almeida, foi “a pólvora” nesse processo de construção do MCI. Ele deu legitimidade ao processo de consulta para construção da lei, ele serviu, como afirma Almeida, como um “paradigma” para o que a equipe do Marco Civil pretendia fazer. A equipe viu o decálogo como “um texto de um órgão legítimo, brasileiro, [que] consegue sistematizar numa linguagem muito didática, o que é internet, o que é importante nela e como regulamentar ela” (idem, p. 79). Como afirma Solagna (idem), o

decálogo e o texto inicial da consulta deram ênfase a três pontos que consideravam centrais no debate sobre governança da internet no país: liberdade de expressão, neutralidade da rede e privacidade. Esses pontos ficaram conhecidos como o “tripé” do Marco Civil.

O CGI.br foi criado em 1995 por uma portaria interministerial, Ministério das Comunicações (MC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT), acumulando as funções de estabelecer parâmetros políticos e técnicos para a gestão da internet no país.¹⁵⁶ Ele tem funcionado desde então como um órgão multisetorial, que engloba o governo, a sociedade civil e representantes das empresas de telecomunicações. A escolha por esse modelo “pluriparticipativo” teria sido um reflexo do próprio caráter aberto e colaborativo da internet. Como o ex-conselheiro do CGI, Tadao Takahashi, afirma em vídeo promocional do Comitê, a escolha do modelo na época da criação do órgão não foi uma exigência ou uma demanda do governo federal, pelo contrário. Ele afirma que na ocasião da fundação do órgão foi preciso, e mesmo difícil, convencer o governo da necessidade e da importância desse modelo de gestão (CGI.BR, 2014). O CGI além de fornecer as bases legítimas e institucionais para se pensar o Marco Civil também teve um papel fundamental na negociação política para a sua aprovação, que como veremos adiante, não foi tão fácil e rápida.

As estratégias e desafios para a aprovação do Marco Civil

O processo de consulta e elaboração do projeto de lei do MCI iniciado em 2009 só chegou ao fim em 2010, último ano do governo de Lula. A sua sucessora, Dilma Rousseff, foi a responsável por encaminhar ao Congresso a proposta. O governo de Rouseff não foi para os ciberativistas tão amigável e aberto ao diálogo quanto o foi o governo de seu antecessor. Vale ressaltar que houve uma série de retrocessos para o software livre e para a cultura livre durante o tempo em que a presidenta esteve à frente do governo. Ela revogou o decreto de adoção de software livre assinado por Lula em 2003, removeu a política de incentivo às licenças *Creative*

¹⁵⁶ Para mais informações sobre o papel do CGI.br na governança da internet no Brasil e sobre o processo eleitoral de seus membros, ver: Solagna, Fabricio and Canabarro, Diego, The Participation of Non-Governmental Stakeholders in Internet Governance in Brazil: An Assessment of CGI.br's Elections (January 22, 2018). GigaNet: Global Internet Governance Academic Network, Annual Symposium 2017. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3107261> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3107261>.

Commons do MinC; voltou a realizar pregões para a compra de software proprietário para os órgãos públicos federais; e incentivou através do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) o patenteamento de software.

Em 2012, militantes do movimento software livre reunidos no FISL, escreveram uma carta aberta à presidenta na qual criticavam a postura do seu governo em relação a políticas públicas para a área de tecnologia. O fato é que a mudança de governo causou também uma mudança de direção inesperada para os ciberativistas e nessa carta eles faziam um apelo para que a presidenta retomasse com a comunidade o canal de diálogo que Lula havia estabelecido. Eles lembraram a ela a visita histórica de Lula ao FISL, na qual ela também estava presente, e o compromisso que o governo anterior havia estabelecido com a comunidade em relação à adoção de software livre e também em relação ao próprio combate à lei de cibercrimes. Eles finalizaram a carta com um apelo para que Dilma Rousseff reestabelecesse “a interlocução do governo federal com a comunidade software livre, da cultura digital e ativistas por direitos civis na internet” e pediam uma audiência com ela no intuito de “retomar o diálogo construtivo” que havia com o governo anterior (FISL 13, 2012).

Com a troca de governo veio a troca de seus representantes em postos estratégicos de atuação de vários ciberativistas, como, por exemplo, o MinC. Ana de Hollanda se tornou a nova ministra da Cultura e adotou uma política na direção oposta aos seus antecessores, Gilberto Gil e Juca Oliveira, que eram pró-*Creative Commons* e pró-flexibilização dos direitos autorais. Ela, por sua vez, era alinhada aos interesses da indústria fonográfica e durante o seu tempo no ministério vários projetos de cultura digital iniciados por Gil e Oliveira foram descontinuados. Outra pedra no sapato dos ciberativistas foi o novo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que apesar de filiado ao PT não era a favor do Marco Civil. Na época ele inclusive foi chamado pelos ativistas e pela mídia mais à esquerda de “ministro das teles”, pela sua proximidade com as empresas de telecomunicações (SOLAGNA, 2015).

Depois da fase da consulta pública o projeto do Marco Civil se deparou com inúmeras dificuldades para chegar à mesa de votação da Câmara. Havia essa nova configuração do governo que não favorecia como antes o debate sobre neutralidade da rede ou flexibilização de direitos autorais. E havia também toda a complexidade das negociações dentro da Câmara entre os líderes de partido para que o projeto fosse colocado em pauta. O projeto chegou à Câmara em julho de 2011, ou seja, dois anos após iniciada a consulta pública. Mesmo tendo sido instituída uma

Comissão Especial para dar mais celeridade ao processo, ele ainda levaria mais um ano até avançar dentro dos trâmites de apreciação e discussão de um projeto no legislativo (idem).

O então deputado federal pelo PT, Alessandro Molon se tornou o relator do projeto na Câmara. Em um texto de 2014, ele afirmou que pediu a relatoria do projeto porque sabia que a internet estava “em perigo”, “porque a neutralidade da rede precisava ser garantida e as forças que se faziam presentes no Congresso pressionavam na direção contrária” e porque ele acreditava que “a democracia passa cada vez mais pela internet, e a internet precisa de uma rede neutra para florescer. Sem neutralidade, não há futuro para a nossa rede” (2014, p. xvii). Ele também afirmou que o que mais gerou polêmica e discordância entre os deputados foi o ponto relacionado à neutralidade da rede. As críticas apontavam para o suposto prejuízo que a regra da neutralidade causaria para as empresas de telecomunicações. Sem ela, defendiam os seus opositores, seria mais fácil para as pessoas de baixa renda acessar a rede, já que as empresas poderiam oferecer pacotes segmentados e preços diferenciados para os diversos serviços. Neste ponto, essa crítica converge com as críticas de Ajit Pai às regras da FCC aprovadas em 2015, nos Estados Unidos.

Depois de chegar à Câmara, o projeto foi novamente submetido a uma consulta pública off-line e uma on-line para debater e aprimorar o seu texto. A consulta off-line se deu através das sete audiências realizadas entre maio e junho de 2012, em várias capitais do país, com a participação de ativistas, agentes do governo, especialistas e representantes das teles e das empresas de radiodifusão. Após as audiências foi realizada uma consulta on-line durante alguns dias através do portal “e-Democracia”, criado em 2009 como um espaço para facilitar a participação dos internautas na construção de leis.¹⁵⁷ Foram recebidos mais de dois mil e duzentos comentários e um total de 140 propostas de alterações do texto do projeto (MOLON, 2014; SOLAGNA, 2015).

Em 2012, o projeto de cibercrimes de Eduardo Azeredo adquiriu um novo fôlego quando uma atriz conhecida nacionalmente teve fotos íntimas roubadas do seu computador e vazadas para a internet. O episódio ganhou repercussão nacional e reacendeu os ânimos sobre a necessidade de uma lei que abordasse esse tipo de crime. Para evitar que o projeto de Azeredo fosse aprovado, e como não havia mais recurso para apresentar alterações ou emendas ao seu texto, o deputado Paulo Teixeira (PT), reapresentou a Lei nº 2793/2011 como uma lei de cibercrimes alternativa. Essa lei tipificava crimes relacionados à clonagem de cartões de crédito,

¹⁵⁷ O portal pode ser acessado pelo endereço: <<https://edemocracia.camara.leg.br/>>. Acesso em: 07 de mai. 2018.

invasão de computadores e vazamento de informações, mas não trazia os pontos polêmicos considerados “vigilantistas” e “censuradores” do projeto de Azeredo. Embora tenha sido usada como uma estratégia para evitar a aprovação desse projeto, ela não escapou às críticas de vários ativistas.

A aprovação dessa lei foi considerada uma derrota para muitos ativistas por se tratar de uma legislação criminal para a internet. A lei foi aprovada em tempo recorde em resposta à pressão da mídia sobre o Congresso e ganhou o apelido de “Lei Carolina Dieckman”, em referência ao nome da atriz. Esse movimento garantiu o sepultamento do “AI-5 digital”. O projeto de cibercrimes de Azeredo havia sido descartado, mas ainda era preciso garantir a aprovação do Marco Civil. O processo de constituição do projeto do MCI foi inovador, mas a sua longa jornada até a aprovação o colocou no mesmo patamar das velhas leis, o trouxe de volta para a política tradicional. Como ressalta Fabricio Solagna (2015), a “dinâmica parlamentar” pela qual o MCI teve que passar até a sua aprovação era o oposto da dinâmica estabelecida na criação do projeto de lei. Enquanto essa última foi pública, colaborativa, aberta e transparente, a primeira era totalmente verticalizada e definida em negociações entre líderes dos partidos a portas fechadas na Câmara e no Senado.

Ainda em 2012 uma disputa entre a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e o CGI emperrou ainda mais a colocação do Marco Civil em votação. A disputa se deu por conta de uma proposta de alteração apresentada pelo relator, Alessandro Molon, na qual ele sugeria que o CGI ficasse responsável por tratar as exceções da lei relacionadas à neutralidade da rede. O ministro das Telecomunicações na época, no entanto, discordava dessa proposta e exigia que isso fosse tratado pela ANATEL, já que ela era o órgão governamental responsável por regular as telecomunicações no país. A agência havia sido criada em 1997, com a Lei Geral de Telecomunicações, como um órgão regulador independente responsável pela fiscalização dos serviços de telecomunicações do país. No texto final aprovado ficou estipulado que as exceções deviam ser tratadas por decreto presidencial e com consulta a ambos os órgãos, CGI e ANATEL.

Em entrevista a Fabricio Solagna (idem), Ronaldo Lemos relata a “costura política” que foi necessária para que o processo de votação do MCI avançasse. Segundo ele, o processo estava para morrer porque o setor empresarial era contra ele: o setor de radiodifusão, de telecomunicações e o da internet. Foi preciso negociar com eles e tentar ceder em determinados pontos para que o projeto seguisse. O ponto em questão era o do direito autoral, o setor queria

incluir no MCI o dispositivo de *notice and take down* para conteúdos considerados violadores de direitos autorais. Essa é uma prática adotada pela legislação dos Estados Unidos a partir da aprovação do *Digital Millenium Copyright Act* (DMCA), em 1998, e adotada por vários outros países na abordagem de conteúdos considerados ilegais. De acordo com esse dispositivo, os provedores de internet depois de notificados (*notice*) pelo detentor de copyright que o conteúdo seria ilegal deveria removê-lo (*take down*). Para os ativistas a remoção de conteúdo da rede sem ordem judicial era uma violação da liberdade de expressão dos internautas.

Para ganhar o apoio do setor empresarial, a equipe do Marco Civil, no entanto, decidiu ceder às exigências dele em relação a esse ponto para que o processo avançasse, o que desagradou muitos ativistas. Molon alterou o texto do “Artigo 15” do projeto que antes isentava os provedores da responsabilidade pela remoção desse tipo de conteúdo sem ordem judicial e acrescentou a ele um “parágrafo 2º” que agradou a ABERT (Associação Brasileira de Rádio e Televisão), principal opositora à forma como o projeto tratava o direito autoral. A versão do substitutivo de Molon foi apresentada em 07 de novembro de 2012 e cinco dias depois ambas as partes interessadas no debate se manifestaram, tanto o setor empresarial quanto os ativistas.

No mesmo dia, em 12 de novembro de 2012, tanto a ABERT quando os ativistas se pronunciaram sobre a alteração através de cartas abertas. A ABERT lançou uma carta na qual reconhecia a alteração como nada mais do que algo que estava em acordo com a tendência internacional e não representava uma ameaça à liberdade de expressão na internet. Eles afirmaram que “mesmo sem a previsão expressa de tal sistema [o *notice and take down*] em lei, foi desta forma que o mercado livremente se organizou – e hoje funciona –, sem interferência estatal de qualquer espécie” (ABERT, 2012). Manter o texto como estava era para a instituição um “retrocesso altamente nocivo” para a sociedade, principalmente para os autores e criadores cuja renda provém de direitos autorais.

Para os ativistas a mudança soou totalmente diferente, ela foi caracterizada como “inconstitucional” e considerada uma “censura prévia”. Em carta aberta repudiando o “parágrafo 2º”, vários ativistas, instituições e coletivos solicitaram a supressão do artigo e lembraram ao relator que a proposta do MCI era justamente funcionar como uma “lei garantidora dos direitos e liberdades civis na rede” e não uma lei para regular direito autoral na rede, isso deveria ser regulado por legislação específica. Eles também disseram que “o parágrafo segundo, em suma,

fere a liberdade de expressão na Internet em benefício de interesses privados sem autenticidade ou legitimidade comprovadas” (IDEC, 2012).

Diferente do que ocorreu no contexto norte-americano, onde uma coalizão entre os ativistas, a FCC e as empresas de internet garantiu a aprovação das regras de neutralidade de 2015, no Brasil o acordo com o setor empresarial não ajudou o projeto a ser votado imediatamente e provocou uma divisão entre os ativistas. Um grupo de ativistas do qual Sérgio Amadeu fazia parte, por exemplo, se opôs as alterações feitas para negociar com o setor empresarial e chegou a apelar o substitutivo de “emenda Globo”, em referência ao lobby que a Globo, maior grupo de mídia e comunicação do país, fez para que a alteração ocorresse. O projeto entrou no ano de 2013 ainda parado, mas alguns acontecimentos políticos internos e externos influenciariam na sua votação em 2014 (SOLAGNA, 2015).

Em junho de 2013 o país foi sacudido pelo que foi chamado posteriormente de “jornadas de junho”, uma série de protestos que aconteceram em diversas cidades, que começaram em São Paulo contra o aumento das tarifas de ônibus e se espalharam pelo resto do país incorporando outras demandas. Esses protestos foram inclusive citados pelo ex-prefeito de São Paulo e Ex-ministro da Educação do governo Lula, Fernando Haddad, como um dos pivôs do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff três anos depois (REVISTA PIAUÍ, 2017). Eles desestabilizaram o governo e provocaram uma verdadeira crise institucional no país. As redes sociais tiveram um papel fundamental na articulação dessas manifestações e hoje existem alguns indícios de que elas podem não ter ocorrido de forma orgânica. Haddad afirmou em entrevista em 2017 que o governo havia sido alertado pelos presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, através de ligações para a presidenta que as “jornadas” podiam estar sendo “forjadas” por mecanismos similares aos que foram usados pela empresa *Cambridge Analytica* na eleição do presidente Donald Trump e na votação do *Brexit*, ambas em 2016 (idem).¹⁵⁸ Segundo investigação realizada pela BBC Brasil (BBC BRASIL, 2017) e também segundo estudo realizado por

¹⁵⁸ A empresa *Cambridge Analytica*, foi criada em 2013 no Reino para trabalhar com consultoria em comunicação para processos eleitorais. O seu método de trabalho consistia na mineração e análise de dados de usuários da internet para influenciar comportamentos e atitudes desses usuários. A empresa trabalhou para Donald Trump durante a eleição para presidente dos EUA, em 2016, e também atuou na campanha do Brexit, também em 2016, cujo referendo para decidir se o Reino Unido permanecia ou abandonava a União Europeia, deu vitória à saída do país do bloco econômico. Durante o ano de 2017 a empresa foi alvo de um escândalo que denunciava a sua conduta ilícita na obtenção dos dados dos usuários na internet e na indução dos usuários a certos comportamentos, como criar e disseminar notícias falsas que induziam os usuários a votar à favor de Trump e do Brexit. Em 2018, um escândalo ainda maior envolvendo a obtenção indevida de dados de 50 milhões de usuários do *Facebook*, fez com que investigações fossem iniciadas contra a empresa e a levassem a fechar, decretando falência (FLORES, 2017; GUIMÓN, 2018)

Arnaudo (2017), um exército de perfis falsos teria sido usado para influenciar as eleições no Brasil em 2014 e também para defender e atacar políticos brasileiros durante as “jornadas de junho” em 2013.

O escândalo de espionagem envolvendo a agência norte-americana de segurança, *National Security Agency* (NSA), também foi um propulsor da votação do Marco Civil. O ex-funcionário da agência, Edward Snowden, revelou em 2013 que a NSA espionava os governos de vários países do mundo, incluindo o Brasil. Ela teria tido acesso ao telefone da presidenta Dilma Rousseff e a informações confidenciais da Petrobrás, empresa estatal de petróleo. Esse fato pressionou ainda mais o governo a tomar uma posição em relação à política de segurança na área de tecnologia. Embora não tivesse a função de combate à espionagem, a aprovação do Marco Civil foi a “resposta política rápida” que o governo encontrou para dar à situação (SOLAGNA, 2015). Outra resposta foi a criação de um e-mail estatal anti-espionagem, desenvolvido em software livre e criptografado, a ser usado para as comunicações do governo. O sistema chamado “Expresso” foi desenvolvido pela estatal SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), usado até 2015, quando o governo decidiu abandoná-lo e voltar a usar os serviços de e-mail da *Microsoft*.

Após reunião com Alessandro Molon e com membros do CGI, o governo decidiu, em setembro de 2013, pedir regime de urgência na tramitação do projeto na Câmara e no Senado. Isso significava que os deputados teriam o prazo de 45 dias para votá-lo e após isso ele seguiria para o Senado, onde os senadores também teriam o mesmo prazo. Caso isso não acontecesse, pela lei, as casas ficariam impedidas de apreciar qualquer outro projeto até que esse fosse votado. O regime de urgência, no entanto, não tornou a votação tão rápida quanto se esperava e o projeto ainda levou cinco meses até ser finalmente aprovado na Câmara, em 25 de março de 2014. Os pontos polêmicos, como neutralidade da rede e direito autoral, continuaram a ser alvo de intenso debate e as discordâncias entre os vários grupos interessados atrasaram a votação urgente.

O principal setor contrário à regra da neutralidade da rede era o das empresas de telecomunicações. A justificativa principal era a de que ela poderia impedir que as empresas criassem novos modelos de negócios, assim como oferecessem serviços e preços diferenciados para determinados setores sociais, que poderiam se beneficiar com ofertas mais acessíveis desses serviços. O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), partido da base aliada do governo, foi um dos principais defensores dos interesses da “teles” durante as negociações para a vota-

ção do Marco Civil. A proposta da lei ainda encontrou muita resistência mesmo dentro da própria base do governo, mesmo depois que ele assumiu a defesa da regra da neutralidade da rede como uma bandeira sua, como a presidente fez em discurso na ONU (SOLAGNA, 2015). Em setembro de 2013, ela defendeu explicitamente na abertura da 68ª Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), a construção de um marco civil multilateral para a governança da internet. O tom do discurso da presidente, como lembra Solagna (idem), foi uma consequência do seu encontro com o CGI naquele mesmo mês, que havia a colocado a par de questões importantes de governança multiparticipativa da internet.

Do outro lado da disputa os ativistas acusavam as “teles” de tentarem transformar a internet numa espécie de TV a cabo, com valores diferentes para diferentes serviços. Isso, segundo a realidade dos internautas brasileiros não tornaria esses serviços mais acessíveis ao público de baixa renda, por exemplo, mas dificultaria ou mesmo inviabilizaria que os internautas mais pobres tivessem acesso a eles. A solução para amenizar a disputa e avançar com a votação do projeto foi a alteração no “Artigo 3” que mencionava a liberdade de modelo de negócios desde que eles não conflitassem com outros princípios da lei (idem). Para tentar ilustrar a complexa negociação da aprovação do Marco Civil, Ronaldo Lemos (2014) criou um gráfico com os principais grupos envolvidos, os pontos mais polêmicos do projeto e as respectivas posições de cada grupo.

Grupos	Polêmicas						
	Neutralidade da rede	Privacidade altamente reforçada	Proteção à liberdade de expressão	Guarda de dados	Guarda forçada de dados no Brasil	Remoção de conteúdo apenas por ordem judicial	Remoção de <i>revenge porn</i> sem ordem judicial
Empresas de Telecomunicação	Contra	Contra	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
Sociedade Civil	A favor	A favor	A favor	Contra	Contra	A favor	Contra
Empresas Globais de Internet	Neutro	Contra	A favor	Neutro	Contra	A favor	Neutro
Empresas Brasileiras de Internet	A favor	Contra	A favor	Contra	Contra	Contra	Neutro

Setor de Radiodifusão	A favor	A favor	A favor	Neutro	Neutro	Contra	Neutro
Governo	A favor	Neutro	Neutro	A favor	A favor	Neutro	A favor
Forças de Segurança/Advogados/Polícia Federal	Neutro	Contra	Contra	A favor	A favor	Contra	A favor
Resultado	Aprovada	Parcialmente Aprovada	Aprovada	Aprovada	Não Aprovada	Não Aprovada	Aprovada

Tabela adaptada pela autora. Fonte: Lemos (2014).

Após aprovado na Câmara, o MCI seguiu para o Senado onde foi aprovado no final de abril de 2014, apenas um mês após aprovação pelos deputados. A velocidade se deveu a uma manobra regimental do governo, que conseguiu inverter a pauta do dia na casa e colocar o projeto como o primeiro item a ser votado. Apesar da velocidade da aprovação, o projeto foi alvo das mesmas polêmicas que havia sido na Câmara. A oposição lamentou a aprovação e afirmou que o texto necessitava de mais tempo para ser discutido, sobretudo nos pontos que tocam a questão da remoção de conteúdo que infringe direitos autorais, a neutralidade da rede e a guarda dos dados dos internautas. Os ativistas saíram vitoriosos no que toca às questões da garantia da neutralidade da rede e da remoção de conteúdos apenas com decisão judicial, mas lamentaram a aprovação do “Artigo 15”, que prevê a guarda de dados dos usuários por parte dos provedores de acesso pelo período de seis meses. Para eles, isso abriria brechas para espionagem e violação dos direitos constitucionais de presunção de inocência. Na ocasião eles chegaram a fazer campanha na internet para que Dilma Rousseff vetasse esse artigo, usando a *hashtag* “#Veta15Dilma”, mas a lei foi sancionada com a sua manutenção (FNDC, 2014). Por esse motivo, o clima que predominou depois da aprovação do MCI foi o de que a lei acabou não sendo aprovada da forma como os ativistas haviam pensado no início, mas ainda sim representava uma importante mudança no cenário de governança da internet no país.

A urgência para a aprovação da lei no Senado, além da resposta política que o governo queria dar aos escândalos de espionagem da NSA, se deveu também ao seu desejo de que o projeto se tornasse lei durante o “Encontro Global Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet – NETMundial,” que ocorreu em São Paulo, em abril do mesmo ano (SENADO NOTÍ-

CIAS, 2014). Esse evento foi especial por vários aspectos. Ele havia sido proposto pelo então presidente da ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*), Fadi Chehadé, à presidenta Dilma ainda em 2013, após o pronunciamento da presidenta defendendo a neutralidade da rede na ONU e propondo um Marco Civil global (idem).¹⁵⁹ O evento foi organizado justamente no ano em que a web completou 25 anos e contou com a participação de duas personagens importantes na história da internet: o criador da web, Tim Berners-Lee, e um dos criadores da internet, Vincent Cerf, representando a *Google*. Foi então durante a abertura desse evento, somente um dia após aprovado no Senado, que a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei do Marco Civil da Internet.

Esse gesto durante o “NETMundial” exprimiu a resposta do governo a essa ameaça à soberania do país representada pela espionagem estrangeira (HOSKINS, 2017). Não por coincidência a presidenta começou o seu discurso de abertura justamente por esse tópico, destacando a importância da privacidade e liberdade de expressão para a manutenção da internet como espaço democrático:

Esses eventos [espionagem de cidadãos e governo] não são aceitáveis, não eram aceitáveis no passado e permanecem inaceitáveis hoje, na medida em que são uma afronta à própria natureza da Internet como plataforma democrática, livre e pluralista. A Internet que queremos só é possível em um cenário em que os direitos humanos sejam respeitados. Particularmente, o direito à privacidade e à liberdade de expressão (NETMUNDIAL, 2014, tradução nossa).¹⁶⁰

A palavra de destaque do discurso da presidenta foi, portanto, “democracia”. O uso do termo no contexto dos debates sobre internet ou sobre tecnologia de modo geral não se devia apenas a conjuntura de aprovação do MCI e não foi feito apenas por membros do governo, mas também por ativistas. O governo do PT de uma forma geral fez uso desse discurso ao longo dos mandatos de Lula e Dilma. Vale lembrar que durante sua visita ao FISL Lula afirmou que o seu governo era o mais democrático do mundo, que ele não acreditava que houvesse outro governo

¹⁵⁹ O ICANN é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1998 e subordinada ao governo dos Estados Unidos, que tem como principal função a administração de endereços da internet.

¹⁶⁰ No original: “These events are not acceptable, were not acceptable in the past and remain unacceptable today, in that they are an affrontment against the very nature of the Internet as a democratic, free, and pluralistic platform. The Internet we want is only possible in a scenario where human rights are respected. Particularly the right to privacy and to one's freedom of expression.”

tão democrático quanto o dele, isso em um contexto de defesa do software livre e do Marco Civil (SOFTWARE LIVRE BRASIL, 2009).

No discurso de Dilma, ela lembrou à plateia que o modelo de governança da internet defendido pelo Brasil era “de natureza multissetorial, multilateral, democrática e transparente”, que um modelo que exclui outros setores da sociedade e privilegia apenas o setor governamental não é nada democrático. Ao dizer isso, ela estava fazendo uma crítica direta a gestão da IANA (*Internet Authority for Number Assignment*), organização subordinada ao ICANN, ambas as instituições de governança da internet, mas subordinadas unicamente ao governo norte-americano. Além disso, essa crítica obtinha um peso maior quando juntada ao escândalo da NSA, agência também subordinada ao próprio governo norte-americano (SOLAGNA, 2015).

“Democracia” foi um termo chave de todo processo que deu origem ao Marco Civil, mesmo outros termos tendo sido massivamente usados como “liberdade de expressão”, “privacidade” e “neutralidade da rede”, estes foram empregados no sentido de defender a integridade da democracia brasileira e uma espécie de cidadania digital. A predominância desse discurso pode ser explicada a partir de diferentes fatores. Um deles é influência da ideologia ciberlibertária na forma como os ativistas reagiram ao projeto de cibercrimes de Azeredo. Diante de uma visão sobre a internet como um espaço essencialmente democrático e livre, o projeto de lei representou uma ameaça a esse estado “natural” da rede. Em segundo lugar, podemos citar a influência do próprio trauma que o país tem com os vários períodos autoritários pelos quais já passou. O último e talvez o mais violento deles, a ditadura militar terminada em 1985, representa até hoje um capítulo mal resolvido da história do Brasil. A ruptura que ela representou impôs após o seu fim um processo de reinvenção da democracia brasileira e um processo contínuo de sua reafirmação. Nesse cenário, a internet foi considerada como uma poderosa ferramenta para essa reafirmação, como veremos a seguir.

A democracia fortalecendo a internet e a internet fortalecendo a democracia

Uma dimensão do debate sobre a neutralidade da rede no Brasil foi a de que o Marco Civil da Internet era uma reafirmação da democracia brasileira. Nem todos que fizeram parte desse

processo de construção da lei concordariam com essa ideia, porque essa construção teve um conjunto mais complexo de atores, que vai além dos defensores da democracia digital. No entanto, esse foi um traço significativo do debate aqui no país. O MCI combateu e derrotou um projeto de lei considerado uma ameaça para a democracia brasileira, e, ao mesmo tempo, foi construído de forma pioneira, a partir de uma consulta pública on-line. Apesar de o texto final da lei refletir alguns interesses das empresas de telecomunicações que foram negociados para que ele pudesse ser aprovado, parte dos ativistas também o representou como uma ferramenta de resistência ao modelo de internet que parcela do mercado tentava impor, defendendo o interesse público contra o interesse da indústria.

Pelas lentes daqueles que viam no MCI a chance de reafirmar a nossa democracia, a disputa talvez pudesse ser descrita como um choque entre a democracia e o mercado. Democracia e capitalismo estariam nesse contexto de lados opostos. Isso pode ser ilustrado, por exemplo, pela faixa ostentada por alguns ativistas e parlamentares durante as votações do projeto na Câmara e no Senado, em 2014. A faixa carregava a frase: “Marco Civil da Internet: Democracia sim! Corporações não!” (DIAS, 2015). Nesse debate articulou-se a ideia do mercado como o inimigo da democracia, e o Marco Civil como representando uma tensão entre os interesses públicos e os interesses privados.

A democracia emergiu como um valor central durante o século XX. Ela que havia sido até o século XIX classificada como perigosa e tratada muitas vezes como indesejada, por oferecer um modelo de governo representativo eleito por uma massa da população que poderia não ter educação suficiente para escolher bem; despontou no século passado como algo desejável e mesmo necessário. Na primeira metade do século predominou a teoria “hegemônica” da democracia, a qual englobava os debates sobre a sua “dejesabilidade” como forma de governo. Após a Segunda Guerra os debates se concentraram nas condições estruturais da democracia, resumidos pela preocupação entre sua compatibilidade ou não com o capitalismo. Articulou-se a este um segundo debate sobre o caráter redistributivo da democracia, de acordo com o qual a democracia trazia junto com ela uma tendência distributiva através do modelo social democrata. Esse debate representava uma tensão entre a democracia e o capitalismo e discutiu modelos alternativos à democracia liberal (AVRITZER; SANTOS, 2002).

O processo de globalização e de democratização ou redemocratização de vários países do Sul, no final do século XX, levou a um redirecionamento do debate e emergência de teorias cha-

madras de “contra-hegemônicas”. A globalização contribuiu para se pensar a democracia localmente nos Estados Nacionais e, como consequência, levou ao restabelecimento de tradições participativas em países como o Brasil, Moçambique, África do Sul e Índia. Leonardo Avritzer e Boaventura de Sousa Santos (idem) chamam esse processo de “reinvenção da democracia participativa”, que estaria diretamente ligado a um ideal de participação e inclusão desses respectivos projetos de libertação do colonialismo e autoritarismo. Enquanto a concepção hegemônica tem um caráter elitista e concentra-se na democracia como um procedimento de tomada de decisões e escolha de governo; a contra-hegemônica enxerga a democracia como uma forma de organizar a sociedade, como uma “gramática social”, traduzida pela forma como o Estado se relaciona com os seus cidadãos. A democracia segundo esta visão seria, portanto, pensada como uma “prática social” e não como um método para escolher governos (idem).

Os debates sobre a democracia nesses países do Sul aconteceram, portanto, articulados à defesa de uma democracia participativa feita por movimentos pós-coloniais que se configurou, segundo os autores, como um projeto de “instituição de uma nova soberania democrática” (ibidem, p.58). Nesse projeto, novos atores sociais e temas foram incluídos no cenário político e estabeleceu-se uma disputa em torno do sentido cultural da democracia e da necessidade de uma nova configuração social. No caso brasileiro, segundo explicam ainda os autores, durante os anos 1980 e 1990, esse processo de reinvenção da democracia participativa foi articulado a partir da ideia do “direito a ter direitos” e pelo questionamento das identidades nacionais atribuídas pelos colonizadores e/ou pelos governos autoritários (idem). O discurso do governo do PT durante os anos em que governou o país revela essa tentativa de reinvenção da democracia participativa, inclusive através de políticas de inclusão digital, uso de software livre e a defesa do Marco Civil da Internet (TORRES, 2018b).

Dois momentos são emblemáticos desse discurso, um é o momento de implantação da política de adoção de software livre por parte do governo federal, em 2003; e o outro é o de defesa do software livre e do MCI no FISL, em 2009. Em 2003, no “Guia Livre: referência de migração para software livre do governo federal”, documento produzido pelo CISL, o governo apresentou um discurso de defesa do software livre como uma espécie de compromisso com o cidadão. Esse compromisso pode ser entendido a partir da ótica da “gramática social”, da qual Avritzer e Santos (2002) falaram. A política de software livre nessa perspectiva seria uma forma do Estado se

relacionar com os seus cidadãos transmitindo com essa política a preocupação com o estabelecimento de uma dinâmica participativa. Assim diz um trecho do Guia:

...o que se deve perceber é que o Governo terá sempre à sua frente duas formas de contratação distintas. Uma em que o Governo e o cidadão preservam mais direitos –direitos inerentes à Democracia – e outra em que o Governo e o cidadão abrem mão desses mesmos direitos. São dois modelos contratuais distintos [se referindo ao software proprietário e ao software livre]. Adotar um ou outro não é opção para o Governo: é, ao contrário, dever. **O Governo tem o dever de contratar preservando os valores de liberdade e abertura.** O Governo tem o dever de contratar da forma melhor para o cidadão. Assim, se pudéssemos resumir a política governamental em relação a Software Livre em uma única frase, colocaríamos o seguinte: “Software Livre: um Contrato Aberto com o Cidadão” (GOVERNO DIGITAL, 2003, p. 30, grifo nosso).

Há aqui, como é possível perceber, uma analogia entre software livre e democracia, entre a licença do software de código aberto, que é um contrato de abertura e transparência com o usuário; e a política de adoção de software livre adotada pelo governo, que seria um contrato com o cidadão que garantiria os “direitos inerentes à democracia”. A escolha por esse tipo de software, o documento sugere, é uma reafirmação da democracia que está sendo defendida pelo governo. É preciso destacar, no entanto, que esse discurso era mais presente no governo de Lula do que no de Dilma Rousseff, que como vimos abriu mão de várias políticas e projetos de inclusão digital de seu antecessor. Lula defendia de forma mais enfática a importância da inclusão digital como forma de alcançar uma autonomia tecnológica, política e econômica do país. Em seu discurso no FISL, por exemplo, ele defendeu a importância do software livre para a reinvenção de uma identidade para o povo brasileiro, que fosse diferente da atribuída pelos países do Norte. A adoção de software livre, assim como a rejeição de uma legislação que lembrava as práticas autoritárias do regime militar, e a aprovação de uma lei robusta como o MCI, eram meios de fortalecer uma democracia participativa no país. Assim ele defendeu em 2009:

Então, o software livre é uma possibilidade de essa meninada reinventar coisas que precisam ser reinventadas. O que precisa? De oportunidade. Podem ficar certos de uma coisa, companheiros, que neste governo é proibido proibir [referência ao projeto de cibercrimes]. Neste governo... **O que nós fazemos neste governo é discutir.** Os empresários sabem quanto que nós discutimos, sem rancor, sem mágoa, sem querer abater um

concorrente, não! **É debater, é fortalecer a democracia e levá-la as suas últimas conseqüências.**

Porque esse país ainda está se encontrando consigo mesmo, porque durante séculos nós éramos tratados como se fossemos cidadãos de terceira classe, nós tínhamos que pedir licença para fazer as coisas, nós só podíamos fazer as coisas que os Estados Unidos permitissem, ou se a Europa permitisse. E a nossa autoestima está em alta. Nós aprendemos a gostar de nós mesmos. Nós estamos descobrindo que nós podemos fazer as coisas. Nós estamos descobrindo que ninguém é melhor do que nós. Pode ser igual, mas melhor não são, não têm mais criatividade do que nós. O que nós precisamos é oportunidade (SOFTWARE LIVRE BRASIL, 2009, grifo nosso).

Não é difícil entender porque essa preocupação com a defesa da democracia em um país cuja história é marcada por tantos governos autoritários, tendo o mais recente deles terminado há pouco mais de 30 anos. Há uma ferida aberta ainda na história política do Brasil. Por isso ao menor sinal de perigo os ativistas se apressaram em relacionar o projeto de Eduardo Azeredo a uma prática autoritária da ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985. O discurso que pareceu para muitos como “exagerado” funcionava justamente para refrescar a memória do país sobre o que acontece quando se abre mão de direitos básicos ou não se reage a tentativas, por menores que sejam, de controle e vigilância. Nesse sentido, os protestos contra a Globo representavam não somente uma queda de braço contra o lobby da empresa na questão do Marco Civil, mas simbolicamente também a luta contra uma estrutura de poder midiático que serviu de suporte para o Golpe Militar de 1964.¹⁶¹

Democracia, no entanto, não possui apenas um sentido. A ideia de democracia para os vários atores envolvidos no processo do MCI varia de acordo com a posição que cada grupo ocupa no cenário político, entre outros fatores. Para muitos dos ativistas, democracia poderia significar, por exemplo, além do oposto de ditadura militar, ou seja, um não retorno a ela e ao passado de censura e vigilância que ela representava; uma reafirmação de uma internet inclusiva e acessível a todos, de uma cidadania garantida também no mundo digital. Para o governo, democracia poderia representar a inclusão social através da inclusão digital, que foi uma das bandeiras do governo de Lula, por exemplo. Poderia ainda ser incluir o máximo possível de cidadãos no processo de construção de uma lei, como foi o caso do MCI. Ela poderia significar ainda, governabi-

¹⁶¹ O apoio das Organizações Globo à Ditadura Militar também foi alvo de protestos durante as “jornadas de junho”, em 2013. Em agosto do mesmo ano, o jornal O Globo inclusive chegou a se pronunciar a respeito disso, reconhecendo que o seu apoio ao Golpe havia sido um “erro”. O texto publicado pelo jornal começa com a seguinte afirmação: “Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas: ‘A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura’”. De fato, trata-se de uma verdade, e, também de fato, de uma verdade dura. Já há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro” (O GLOBO, 2013).

lidade, sua legitimidade e sua manutenção no poder. Em um momento em que as manifestações de junho causavam uma instabilidade e uma crise institucional que levariam mais tarde ao desenvolvimento de um anti-petismo e do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, episódio que muitos tendem a classificar como um golpe parlamentar, a aprovação do Marco Civil poderia representar também para um governo desacreditado um novo fôlego na sua governabilidade.

A defesa da democracia foi também um dos interesses que uniu os ciberativistas, representantes de uma nova forma de fazer política, usando a rede e endossando o seu papel no fortalecimento da própria democracia; e os ativistas oriundos de uma política mais tradicional, sindicalista e institucionalizada, nem sempre familiarizados com as ferramentas digitais. Como Solagna (2015) aponta, houve uma interseção de novos e velhos “repertórios” políticos, de um lado os movimentos sociais tradicionais, com protestos, manifestações públicas, audiências públicas, uso de faixas; de outro os ciberativistas, com mensagens em redes sociais, petições on-line, blogagens coletivas, etc. A essa equação também se juntava o governo com as suas negociações com ambos os grupos, assim como também com os deputados, senadores, ministros e com o setor empresarial interessado na questão.

Na primeira fase de construção do MCI, o processo parecia mais um “assunto de ativista”, a maior mobilização em torno do projeto se deu por parte dos ciberativistas e/ou acadêmicos que estavam fora e dentro do governo, mas o próprio governo não demonstrava tanto engajamento até 2013, quando se viu diante das denúncias de espionagem da NSA e das “jornadas de junho” que o desestabilizaram. A aprovação da lei, portanto, significava do ponto de vista do governo um passo para garantir a estabilidade democrática diante de ambas as ameaças, a externa e a interna. A participação de Lula nessa fase foi também digna de nota. Assim como ocorreu em 2009, o ex-presidente assumiu um posto de articulador para que o governo “abraçasse” de fato a ideia do Marco Civil e se mobilizasse para que ele fosse aprovado o mais rápido possível. Em entrevista à Fabricio Solagna (2015), a ativista Beatriz Tibiriçá afirmou que a reunião convocada pelo ex-presidente Lula, no final de 2013, com movimentos sociais e ministros do governo, foi fundamental para a mudança de postura dos membros do governo em relação ao MCI. Lula defendeu a necessidade do governo, através de seus ministros, mobilizar os líderes dos partidos na Câmara para que houvesse uma coalizão para aprovação do Marco Civil.

Obviamente não podemos reduzir um projeto da complexidade da lei do Marco Civil, construído por vários setores da sociedade, como tendo como único interesse a defesa da

democracia. Esse projeto é resultado de vários interesses que se cruzaram no seu processo de construção, uns mais enunciados que outros, alguns até mesmo disfarçados pelo discurso em defesa da inovação, da neutralidade da rede, da liberdade de expressão, da liberdade de negócios, etc. Isso não significa, no entanto, que a preocupação com o tema da democracia que permeou todo o debate em torno dele, não representa um dos motivos centrais. Significa que não é o único. Não explica ou justifica tudo, mas a sua persistência durante os anos que marcaram as disputas para a aprovação do MCI é relevante o suficiente para a construção de uma narrativa que defenda isso.

O tema da democracia foi central e isso fica evidente inclusive na escolha da forma de construção do texto do projeto de lei, através de consulta pública on-line. Esse foi o emprego pleno da ideia de que a internet pode e deve ser usada para defender e fortalecer a democracia. Ideia expressa pelo relator do projeto de lei do MCI, Alessandro Molon, ao afirmar que a lei havia sido construída pela sociedade, de forma democrática e de que ela em si havia sido uma demonstração de como a rede pode contribuir para fortalecer a democracia. Sobre isso ele ainda declarou: “Depois que a democracia foi usada para fortalecermos a internet, é hora de pensarmos como a internet pode contribuir para o enriquecimento da democracia.” (2014, p. xxix). Esse é um exemplo de como a nossa sociedade tem pensado “internet” e “democracia” como coisas que andam de mãos dadas ou que “devem” andar de mãos dadas. Neste sentido, a internet é tratada como uma mídia excepcional, capaz de nos garantir a democracia, exceto que todo o percurso do Marco Civil demonstra que as disputas e relações cruciais e determinantes no jogo político ainda ocorrem off-line e à velha moda.

Considerações finais

As ideologias são resistentes ao ponto de perdurarem séculos e atravessarem fronteiras continentais, fornecendo sentido tanto a grandes e importantes decisões, quanto às experiências mais banais das pessoas. No entanto, isso não significa dizer que essa resistência se dá ao ponto de elas passarem intactas por essas mudanças históricas e pelas mudanças culturais que resultam desse fluxo entre fronteiras geográficas. As ideologias, no sentido adotado por nós ao longo desse trabalho, passam por um processo contínuo de legitimação e contestação, apropriação e reapropriação, construção e desconstrução de sentidos, porque elas são campos de disputa de poder entre os diferentes grupos sociais. Como tais elas funcionam ora legitimando e representando os interesses de um determinado grupo, ora sendo usadas contra esses mesmos interesses.

Sob essa perspectiva, procuramos apresentar aqui a ideologia da internet livre e aberta, ou ideologia ciberlibertária, como um espaço onde tanto grupos da direita quanto grupos da esquerda procuram estabelecer áreas de influência na sociedade. Tentamos demonstrar como essa ideologia é heterogênea na sua formação, englobando desde um discurso individualista romântico da cibercultura, passando por um determinismo tecnológico da cibernética, que defendia também valores centrais para essa ideologia, como abertura, transparência e livre circulação das informações; até o discurso neoliberal da liberdade individual, do Estado mínimo e livre mercado. Essa heterogeneidade permitiu que se desenvolvessem duas principais versões dessa ideologia, uma mais à esquerda, que defende um discurso de que a internet livre e aberta nos possibilitará o fortalecimento da democracia. A melhor metáfora para definir essa versão é a da “ágora eletrônica”. E a outra versão é uma mais à direita, que privilegia uma linguagem mais econômica e defende que a abertura e a liberdade enquanto atributos da internet contribuem para a formação de um “mercado eletrônico”. A formação dessa ideologia, portanto, como defendemos aqui, aconteceu a partir da confluência ou da “afinidade eletiva” que ela estabeleceu com outras ideologias ao longo do tempo.

Para ilustrar a ambiguidade dessa ideologia, usamos o exemplo do debate da neutralidade da rede que se desenrolou simultaneamente nos Estados Unidos e no Brasil, mas que teve origem no primeiro. Partimos da concepção de que esse debate é uma manifestação dessa ideologia, já

que ele articula e defende como seus valores fundamentais a liberdade na internet, tanto para os indivíduos quanto para as informações, e um tratamento neutro para essa tecnologia, baseado na ideia de que ela é em essência neutra. Demonstramos como esse mesmo debate foi apropriado e direcionado para atender a diferentes interesses em ambos os contextos. No caso norte-americano, por exemplo, pelo próprio contexto histórico a partir do qual esse debate se desenvolveu, na tentativa de combate ao monopólio de empresas de telecomunicações; e também pela própria força do discurso neoliberal lá, muito mais predominante que no Brasil, o debate da neutralidade da rede tendeu para uma abordagem mais econômica de defesa dos consumidores e do ambiente da inovação tecnológica e concorrência. Isso não quer dizer, no entanto, que no contexto do país esse é um debate de direita, mas que nas circunstâncias históricas analisadas, e a reviravolta provocada por Ajit Pai revela isso, a versão do “mercado eletrônico” tem trinfado diante de outras.

Já no contexto brasileiro, a versão da “ágora eletrônica” foi predominante. O debate da neutralidade da rede no país, que teve como ápice a aprovação do Marco Civil da Internet, enfatizou o papel da internet para o fortalecimento da democracia brasileira e, ao mesmo tempo, defendeu a necessidade de uma abordagem democrática para a questão da governança da rede. Isso pode ser justificado pela própria forma como o discurso a respeito da necessidade de uma legislação para a internet no país veio à tona. Os ativistas que defendiam uma internet livre e aberta discordaram de uma abordagem criminal para a rede e ao se opor a uma legislação considerada vigilantista e censuradora, construíram um link entre a necessidade de um marco regulatório civil para a internet e a defesa e preservação da democracia no país. Essa ligação também foi defendida pelo próprio governo, que acabou por adotá-la como forma de defender sua governabilidade diante de ameaças internas e externas e, com isso, contribuiu para o processo de aprovação do Marco Civil. Novamente, isso não quer dizer necessariamente que o debate da neutralidade da rede no Brasil sempre se deu nesses mesmos moldes ou que continuará assim, mas que naquele momento as forças políticas envolvidas nele convergiram para essa interpretação.

A ideologia da internet livre e aberta segue essa dinâmica que mencionamos anteriormente. Ela ora favorece e é alimentada por grupos da direita neoliberal, ora responde a interesses de grupos de esquerda. Trabalhando de ambos os lados, ela pauta a ação política de ambos os grupos, seja para a aprovação de uma lei robusta que estabeleça um papel fundamental do Estado na regulação da internet, como foi o caso do Marco Civil; seja legitimando os interesses de quem de-

fende que quanto menos regulação, melhor, e que o Estado deveria interferir o mínimo possível nisso. O argumento de que o discurso ciberlibertário anula a luta política da esquerda ou apenas favorece o avanço da direita neoliberal, como afirmam autores como David Golumbia (2013), corre o risco de nos levar a acreditar que dentro do campo de disputa dessa ideologia a resistência é vã. Se assumirmos que qualquer discurso vai ser cooptado pelo neoliberalismo e servir apenas a seus interesses, nós corremos o risco de desarmar a resistência ao próprio neoliberalismo e anular a relevância do próprio conflito político e as disputas de poder necessários para a mudança social. Se tudo, no limite, se tornará neoliberal ou será incorporado sob suas asas, qualquer luta contra ele será em vão. Assumir que essa ideologia da internet livre e aberta é um campo de batalhas significa não só reconhecer o seu caráter heterogêneo e fluido, mas também assumir que ela não está fadada a beneficiar somente a direita, mas pode também servir aos propósitos de uma resistência ao neoliberalismo.

O discurso de que a internet é livre e aberta, argumento central da ideologia ciberlibertária funciona como um mecanismo que encerra uma verdade e um significado a respeito da internet, que na verdade são históricos. Dizer isso implica, como Langdon Winner (1980) apontou, assumir que as tecnologias por si só tem características políticas que lhes são inerentes em todo e qualquer contexto. Mas a verdade, como defende também Thomas Streeter (2011), é que o que garante a abertura e a liberdade na internet é a memória que construímos sobre ela:

Uma das forças mais poderosas que mantém o caráter aberto e anárquico da internet, em suma, é nossa memória de todas as histórias românticas sobre a internet; essas histórias nos ensinaram a esperar que a internet seja libertadora e imprevisível, e que a expectativa ajuda a mantê-la assim. A internet é aberta, não por causa da tecnologia em si ou de algum potencial democrático exclusivo oculto dentro da tecnologia, mas porque nós a narramos como aberta e, como consequência, a abraçamos e a construímos como aberta (p. 175, tradução nossa).¹⁶²

As expectativas são espécies de memórias que construímos sobre o futuro, para usar uma noção articulada por Rebecca Solnit (2014) a partir de ideias de Virginia Woolf e Laurence Gon-

¹⁶² No original: “One of the most powerful forces maintaining the internet’s open, anarchic character, in sum, is our memory of the all the romantic stories about the internet; those stories taught us to expect the internet to be liberating and unpredictable, and that expectation helps keep it that way. The internet is open, not because of the technology itself or some uniquely democratic potential hidden inside the technology, but because we have narrated it as open and, as a consequence, have embraced and constructed it as open.”

zalez. Nós temos uma memória construída a respeito da internet como esse espaço livre e transparente e como uma ferramenta libertadora e democratizante, e essa memória alimenta nossas expectativas e ações sobre ela. Ela segue recriando a internet como aberta, livre e democrática, fazendo essa memória projetar-se no nosso futuro. O reforço dessa narrativa representa a forma como temos pensado a comunicação via rede de computadores. As duas possibilidades apresentadas aqui, a “ágora eletrônica” e o “mercado eletrônico” tem se constituído a partir de uma configuração histórica de poder, que tem colocado em lados opostos “democracia” e “mercado”. Ambas as versões buscam produzir um convencimento a respeito da melhor forma de pensar a comunicação mediada por computadores.

Mas ambas possuem suas limitações e contradições, como vimos. A “ágora eletrônica” mais do que nunca enfrenta os desafios de explicar, entre outras coisas, porque as pessoas estão se abstendo cada vez mais da participação no debate que constitui o jogo democrático. Porque elas estão se engajando na produção e compartilhamento de notícias falsas, ao invés de encarar um debate pautado em informações comprovadamente verdadeiras e construir um espaço transparente. Porque no caso do Marco Civil a participação foi pequena e porque no caso das consultas da FCC as participações foram fraudadas. Essas e outras questões que ainda não tem resposta são desafiadoras para esse discurso que defende que quanto mais comunicação virtual e mais informação circulando na rede, melhor será o debate político e melhor informado será o cidadão.

Do outro lado temos a versão do “mercado eletrônico”, que tem como desafio, entre outras coisas, acomodar os vários modelos de negócios dentro desse suposto cenário paradisíaco para o mercado que a internet livre e aberta criaria. Como vimos, não é tão simples defender que uma internet neutra, aberta e livre é melhor para o mercado quando, na verdade, o mercado é diverso e nem todos os interesses podem ou vão ser representados nesse discurso. Na prática a neutralidade da rede, por exemplo, não tem funcionado de forma satisfatória para todas as empresas, basta ver o conflito entre as de telecomunicações e as *over-the-top* no contexto norte-americano. O que o caso do debate da neutralidade da rede nos dois países nos sugere é que o modelo de governança da internet não está necessariamente fadado a ser neoliberal, assim como também o simples uso da internet não faz de um governo uma democracia participativa ou transparente apenas porque existe essa memória que tem triunfado sobre o caráter e o poder da internet. Essa compreensão de que a abertura ou o caráter democrático da internet não são garantidos como um atributo próprio e imutável dessa tecnologia, mas através da ação política, deve nos

servir de incentivo para procurar estabelecer políticas públicas que garantam, assim como o Marco Civil tenta fazer, que o interesse público prevaleça e que haja limites para a atuação das corporações dentro também desse espaço virtual. Se o fato de o futuro ser obscuro, desconhecido e incerto é na realidade uma benção, como defende ainda Solnit, então o caráter da internet e o seu modelo de governança não está definido ainda, porque essa incerteza nos reserva algum espaço para a resistência a essa tendência e a possibilidade de contarmos as nossas próprias histórias sobre essa tecnologia.

Referências

ABERT. **ABERT se manifesta sobre Marco Civil da Internet**. 2012. Disponível em: <<https://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/18548-abert-se-manifesta-sobre-marco-civil-da-internet>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

AMADEU, Sérgio. **FSM discute alternativas ao PL do Senador Azeredo**. 2009. Disponível em: <<http://samadeu.blogspot.com/2009/01/fsm-discute-alternativas-ao-pl-do.html>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

ANDERSON, Perry. **Renewals**. New Left Review, London, 1, p. 1-20, jan./fev. 2000. Editorial. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/1/perry-anderson-renewals>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

AT&T PUBLIC POLICY. **Open internet**. Disponível em: <<https://www.attpublicpolicy.com/top-issues/open-internet/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

AUFDERHEIDE, Pat. **The 1996 Telecommunications Act: ten years later**. Federal Communications Law Journal: Vol. 58: Iss. 3, Article 3. 2006. Disponível em: <<http://www.repository.law.indiana.edu/fclj/vol58/iss3/3>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de S. Introdução: Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.

BAIR, Jennifer. Taking Aim at the New International Economic Order. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Ed.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p.347-85.

BARBROOK, Richard. **The hi-tech gift economy**. First Monday, v. 3, n. 12, 1998. Disponível em: <<http://journals.uic.edu/ojs/index.php/fm/article/view/631/552>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. **The Californian ideology**. 1995. Disponível em: <http://www.alamut.com/subj/ideologies/pessimism/califldeo_I.html>. Acesso em: 01 dez. 2016.

BARLOW, J. Perry. **A declaration of the independence of cyberspace**. 1996a. Disponível em: <<https://www.eff.org/cyberspace-independence>>. Acesso: 09 mai. 2017.

_____. **Declaring independence**. 1996b. Disponível em: <<https://www.wired.com/1996/06/independence/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BARLOW, J. Perry; KAPOR, Mitchell. **Across the Electronic Frontier**. 1990. Disponível em: <<https://www.eff.org/pages/across-electronic-frontier>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BATTLE FOR THE NET. Disponível em:
<<https://www.battleforthenet.com/sept10th/#everyone>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BBC BRASIL. **Exclusivo: investigação revela exército de perfis falsos usados para influenciar eleições no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42172146>>. Acesso em 23 de mar. 2018.

BELL, Daniel. **The cultural contradictions of capitalism**. New York: Basic Books, 1976.

BERGMAYER, John. **Holding AT&T to account for blocking FaceTime on iPhones and iPads**. 2012. Disponível em: <<https://www.publicknowledge.org/news-blog/blogs/holding-att-to-account-for-blocking-facetime-on-iphones-and-ipads>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BERNERS-LEE, Tim. **Information management: a proposal**. 1989. Disponível em: <<https://www.w3.org/History/1989/proposal.html>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. **Frequently asked questions**. Disponível em: <<https://www.w3.org/People/Berners-Lee/FAQ.html>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BERLIN, Isaiah. Two concepts of liberty. In: _____. **Four essays on liberty**. Oxford: Oxford University Press, 1969, p. 15-35.

BOAZ, David. **Libertarianism: A Primer**. New York: The Free Press, 1997.

BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BRAND, Stewart. **Spacewar: fanatic life and symbolic death among the computer bums**. 1972. Disponível em: <http://wheels.org/spacewar/stone/rolling_stone.html>. Acesso: 07 out. 2013.

_____. **“Whole earth” origin**. 1976. Disponível em:
<http://sb.longnow.org/SB_homepage/WholeEarth_buton.html>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **We owe it all to the hippies**. TIME Magazine Domestic. SPECIAL ISSUE, Spring 1995, Volume 145, No. 12. Disponível em:
<http://members.aye.net/~hippie/hippie/special_.htm>. Acesso em: 19 mai. 2016.

BRANDOM, Russell. **Sponsored data: AT&T will now let companies buy out your data charges for specific videos and apps**. 2014. Disponível em:
<<https://www.theverge.com/2014/1/6/5279894/at-t-announces-net-neutrality-baiting-sponsored-data-mobile-plans>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997**. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. 1997. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. **Decreto de 29 de outubro de 2003**. Institui Comitês Técnicos do Comitê Executivo do Governo Eletrônico e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn10007.htm>. Acesso em: 02 mar. 2018.

_____. **Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm> Acesso em: 02 mar. 2018.

_____. **Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016**. Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8638.htm>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRETON, Philippe. **A utopia da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

_____. **História da informática**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

BRODKIN, Jon. **Entire broadband industry seeks immediate halt to Title II classification**. 2015. Disponível em: <<https://arstechnica.com/tech-policy/2015/05/entire-broadband-industry-seeks-immediate-halt-to-title-ii-classification/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRUSTEIN, Joshua. **Behind closed doors, Ford, UPS, and Visa push for net neutrality**. 2014. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2014-11-14/net-neutrality-ford-ups-visa-and-bofa-lobby-fcc-in-secret#r=hp-ls>>. Acesso em: 25 set. 2018.

BUCKMINSTER FULLER INSTITUTE. **Spaceship earth**. Disponível em: <<https://www.bfi.org/about-fuller/big-ideas/spaceshipearth>>. Acesso em: 17 de mai. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 84/1999**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15028>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

CANNON, Robert. **The legacy of the Federal Communications Commission's Computer Inquiries**. Federal Communications Law Journal: Vol. 55: Iss. 2, Article 2, p. 167-206, 2003. Disponível em: <<http://www.repository.law.indiana.edu/fclj/vol55/iss2/2>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

CARTA MAIOR. **Marco Civil: porquê “Constituição” da Internet?** 2014. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/Marco-Civil-porque-Constituicao-da-Internet-/40/30579>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). 3a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE. Disponível em: <<http://diretorio.fgv.br/cts>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CERUZZI, Paul E. **A history of modern computing**. 2ª ed. Cambridge: The MIT Press, 2003.

CGI.BR. **Resolução CGI.br/RES/2009/003/P**. 2009. Disponível em: <<http://cgi.br/resolucoes/documento/2009/003>>. Acesso em: 26 mar. 2018

_____. **CGI.br: Governança multissetorial e pluriparticipativa da Internet no Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://cgi.br/noticia/videos/cgi-br-governanca-multissetorial-e-pluriparticipativa-da-internet-no-brasil/10062>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COHEN, David L. **Reconfirming Comcast's commitment to an open internet and net neutrality**. 2017. Disponível em: <<https://corporate.comcast.com/comcast-voices/fcc-to-vote-to-restore-internet-freedom-and-innovation>>. Acesso em: 27 set. 2018.

COMPUTER HISTORY MUSEUM. Disponível em: <<http://www.computerhistory.org/brochures/doc-4372956dd1eb0/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

CONGRESSO EM FOCO. **Ministério da Justiça propõe mais restrições na Internet**. 2009. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/ministerio-da-justica-propoe-mais-restricoes-na-internet/>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

CONGRESS.GOV. **Communications, Consumer's Choice, and Broadband Deployment Act of 2006**. 2006. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/109th-congress/senate-bill/2686/text>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

CUNLIFFE, John. Introduction: Left-libertarianism – Historical Origins. In: VALLENTYNE, Peter; STEINER, Hillel (Ed.). **The origins of left-libertarianism: an anthology of historical writings**. London: Palgrave, 2000, p. 1-19.

CURTIS, Adam. **All watched over by machines of loving grace**. Reino Unido, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Tatiana. **Marco Civil: as regras da internet que você precisa conhecer**. 2015. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2015/11/24/Marco-Civil-as-regras-da-internet-que-voc%C3%AA-precisa-conhecer>>. Acesso em: 01 out. 2018.

DISTRICT OF COLUMBIA CIRCUIT. **Verizon, Appellant v. Federal Communications Commission, Appellee**. 2014. Disponível em: <[https://www.cadc.uscourts.gov/internet/opinions.nsf/3AF8B4D938CDEEA685257C6000532062/\\$file/11-1355-1474943.pdf](https://www.cadc.uscourts.gov/internet/opinions.nsf/3AF8B4D938CDEEA685257C6000532062/$file/11-1355-1474943.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2018.

_____. **United States Telecom Association, Petitioner v. Federal Communications Commission and United States of America, Respondents**. 2017. Disponível em: <[https://www.cadc.uscourts.gov/internet/opinions.nsf/06F8BFD079A89E13852581130053C3F8/\\$file/15-1063-1673357.pdf](https://www.cadc.uscourts.gov/internet/opinions.nsf/06F8BFD079A89E13852581130053C3F8/$file/15-1063-1673357.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2018.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

_____. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Neoliberal dynamics - Imperial dynamics**. 2003. Disponível em: <<http://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2003f.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

DYSON, Esther et al. **Cyberspace and the American dream: a magna carta for the knowledge age**. 1994. Disponível em: <<http://www.pff.org/issues-pubs/futureinsights/fi1.2magnacarta.html>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ECKERSLEY et al. **Packet forgery by ISPs: a report on the Comcast affair**. 2007. Disponível em: <<https://www.eff.org/wp/packet-forgery-isps-report-comcast-affair>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

EHRlich, Paul R. **The population bomb**. New York: Ballantine Books, 1968.

EL PAIS. **O Brasil aprova a Constituição da Internet**. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/26/politica/1395795539_181359.html>. Acesso em: 21 mai. 2018.

ENGELBART, Douglas. **A research center for augmenting human intellect**. 1968. Disponível em: <<http://www.doungengelbart.org/pubs/augment-3954.html>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. **Augmenting human intellect: a conceptual framework**. 1962. Disponível em: <<https://www.doungengelbart.org/pubs/augment-3906.html>> . Acesso em: 03 jun. 2016.

ERIKSSON, Lina. Liberalism. In: DOWDING, Keith (Ed.). **Encyclopedia of power**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011, p. 385-88.

EVANGELISTA, Rafael de Almeida. **Traidores do movimento: política, cultura, ideologia e trabalho no software livre**. 240 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FANG, Lee. **Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana**. 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

FNDC. **Campanha #veta15Dilma: entenda os motivos!** 2014. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/clipping/campanha-veta15dilma-entenda-os-motivos-936290/>>. Acesso em: 26 de mar. 2018.

FARBER, David; BAILEY, Beth. **The Columbia guide to America in the 1960s**. New York: Columbia University Press, 2001.

FAUSTO, Ruy. 1989. **A pós-grande indústria nos Grundrisse (e para além deles)**. Revista Lua Nova, 19, p. 47–67, 1993.

FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION. **Communications Act of 1934**. 1934. Disponível em: <<https://transition.fcc.gov/Reports/1934new.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. **Telecommunications Act of 1996**. 1996. Disponível em: <<https://transition.fcc.gov/Reports/tcom1996.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. **Preserving internet freedom: guiding principles for the industry**. 2004. Disponível em: <<https://docs.fcc.gov/public/attachments/DOC-243556A1.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. **Policy statement**. 2005. Disponível em: <https://apps.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-05-151A1.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. **Notice of proposed rulemaking**. 2009. Disponível em: <https://www.wired.com/images_blogs/business/2009/10/fcc-09-93a1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. **Statement by FCC chairman Julius Genachowski**, “The Third Way: A Narrowly Tailored Broadband Framework”. 2010a. Disponível em: <<https://www.fcc.gov/document/statement-fcc-chairman-julius-genachowski-third-way-narrowly>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. **Report and order**. 2010b. Disponível em: <https://docs.fcc.gov/public/attachments/FCC-10-201A1_Rcd.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. **Notice of proposed rulemaking**. 2014a. Disponível em: <https://docs.fcc.gov/public/attachments/FCC-14-61A1_Rcd.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. **Chairman statement on broadband consumers and internet Congestion**. 2014b. Disponível em: <<https://www.fcc.gov/document/chairman-statement-broadband-consumers-and-internet-congestion>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. **Protecting and promoting the open internet, GN Docket No. 14-28**. 2014c. Disponível em: <<https://ecfsapi.fcc.gov/file/60000978803.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. **Report and order on remand, declaratory ruling, and order**. 2015. Disponível em: <https://transition.fcc.gov/Daily_Releases/Daily_Business/2015/db0312/FCC-15-24A1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. **Chairman Pai speech on the future of internet regulation.** 2017. Disponível em: <<https://www.fcc.gov/document/chairman-pai-speech-future-internet-regulation>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. **Restoring internet freedom.** 2018. Disponível em: <<https://www.fcc.gov/restoring-internet-freedom>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. **Universal service.** Disponível em: <<https://www.fcc.gov/general/universal-service>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

_____. **Rulemaking process.** Disponível em: <<https://www.fcc.gov/about-fcc/rulemaking-process>>. Acesso 27 ago. 2018.

FEDERAL REGISTER. Vol. 76, Friday, No. 185, September 23, 2011. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/FR-2011-09-23/pdf/2011-24259.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FISL 13. **Carta a Dilma.** 2012. Disponível em: <<http://softwarelivre.org/fisl13/noticias/carta-a-dilma>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FLORES, Paulo. **O que a Cambridge Analytica, que ajudou a eleger Trump, quer fazer no Brasil.** 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/08/O-que-a-Cambridge-Analytica-que-ajudou-a-eleger-Trump-quer-fazer-no-Brasil>>. Acesso em: 01 out. 2018.

FOLHA ONLINE. **Após três eleições, Lula chega à Presidência da República.** 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

FRANK, Thomas. **The conquest of cool: business culture, counterculture, and the rise of hip consumerism.** Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

FREIBERGER, Paul; SWAINE, Michael. **Fire in the Valley: the making of the personal computer.** New York: Osborne Publishing, 1984.

FISCHER, Karin. The influence of neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Ed.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective.** Cambridge: Harvard University Press, 2015, p.305-46.

FULLER, Buckminster. **Operating manual for spaceship earth.** Zurich: Lars Muller Publishers, 2008.

GILDER, George. **Wealth and poverty.** New York: Basic Books, 1981.

_____. **Microcosm: the quantum revolution in economics and technology.** New York: Touchstone, 1989.

GITLIN, Todd. **The sixties: years of hope, days of rage**. 2ª ed. New York: Bantam Book, 1993.

GIZMODO BRASIL. **Giz entrevista Eduardo Azeredo sobre cibercrimes e liberdade na internet**. 2009. Disponível em: <<http://gizmodo.uol.com.br/giz-entrevista-eduardo-azeredo-sobre-cibercrimes-e-liberdade-na-internet/>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

GOLUMBIA, David. **Cyberlibertarians' digital deletion of the left**. 2013. Disponível em: <<https://www.jacobinmag.com/2013/12/cyberlibertarians-digital-deletion-of-the-left/>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

GOVERNO DIGITAL. **Guia Livre: referência de migração para software livre do governo federal**. 2003. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/E15_469GuiaLivre_v099.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2018.

GUIMÓN, Pablo. **Cambridge Analytica, empresa pivô no escândalo do Facebook, é fechada**. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/02/internacional/1525285885_691249.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

GUSTIN, Sam. **Netflix pays Verizon in streaming deal, following Comcast pact**. 2014. Disponível em: <<http://time.com/80192/netflix-verizon-paid-peering-agreement/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

HARVEY, David. **The new imperialism**. New York: Oxford University Press, 2003.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HITLIN, Paul; Skye, TOOR. **Public comments to the Federal Communications Commission about net neutrality contain many inaccuracies and duplicates**. 2017. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/2017/11/29/public-comments-to-the-federal-communications-commission-about-net-neutrality-contain-many-inaccuracies-and-duplicates/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **The death of neo-liberalism**. Marxism Today, Novembro/Dezembro 1998, p. 4-9.

HOUSE.GOV. **Final vote results for roll call 239**. 2006. Disponível em: <<http://clerk.house.gov/evs/2006/roll239.xml>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. **Motion to discharge a committee from the consideration of a resolution**. 2018. Disponível em: <<http://clerk.house.gov/115/lrc/pd/petitions/DisPet0011.xml>>. Acesso em: 27 set. 2018.

IDEC. **Carta Marco Civil**. 2012. Disponível em: <http://www.idec.org.br/ckfinder/userfiles/files/Carta_MarcoCivil_12nov12_Molon_17h20m.pdf>. Acesso em: 23 de mar. 2018.

_____. **A “Constituição” da internet**. 2014. Disponível em: <<https://idec.org.br/em-acao/revista/falta-fruta-na-caixinha/materia/a-constituico-da-internet>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

INTERVOZES. **Projeto de lei sobre crimes eletrônicos ameaça liberdade na rede**. 2008. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21459>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. **Ministro da justiça responde a reivindicações sobre PL Azeredo**. 2009. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=22730>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

JAYASURIYA, Mehan. **D.C. Circuit Court of Appeals’ Comcast/BitTorrent decision is out [UPDATED]**. 2010. Disponível em: <<https://www.publicknowledge.org/news-blog/blogs/dc-circuit-court-appeals-comcastbittorrent-de>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

KASTRENAKES, Jacob. **FCC received a total of 3.7 million comments on net neutrality**. 2014. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2014/9/16/6257887/fcc-net-neutrality-3-7-million-comments-made>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

KANG, Cecilia. **AT&T lifts FaceTime restrictions on Apple iPhones**. 2012. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/blogs/post-tech/post/atandt-lifts-facetime-restrictions-on-apple-iphones/2012/11/08/cbec36de-29de-11e2-b4e0-346287b7e56c_blog.html>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____. **Senate Democrats win vote on net neutrality, a centerpiece of 2018 strategy**. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/05/16/technology/net-neutrality-senate.html>>. Acesso em: 27 set. 2018.

KRAVETS, David. **Comcast appeals FCC throttling order**. 2008. Disponível em: <<https://www.wired.com/2008/09/comcast-appeali/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

KELTY, Christopher M. **Two bits: the cultural significance of free software**. Durham: Duke University Press, 2008.

KIRK, Andrew G. **Counterculture green: the Whole Earth Catalog and American environmentalism**. Kansas: University Press of Kansas, 2007.

LEAL, Fabiana. **Cartas distribuídas no fisl 10 dizem que “Lula é nerd”**. 2009. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/internet/cartas-distribuidas-no-fisl-10-dizem-que-lula-e-nerd,21a8887dc5aea310VgnCLD200000bbcbceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 30 set. 2018.

LECHER, Colin. **Here’s how the internet’s net neutrality day of action unfolded**. 2017. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2017/7/12/15958030/net-neutrality-day-of-action-internet-companies-list>>. Acesso em: 27 set. 2018.

LEMOS, Ronaldo. **Artigo: Internet brasileira precisa de marco regulatório civil**. 2007. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/ultnot/2007/05/22/ult4213u98.jhtm>>. Acesso: 26 mar. 2018.

_____. **O AI-5 digital**. 2010. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/o-ai-5-digital>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Feet on the ground: Marco Civil as an example of multistakeholderism in practice. In: **Beyond NETmundial: the roadmap for institutional improvements to the global internet governance**. Center for Global Communication Studies, 2014. p. 62-64. Disponível em: <<http://www.global.asc.upenn.edu/publications/beyond-netmundial-the-roadmap-for-institutional-improvements-to-the-global-internet-governance-ecosystem/>>. Acesso em 21 mai. 2018.

LENTZ, Becky. **Excavating historicity in the U.S. network neutrality debate: an interpretive perspective on policy change**. Communication, Culture & Critique, Volume 6, Issue 4, December 2013, p. 568-597. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cccr.12033>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LEVY, Steven. **Hackers: heroes of the computer revolution**. Sebastopol: O'Reilly, 2010.

LIPSET, Seymour Martin. **Still the exceptional nation?** The Wilson Quarterly, Vol. 24, No. 1 (Winter, 2000), pp. 31-45. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40259998>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

LOHMANN, Fred Von. **FCC rules against Comcast for BitTorrent blocking**. 2008. Disponível em: <<https://www.eff.org/deeplinks/2008/08/fcc-rules-against-comcast-bit-torrent-blocking>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MARCO CIVIL DA INTERNET. **Primeira fase**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/marcocivil/consulta/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. **Posts da categoria “1. Direitos individuais e coletivos (Eixo 1)”**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/marcocivil/category/consulta/1-direitos-individuais-e-coletivos-eixo-1/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

LÖWY, Michael. **Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber**. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17.2, 2011, p.129-142.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARKOFF, John. **What the dormouse said: how the sixties counterculture shaped the personal computer industry**. New York: Penguin Books, 2005.

MEGA NÃO. **O que combatemos**. Disponível em: <<https://meganao.wordpress.com/o-meganao/o-que-combatemos/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

MILLER, Timothy. **The hippies and American values**. 2ª ed. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2011.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. Preface. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Ed.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. ix-xxiii.

MITCHELL, Timothy. How neoliberalism makes its world: the urban property rights project in Peru. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Ed.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 386-416.

MOMA. **Access to tools: publications from the Whole Earth Catalog, 1968-1974**. 2011. Disponível em: <<http://www.moma.org/interactives/exhibitions/2011/AccessToTools/>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

MONCAU, Luiz; LEMOS, Ronaldo; BOTTINO, Thiago. **Projeto de lei de cibercrimes: há outra alternativa para a internet brasileira?**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 249, p. 273-294, set. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4102>>. Acesso em: 20 Mai. 2018.

MOHAMMED, Arshad. **SBC head ignites access debate**. 2005. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/11/03/AR2005110302211.html>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

MUELLER, Milton. **Universal service and the telecommunications act: myth made law**. Communications of the ACM, Volume 40, Issue 3, March 1997, p. 39-47. Disponível em: <<https://dl.acm.org/citation.cfm?doid=245108.245119>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

NEGROPONTE, Nicholas. **Being Digital**. New York: Vintage, 1996.

NETMUNDIAL. **Dilma Rousseff opening speech**. 2014. Disponível em: <<http://netmundial.br/wp-content/uploads/2014/04/NETMundial-23April2014-Dilma-Rousseff-Opening-Speech-en.pdf>>. Acesso em: 24 de mar. 2018.

NEWMAN, Russell. **The debate nobody knows: network neutrality's neoliberal roots and a conundrum for media reform**. International Journal of Communication, 10, 2016, p. 5969-5988. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/4641>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

NOAM, Eli M. **Beyond liberalization II: The impending doom of common carriage**. Telecommunications Policy, Volume 18, Number 6, 1994, p. 435-452. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0308-5961\(94\)90013-2](https://doi.org/10.1016/0308-5961(94)90013-2)>. Acesso em: 17 fev. 2018

O GLOBO. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro**. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 30 de abr. 2018.

OBAMA WHITE HOUSE. **Net Neutrality**: president Obama's plan for a free and open Internet. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/net-neutrality>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

PHILLIPS-FEIN, Kim. Business conservatives and the Mont Pèlerin Society. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Ed.). **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 280-301.

PLEHWE, Dieter. Introduction. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Ed.). **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 1-42.

POLANYI, Karl. **The great transformation**: the political and economic origins of our time. 2nd Edition. Boston: Beacon Press, 2001.

POOL, Ithiel de Sola. **Technologies of freedom**: on free speech in a electronic age. Cambridge: Belknap Press, 1984.

POPPER, Ben. **Big companies like UPS and Visa are quietly pushing for net neutrality**. 2014. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2014/11/14/7222899/ad-hoc-visa-ups-fcc-title-ii-net-neutrality>>. Acesso em: 27 set. 2018.

PRADO, Eleutério. F. S. **Desmedida do valor**: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

PUBLIC KNOWLEDGE. **100th Anniversary of the Kingsbury Commitment**. 2013. Disponível em: <<https://www.publicknowledge.org/news-blog/blogs/100th-anniversary-kingsbury-commitment>>. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. 2016. Disponível em: <https://www.publicknowledge.org/assets/uploads/documents/DC_Circuit_Open_Internet_Opinion_2016.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

QUEIROZ, Francisco Assis de. **A revolução microeletrônica**: pioneirismos brasileiros e utopias tecnocrônicas. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

REARDON, Marguerite. **Verizon sues again to block Net neutrality rules**. 2011. Disponível em: <<https://www.cnet.com/news/verizon-sues-again-to-block-net-neutrality-rules/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

REDE BRASIL ATUAL. **Vigilantismo na internet não tem precedentes em países democráticos, diz jurista**. 2009. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2009/06/vigilantismo-nao-tem-precedentes-em-paises-democraticos-diz-jurista>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

REVISTA PIAUÍ. **Vivi na pele o que aprendi nos livros**. 2017. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em: 23 de mar. 2018.

RHEINGOLD, Howard. *The virtual community: homesteading on the electronic frontier*. 1993. Disponível em: <<http://www.rheingold.com/vc/book/intro.html>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

RICOEUR, Paul. **Ideología y utopia**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006.

RODGERS, Daniel. **The uses and abuses of “neoliberalism”**. 2018. Disponível em: <<https://www.dissentmagazine.org/article/uses-and-abuses-neoliberalism-debate>>. Acesso: 30 jan. 2018.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura**: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

_____. **From Satori to Silicon Valley**. 2000. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/dept/SUL/sites/mac/primary/docs/satori/index.html>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

_____. El ordenador y la contracultura in: **El culto a la información**. Tratado sobre alta tecnología, inteligencia artificial y el verdadero arte de pensar. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005, p. 167-186.

RUSSEL, Andrew L. *Open standards and the digital age: history, ideology, and networks*. New York: Cambridge University Press, 2014.

SANDVIG, Christian. **Network neutrality is the new common carriage**. Info, Vol. 9 Issue: 2/3, 2007, p.136-147. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/14636690710734751>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

SANTARÉM, Paulo Rená da S. **O direito achado na rede**: a emergência do acesso à internet como direito fundamental no brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.

SCHUMACHER, E.F. **O negócio é ser pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

SCHWARCZ, Lilia. **Os 50 anos do AI-5. Lembrar para não esquecer**. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2018/Os-50-anos-do-AI-5.-Lembrar-para-n%C3%A3o-esquecer>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SELIGER, Martin. **Ideology and politics**. New York: HarperCollins Publishers, 1976.

SENADO. **Parecer Nº 657, DE 2008**. 2008. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-etter/documento?dm=4807956&disposition=inline>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SENADO NOTÍCIAS. **Azeredo: lei dos cibercrimes nos alinha com o primeiro mundo**. 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/07/11/azeredo-lei-dos-cibercrimes-nos-alinha-com-o-primeiro-mundo>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. **Aprovado no Senado, marco civil da internet segue à sanção**. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/04/22/aprovado-no-senado-marco-civil-da-internet-segue-a-sancao>>. Acesso em: 24 de mar. 2018.

SHAW, Aaron. **Insurgent expertise**: the politics of free/libre and open source software in Brazil. *Journal of Information Technology & Politics*, v. 3, n. 8, p. 253–272, 2011.

SOFTWARE LIVRE BRASIL. **Veja escute e leia na íntegra o discurso do Presidente Lula no Fisl 10**. 2009. Disponível em: <<http://softwarelivre.org/portal/fisl/veja-escute-e-leia-na-integra-o-discurso-do-presidente-lula-no-fisl-10>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

SOHN, Gigi B. **FCC makes Open Internet comments more accessible to public**. 2014. Disponível em: <<https://www.fcc.gov/news-events/blog/2014/08/05/fcc-makes-open-internet-comments-more-accessible-public>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SOLAGNA, Fabricio. **A formulação da agenda e o ativismo em torno do Marco Civil da Internet**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Insituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2015. SOLNIT, Rebecca. **Men explain things to me**. Chicago: Haymarket Books, 2014.

STANFORD NEWS. 2005. Disponível em: <<http://news.stanford.edu/news/2005/june15/jobs-061505.html>>. Acesso: 16 mai. 2018.

STELLA, Shiva. **FCC Chairman Pai announces plan to roll back net neutrality rules**. 2017. Disponível em: <<https://www.publicknowledge.org/press-release/fcc-chairman-pai-announces-plan-to-roll-back-net-neutrality-rules>>.

STONE, Brad. **Comcast**: we're delaying, not blocking, BitTorrent traffic. 2007. Disponível em: <<https://bits.blogs.nytimes.com/2007/10/22/comcast-were-delaying-not-blocking-bittorrent-traffic/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

STREETER, Thomas. **“That deep romantic chasm”**: libertarianism, neoliberalism, and the computer culture. 1999. Disponível em: <http://www.uvm.edu/~tstreete/romantic_chasm.html>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. **The net effect**: romanticism, capitalism, and the internet. New York: New York University Press, 2011.

TANSLEY, Arthur G. **The use and abuse of vegetational concepts and terms**. *Ecology*, Vol. 16, No. 3, July, 1935, p. 284-307. Disponível em: <https://www.esf.edu/cue/documents/Tansley_Use-Abuse-VegConcepts_1935.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TORRES, Aracele Lima. **A tecnoutopia do software livre**: uma história do projeto técnico e político do GNU. São Paulo: Alameda, 2018a.

_____. **Software livre como política de preservação da democracia brasileira**. Revista NuestrAmérica, Vol. 6; nº 12; julio-diciembre 2018b. Disponível em: <<http://www.revistanuestramerica.cl/ojs/index.php/nuestramerica/article/view/145>>. Acesso em: 28 set. 2018.

TURNER, Fred. **From counterculture to cyberculture**: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the rise of digital utopianism. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

TURNER, Rachel S. **Neo-liberal ideology**: history, concepts and policies. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

TREBING, Harry M. **Common carrier regulation - the silent crisis**. Law and Contemporary Problems, 34, Spring 1969, p. 299-329. Disponível em: <<https://scholarship.law.duke.edu/lcp/vol34/iss2/6>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

VALLENTYNE, Peter. Introduction: left-libertarianism – a primer. In: VALLENTYNE, Peter; STEINER, Hillel (Ed.). **Left-libertarianism and its critics**: the contemporary debate. London: Palgrave, 2000, p. 1-20.

WAGLEY, Catherine G. **The Whole Earth**: the story of an image that changed the world. 2016. Disponível em: <http://create.adobe.com/2016/4/18/the_whole_earth_the_story_of_an_image_that_changed_the_world.html>. Acesso em: 14 mai. 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEINBERG, Michael. **AT&T’s new sponsored data scheme is a tremendous loss for all of us**. 2014. Disponível em: <<https://www.publicknowledge.org/news-blog/blogs/attas-new-sponsored-dataa-scheme-tremendous>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

WIENER, Norbert. **Cibernética**; ou, controle e comunicação no animal e na máquina. São Paulo: Polígono e EDUSP, 1970.

WHEELER, Tom. **FCC chairman Tom Wheeler: this is how we will ensure net neutrality**. 2015. Disponível em: <<https://www.wired.com/2015/02/fcc-chairman-wheeler-net-neutrality/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

WHOLE EARTH CATALOG. 1968. Disponível em: <<https://archive.org/details/1stWEC-complete>>. Acesso: 16 mai. 2018.

WHOLE EARTH SOFTWARE CATALOG.

<https://archive.org/details/Whole_Earth_Software_Catalog_1984_Point>. Acesso em: 15 jun. 2018.

WINNER, Langdon. **Do artifacts have politics?** Daedalus, Vol. 109, No. 1, Modern Technology: Problem or Opportunity? (Winter, 1980), p. 121-136. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20024652>>. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. **Cyberlibertarian myths and the prospects for community.** 1997.

Disponível em: <<http://homepages.rpi.edu/~winner/cyberlib2.html>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

WOLF, Eric R. **Envisioning power:** ideologies of dominance and crisis. Berkeley: University of California Press, 1999.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **History of the Web.** Disponível em:

<<https://webfoundation.org/about/vision/history-of-the-web/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

WU, Tim. **A proposal for network neutrality.** 2002. Disponível em:

<www.timwu.org/OriginalNNProposal.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

_____. Is internet exceptionalism dead? In: SZOKA, Berin; MARCUS, Adam (Ed.). **The next digital decade:** essays on the future of the internet. Washington, D.C.: TechFreedom, 2010, p. 179- 188.

_____. **Agency threats.** 2011. Duke Law Journal, Vol. 60. Disponível em:

<<https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1506&context=dlj>>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. **How the FCC's net neutrality plan breaks with 50 years of history.** 2017.

<<https://www.wired.com/story/how-the-fccs-net-neutrality-plan-breaks-with-50-years-of-history/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

WYATT, Edward. **F.C.C. begins investigation into quality of internet download speeds.** 2014.

Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/06/14/business/media/FCC-inquiry-into-ties-between-content-companies-and-service-providers.html>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

XÔ CENSURA. **Chamada para o dia da blogagem política.** 2008. Disponível em:

<<https://xocensura.wordpress.com/2008/07/05/chamada-para-o-dia-da-blogagem-politica/>> Acesso em: 05 mar. 2018.

ZIEGLER, Chris. **T-Mobile's 'Music Freedom' is a great feature — and a huge problem.**

2014. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2014/6/18/5822996/t-mobile-music-freedom-net-neutrality>>. Acesso em: 23 ago. 2018.